

Anno I

Julho de 1897



N 1

**SH**

# LAVOURA

BOLETIM  
DA

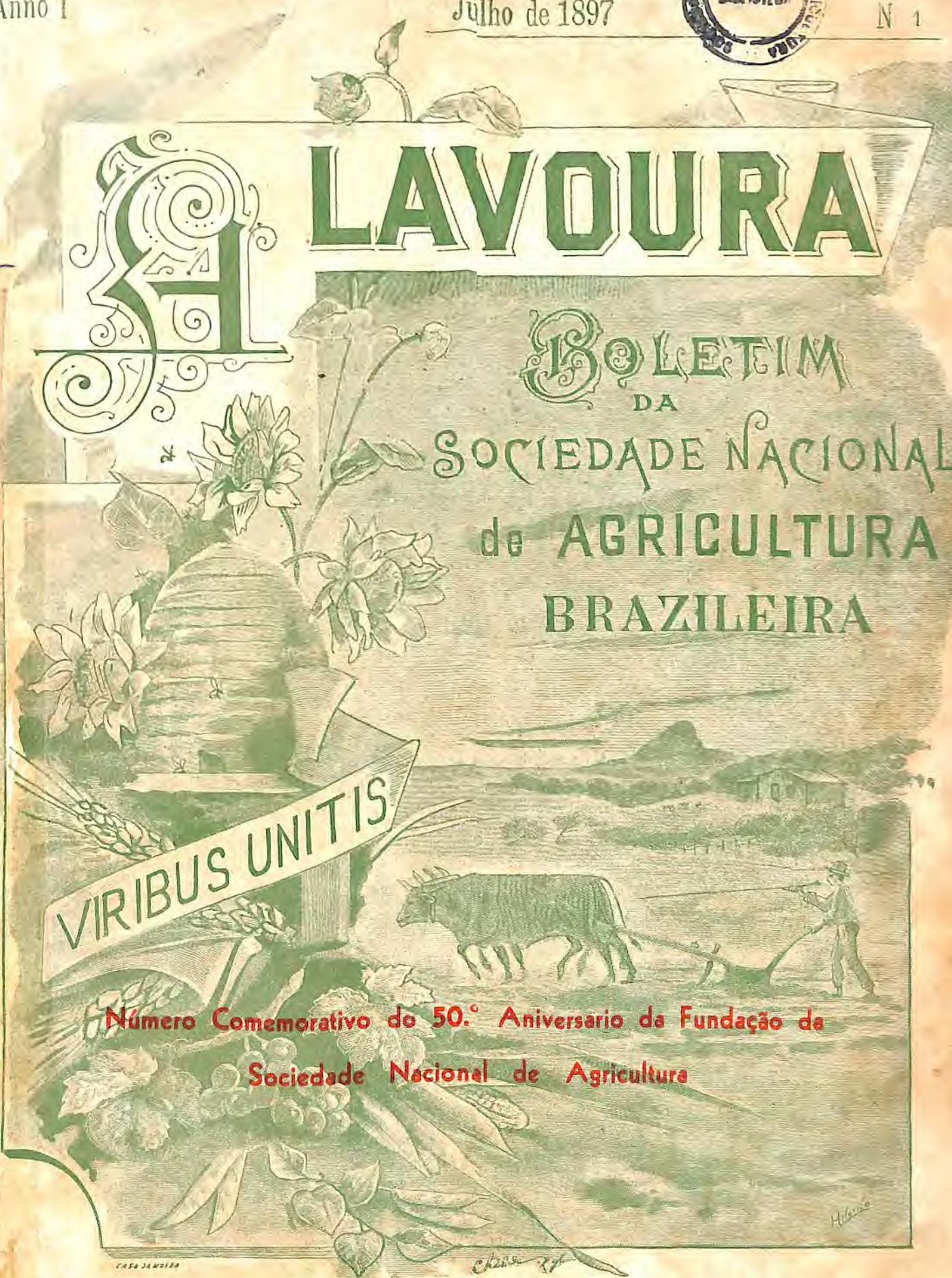
SOCIEDADE NACIONAL  
de AGRICULTURA  
BRAZILEIRA

VIRIBUS UNITIS

Número Comemorativo do 50.º Aniversario da Fundação da  
Sociedade Nacional de Agricultura

ANO L

JAN. - FEV. 1947



# Via

# RADIOBRAS

**O Serviço Radiotelegráfico e Radiotelefônico  
Direto que alcança o mundo inteiro.**

Para ter certeza de que seu telegrama para o exterior será recebido com a maior rapidez possível, — chame um mensageiro da “Via RADIOBRAS”.



Para obter a sua ligação radiotelefônica com o exterior, chame a Central Telefônica “Via RADIOBRAS”, através dos telefones abaixo indicados.

Rio	S. Paulo	Santos	Recife
Av. Rio Branco, 48	R. S. Bento, 357	R. 15 de Novembro, 86	Av. Rio Branco, 162
Av. Rio Branco, 243			
Tel. 23-2177	Tel. 3-4111	Tel. 7194	Tel. 9291

# JOSÉ SATURNINO FILHO

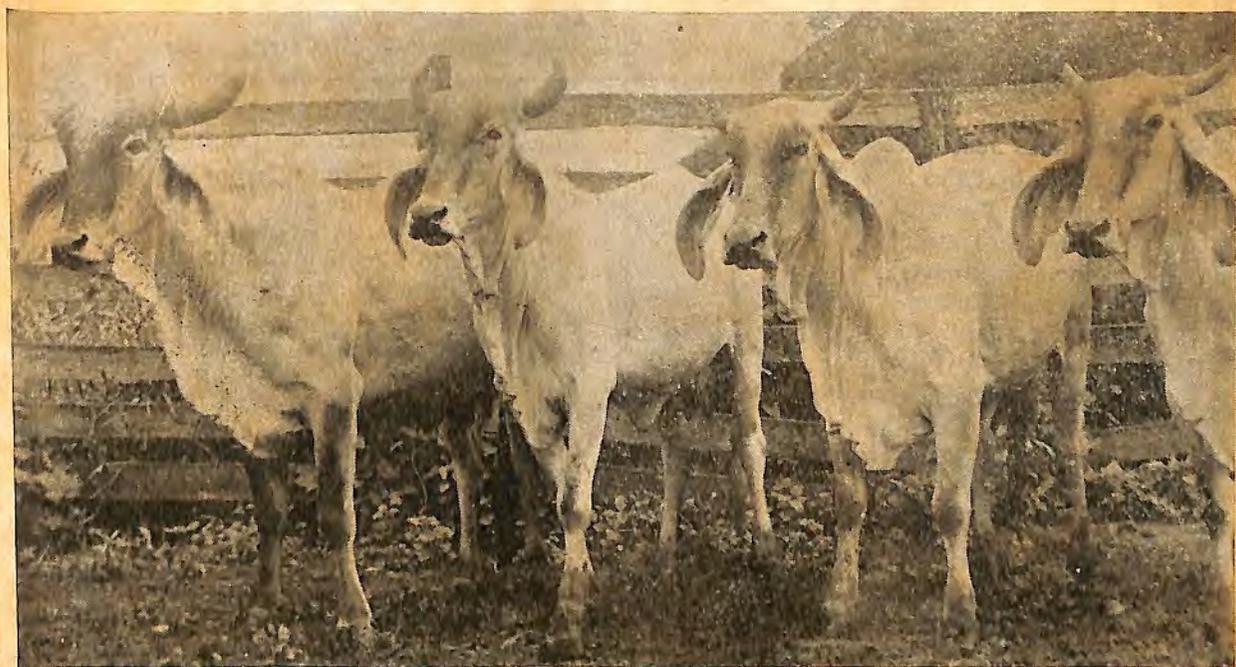
Criadôr de gado "GIR" e "INDUBRASIL"  
FAZENDAS: — SACO DOS CÔCHOS, SACO DO MATO E SERRA

**C O R D I S B U R G O**

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — MINAS GERAIS



Lóte de vacas "GIR"



Lóte de vacas "INDUBRASIL"

# Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

Reconhecida de utilidade pública pela lei n. 3549, de 18 de Outubro de 1918



Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas

## DIRETORIA GERAL

*Presidente* — Arthur Torres Filho  
1.º *Vice-Presidente* — Luiz Simões Lopes  
2.º " " — Edgard Teixeira Leite  
3.º " " — Mario de Oliveira  
1.º *Secretário* — A. de Arruda Camara  
2.º " — Adamastor Lima  
3.º " — Eurico Santos  
4.º " — Cinéas de F. Guimarães  
1.º *Tesoureiro* .. — Kurt Repsold  
2.º " — Domingos de Faria

## DIRETORIA TÉCNICA

Fabio Furtado Luz  
Franklin de Almeida  
Frederico Murtinho Braga  
Hilário Luiz Leitão  
Joaquim Bertino de Morais Carvalho  
José Sampaio Fernandes  
Luiz de Oliveira Mendes  
Luiz Gonçalves Vieira  
Otto Frensel

## CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache  
Altino de Azevedo Sodré  
Alvaro Simões Lopes  
Antonio Barreto  
Antonio F. Magarinos Torres  
Antonio José Alves de Souza  
Apolonio Sales  
Ben-Hur Ferreira Raposo  
Carlos de Souza Duarte  
Dioclecio Duarte  
Diogenes Caldas  
Euvaldo Lodi  
Eduardo Duvivier  
Francisco Saturnino de Brito Filho.  
Gastão de Faria  
Guilherme Weinschenck  
Honorio da Costa Monteiro Filho  
Humberto Bruno  
Itagiba Barçante

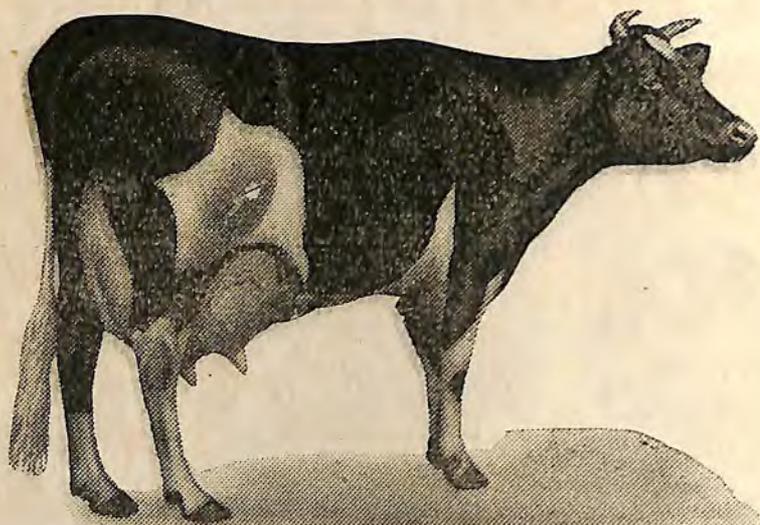
Ismael Cordovil  
Jeronymo Antonio Coimbra  
João Mauricio de Medeiros  
José Augusto Bezerra de Medeiros  
José Monteiro Ribeiro Junqueira  
José Solano Carneiro da Cunha  
João Tjader  
Julio Vieira de Almeida  
Landulpho Alves de Almeida  
Manoel Netto Campelo Junior  
Mario Augusto Teixeira Freitas  
Mario Vilhena  
Napoleão de Alencastro Guimarães  
Newton de Castro Beleza  
Paulo Parreiras Horta  
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt  
Rubens Farrula  
Ruy Carneiro  
Sebastião Herculano de Mattos



Experiência, no K. 47 (C.N.P.A.) de um novo tipo de ceifadeira. No primeiro plano, o dr. Arthur Torres Filho, Presidente da S. N. A. e Reitor da Universidade Rural.

## SUMARIO

	<i>Pag.</i>
Meio século a serviço da agricultura nacional (Arthur Torres Filho).....	9
Primeiros passos da Sociedade Nacional de Agricultura.....	12
Realização da Sociedade Nacional de Agricultura (L. M. P.) .....	30
Enxertia por Borbulhia (Geraldo Goulart da Silveira) .....	37
Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo.....	42
As sedes da Sociedade Nacional de Agricultura (L. M. P.) .....	44
Consultas e Informações (Geraldo Goulart da Silveira) .....	49
Ministro Donald de Carvalho .....	54
A Sociedade Nacional de Agricultura e o Ensino Agrícola (Geraldo Goulart da Silveira) .....	58
Uma Vitória da Sociedade — o Ministério da Agricultura.....	67
Aparelhamento do mercado interno .....	77
Curso de Extensão de Fruticultura .....	78
Diretorias da Sociedade Nacional de Agricultura, desde a sua fundação.....	80
Curso Avulso de Horticultura .....	86
Sócios Beneméritos e Honorários da S. N. A. ....	87
Medalhas cunhadas pela Sociedade Nacional de Agricultur, (L. M. P.).....	89
Os Presidentes da Sociedade (Luiz Marques Pollano).....	95
O papel da água na produção agrícola (O. Mendes).....	125



Patrimônios como este

## PRECISAM SER PROTEGIDOS

Todo criador sabe o que vale um animal de raça. O que vale e quanto custa... Há fortunas aplicadas em exemplares magníficos que, entretanto, estão sujeitos a muitos imprevistos. Se você possui animais de raça, faça o que todos os cria-

dores esclarecidos estão fazendo: proteja essa aplicação de capital através da Carteira de Seguros de Animais, mantida pela SATMA, que lhe assegura uma indenização, em caso de morte de qualquer animal de valor.

### 8 CARTEIRAS DE SEGUROS:

*Acidentes Pessoais  
Incêndio  
Au omóveis  
Fidelidade e Fiança*

*Acidentes do Trabalho  
Transportes  
Animais  
Responsabilidade Civil*



## SUL AMÉRICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES

A MAIOR COMPANHIA DE SEGUROS EM SEU GÊNERO DA AMÉRICA DO SUL - RIO DE JANEIRO

# MAIS PRODUTOS NESTLÉ

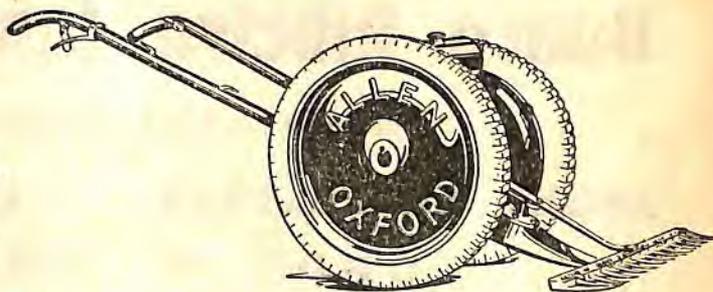


Com a presença de altas autoridades e personalidades de destaque foi inaugurada recentemente em Araraquara, no Estado de S. Paulo, a 3.<sup>a</sup> fábrica de Produtos Nestlé no Brasil, que aparece no clichê acima.

O empreendimento além de possibilitar o melhor aproveitamento da rica produção leiteira daquela zona permitirá também o aumento da fabricação dos Produtos Nestlé, que há mais de 25 anos vem merecendo honrosa preferência no mercado do País e a confiança da Classe Médica Brasileira.

## “ALLEN”

ceifadeira de auto-propulsão



## A MOTORIZAÇÃO DA AGRICULTURA

**CORTA:** gramas, capins e plantas herbáceas dos parques, jardins, campos de sports e de aviação; dos pastos, das margens das ferro e rodovias e dos pomares. Faz aceiros contra fogo. 2.000 metros quadrados por hora, um único operador. 900 grs. de gasolina apenas...

**A SALVAÇÃO ECONÔMICA DOS LARANJAIS**

Agente para o Brasil:

**PAUL LUIK**

RUA TEÓFILO OTONI, 106 A

RIO DE JANEIRO



# Seleções Agrícolas

Diretor : Eurico Santos

Secretário : Otavio R. da Cunha

Gerente : O. Assumpção

Superintendente : M. Nunes

PUBLICAÇÃO MENSAL

**Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.**

ASSINATURAS

Brasil — Ano .....	Cr\$ 30,00
Exterior — Ano .....	Cr\$ 60,00
Número do mês .....	Cr\$ 3,00
Atrazado .....	Cr\$ 5,00

Redação e administração : Avenida Nilo Peçanha, 26, 1.º

Tel. 22-4566 — Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

## Banco Ribeiro Junqueira S. A.

**Capital: Cr\$ 25.000.000,00**

**SÉDE: LEOPOLDINA — E. DE MINAS GERAIS**

### DEPARTAMENTOS

#### ESTADO DE MINAS GERAIS:

Belo Horizonte — Francisco Sales —  
Palma — Pirapetinga — Porto Novo  
— Recreio — São João Nepomuceno  
— São Lourenço — Silvestre Ferraz.

#### ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Mimoso do Sul — Muqui.

#### ESTADO DE SÃO PAULO:

Presidente Bernardes — Valparaíba

#### ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

Barra Mansa — Cambucí — Campos  
— Cardoso Moreira — Carmo — Ita-  
peruna — Miracema — Padua —  
Petrópolis — Porciuncula — Pureza  
— Rezende — São Fidélis — Sapu-  
caia — Volta Redonda.

FILIAL DO RIO DE JANEIRO

**Rua da Quitanda, 72**

Tels.: 43-7250 — Pres. — 23-4113 — Dir. e 23-1961 — (Réde Particular)

End. Tel. "RIJUBO" — Caixa Postal: 1200

# Lavrador Previdente

---

---

**Adquira desde já os adubos para suas plantações.  
Para conservar a produtividade das suas terras  
não se esqueça de fazer adubação completa com**

**SALITRE DO CHILE**

Consultas e folhêtos grátis

COM

**SERVIÇO TÉCNICO AGRONÔMICO**

---

**DO SALITRE DO CHILE**

---

Cx. Postal 2873 -- São Paulo

---

AGENTES COMERCIAIS

*Arthur Vianna Comp. de*  
*Materiais Agrícolas*

---

---

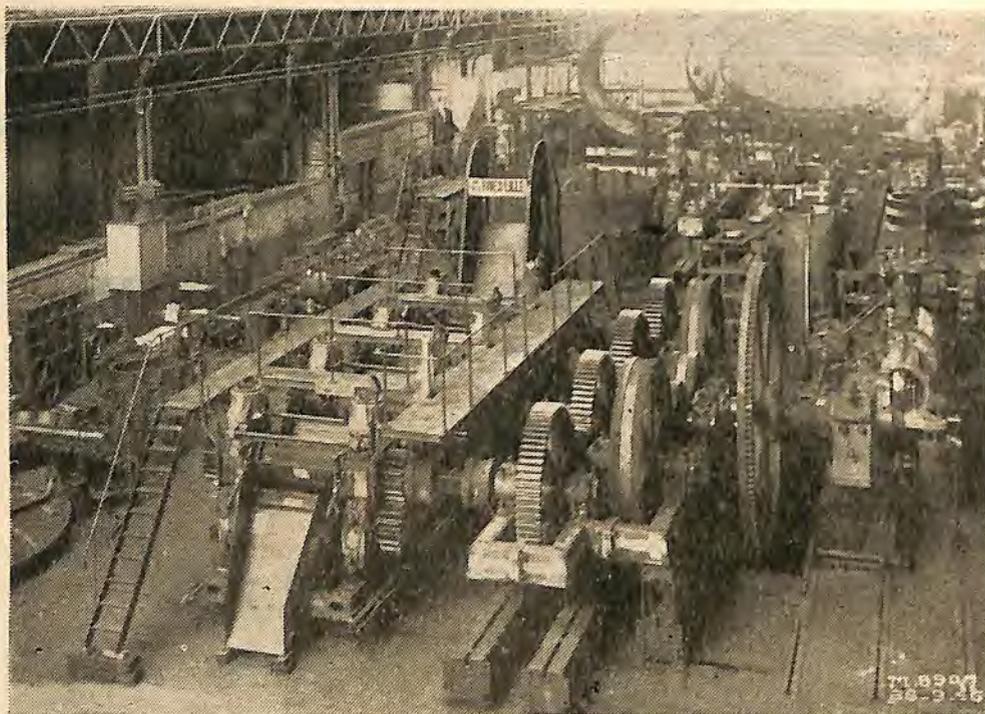
Matriz — Avenida Santos Dumont, 227 — Belo Horizonte

Filial — Rua Florencio de Abreu, 270 — São Paulo

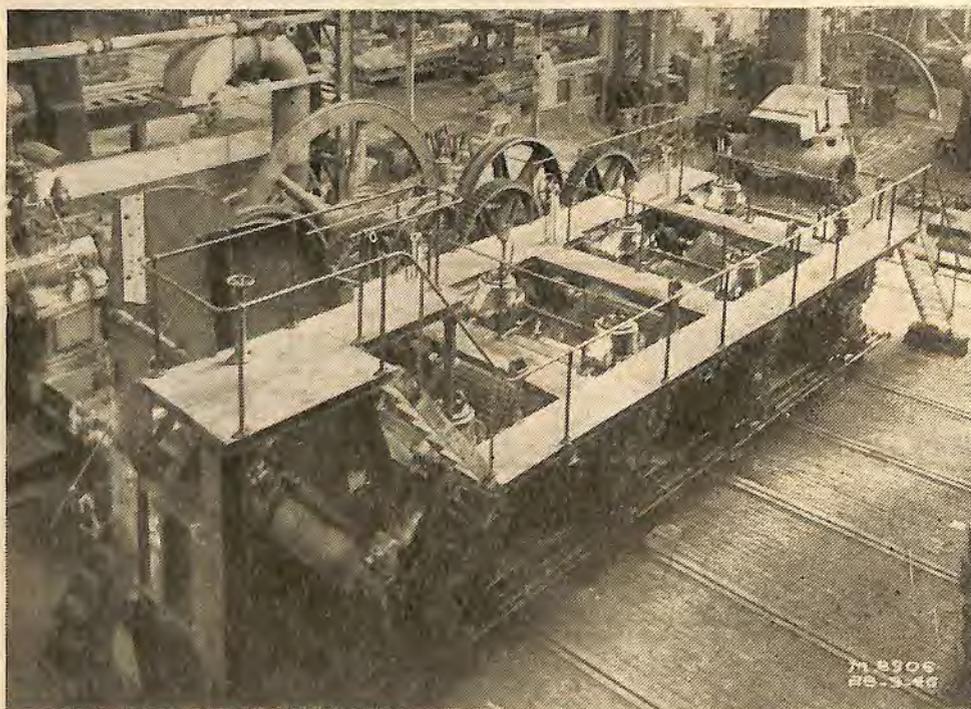
Filial — Av. Graça Aranha, 226-3º and. Rio de Janeiro

# Cie. de FIVES-LILLE FRANÇA

TODAS AS MÁQUINAS E APARELHOS PARA USINAS DE AÇÚCAR  
REFINARIAS — INSTALAÇÕES PARA FABRICAÇÃO DE ALCOOL



Nova moenda FIVESLILLE tipo C-46 em montagem nas oficinas de FIVES



Nova moenda FIVESLILLE tipo C-46 em montagem nas oficinas de FIVES

**REPRESENTANTE GERAL PARA O BRASIL**

Sociedade de Representações HENOT Ltda.

Avda. Nilo Peçanha, 151 - sala 110

RIO DE JANEIRO

# A LAVOURA

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO L

Jan. - Fevereiro — 1947

## Meio Século a Serviço da Agricultura Nacional

ARTHUR TORRES FILHO

*Longe estava de imaginar que me viesse a caber a tarefa honrosa de presidir os destinos da Sociedade Nacional de Agricultura por ocasião da passagem do 50.º aniversário de sua útil existência.*

*Foi em 16 de janeiro de 1897, pode-se dizer em seguida à abolição da escravatura e à implantação do regime republicano, fase difícil para os destinos da nacionalidade, que um pugilo de abnegados brasileiros, tendo à frente Ennes de Souza, Moura Brasil, Campos da Paz, Sergio de Carvalho, Antonio Vaz Pinto Coelho, Germano Vert, Eurico Jacy Monteiro, Wenceslão Bello, J. Carlos Travassos, e tantos outros, se congregou e fundou a Sociedade Nacional de Agricultura. O objetivo essencial dessa criação seria o de, por todos os meios, desenvolver intenso programa de amparo e defesa da classe rural do país, seriamente combatida pela crise econômica que atravessávamos.*

*Acrescia a circunstância de, na passagem do Império para a República, haver sido suprimido o Ministério da Agricultura, que só muitos anos mais tarde, em 1909, por intensa campanha da Sociedade Nacional de Agricultura, viria a ser restabelecido, sendo relator do projeto, na Câmara dos Deputados, o Dr. Joaquim Ignacio Tosta, um dos líderes da Sociedade.*

*Essa criação representava a cristalização de uma das conclusões do 1.º Congresso Nacional de Agricultura de 1901, constituindo, no dizer de Wenceslão Bello, “uma promessa soleníssima de cooperação organizada, sábia e permanente da União no desenvolvimento da produção nacional”.*

*Logo em seguida à sua fundação a Sociedade promoveu intensa propaganda associativa mediante a fundação de associações filiadas em vários Estados; realizou inúmeros congressos nacionais; promoveu exposições agrícolas e pecuárias na Capital e nos Estados, desenvolvendo o ensino agrícola desde 1899 no Hôrto da Penha, sentindo sempre, porém, que a desorganização reinante na economia agrícola do país provinha, em grande parte, da ausência de solidariedade entre os que viviam das atividades rurais.*

*Nascida a Sociedade sob a inspiração de ilustres e dedicados patriotas, ela teve a felicidade de ser dirigida por homens que souberam vencer os percalços que, em geral, cercam instituições dessa natureza. Ennes de Souza, Moura Brasil, Barão de Capanema, Antonino Fialho, Wenceslão Bello, Silvio Rangel, Lauro Müller, Miguel Calmon, Lyra Castro, Augusto Ramos e Simões Lopes, souberam manter a instituição fiel ao programa inicialmente traçado, não deixando nunca discrepar do cumprimento de seus deveres para com a Pátria. Por isso mesmo, pode sobreviver até nossos dias, mantendo bem alto o seu lema — Viribus unitis —. À sombra da sua bandeira acolhem-se ainda hoje muitos brasileiros côncios de que a missão da Sociedade Nacional de Agricultura não se acha inteiramente concluída, apesar da vultosa obra até aqui realizada e a própria nação precisa ficar alertada de que o problema agrário,*

em toda a vastidão do seu território, se acha colocado diante de nós como verdadeira incógnita para o futuro da nacionalidade.

É que, no estado atual da civilização, produzir não significa dispor de dons naturais, mas possuir organização técnica e econômica.

“A história da economia brasileira é uma série de “recordes” sensacionais, caracterizados por uma sequência de flutuações que espantam. Ela constitui, na verdade, a história do aparecimento e desaparecimento por assim dizer de sistemas econômicos inteiros em que uma nação baseia a sua existência.

A sua característica principal é a permanente mudança das condições dos produtos que poderemos chamar de “produtos-reis”.

Açúcar, cacau, couro, fumo, borracha, café, cada um desses produtos tem o seu lugar na história do país, e foram cada um, no seu tempo, o “eixo” da economia nacional (ou estadual) dando ao Brasil uma supremacia mundial temporária. (Normando — Evolução Econômica do Brasil).

Ora, se a grande propriedade territorial, a monocultura e o trabalho escravo, foram os elementos básicos da constituição da grande exploração rural do Brasil no período colonial ainda hoje a agricultura brasileira se apresenta como fonte aleatória de riqueza apesar das zonas colonizadas, pelo fato de subsistir a desorganização econômica.

A população rural vive mergulhada na ignorância e na pobreza econômica sem dispor de meios modernos de produção.

As transformações econômicas e sociais refletem-se fortemente no meio rural e precisaremos fazer do agricultor brasileiro elemento sadio e realmente eficiente do progresso econômico do país, amparando-o em suas legítimas aspirações na comunhão nacional.

Temos na terra fonte preciosa de riquezas, se soubermos explorá-la sem perda da sua fertilidade. Será perigoso um divórcio, como já se vai acentuando, entre a agricultura e indústria, porque esta última não poderá subsistir sem as fontes fornecedoras do alimento ao homem e das matérias primas.

O solo agrícola é a maior riqueza de que uma Nação poderá dispor.

A estrutura econômica brasileira, para ser sadia e proporcionar o bem estar ao povo, terá de repousar numa política agrária orientada por métodos modernos, que seja capaz de proporcionar o conforto às populações que habitam o campo.

Desde os primeiros dias de sua criação a Sociedade Nacional de Agricultura propugna pela união da classe rural para que ela, saindo do isolamento em que têm vivido, seja ouvida pelos conselhos do governo e possa assim defender seus interesses coletivos.

Não será com medidas unilaterais e dispersão de esforços, faltando seguro embasamento apoiado na organização da classe rural que o Brasil conseguirá vencer sucessivas crises de produção e abastecimento, assegurando o futuro da raça.

O Brasil não deve descuidar-se um só momento, mantendo-se atento na mobilização de suas atividades agrárias.

Nenhuma nação, por mais industrializada que seja, poderá viver tranquila sem dispor de sólida organização agrícola, a menos que adote política imperialista.

Já ninguém pode duvidar encontrarmos-nos em fase aguda de desequilíbrio entre as forças do trabalho nacional. Apresenta-se-nos como imperativo da hora presente a batalha dos alimentos que, de há muito, deveríamos ter iniciado, para podermos arrancar nosso povo da condição de sub-nutrido e de flagelado de enedmias que comprometem o futuro da raça.

Apregoa-se superar a produção industrial a produção agrícola, na atualidade econômica brasileira, o que não deve constituir motivo de tranquilidade porque a ruralização deverá constituir a base de nossa política econômica. Mas, se porventura os dados estatísticos viessem a confirmar esse fato, com 70% da população do país vivendo das atividades rurais, se tal acontece, é porque essas atividades são deficitárias.

*Acima de tudo cabe-nos reagir contra essa situação, que é o fruto da desordem econômica e financeira.*

*Carecemos, portanto, desenvolver ação pragmática, que comece por garantir o auto-abastecimento dos menores centros de população, substituindo-se a monocultura pela policultura em caráter intensivo de modo a evitar a esterilidade de nossas terras.*

*Todo um equipamento moderno precisará ser levantado nas diversas regiões econômicas para garantir o melhor beneficiamento dos produtos agro-pecuários, promovendo-se simultaneamente a expansão de pequenas indústrias locais, a instalação de silos, entrepostos e armazéns, possibilitando-se, assim, a boa conservação dos produtos perecíveis e, portanto, a circulação dos mesmos em demanda dos grandes centros de consumo.*

*Não será uma afirmativa leviana se dissermos que o Brasil, até hoje, não soube traçar programa seguro de aproveitamento de suas terras que, a pouco e pouco, vão sendo atiradas ao abandono em busca de outras, cobertas de florestas, tidas como férteis.*

*O que produzimos está longe de corresponder às nossas necessidades internas, o que serve de demonstração da falta de remuneração ao esforço do agricultor. Por outro lado, a classe rural só poderá defender seus interesses se chegar a organizar-se, condição fundamental para que receba a devida assistência dos poderes públicos.*

*Só com o melhoramento do habitat rural evitaremos o êxodo dos campos, o que dependerá de uma planificação das várias regiões do país, realizando-se com esse fim um ciclo de melhoramentos com fundos permanentes e não com recursos orçamentários sempre oscilantes.*

*Será com o aumento da produção agro-pecuária em bases estáveis e sua distribuição racional, e não com medidas coercitivas, que lograremos ver abastecidos os mercados internos com sobras para as exportações.*

*Sem elevarmos a capacidade aquisitiva do agricultor pela paridade dos preços entre produtos agrícolas e industriais, respeitando-se o custo da produção, procurando-se ao mesmo tempo melhorar os métodos agrícolas, assistiremos ao grave fenômeno do abandono e da esteridade das terras.*

*O alto objetivo a ser alcançado no atual momento será, acima de tudo, o de amparar os produtores rurais, evitando-se medidas que lhe possam trazer o desânimo, cumprindo ao contrário assisti-lo e estimulá-lo, afastando-se, o quanto possível, uma economia fechada, pois que carecemos, ao contrário, fortalecer a economia interna em bases racionais de modo a permitir que o país atravessasse o momento conturbado por que passa o mundo.*

*Nos últimos anos, de 1934 para cá, coube à Sociedade Nacional de Agricultura representar as classes rurais no Conselho Federal de Comércio Exterior -- o mais elevado órgão econômico do país, ali propugnando sem descanso pela defesa dos seus legítimos interesses, vendo-os sempre acatados pelos poderes públicos. E espera, para breve, como coroamento de sua obra, ver criada a Confederação Rural Brasileira em bases sólidas, dentro dos lineamentos traçados pelo Decreto-lei 8.127, fruto de sua campanha ininterrupta pela união da classe rural do país.*

*Sente-se confortada a Sociedade Nacional de Agricultura ao comemorar o 50.º aniversário de sua existência pelo que pode realizar, cabendo-nos voltar, com emoção, o pensamento para as figuras inesquecíveis dos brasileiros patriotas entusiastas que, em várias épocas, dirigiram seus destinos, confiantes no papel reservado à agricultura nacional no engrandecimento da nossa Pátria.*

# Primeiros Passos da Sociedade Nacional de Agricultura

Muito tempo decorreu, desde a emancipação política do Brasil, antes que alguma associação se fundasse nesta Capital para cuidar especialmente dos interesses agrícolas.

Contavam-se, é certo, algumas associações de finalidades ligadas à agricultura, como a "Sociedade Promotora da Colonização", estabelecida em 1836, e a "Auxiliadora da Indústria Nacional", fundada em 19 de outubro de 1827. A idéia da fundação desta já vinha de 1816, com Ignácio Alvares Pinto de Almeida, que em 20 de maio de 1820 fez uma publicação lembrando a conveniência de uma subscrição para serem importadas máquinas rurais e fabris, ou seus modelos:

"Todo aquê — dizia — que se presar de ser bom cidadão, e desejar dar testemunho público de quanto se interessa pelo progresso da Pátria, não deve perder a bela ocasião de subscrever para auxiliar a indústria nacional, devendo ao mesmo tempo lembrar-se de que os benefícios e vantagens desta se derramam sobre os habitantes de tôdas as classes, sem exceção de um só".

Acolheram o apêlo os principais habitantes da Côrte, e o capital necessário à projetada importação foi alcançado. Os acontecimentos de 1821 prejudicaram a idéia, mas voltou Pinto de Almeida, normalizada a situação, ao seu objetivo, organizando os estatutos da Sociedade e reunindo em sua casa os principais associados. Pedida a proteção do Imperador, obteve a provisão de 31 de outubro de 1825, que aprovou os Estatutos, sendo a diretoria designada em portaria de 18 de julho de 1827 composta do Visconde de Alcântara, Presidente; Francisco Cordeiro da Silva Torres, depois Visconde de Jurumirim, Vice-Presidente; Ignácio Alvares Pinto de Almeida, Secretário; João Fernandes Lopes, Tesoureiro, além de cinco funcionários adjuntos.

Instalou-se a Sociedade em 10 de outubro e logo entrou em atividade, não só adquirindo máquinas, como estabelecendo escolas normais, cujos lentes ensinavam geometria e mecânica aplicada às artes, física e astronomia, aritmética, álgebra e geometria aplicada às questões de comércio e agricultura, e a de botânica, aplicada à agricultura. Essas aulas funcionavam no pavimento térreo do Museu Nacional, então instalado à Praça da República, no atual Arquivo Nacional.

Reformaram-se os Estatutos em 1831 e em 1833 apareceu o "Auxiliador da Indústria Nacional", publicado desse ano até 1877 em oitavo francês e, daí por diante, em 4.º com 2 colunas e 24 páginas. Era uma publicação mensal, de 1.000 exemplares. Tinha um grande patrimônio e era subvencionada pelo governo imperial.

Nos últimos tempos, teve como presidente o conselheiro Nicoláo Joaquim Moreira, e a ele se deve, dentre outras coisas, a realização da Primeira Exposição Nacional, em 1861.

Ao seu lado nasceu, além do Instituto Histórico e Geográfico, o Instituto Fluminense de Agricultura.

Em 1838, iniciou o projeto para a criação de uma "fazenda normal" em terras da lagôa Rodrigo de Freitas, projeto que abandonou; apresentou o plano para a fundação de uma escola agrícola; tentou em 1854 a criação da Sociedade Estatística do Brasil, que chegou a ser instalada; importou e distribuiu o café moka, a murta, a noz moscada, o mangustão, a baunilha; em 1857, importou das ilhas Maurícias 20.000 mudas de cana de açúcar.

Procurou "espalhar a ciência da agricultura, a transformação do trabalho servil em livre, a colonização, a emancipação dos cativos, a instrução primária e industrial..." (1)

A "Sociedade Auxiliadora" transformou-se, já na República, no Centro Industrial do Brasil (1906) e tem a sua projeção até nossos dias na Federação Nacional das Indústrias, em que se transformou aquê Centro.

Nos Estados, não poderemos deixar de mencionar a iniciativa de Miguel Calmon du Pin e Almeida, mais tarde Marquês de Abrantes, fundando em 1832 a "Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia", com o seu órgão o "Auxiliador da Indústria, Comércio e Agricultura", no Estado do Rio, a "Sociedade Campista de Agricultura", fundada em 7 de abril de 1834, e da qual foi primeiro Presidente D. José de Saldanha da Gama; e, finalmente, em Pernambuco, a "Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco", que vem até o presente, fundada

(1) Moreira de Azevedo, "Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual Reinado", in-Rev. do I.H.G.B., T. 48, 2º, pags. 265 e segs.

em 1870, e “que muitos serviços prestou à lavoura daquele Estado”, sendo, portanto, a precursora da atual fase associativa da agricultura no Brasil.

Foi nessa situação que, há quarenta e oito anos, um pugilo de abnegados brasileiros fundava, nesta Capital, a Sociedade Nacional de Agricultura. Aparecia ela como um remédio, um sucedâneo ao Ministério da Agricultura que existiu no tempo do Império, extinto na República. A desorganização da produção era então alarmante e efeito inevitável da abolição do braço escravo, esteio da vida econômica brasileira. Não bastavam os “Comícios Agrícolas”, na sua ação evangelizadora, indicando o rumo ao campo, que o trabalho escravo tornara aviltante. Era preciso reunir fôrças, interessar a todos, e agir, trabalhar muito.

Surgiu a Sociedade com aqueles mesmos nomes que, através dos “Comícios”, já haviam realizado a Exposição de Agricultura de 1892, centralizando e estimulando o movimento do “retôrno à terra”, do ativamento das nossas faculdades agro-pecuárias, e reunindo em seu seio, como associação nacional de agricultores e de amigos da lavoura, os elementos mais representativos não só da classe, como das elites — o pensamento e a administração brasileiras.

E lançaram-se, resolutos, à tarefa. De tal forma que, dessa época para cá, estão ligados estreitamente à vida da tradicional e ilustre entidade todos os surtos do nosso progresso agrícola. Verdade proclamada é que a Sociedade Nacional de Agricultura tem sido a pioneira entusiasta e prestigiosa do ressurgimento da atividade rural brasileira.

A um tempo orientadora e advogada, com âmbito nacional, seu raio de ação abrange os mais afastados rincões do território pátrio e, do advento da República para cá, de nenhum movimento em prol da nossa prosperidade se alheiou a Sociedade Nacional de Agricultura. Deve-lhe a Nação quase tôdas as iniciativas tendentes ao incremento e melhoramento da produção rural, hoje amparadas pela ação profícua do Ministério da Agricultura — outra vitoriosa iniciativa da velha Casa de Ennes de Souza.

Só iniciativa, não. Trabalho continuado, perseverante e elevado, pois cinco anos seriam necessários para que a idéia, lançada no 1.º Congresso Nacional de Agricultura de 1901, se consubstanciasse em lei, relatada no Congresso pelo “agrário dos agrários”, o deputado baiano Ignacio Tosta.

Incontáveis os congressos, conferências e exposições promovidos, organizados e incen-

tivados pela Sociedade nesta Capital e nos Estados, com os quais estimulou as fôrças econômicas do país, sempre presente nos momentos difíceis da vida nacional, debatendo, esclarecendo e orientando a melhor solução para os problemas de palpitância e balanceando recursos e possibilidades.

Esses, os traços dos serviços de ordem geral.

Não serão, porém, de desprezar os esforços da instituição, os benefícios diretos que, desde a sua fundação, tem prodigalizado aos seus sócios e até aos que não o sejam, com o escôpo único de servir ao país, servindo à agricultura.

As dificuldades com que tem deparado na sua existência semi-secular não a entibiaram. Ainda hoje vence tropeços — comuns às instituições do gênero, numa luta que vem dos primeiros dias. Isso torna fecundo o seu labor e eleva os seus objetivos, anima os seus dirigentes e estimula novas lutas. Lutas que ora se travam no terreno das idéias, no campo doutrinário, ora se traduzem em deficiências materiais, de ordem interna. Para gaudío dos que lhe dão o trabalho desinteressado, as lutas mesquinhas, de ordem particular, nunca encontraram campo propício a desenvolvimento entre os seus componentes. Parece que o esboçar de tais dissensões na fase inicial da vida da Sociedade, lhe alertaram a refração a disputas pessoais, como que a imunizando para os anos em frente. Lamentável, por todos os títulos, com efeito, foi a luta entre os que levaram avante a idéia, logo no ano da Fundação. Passados tantos lustros, ficou a obra perdurável, e a lembrança apenas do incidente, sem mácula de espécie alguma para os dois lados.

A publicação a seguir, do Relatório do Secretário Geral Dr. Wencesláo Bello nos fala dêsse caso. Não é êle, porém, o objetivo de sua divulgação. Prevalece, nesse rememorar longínquo, o desejo de mostrar o que fôram, no início, os passos primeiros e seguros da Sociedade Nacional de Agricultura. Não cabe aqui fazer a história da instituição, que com propriedade um escritor considera indelevelmente ligada à história da nossa agricultura no período republicano. Vamos ver como se processou sua existência que, até hoje, só tem progredido em serviços à causa a que se consagrou, em desinteresses, em elevação de propósitos e o que é mais, numa crescente esperança de melhores dias para a nossa desamparada classe rural.

Eis o relatório referido:

de 1914

“SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA HISTÓRICO DOS TRABALHOS EM 1899 PELO DR. WENCESLAO ALVES LEITE DE OLIVEIRA BELLO, SECRETARIO GERAL

(Lido na sessão solenne do dia 27 de janeiro, em commemoração do terceiro anniversario de sua fundação, — a 16 de janeiro de 1897 —)

Trez annos de vida, completa hoje a Sociedade Nacional de Agricultura.

E' já longa existência — para um organismo, que ao nascer teve a desventura de não encontrar, velando juncto ao berço, o amor puro, que conforta e vivifica, o desinteresse, que conduz á felicidade, a dedicação que prevê e corta os tropeços, a experiencia acisada que forma, por seos ensinamentos, a tempera forte das organizações robustas.

Já é vida longa — para uma associação de fins altruistas, n'um momento historico em que os ideaes parecem ter perdido muito do prestigio e força com que devem dirigir os homens e os povos bons.

E' quasi uma novidade — para uma sociedade de reacção, a bem do progresso, contra um passado longo de inercia e rotina, formada no seio d'um povo de *senhores*, que a seo turno, foram habituados a esperar toda a acção, todo o progresso do *senhor* supremo — o governo.

Tres annos, Snrs. foi uma longa existencia pelas multiplas difficuldades que teve de enfrentar e pelas victorias que alcançou a Sociedade Nacional de Agricultura.

Cumpre-nos a honrosa missão de historiar o anno de 1899.

Conheceis, pelo relatorio historico dos dois primeiros anos sociaes, os factos desagradaveis que resultaram do mal de infancia d'esta Sociedade e que a obrigaram a ir litigar, perante os tribunaes, o direito de propriedade sobre bens que adquirira e sobre o proprio nome que adaptara desde sua fundação e de que outrem se havia apropriado.

Obtido mandado de apprehensão sobre os objectos que nos pertenciam e que se achavam no edificio da Casa da Moeda, que fôra a primitiva séde da Sociedade, esta oppoz embargos documentando-os de modo a evidenciar o nosso direito.

Assim se achava o pleito ao terminar o anno de 1898.

A 3 de Abril de 99, porem a Camara Civil do Tribunal Civil e Criminal, firmou, por unanimidade, o accordão em que julgou provados os referidos embargos e assim reconheceu expressamente e proclamou o direito

exclusivo que assiste a esta Sociedade ao nome de Sociedade Nacional de Agricultura, ainda mesmo com o accrescimento de “Brasileira” e igualmente aos bens adquiridos a titulo oneroso ou gratuito, antes da sahida do ex-presidente Dr. Ennes de Souza, inclusive os que foram offerecidos ao referido ex-presidente, enquanto se achou no exercicio d'essa funcção.

E' com a maior satisfação que a Directoria traz á publicidade mais essa segunda victoria conferida pela Justiça Publica.

N'esse sentimento, porem, não ha mescla de egoismo evultando e mtorno do corpo agonisante d'um rival. Ha, somente a justa satisfação de quem cumpre o dever de pleitear direitos que envolvam sua própria individualidade e o prazer não menos justo e nobre de vêr destruida uma falsa entidade, que contrafazendo o nome d'esta Sociedade, tem dado logar a numerosos e desagradaveis equivocos em prejuizo dos patrioticos intuitos que nos congregaram.

Promovendo o progresso da agricultura nacional, esta Sociedade vê na causa da agricultura a propria causa da patria que ella procura servir desinteressada e abnegadamente e perante o interesse da patria, não ha concurrentes, mas somente colligados ou traidores.

Longe de nós o festejarmos a agonia d'uma sociedade agricola. Desejamos, pelo contrario que taes associações se multipliquem n'esta Capital e em todos os Estados do paiz. E' o que temos sempre aconselhado e somos sempre dos primeiros a felicitar as que se organisam, convidando-as a permutar ideias e serviços, pois as consideramos irmãs pelos sentimentos patrioticos e pelos nobres intuitos. Esta Sociedade só reclama o que reclamaria qualquer outra entidade civil contra quem usasse indevidamente de seo nome, de sua firma e de seos bens.

Contra o accordão que reconheceo por unanimidade a justiça de nosso reclamo, foi interposto recurso para a Côrte de Appellação. Aguardamos tranquillos no veridicto que, estamos certos, virá em breve epilogar esse incidente morbido de nossa existencia social, com honra para nós, confirmando os altos creditos de rectidão da Justiça de nosso paiz e restituindo a esta Sociedade a serenidade de animo de que carece para a continuação regular dos serviços que procura prestar á patria.

Só teríamos flores festivas a desfolhar n'este retrospecto si não nos pungisse a saudosa recordação de companheiros pela morte roubados ao serviço da agricultura.

Foram elles os Snrs. Dr. Arthur Fernando Campos da Paz, Luis Perissé, Dr. Paulo Cezar de Andrade, Dr. Mesquita Barros, Augusto Arens e Eugenio Meyer.

Pelo amor q. consagravam á agricultura e serviços que lhe prestaram, merecem todos sincera homenagem d'esta Sociedade.

E' de justiça e dever nosso, porem, salientar o valoroso trabalhador q. foi Campos da Paz.

O paiz inteiro o conhece, d'elle se lembra e não cessará jamais de lestimar a sua falta.

Espirito formado de nobres ideacs e indefesso batalhador do bem, abrio luta contra os vinhos falsificados q. intoxicavam a população e vencêo, contra potentados que aniquilou, impondo sua palavra eloquente a governos e parlamentos, que legislaram a repressão do crime segundo as bases por elle formuladas.

Emprehendeo elle então substituir a droga que matava pelo vinho brasileiro, que reconfortasse. Encetou a nova campanha só, em luta contra a inercia do musoneismo e contra a convicção, de longa data firmada entre nacionaes e estrangeiros, de q. o Brasil nunca poderia ser paiz vinhateiro.

Quiz a bôa estrella dos destinos patrios q. elle encontrasse um sabio que acalentava o mesmo ideal — o Dr. Luis Pereira Barreto. Este vestio-lhe a armadura de seo saber, das proficientes experiencias q. realisára e heis q. ao cabo de poucos annos, foi feita a demonstração cabal, decisiva, de q. o Brasil tem elementos para produzir as qualidades de vinhos, e vinhedos ás centenas surgiram já promissores, firmando a esperança de q. em breves dias o vinho brasileiro será uma realidade e uma riqueza á mais para o Brasil.

Honra, pois aos dois batalhadores triumphantes!

Convicto de que o exclusivismo com q. o sul do Brasil assentava sua fortuna tão só na lavoura do café, constituia grave perigo para a vida economica do paiz, abrio Campos da Paz, nova luta, de par com a campanha viticola, a favor da polycultura.

Data de então a organização d'esta sociedade, de q. foi um dos principaes palladinos e onde bateo-se especialmente pela polycultura e pelo ensino pratico da agricultura por meio dos campos de experiencia e demonstração.

O que foi elle, como Vice-Presidente d'esta Sociedade, difficil seria descrevel-o. Talento, energia, actividade e saber, tudo foi posto ao serviço incondicional da Sociedade, de que foi, digamos, a propria vida, vida q. parece fugir-nos tambem, quando ecoou n'este recinto a desoladora noticia de sua morte, a 29 de Maio de 1899.

Homenagens, as mais sinceramente sentidas, lhe foram prestadas pela Sociedade. Hoje conserva esta sua ephygie presenciando todos os seus trabalhos; porem, o q. é mais, persiste a recordação fiel, e indelevel d'aquella grande individualidade, assimilada nos espiritos de cada um de nós, alimentando o fogo sagrado que nos inspira para o bem patrio, dando-nos alento, coragem, esperança e, assim demonstrando a verdade do preceito de que os mortos dirigem os vivos.

As homenagens irradiaram bem longe, fora da Sociedade. De todos os Estados do paiz particulares e associações agricolas apresentaram-nos pesames em centenaes de cartas. Varias associações estrangeiras se representaram pela mesma forma nate o luto que feria não somente a nós, mas a agricultura nacional e ao proprio paiz. Alguns governos estaduaes, como os de Minas e da Bahia, para mais significativa prova do valor em q. aquilatavam o illustre propagandista, adquiriram para distribuição gratuita, alguns milheiros de exemplares da mais importante de suas obras, o "Manual Pratico do Viticulor Brasileiro".

Não poderíamos pois, escrever a historia da Sociedade em 1899 sem lembrar a grandeza q. teve a personalidade de Campos da Paz ao grande claro q. deixou aberto nas fileiras dos q. combatem com amor pela prosperidade de nossa agricultura.

A Sociedade ainda não preencheo a vaga de seo 1.º Vice-Presidente, deixada pelo illustre morto. Os demais companheiros de administração cerraram fileiras e multiplicaram esforços para a realização do ideal q. a todos anima. Assim chegou a directoria ao termo do exercicio, apenas modificada no cargo de Secretario Geral de q. se retirou o Snr. Dr. Germano Vert a 28 de fevereiro, sendo substituido por quem teve a honra de escrever a presente noticia.

Lastimando q. motivos imperiosos a privassem da valiosa cooperação do Snr. Dr. G. Vert, na direção dos trabalhos sociaes, a administração sentiu-se no entanto feliz por poder ainda conservar seos preciosos serviços na gerência da "Lavoura", q. foi publicada com a maxima regularidade, a partir do mez de abril.

O anno de 98 tinha terminado sob a influencia de ameaças aterrorizantes para a classe agricola, devidas ao apparecimento do *Phylloxera vastatrix* em videiras importadas e d'uma peste devastadora, nos suinos.

Recebida em sessão de 27 de Dezembro a 1.<sup>a</sup> communicação feita pelo illustrado consocio, Snr. Dr. Alvaro Astolpho da Silveira, de ter encontrado o phylloxera em bacillos americanos vendidos em S. João d'El Rey pela Cia. de Plantas Vivas de Rochester, em New York, a Sociedade comprehendendo quanto ficava assim ameaçada a cultura da videira resolveo empenhar a maxima actividade e energia para libertar essa incipiente, porem já promissora cultura, do maior de seus inimigos.

Para esse fim transmittio promptamente a noticia á imprensa e por telegrammas e officios pedio providencias aos Snrs. Ministros da Industria e da Fazenda, aos Srs. Presidentes e governadores dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas, Paraná, Rio Grde. do Sul e Bahia, ao Sr. Prefeito do Districto Federal, ao Sr. Ministro do Brasil em Washington e a todas as sociedades agricolas do paiz.

Foi-nos censurada, por deficiencia de provas, a energia do alarma e o Snr. Jorge Nelson Smith, representante da Cia. importadora nos ameaçou de responsabilidade criminal. Confiáramos com razão na competencia e criterio do digno consocio informante e os ultimos estudos dos Snrs. Drs. Gustavo D'Utra, director do Instituto Agronomico de S. Paulo e Von Ihering, director do Museo Paulista, bem como observações de Membros d'esta directoria, puzeram fora de duvida a existencia do phylloxera importado.

S. Excia. o Snr. Ministro da Fazenda, cedendo a nossas solicitações, prohibio a 19 de Fevereiro, pela circular n.º 12 do seo ministerio, a entrada das videiras importadas pela referida Cia., em todos os portos da Republica.

A pedido do consocio Snr. Dr. Rodolpho de Souza Dantas, a Sociedade enviou seo illustre director Dr. Aristides Caire afim de examinar os vinhedos d'aquelle illustrado fazendeiro e encontrado ahí o phylloxera nas variedades Red-Wine, Concord e Oneida, foram aconselhados e applicados os meios q. a sciencia hoje possui para o destruir.

D'esses estudos a Sociedade obteve preparações e amostras de bacillos infeccionados, q. existem em seo jovem museo de entomologia agricola.

Corre-nos aqui o dever de louvar o zelo intelligente e patriotico com q. o Dr. A. Alvaro da Silveira e o prezidente da Calmara Municipal de S. João d'El Rey, Snr. Dr. Joa-

quim Leite de Castro, fizeram immobilizar todos os bacillos phylloxerados ahí encontrados, incinerando-os na praça publica. E' uma homenagem merecida e q. se torna necessaria diante da indiferença criminosa com q. os poderes municipaes, em geral, deixam á revelia tudo quanto se aparta da politicagem local.

Taes foram as providencias com que se procurou acautelar nossa auspiciosa viticultura.

Eram precisas, porem, medidas geraes e permanentes que preservassem de futuras invasões, a nossa viticultura e outras culturas fructicolas, tambem ameaçadas, pela importação, dos ataques do Margarodes e Aspiliotus diversos.

E' necessario q. nos sirva a experiencia alheia. A Allemanha e a França em q. o mesmo *Phylloxera*, o *Aspidiotus perniciosus* e outras pragas, tão grandes prejuizos causaram, prohibiram a importação de tudo o q. fosse suspeito de introduzir germens de peste para as plantas, providenciando ao mesmo tempo sobre o exame minucioso dos objectos importados. A California procedeo igualmente em relação ás plantas de origem européia e o ministerio da agricultura da grande Republica a instancias das sociedades agricolas reunidas em Congresso em Washington, pedio por intermedio de seo director, o illustrado Dr. L. O. Howard, a criação de lazaretos a q. fossem recolhidas as plantas importadas, afim de purgarem quarentena e serem minuciosamente inspeccionadas.

Para estudar um conjunto de medidas, q. de igual modo acautelassem nossa agricultura, foi nomeada uma commissão composta dos Snrs. Barão de Capanema, Chapot-Prevost, Pereira Barreto, Aristides Caire, Von Ihering, Campos da Paz e Germano Vert, depois modificada pela substituição dos 2 ultimos pelos Snrs. Drs. Barros Franco Jor. e Carlos Moreira.

O respectivo projecto, já hoje formulado, será brevemente submetido á consideração do governo da União, o qual, estamos certos, não deixará de acautelar a fortuna publica contra taes perigos.

Na ultima sessão de Novembro de 98, a directoria recebeu communicação verbal do illustrado consocio Snr. Dr. Henrique Vaz de q. no sul de Minas, onde é fazendeiro, reinava uma epizootia devastadora dos suinos, conhecida pelo nome de "*peste de bater vasio*" e q. lhe parecia ser semelhante a molestia q. alguns annos antes havia causado grandes prejuizos em Turim.

Aberta a discussão sobre os effeitos da peste e as providencias a tomar, soube a So-

cidade, por informações do consocio Snr. Dr. Julio Pereira Leite q. molestia semelhante existia no Estado do Espirito Santo, a qual, por observações histologicas elle diagnosticara de *pneumo-interite*. Fomos ainda informados da existencia da peste no Estado de S. Paulo e de q. muitos proprietarios mineiros, pouco escrupulosos, sacrificavam os suinos q. apresentavam os primeiros symptomas da molestia e enviavam as carnes assim atacadas, para o consumo publico.

Levando a grave questão ao conhecimento do publico por meio da patriótica imprensa d'esta Capital, a Sociedade officiou, pedindo providencias aos governos dos Estados de Minas, S. Paulo, Rio de Janeiro, Espirito Santo, ás respectivas camaras municipaes, á Prefeitura do Distrito Federal e á Inspectoria da Saude Publica. Sob informação do Dr. Germano Vert de q. epizootia, talvez semelhante, já havia sido estudado no Estado do Nebraska, nos Estados Unidos, foram pedidas informações d'essa procedencia, bem como de Turim, sendo q. o Syndito de Turim, por intermedio do consocio Dr. Augusto Bernacchi, fornece-nos promptamente os trabalhos do notavel scientista E. Perroncitto, q. estudara especialmente a molestia e preparara a vaccina, de efficacia já comprovada.

Levantada por essa forma a questão, appareceram pela imprensa informações de alguns facultativos residentes nas zonas infestadas, taes como os Drs. Antonio Pereira Lima e Zeferino Meirelles.

S. Excia. o Snr. Ministro da Guerra prohibio o uso da carne de poroco nos quartéis. Os governos dos Estados de S. Paulo e de Minas commisionaram respectivamente os Snrs. Drs. Bonilha de Toledo e João Baptista de Lacerda, para estudar a questão, ao mesmo tempo que esta Sociedade dava igual incumbencia ao consocio e illustrado bacteriologista Dr. Salvador Barradas.

Todas as faciildades foram encontradas pelo nosso representante. Os governos de Minas e do Estado do Rio, promptamente offereceram passes em todas as vias ferreas. O Snr. Ministro do Interior franqueou os recursos do Laboratório de Bacteriologia para as experiencias e o Dr. Carlos M. da Motta Ribeiro offereceo espontaneamente todos os recursos para a observação da molestia em sua fazenda e propriedades proximas, no Municipio de Bananal, em S. Paulo.

O Snr. Dr. Barradas procedeo a estudos proficientes; isolou o microbio symptomatico, q. veriificou ser o mesmo bacillo do *hog-colera* do Nebraska e da *pneumo-interite* de Turim. Verificou sua acção infecciosa, por meio de

injecções em varios animaes e, procedendo a culturas segundo os preceitos pastorianos, iniciava o preparo da vaccina, quando motivos poderosos o forçaram a ausentar-se temporariamente d'esta Capital.

A Sociedade divulgou pela imprensa as instrucções q. o Dr. Barradas forneceo para o fim de prevenir a molstia e impedir a sua propagação. Taes instrucções, junctamente com as q. foram aconselhadas pelo Snr. Dr. J. B. de Lacerda, facultam hoje aos Snrs. criadores meios de se precaverem contra os consideraveis prejuizos q. soe causar essa peste e q. só no Bananal, durante o anno de 99, foi superior a 200 contos de reis.

Grande numero de problemas agricolas, quer de interesse geral, quer relativos a culturas especiaes, occuparão a attenção d'esta Sociedade durante o anno de 1899.

Ao Congresso Federal, logo que se reunio, endereçou esta Sociedade uma representação, fazendo sentir q. entre os factores da crise agricola se destacavam o desconhecimento em q. a grande maioria dos agricultores se achavam com relação ás praticas agronomicas, que agora se impoem á industria agricola e ausencia completa de credito agricola e pessoal q. lhes era igualmente necessario, como fonte dos pequenos recursos reclamados pelo preparo das lavouras. Assim pedia esta Sociedade q. o Congresso não deixasse de contemplar no orçamento a criação do ensino pratico da agricultura e do credito agricola.

Logo q. se tornou conhecido o parecer da Comissão de Finanças, a Sociedade dirigio nova representação ao Congresso, applaudindo a criação de taxas destinadas a facilitar a entrada do nosso café nos paizes q. até hoje têm especulado com esse produto brasileiro; applaudindo ainda a redução proposta na taxa do sal, tão necessario ás industrias pecuarias e na taxa sobre a aniagem q. cumpre auxiliar enquanto constituir a materia prima da saccaria de q. se servem os agricultores; pedindo franquias para o enxofre ao mesmo tempo q. combatia o onnus com q. o projecto pretendia gravar o sulfureto de carbono, recurso unico efficaz contra os ataques devastadores da saúva; pedindo finalmente taxas prohibitivas para a margarina e os vinhos impuros, q. alem de intoxicarem nossas populações, obstam ao natural desenvolvimento de industriaes nacionaes, das mais naturaes e exequiveis, por isso q. derivam directamente da agricultura.

Com relação á margarina, tivemos a honra de vêr solicitada nossa intervenção pelo governo de Minas e foi seguramente graças tambem ao esforço empenhado por aquelle patrio-

tico governo, q. a medida proposta foi promptamente convertida em lei do Congresso Nacional.

Aos governos dos Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Espirito Santo e Bahia, foram tambem dirigidas representações chamando a attenção para a sorte afflictiva em q. se debatia a lavoura nos respectivos Estados e pedindo, como equidade patriótica, a diminuição dos impostos de exportação, bem como a intervenção solicita para q. as empresas de viação ferrea subvencionadas reduzissem seos fretes na proporção das difficuldades q. soffre a lavoura, em vez de se locupletarem, como fazem, sempre na proporção directa d'essas mesmas difficuldades, acompanhando estrictamente as oscillações do cambio.

Essa questão de tarifas das estradas de ferro, questão vital para a lavoura, teve larga parte nos nossos trabalhos.

E' certo q. essas ferrovias pertencem a empresas de capital, q. vizam legitimamente á realização de lucros. E' igualmente certo q. as de propriedade do estado, não podem fazer o serviço por preço inferior ao do custo real, pois q. o contrario seria o governo faltar a verdade e a justiça, forçado como seria elle a procurar tirar de outrem, q. não os directamente interessados na viação, os recursos precisos para manter suas linhas ferreas.

Não menos verdade, porem é, para ambos os casos, q. as ferro-vias devem basear seos lucros especialmente no incremento da producção das zonas percorridas e q. para tanto, corra por igual o dever ás empresas particulares e ás do estado, uma vez garantidas contra prejuizos, de fazer variar sua tarifação á feição das condições em q. se achar a lavoura, de modo a impedir q. a producção se paralise por não poder arcar com os fretes, mas até mesmo a fazer com q. essa producção siga em marcha sempre crescente, graças as facilidades de transporte.

Assim entendendo, esta Sociedade, obtida a venia de S. Excia. o Snr. Ministro da Viacção, apresentou ao illustre Engr<sup>o</sup>. Dr. Pereira Passos, então director da E. F. Central do Brasil, um extenso projecto de reforma de tarifas no intuito de facilitar, nas proporções mais favoraveis, a exportação dos productos agricolas por aquella ferrovia, e a importação dos generos auxiliares da lavoura, taes como reproductores, sementes, utensilios, adubos e correctivos.

Não foi d'essa vez feliz a tentativa. Renovada ella, porem, obteve afinal a Sociedade q. S. Excia. o Snr. Ministro da Viacção, em attenção a tão reiteradas solicitações nossas e do governo de Minas, conforme declarou S.

Excia. no aviso n.<sup>o</sup> 34 de 18 de Março de 1899, mandasse observar a tarifa reduzida, actualmente ainda em vigor, na qual varios generos alimenticio sforam notavelmente favorecidos.

De tão patriótica resolução, já a lavoura e o paiz colheram beneficios, pois q. os cereaes q. em grande quantidade se achavam repressados e a vil preço no interior, puderam escoar-se para os grandes centros de consumo, fornecendo assim á lavoura recursos para curar das futuras colheitas.

O distincto brasileiro q. hora dirige essa via-ferrea, o Snr. Dr. Alfredo Maia, com quem esta Sociedade se entendeu a respeito de tão importante problema, e q. tão bem comprehende a influencia da lavoura sobre os destinos patrios, introduziu novas modificações, favorecendo a exportação do café e varios outros productos, bem como a importação de adubos e outros recursos necessarios ao desenvolvimento da lavoura.

A Sociedade solicitou ainda da Empresa da E. F. Leopoldina reducção de equidade em seos fretes e sentio-se jubilosa ao receber aviso da E. F. União Valenciana de q. havia reduzido de 50% suas tarifas para a exportação de generos alimenticios, felicitando-a por tão intelligente, quão patriótica resolução, digna de ser imitada por todas as empresas congengeres, para honra mesmo de seos administradores.

A requerimento d'esta Sociedade, apresentado ao Senado pelo Snr. Senador Moraes Barros, o Congresso autorizou o governo a diminuir os impostos de portos ás Cias. de navegação q. servem aos portos do Mediterraneo e q. se propuzerem a reduzir seos fretes para o café brasileiro.

Vem de longe o empenho com q. a Sociedade cura especialmente dos interesses da lavoura do café.

Já em 1898 nosso illustre Presidente divulgava em conferencias realizadas n'este recinto, os meios de melhorar essa cultura, e o Conselho Superior resolvía submeter a estudo varias theses no intuito de melhorar as condições economicas da lavoura do café.

Tem sido debatido na imprensa, em obras especiaes, em conferencias e reuniões n'esta Sociedade, si é ou não real, si incide ou não como factor da depreciação commercial do café, o excesso de sua producção sobre o seo consumo.

Esta Sociedade porem entende q. fora e acima d'essa controversia, difficil de dirimir, por insufficiencia dos dados estatisticos, está a necessidade de ser promovido o augmento do consumo do café, meio esse em todo o caso efficaz para combater victoriosamente a crise

q. ameaçando de morte essa lavoura, ameaça igualmente de ruínas o proprio paiz.

Foi assim q. em Maio de 98, o autor d'este relatorio chamou a attenção do governo, em artigo publicado na "Lavoura" para a necessidade de ser obtida a redução da uzura com q. a França taxa a entrada do nosso café, afim de o aliviar d'um onnus que já então representava 266% do seo valor de exportação, e d'esse modo ser conseguido um grande augmento no consumo do café n'aquelle grande paiz de cerca de 40 milhões de habitantes.

Em 19 de Julho do mesmo anno, e por proposta do mesmo associado, o Conselho Superior approvou como sendo uma das mais importantes theses a estudar, a indagação dos meios praticos de se promover o augmento do consumo do café.

Finalmente em sessão de directoria de 18 de Julho de 99, o Snr. Presidente propoz q. a Sociedade tentasse organizar meios de acção, com o auxilio das associações agricolas do Estado de S. Paulo, dos governos da União e Estados interessados n'aquelle cultura, para o fim de realisar, com o concurso dos lavradores, a propaganda a favor do consumo do mais rico producto nacional.

Obtendo o mais franco apoio por parte do governo da União e dos illustres consocios, Snrs. Senador Manoel de Moraes Barros e Deputado José de Barros Franco Jor. a idéia fez rapido caminho.

O commercio commissario e exportador de café d'esta Capital e importantes fazendeiros, adrede convidados, presentes a sessões extraordinarias em reuniões das mais selectas e concorridas, largamente discutiram a idéia que approvaram. Delegados amplos poderes á directoria da Sociedade, esta conseguiu organizar com a directoria do patriotico e prestigioso "Centro dos Lavradores Paulistas" uma comissão mixta que, sob o titulo de "Centro da Lavoura de Café do Brasil", prezidido pelo Snr. Dr. Moura Brasil e secretariado pelo nosso infatigavel consocio Cte. de Mar e Guerra José Carlos de Carvalho, tem hoje a seo cargo todo o trabalho da propaganda.

O q. o "Centro" tem conseguido em tão curto praso, mostra eloquentemente q. seo objectivo satisfazia a uma necessidade imperiosa, q. só aspirava quem lhe servisse de guia para dominar os espiritos de governos e particulares.

O Congresso Federal concedeo 300 contos para a propaganda. Os Congressos dos Estados do Rio e S. Paulo votaram para igual fim 2/100 do producto da arrecadação do imposto de exportação do café e isempção do imposto para todo o café destinado á propagnnda.

O Governo da União concedeo ao "Centro" livre transito de seos cafés na E. F. Central, impressão gratuita de todas as suas publicações na Imprensa Nacional, isempção de taxas do correio para sua correspondencia.

Igualmente concederam livre transito ao café de propaganda as Cias. E. F. Leopoldina, Rio das Flores, União Valenciana, todas as ferro-vias do Estado de S. Paulo, e a Empreza de Carris Urbanos da Capital Federal. Algumas municipalidades, como a da Barra-Mansa, promptificaram-se a obter de seos municípios suprimento de café. Os fazendeiros, finalmente, estão animados da maior simpatia e confiança pelos intuitos e direcção do "Centro".

A tarifa de combate q. o Congresso Federal sabiamente votou para defesa do café brasileiro começa a produzir os esperados effeitos, e a altiva França, q. retira de nossos cafés 116 ½ milhões de francos annualmente, já se offerece a reduzir de 1/3 o enthusiasmo com que nos vampyrisava.

A Italia cederá tambem e já se prepara para reduzir de 50% o imposto de 1 fr. 56 por kilo com q. tambem prehencia os claros de sua receita a custa de nosso café.

A Hespanha abre os braços á propaganda de nossos productos. A Grecia, a Turquia e o proprio Egypto receberão contentes o nosso café em exportação directa e assim alliviado da uzura q. lhe decuplica o custo por entre as mãos gananciosas dos intermediarios.

N'essas condições, não é preciso ser propheta para augurar que o preço do café continuará a elevar-se progressivamente e que, d'entro de poucos annos, o excesso de producção sobre o consumo, si existe, terá desaparecido e o mercado estará assim preparado para reclamar da lavoura redobrados esforços na cultura do café.

Que não nos offusque e transvie, porem, tão brilhante perspectiva. Não nos illudamos quanto as condições indispensaveis para que a industria agricola possa vencer a crise actual e conquistar elementos seguros e permanentes de prosperidade.

A rotina fez seo tempo; os processos empiricos são o passado. Insistir n'elles sera retrogradar. Quando fosse possivel á lavoura evitar o seo aniquilamento com taes processos, elles, q. foram factores da actual crise, seriam ainda e sempre os conspiradores impenitentes de novas e, quiçá, mais graves perturbações.

E' preciso pôr termo á monocultura q. nos arruina. E' preciso q. cada estado, cada região, cada propriedade rural, sem deixar de se especialisar na produção para a qual se acha preferencialmente apropriada por suas condições de clima, de terreno e de meios de

transporte, estenda sua actividade a produções secundarias, q. o acatelem contra perturbações q. possam vir a affectar o genero de sua especialidade.

A especialização absoluta, q. aliás, é um desiderato de toda a industria, não encontra certamente ainda entre nós, os elementos q. caracterizam os Estados Unidos do Norte.

E' preciso, ainda, q. os ensinamentos da agronomia entrem a dirgir os labores agrarios. Que desde o preparo do solo, a selecção das sementes e dos reproductores, a fertilização dos terrenos, a escolha e combinação das culturas, o cultivo das plantas e o trato dos animaes, se inspirem nos preceitos da sciencia e nas lições dos paizes verdadeira e intelligentemente agricolas.

Aos agricultores, porem, faltam os conhecimentos precisos para assim transformarem o *systema* e as praticas a q. se habituaram. Faltam-lhes ainda o capital de movimento, q. a crise devorou, e o seo substitutivo natural, o credito agricola propriamente dito, o credito pessoal, o credito garantido pelos fructos pendentes, pelos bens moveis e demais valores agrarios.

Para attender a taes necessidades, a Sociedade tem pugnado pela criação do credito e do ensino agricolas, como sendo os dois factores da regeneração de nossa agricultura.

A questão do credito agricola tem sido largamente discutida em conferencias, na "Lavoura", em reuniões d'esta Sociedade em representações ao Congresso Federal. A prestigiosa "Associação Commercial do Rio de Janeiro" nos honrou com uma consulta sobre um projeto de "Banco Central de Credito Agricola", que lhe fôra apresentado. Esta Sociedade, tirou, então, de seo seo uma comissão a q. confiou o estudo do projecto, a qual em minucioso parecer, q. nos coube a honra de relatar, o applaudio a mãos juntas, especialmente porque se obrigava a criar no paiz multiplas caixas bancarias para a distribuição do credito *verein*, sob os moldes das instituições Raffeisen e Schultze-Delitzsh, q. na Allemanha, na Italia, na França, têm prestado os mais assignalados serviços á agricultura.

O ensino agricola, attenta a urgencia com q. se impõe a reforma agraria, parece a esta Sociedade dever ser iniciado pelas eloquentes e indeleveis lições praticas dos campos de experiencia e demonstração.

Já fôra essa a ultima reforma q. apaixonara o patriótico espirito de nosso saudoso companheiro Campos da Paz, q. a esse respeito formulou e discutio largamente um projecto

destinado a ser submetido á apreciação do Congresso Federal.

A Sociedade via com pesar o Estado do Rio de Janeiro custear com avultada verba o "Centro Agricola da Vargem Alegre" em q. já tinham sido gastos mais de 1.000 contos de reis, sem q. no entanto os nobres intuitos q. presidiam a sua criação tivessem alcançado outro resultado q. não fosse alimentar a velha desconfiança que a lavoura rotineira tem pela sciencia.

Para q. uma instituição d'essa natureza prestasse os serviços urgentes, reclamados pela lavoura, era preciso q. seos trabalhos se inspirassem especialmente nos principios economicos q. regem a industria, ao q. difficilmente se adapta a engrenagem complicada da administração official.

Quando a Assembleia estadual discutia um projecto de reforma d'esse estabelecimento, a Sociedade dirigio-lhe uma representação impugnando esse projecto, q. se lhe afigurava ainda menos exequivel e util, por isso q. era muito mais complexo. Cahio o projecto e á Assembleia q. muito podia fazer de bom para a agricultura, preferio extinguir o Centro Agricola da Vargem Alegre.

Acreditando que a iniciação de estudos e ensino pratico de agricultura encontrará melhores elementos de exito em associações, em q. a competencia profissional esteja ao serviço do nobilissimo ideal de servir desinteressadamente á patria, a Sociedade offereceo-se ao governo do Estado para organizar e custear com a mesma verba de custeio do extinto "Centro", trez campos de experiencias e demonstração, distribuidos no Estado de modo a servir as uas diversas especialidades de cultura.

Era certamente ardua a tarefa e momentosa a responsabilidade q. a Sociedade contrahia. Acreditava ella, porem, q. por seos esforços, coadjuvados pelos serviços de alguns agronomos itinerantes, sob sua direcção, ella conseguiria promover em poucos annos a reforma da agricultura do Estado do Rio, o que para a dedicação patriótica de seos membros valia bem o sacrificio q. elles se impunham.

O preclaro governo do Estado não julgou então oportuna a acceitação da nossa proposta.

Encontrou, no entanto, a Sociedade, o mais franco e honroso apoio por parte do governo da União para conseguir a realisação de campos de estudo e ensino pratico.

Por aviso n.º 199 de 20 de Dezembro do anno findo, S. Excia. o Snr. Ministro da Viacção e Obras Publicas, Dr. Severino Vieira,

cujo nome assignalamos com respeito pelos serviços já prestados á agricultura, entregou, para aquelle fim, a esta Sociedade, os terrenos da Fazenda Grande, situado na Penha, freguezia do Irajá e onde ha tempos fora iniciada a organização d'um horto viticola.

De S. Excia. o Snr. Ministro da Fazenda, Dr. Joaquim Murinho, q. tão intelligentemente reconhece a grande influencia q. a iniciativa particular exerce sobre a educação e desenvolvimento dos povos, deve a Sociedade receber d'entro de poucos dias, a Fazenda de Sta. Monica, no municipio de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.

Para os trabalhos da primeira propriedade, contamos com subsídio prometido pelos Snrs. Prefeito e pelo Conselho Municipal do Districto Federal, dos quaes a Sociedade já tem recebido inequivocas provas da mais honrosa confiança.

Para a fazenda de Sta. Monica, onde mais larga será a esphera de acção, estão garantidos os recursos necessarios para a instalação dos serviços. Folgamos de poder annunciar q. para essa importante propriedade, a Sociedade tambem obteve da Assembleia e Governo do Estado do Rio a cessão gratuita dos utensilios, machinas, reactivos, adubos e mais pertencas do extinto Centro Agricola de Vargem Alegre.

A tão excepcionais provas de confiança, q. a auxiliam e estimulam, a Sociedade é em extremo reconhecida.

Com esses elementos a Sociedade, vae encetar no corrente anno a demonstracção dos preceitos agronomicos que tem doutrinado em suas conferencias e escriptos, plenamente confiante no exito e segura de satisfazer por essa forma a uma das mais urgentes necessidades de nossa lavoura em crise.

Apesar de não dispor dos necessarios recursos para experiencias culturaes, a Sociedade obteve durante o anno de 99 alguns resultados de valor, q. lhe foram proporcionados pelo zelo de alguns de seos associados. Taes foram, entre outros, os q. o Dr. G. Vert apresentou em relação a varias plantas horticolas e especialmente sobre uma nova variedade de feijão Mauá, obtida por selecção e q. o illustre agronomo dedicou ao nosso digno Presidente, denominando-a feijão Moura Brasil. O Snr. Dr. Joaquim Carlos Travassos, illustre 2.º Vice-Presidente da Sociedade, deo á estampa importantes estudos sobre plantas forrageiras cultivadas n'um terreno annexo á Repartição da Estatística e q. nos foi gentilmente cedido, para pequeno sensaios, pelo digno director desse estabelecimento e nosso prestimoso consocio Snr. Dr. Francisco Mendes da Rocha.

Finalmente o Secretario Geral apresentou observações sobre a Soja do Japão, *soja hispida*, a qual, cultivada em tempo proprio n'esta Capital, forneceu resultados q. a recomendam, no mais alto gráo á agricultura brasileira.

O estudo dos inimigos da lavoura, q. como taes hostilizam tambem a fortuna publica, teve, a seo turno brilhante iniciação entre os nossos trabalhos.

O Dr. G. Vert fez o estudo d'uma molestia q. affecta especialmente as leguminosas horticolas e q. reconheceu ser determinada pela presença d'um cogumelo do genero *Erysiphus* e a q. denominou *E. dollicorum*. O mesmo consocio prosegue na observação d'uma molestia da batata ingleza, devida a um *Oligochetes* q. se alimenta dos tuberculos.

O illustre consocio, Snr. Carlos Moreira, distincto assistente da sessão de Zoologia do Museo Nacional, fez a determinação scientifica de varios insectos nocivos q. confiaramos a seo estudo, taes como: O *Setophyllus orizo*, curculionideo q. persegue os cereaes e q. foi, talvez, pela primeira vez, observado destruindo caxos de videiras. O *Orthezia urtico* e o *Aspidiotus sidone*, encontrados tambem em sarmentos de videira. O *Brucus moreiro*, de Kolbe e o *Brucus obsoletus*, que perseguem o feijão preto. O *Aracocerus fasciculatus*, que vive nas raizes de varias plantas. O *Epicryptus divergens*, curculionideo q. affecta gravemente o tomateiro.

O Snr. Allipio de Miranda Ribeiro tambem nosso operoso associado, apresentou á Sociedade um bom estudo sobre o *Cantharis atomaria* q. flagela as pimenteiras.

Uma commissão composta dos Snrs. Barão de Capanema, Dr. Aristides Caire e Bernardo Dias Ferreira, examinando as videiras do Snr. Snr. Carlos Dumans, q. solicitara da Sociedade o estudo da molestia q. apparecera em seos vinhedos, em Nova Friburgo, teve então oportunidade de estudar o mal q. na Europa é conhecido pelo nome de *maladie rouge des vignes*, causado pelo insecto *Tetranychus Selarius*, a q. os horticultores denominam *grise* e q. nos paizes de importação ataca tambem a outras plantas.

Ultimamente foi o Dr. Salvador Barradas encarregado por esta Sociedade de estudar uma peste q. tem atacado as galinhas nos suburbios d'esta Capital, segundo communicacção q. nos foi feita pelo digno consocio Snr. Dr. Luis Carlos Duque Estrada, q. referio as primeiras observações sobre essa peste.

Cumprimos um grato dever de lembrar aqui q. o Dr. Astolpho A. da Silveira, q. tão bons serviços prestou á agricultura na questão

do phylloxera, descobriu recentemente uma nova praga da videira Izabella em Sette Lagoas e Diamantina, bastante perigosa, pois a aniquilou atacando suas raízes. Em seu interessante estudo reconheceu elle ser o mal devido a um *coccideo* do genero *Lecanium* e q. o Sr. Von Ihering denominou *Lecanium silverd*. A Sociedade prossegue no estudo systematico de taes inimigos da agricultura, afim de os tornar conhecidos e aconselhar os meios de os combater.

A questão do acondicionamento do café, para o transporte, em saccos de aniagem foi mais uma vez e em feliz oportunidade, trazida á discussão.

Consultado a esse respeito pelo nosso dedicado e illustre consocio Sr. Domingos Theodoro de Azevedo Jor., o Sr. Dr. Joaquim Carlos Travassos emittio seo autorizado parecer, q. concluiu, de accordo com o primeiro consocio, propondo a substituição do sacco de aniagem pelo de algodão, e affectou a questão á Sociedade para mais dilatado estudo, sendo para esse fim commissionado o Sr. Dr. Salvador Barradas. Este illustre cientista propoz-se então a indagar qual a influencia que as condições a q. é submettido o café, entre nós, desde seo preparo no terreiro, até seo acondicionamento e transporte nos navios, exercem sobre suas qualidades reais e seo valor commercial. N'esse intuito encetou uma longa serie de experiencias, cujas primeiras conclusões foram referidas em 2 conferencias realizadas na sede social e em que **demonstrou o grande poder absorvente q. tem o café em grão para a humidade e toda a sorte de vapores e gases e a acção altamente nociva q. estes exercem sobre o aspecto e qualidade do café.**

A questão despertou o maior interesse e provocou animada discussão, pela imprensa e pela tribuna, n'esta Capital e em S. Paulo, em que o Sr. Capitão de Mar e Guerra José Carlos de Carvalho sustentou com brilhantismo, em varias conferencias, a conveniencia que haveria em substituir o sacco de juta, ou aniagem, pelo sacco de algodão. E' esse um eexmplo, a todos os respeitos da maior relevancia, de cujo estudo a lavoura do café retirará certamente proveitosas lições e que poderá determinar uma nova phase de prosperidade para a cultura do algodoeiro.

A Sociedade se tem esforçado sempre por satisfazer aos pedidos de informações com que tem sido distinguida, recorrendo para esse fim a consocios de competencia reconhecida nos exemplos sobre q. versam as consultas. Assim consultada pelo Sr. Dr. Henrique Vaz sobre a cultura e preparo do fumo destinado á confecção de charutos, satisfez ella com o parecer

d'uma comissão de que foi relator o illustrado Dr. Gustavo D'Utra. Com instrucções fornecidas pelo mesmo consocio foi respondida a consulta feita pelo Sr. Manoel Ayrosa de Faria Oliveira, do Sumidouro, a respeito da variedade de algodão q. devia merecer sua preferencia, entre 3 variedades q. tinha ensaiado em suas terras e de q. nos enviara amostras de productos já colhidos. Ao Sr. Diniz Collares, q. desejava orientar-se a respeito dos machanismos e instrumentos empregados no fabrico do queijo e da manteiga, informou o illustrado engenheiro Dr. Eduardo A. Torres Cordeiro. A respeito da valor e possiveis applicações da fibra d'uma planta conhecida pelo nome vulgar de *chifre de Veado* e sobre a qual consultara o Sr. Jé. Xavier de Gouvêa Bruno, interpoz parecer o illustre industrial Sr. Dr. João Baptista de Castro. O illustrado consocio Dr. Domingos Sergio de Carvalho, finalmente, formulou erudito parecer sobre a necessidade da inclusão do ensino agricola nas escolas primarias.

Não passou despercebido á Sociedade o vivo interesse, a franca adhesão, q. alcançou, de todas as classes sociaes, o projecto de comemoração do 4.º centenario do descobrimento do Brasil, organizado por um punhado de bons brasileiros.

Todas as classes se congregaram e procuraram concorrer para os actos festivos, que deviam vincular os laços de fraternidade entre todos os brasileiros pela recordação da data em q. o Brasil nasceo para a civilização. Algumas projectaram mesmo aproveitar a oportunidade d'esse congraçamento de ideias e de sentimentos, para estudar questões de interesse publico, de modo a promover ao som dos hymnos festivos a realização de medidas de progresso, q. tornassem auspiciosa para o Brasil á entrada do novo secculo.

A classe agricola não podia quedar-se silenciosa e extranha ao côro dos sentimentos geraes, pois nenhuma outra representa o paiz pelo numero de seos filiados, pela natureza de seos labores, pela acuidade de seos soffrimentos actuaes e pela influencia q. exerce sobre o grau de prosperidade do paiz. Nenhuma outra tampouco se deixou ficar mais em atraso na marcha progressiva a q. a natureza fadou o paiz, nem está hoje carecedora de mais amplas reformas.

A Sociedade Nacional de Agricultura assim entendeo e, tendo se constituido, por um dever patriotico, advogado dos legitimos direitos dessa classe e centro de iniciativa e acção de todas as medidas q. a possam amparar na crise e promover o seo progredimento, resolveo tomar parte, tambem, na commemoração, por

meio d'um Congresso de agricultura e industria rural, q. terá lugar a 14 de Julho de 1900. N'esse congresso a Sociedade apresentará 21 monografias sobre as questões de maior actualidade para a agricultura, trabalhos esses confiados a competentes e q. deverão justificar instrucções praticas ou projectos q. depois de discutidos, serão propostos ás pessoas de quem dependa a sua execução.

Será tambem inaugurado, por essa occasião, um muséo de agricultura e industrias rurais, q. a Sociedade pretende conservar em exposição permanente, como fonte de estímulos, conselhos e ensinamentos praticos aos seus associados.

A Sociedade confia no honroso apoio que tem recebido da classe agricola e dos poderes publicos para realizar esse projecto de q. espera os mais beneficos resultados.

A Sociedade aguarda a organiação de seus campos de cultura para se habilitar a fazer larga distribuição de sementes seleccionadas, afim de fomentar uma bem orientada polycultura.

No entanto, durante o anno decorrido, poude já prestar algum serviço n'esse sentido, graças á solicitude de alguns consocios q. para esse fim lhe offereceram sementes com q. poude attender aos pedidos de 120 agricultores.

Foram as seguintes as distribuições feitas:

Trigo do Alemtejo, 80 kilos; offerta da Sociedade Brasileira de animação da criação e agricultura.

Trigo Argentino, 50 kilos; offerta do Snr. Araujo Silva, ex-consul no Rosario.

Alfalfa, 50 kilos; offerta do Snr. Araujo Silva.

Jaraguá, 60 kilos; offerta do Dr. Aristides Caire.

Feijão da China, 60 kilos; offerta do Dr. Henrique Vaz.

Arroz de casca rôxa, 60 kilos; offerta dos Snrs. Miranda Vellozo & Cia..

Capim do Francano, 60 kilos; offerta dos Snrs. Machado, Estacio & Cia..

Accrescem pequenas porções de sementes de varias outras plantas, entre as quaes, de juta, trigo-arroz, milho-arroz, feijão bravo do Piahy, camaratuba.

As conferencias publicas e palestras agricolas hebdomadarias, tiveram a possivel regularidade, versando as dissertações e discussões sobre exemplos do maior interesse para a agricultura.

O boletim social, a "Lavoura", q. continua a ser publicado gratuitamente na Imprensa Nacional, foi distribuido, sempre gratuitamente com a maior pontualidade, a partir do mez de Abril, tanto no interior do paiz, como no es-

trangeiro. Sua distribuição tem sido de cerca de 4.000 exemplares de cada boletim. N'esse numero estão incluídos, além dos q. competem aos associados, não só os q. são remetidos a todas as associações agricolas do paiz, á imprensa e grande numero de agricultores em todos os Estados, mas ainda os q. são enviados a todos os nossos Ministros e Consules no estrangeiro para lembrar-lhes de q. existe no Brasil uma agricultura q. soffre e luta e a que elles podem e devem prestar grandes serviços com os recursos dos paizes, cujo bem-estar desfructam; incluem-se ainda os q. são remetidos a todas as Camaras Municipaes da Republica, em numero de 1.024, para as estimular a tomar a parte q. lhes compete no fomento da producção das circunscriptões q. representam.

O movimento da Secretaria teve consideravel augmento, elevando-se a 533 o numero de cartas e officios dirigidos ou respondidos durante o anno. Em relação ao estrangeiro, a correspondencia não só se activa, mas cresce em importancia pelo valor das pessoas e corporações q. nos honram com suas missivas, entre as quaes se destacam as seguintes: Centro Industrial e Agricola, de Santiago do Chile — Revue des Cultures Coloniales, Paris — Charles Friesse, de Washington — Legação brasileira em Washington — Dr. Eugenio Lindenberg, professor da Estação Agronomica Central do Reino da Baviera, em Munich — Vilmorin, Andrew & Cia., Paris — Legação Brasileira em Bruxellas — Escola Superiore di Medicina Veterinaria, de Turim — Dujardin, successor de Lalleron, Paris — Ministerio de Agricultura, Comercio y Industria da Republica Argentina, em Buenos Ayres — Antonio Grandis, de Roma — Societé Commerciale et Industrielle, de Anvers — Oficina Químico Agricola de La Plata — Sociedad Rural Argentina, de Buenos Ayres — Departamento de Agriculthura y Ganaderia, de Montevideo — Royal Agricultural Society of England, de Londres — A. Bajac, de Liencourt, França — "A Agriculthura Contemporanea", de Lisbôa — Il Movimento Agricola de Milão — Associação Commercial do Porto — Dr. A. B. Griffiths, presidente da "The Society o Biological Chemistry".

O numero de sessões de Directoria e de Directoria e Conselho Superior realizadas durante o anno, foi de 42, a q. assistiram sempre outros associados.

O numero de socios effectivos hoje congregados n'esta Sociedade é de 562.

Não poupou, assim, a Sociedade, esforços para a boa realisacão de seus intuitos; sente-se ella, porem, feliz pelos resultados que alcançou.

Na confiança q. obteve dos poderes publicos, a Sociedade não vê somente a honra q. lhe cabe, mas sim o bom augurio para os destinos patrios q. d'ahi se infere, porquanto justifica a esperança de vermos a iniciativa particular triumphar das peias q. manietam o progredimento do paiz.

Nas adhesões q. tem encontrado na classe agricola, ella vê os prodomos da reforma q. ha de salvar o paiz da crise a q. o arrastou a longa serie de desatinos q. desviaram suas vistas dos preceitos economicos q. regulam o problema da produção.

Em todos esses factos a Sociedade vê a demonstração de que as associações agricolas e todos os esforços q. convergem para o fomento e melhoria da produção nacional, caracterisam o movimento historico q. atravessa o Brasil, como symptomas naturaes e de bom presagio, d'um organismo q. reage contra o mal atrophiante q. o assoberba.

Esses symptomas se desenham ainda mais nitidos na agitação progressista q. se observa em todos os Estados da União, da parte de governo e governados.

No Pará o benemerito governador fundou grande numero de colonias agricolas de nacionais e estrangeiros, em condições dignas de serem imitadas, pois garantem o exito de tais creações. O mesmo governador Snr. Dr. Paes de Carvalho, iniciou a propaganda a favor da lavoura, fomentando a iniciativa particular entre os seos coestadoanos e assentando as bases da primeira sociedade agricola, q. sob o titulo de "Sociedade Paraense de Agricultura" realizou sua assembleia de installação no proprio palacio do governo. Ainda sob os seos auspicios fundou-se o "Agricultor de Belem", folha diaria especialmente consagrada aos interesses da agricultura.

A semente foi lançada a bôa terra. Em poucos mezes e sempre sob o influxo do governo e das camaras municipaes, appareceu novo jornal, "O Agronomo", de Muaná e organisaram-se 15 sociedades agricolas filiadas á de Belem.

Conhecemol-as pelas relações q. entretemos e é com a maior satisfação q. vos apresentamos essas jovens companheiras de propaganda. São ellas a Sociedade Agricola Salinense, prezidida pelo Tenente Coronel Manoel Pedro de Castro — Soede. Agr. de Curuçá, prezidida pelo Cel. Mel. J. Ferreira Guimarães — S. A. Alenquerense, prezidida pelo Dr. Mel. Caetano Correia — S. A. de Vizeu, prezidida pelo Major Olympio José Pereira — S. A. Maracanaense, prezidida pelo Cel. Candido F. Guimarães — S. A. do Acará, prezidida pelo Dr. Manfredo Carlos Lamberg

— S. A. de Monte Alegre, prezidida pelo Cel. Joaquim José da Costa — S. A. de Muaná, prezidida pelo Dr. Julio Cezar de Magalhães Costa — S. A. do Abaeté, prezidida pelo Rev. Padre Francisco Mel. Pimentel — S. A. Odillense, prezidida pelo Snr. João Rodrigues dos Santos — S. A. da Vigia, prezidida pelo Dr. Aristides Carlos de Moraes — S. A. de Obidos, prezidida pelo Cel. Je. Ant.<sup>o</sup> de Mattos Piranha — S. A. do Nucleo Colonial "Benjamim Constant" prezidida pelo Snr. Angelo C. valente Doce — S. A. do Almeirim, prezidida pelo Snr. Mel. Carlos Ferreira Martins — S. A. de Itaituba, prezidida pelo Cel. Bernardino Ferreira de Oliveira.

Em Pernambuco foi reorganizada a Sociedade Auxiliadora da Agricultura, q. tão assinalados serviços já prestara ao Estado.

Em Sergipe o governo encarregou o Dr. Theodureto do Nascimento de estudar a cultura da maniçoba e a conveniencia de introduzir no Estado mais esse genero de exploração agricola e mandou publicar o consciencioso trabalho q. lhe foi apresentado afim de o distribuir pelos lavradores.

Na Bahia o governo se preocupou em augmentar o numero de usinas como meio de fomentar a cultura da canna e fez larga distribuição de sementes diversas, interessando-se alem d'isso pelo melhoramento das pastagens.

No Estado do Rio a Assembleia concedeo auxilio pecuniario ao "Centro da Lavoura do Café", cedeo gratuitamente a esta Sociedade os objectos existentes no extincto Centro Agricola da Vragem Alegre e creou a função de agronomos itinerantes, esta proposta do distincto Deputado Dr. Cunha Ferreira; ao mesmo tempo q. em Barra Mansa, a iniciativa particular ensaiava a criação d'um estabelecimento de credito agricola.

No Estado de S. Paulo, 40 municipios organizaram clubes agricolas, q. reunidos, por seos representantes, em um notavel congresso, em Campinas, fundaram o "Centro dos Lavradores Paulistas", a que se conservaram filiados. O "Centro", q. assim representa os interesses geraes da agricultura do Estado, inscreveo no seo programa a criação de bancos de credito hypothecario e agricola e o desenvolvimento da immigração e hoje colabora activamente commoseo na propagand do café. D'esse movimento já derivaram resultados praticos e o Clube Agricola de S. Carlos do Pinhal acaba de fundar seos campos de experiencias e demonstração, q. muito promettem sob a direção do Dr. Antonio Gomes Carmo.

O Instituto Agronomico, em Campinas, continua a prestar relevantes serviços, sob a di-

recção do illustrado agronomo Dr. Gustavo D'Uira, sendo para lastimar q. seos importantes "boletins" não tenham mais larga distribuição no paiz.

O Estado do Paraná activa-se no movimento de progresso agricola com os serviços da "Sociedade Estadual de Agricultura" e a recente fundação da "Sociedade Agricola e Pastoril Castrense".

O governo de Sta. Catharina fundou a Estação Agronomica, em Blumenau.

No Estado do Rio Grande do Sul, o governo creou a "Estação Experimental de Agronomia", com séde em Porto Alegre, o qual está procedendo a importantes estudos sobre as culturas locais. A "Sociedade Agricola e Pastoril", realizou durante o anno, em Pelotas, importante exposição de productos estadoaes e o "Lyceo de Agronomia e Veterinaria" prosegue no desempenho de sua missão de ensino, cujos efeitos multiplica com a distribuição de sua excellent "Revista".

Em Minas o illustre brasileiro q. exerce o cargo de Secretario da Agricultura, Snr. Dr. Americo Werneck, iniciou com sua administração a mais salutar campanha a favor da agricultura do Estado. E' assim q. se interessou juncto ao governo da União, para q. fossem reduzidos os fretes da E. F. Central, de modo a permittirem o excoamento da grande produção mineira. A recente criação de nucleos coloniaes, intelligentemente regulamentados como estão ha de produzir os mais beneficos resultados, bem como os "agronomos itinerantes" destinados a diffundir o ensino pratico de culturas e especialmente da industria de laticínios q. é chamada a exercer grande influencia sobre a riqueza do Estado. A seo turno, os lavradores, recordando-se de que a união faz a força, realizaram 2 congressos agricolas em Juiz de Fora, dos quaes poderão resultar grandes vantagens si elles não se esterilizarem pelos estreitos interesses da politicagem.

Por toda a parte, no paiz, opera-se a mais fecunda concentração de esforços em favor da agricultura.

70 sociedades e clubes agricolas foram organizados durante o anno de 99, elevando o numero total de taes agremiações a 81, como será descriminado em appendice.

Taes exemplos de patriotismo serão certamente imitados. O nobre precedente de civismo firmado pelas Camaras Municipaes do Pará, organisando e estipendiando associações agricolas, ha de por certo fazer proselytos em todo o paiz.

Esta Sociedade procura estimular os poderes municipaes a exercerem essa função, q. lhe parece ser a mais fecunda no momento

actual do paiz e q. se contem, seguramente, por completo entre os deveres d'essas corporações.

Grato nos é salientar n'este momento q. duas d'entre ellas pediram expontaneamente para serem inscriptas entre os socios effectivos d'esta Sociedade — a da Cidade de Caldas e a das Dôres do Indaiá, em Minas e q. 35 outras se tem corespondido conosco sobre interesses agricolas, taes como as da Capital da Bahia, de Barra Mansa, de Aracaty, de Labréa, de Sta. Leopoldina, de Pão de Assucar, de Florianiano, de Sta. Anna do Ipanema, do Porto do Cachoeiro de Sta. Leopoldina, de Piuhy, de Itaperuna, de Florianopolis, de Quipapá, da Cidade de S. Roque, de Lorena, de Cotia, de Tatuhy, de Cantagallo, de Cururupu, de Caldas, de Dous Corregos, de Cataguazes, de Campos, de N. S. da Appaecida, da Villa de Sta. Izabel, de Corumbá, de Macahé, da Encruzilhada, de Ouro Fino, de Rezende, de Pindamonhangaba, de Serinhaem, Cide. do Pomba e de Christina.

A "Sociedade Brasileira para Animação da Creação e Agricultura", organizada por brasileiros residentes na Europa e aqui representada por seo distincto Secretario Geral, Snr. Dr. Raymundo de Castro Maia, tem desempenhado esforçadamente seos intuitos, distribuindo boas sementes e dois bons livros de propaganda, o "Guia do Criador do Carneiro" e a "Cultura dos Campos".

O Snr. Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, presidente e fundador d'essa sociedade e Ministro brasileiro em Washington, n'esta ultima função tem se destacado nobremente de seos pares, tendo sempre presente a seo espirito o interesse da patria e esforçando-se dedicadamente por fazer concorrer para o desenvolvimento da agricultura brasileira os extraordinarios recursos com q. o governo da grande Republica dirige e fomenta a produção de seo paiz. A esse distincto patricio devemos o recebimento regular de centenaes de obras de propaganda q. o governo da America do Norte distribue gratuitamente e a mãos cheias no paiz, como ensinamento e estimulo a seos agricoltos.

O Snr. Dr. Alfredo Leite Rodrigues Torres, da legação brasileira em Bruxellas tem feito transcrever no "Economista International" d'aquella capital resumos dos artigos da "Lavoura", boletim d'esta Sociedade, iniciativa essa em q. não vemos somente a gentileza q. nos penhora, mas o patriotico intuito de chamar a attenção do estrangeiro para o nosso paiz e nossa lavoura.

A iniciativa assim se vae despertando por todas as formas, do longo torpor, ao influxo

da propaganda, ao passo q. seos effeitos apparecem já animadores, nos campos, q. se cobrem de novas culturas em auxilio das antigas.

E' assim q. o feijão da China, ha annos ensaiado pelo Dr. Henrique Vaz e ultimamente cultivado em larga escala pelo Dr. Moura Brasil, já entra no mercado em proporções apreciaveis. A soja do Japão já está acclimada e estará, d'entro em pouco n'esta praça, graças aos esforços do illustre presidente d'esta Sociedade. A maniçoba, q. ha alguns mezes ainda, se limitava, como planta de produção aos limites do Ceará, já forma extensas plantações nos Estados do Rio, Minas e S. Paulo. A batata ingleza já começa a influir no mercado, como producto nacional. Os vinhedos se multiplicam de anno a anno, justificando as esperanças dos que fizeram a sua propaganda. O trigo, finalmente, q. desertara ha tantos annos de nossas terras, volta agora e já forma plantações regulares em varias regiões, como o planalto da Serra do Presidio, Minas, em terras do Snr. Guilherme F. M. Monteiro de Barros e, somos informados de q. o Snr. Dr. João Teixeira Soares espera colher, no presente anno, cerca de 2.000 saccas d'esse precioso producto, em suas terras no Estado do Paraná.

Todo esse movimento de progresso tem encontrado na *imprensa* o mais franco apoio e a mais efficaz cooperação.

Muitos são os jornaes q. se occupam assiduamente de questões agricolas, a par de alguns especialmente devotados aos interesses da agricultura.

Entre todos, porem, é de justa homenagem destacar logar de honra para a imprensa d'esta Capital pela parte activa e brilhante q. tem tomado na propagnnda, já por meio de trabalhos proprios, de alto valor, já franqueando suas columnas, com fidalga cortezia e zelo patriotico, a todos os escriptos q. visem o interesse publico pelo fomento da produção nacional.

O Governo de Minas, si repudia a tutela, q. subordina, q. rebaixa, q. illude, q. entorpece, pois é a substituição da vida propria pela vida de emprestimo — presta mão-forte a iniciativa, q. enobrece o cidadão, q. fortifi-

ca os órgãos sociaes, pois é a substituição da inercia contumaz e ataophiante do captivo pela força livre e fecunda dos povos em progresso.

N'essas condições inicia-se o anno de 1900 sob bons auspicios para a lavoura e para o paiz, portanto.

Muito ha ainda q. fazer, a continuação de laes esforços, porem, debelará certamente a crise do paiz.

A Sociedade Nacional de Agricultura, continuará firme em seo posto, cumprindo devotadamente o dever que se impoz, trabalhando pela reforma e progresso da agricultura nacional.

Capital Federal, 27 de Janeiro de 1899.

Dr. Wencesláo A. L. de Ol.<sup>a</sup> Bello .

## PETRÓPOLIS

**Vendemos os últimos apartamentos de fundos, para ocupação imediata contendo: 1 sala, 3 quartos, cozinha, banheiro completo, quarto de empregada e demais dependências, em edificio recentemente terminado, no centro da cidade.**

**Preços a partir de Cr\$ 190.000,00, com entrada inicial facilitada e os restantes, a prazo longo, em mensalidades.**

**Informações na Seção de Vendas do Lar Brasileiro, à Rua do Ouvidor n.º 90, 2.º andar.**

# O CREDITO AGRICOLA EM MINAS

Muito se escreve e muito se fala sobre crédito rural no Brasil. A verdade, porém, é que, de prático, pouco se tem feito no sentido de sua implantação, entre nós.

Desde os recuados tempos do Império, tem sido preocupação dos nossos estadistas legislar sobre crédito rural; sugeridas, discutidas, votadas e aprovadas as leis, tinham os legisladores a impressão de ter resolvido o problema do crédito rural; e encerrava-se o assunto.

As leis, contudo, elaboradas por homens desconhecedores do meio onde eles deveriam produzir seus efeitos, por se terem mantido sempre alheios ao nosso ambiente rural, ou, na melhor hipótese, por latifundiários que de suas propriedades agrícolas, não raro, somente conheciam os proventos, todos, de um modo geral, faltos de observação das realidades brasileiras, eram inadequadas e inoperantes, desanimando quaisquer tentativas pela implantação do crédito rural no Brasil.

De fato, preocupando-se em limitar a um máximo de 6% ao ano, a taxa dos juros a serem cobrados nos contratos de financiamento rural, providência mal avisada num país de escassa circulação fiduciária, onde o dinheiro era alugado a prêmios altos, para os negócios de oportunidade, sempre abundantes em nações em formação, descuravam-se os legisladores, por outro lado, de facilitar as providências de natureza jurídica a que, por força da lei, estariam sujeitos os mesmos contratos, deixando que os impostos, taxas e emolumentos pela sua transcrição elevassem de 4 vezes a taxa dos juros cobrados, com o que ficava o lavrador incauto, que se quisesse valer de tais financiamentos, sujeitos a pagar despesas que, entre juros, impostos e emolumentos, chegavam, às vezes, a atingir 24% do capital tomado por empréstimo.

Era, sem dúvida, uma situação realmente desencorajadora para a instituição do crédito rural no país; desencorajadora para a empresa que em operações dessa natureza quisesse inverter capitais, cujo rendimento lhe daria apenas 6% ao ano, a par de riscos imprevisíveis e incontroláveis; e desencorajadora para o lavrador mutuário, que, além dos 6% dos juros, haveria de pagar despesas outras que elevariam aquêle prêmio de 200 a 300%, conforme fôsse o valor do empréstimo tomado.

Claro que, nessas condições, o problema do crédito rural no Brasil nunca seria re-

solvido por iniciativa particular. E, por iniciativa própria, nunca tentou o governo, antes de 1937, experimentar a exequibilidade das leis que regulavam a matéria.

Essa era, exatamente, a situação existente em 1933, quando o Congresso dos Lavradores Mineiros, reunido em Cambuquira, deliberou a organização de um Banco rural, para operar em Minas Gerais, sendo o capital constituído pelas reservas acumuladas pelo Instituto Mineiro do Café, reservas essas conseguidas pelo recebimento da parte que, àquela autarquia, cabia, das sobras do imposto de 15 shillings cobrado sobre o café exportado, tudo de acôrdo com o então vigente convênio dos Estados Cafeeiros, e com a sanção do Governo Federal.

Como se tratava de uma experiência, na época considerada perigosa, deliberou o aludido Congresso de Lavradores que o Banco a ser organizado tivesse uma constituição mista, operando, ao mesmo tempo, com o comércio e com a lavoura, devendo, contudo, predominar as operações com esta última.

Assim foi organizado o estabelecimento de crédito, com a denominação de Banco Mineiro do Café, de vez que, de princípio, destinava-se a prestar assistência financeira à lavoura cafeeira de Minas. Nos estatutos da novel organização, incluía-se um dispositivo que determinava a aplicação de 80% dos seus Cr\$ 50.000.000,00 de capital, em operações exclusivamente agrícolas, preferentemente as de financiamento ao custeio de entre-safras.

Iniciando suas operações em 20 de Março de 1934, foi o Banco Mineiro do Café o verdadeiro desbravador da senda desconhecida e perigosa do crédito rural no Brasil.

As operações de crédito rural eram, então, na prática, absolutamente desconhecidas, entre nós. Os próprios lavradores, sempre refratários a inovações, manifestavam desconfiança das operações em que lhes ofereciam dinheiro a juro de 6%, sem a exigência de avalistas, mas com o penhor dos frutos de suas lavouras; alguns, apesar disso, contraíam o empréstimo oferecido; mas ao ultimar a operação, com a transcrição do contrato no registro imobiliário, pagos os impostos, taxas e emolumentos, escandalizavam-se com as despesas feitas e ficavam com a impressão de que o empréstimo era um meio de que se prevalecia o governo para aumentar as próprias rendas.

Experimentado o terreno e verificados, praticamente, os obstáculos que se antepunham ao desenvolvimento das operações do crédito rural, aproveitou-se a administração do então Banco Mineiro do Café da primeira oportunidade que se lhe apresentou, e que foi o da discussão, no Congresso Nacional, do projeto da fundação do Banco Nacional de Crédito Rural, depois regulamentado pelo Decreto n.º 24.641, de 10 de Julho de 1934, para sugerir, por intermédio de um parlamentar amigo, a inclusão, no aludido decreto, de dispositivo que isentasse de impostos, taxas e selos os contratos de financiamento à lavoura, e que fôsse extensiva a tôdas as instituições de crédito, operando com os agentes da atividade rural, a redução de 50% nos emolumentos a serem cobrados pelos oficiais dos registros imobiliários, pelas transcrições dos contratos de penhor rural.

Conseguidas essas facilidades, pôde o Banco Mineiro do Café operar com maior desembaraço no meio rural mineiro.

Os seus empréstimos para custeio das entre-safras das lavouras cafeeiras passaram a ter boa aceitação entre os lavradores, que começaram a perceber a utilidade e eficiência do amparo financeiro que lhes era prestado. Durante 3 anos, o Banco financiou, em escala ascendente, os trabalhos com o preparo das lavouras cafeeiras, para novas safras.

E assim foi que, reconhecendo a grande utilidade do estabelecimento de crédito, cujo conceito já se firmára, definitivamente, nos meios agrários mineiros, deliberou o Govêrno do Estado que passára a ser o principal acionista do Banco, transferir a respectiva séde, antes no Rio de Janeiro, para Belo Horizonte, onde melhormente poderia ramificar-se pelas diversas zonas de Minas. E para dar maior amplitude às suas operações de financiamento agrícola, mudou-lhe a denominação para a de Banco Mineiro da Produção, com o que pôde o estabelecimento estender a outras lavouras do Estado os benefícios que já vinha prestando à do café. Passou a financiar, pois, a exemplo do que já fazia com a do café, as lavouras de algodão, arroz, cana de açúcar e fumo, sucessivamente, sempre com a mesma eficiência inicial.

Na organização de seus serviços de financiamento do custeio de entre-safras, adotou o Banco Mineiro da Produção normas tão simples como os próprios serviços agrários que deveria financiar. Assim é que os prazos dos empréstimos são calculados tendo em vista o ciclo vegetativo de cada lavoura a que se destinam; por sua vez, a quantia total do empréstimo não é entregue ao la-

vrador de uma só vez, mas, sim, em 4 parcelas, de acôrdo com as épocas das colheitas; para as lavouras de café, que são permanentes, contam-se as 3 carpas usuais, feitas em épocas certas, e a colheita. Dessarte, mais beneficiado é o lavrador, que somente paga juros das quantias que lhe são entregues e à medida que as vai retirando.

Também o valor de cada empréstimo é calculado à base da capacidade de produção da lavoura a ser financiada; segundo a quantidade de cafeeiros, quando se trata de lavoura de café, e segundo sua extensão, se se trata de lavouras brancas, assegurando, assim, o resgate do empréstimo, ao ser colhido o produto.

Tal sistema de contrôle e distribuição de empréstimos vem dando um resultado que excede à mais otimista expectativa, como adiante veremos.

Concedendo empréstimos para custeio de lavouras, mediante contratos de penhor agrícola de frutos pendentes ou em via de formação, vem o Banco Mineiro da Produção prestando aos lavradores mineiros, como, indiretamente, pelo aumento da produção agrícola, ao Estado de Minas Gerais, silenciosamente, sem alardes, mas com real eficiência, como é do feitio da gente mineira, serviço de inestimável valor.

Atendendo, preferentemente, os pequenos lavradores, seus empréstimos têm tido o limite mínimo de Cr\$ 250,00 e o máximo de Cr\$ 50.000,00.

A média geral dos empréstimos à lavoura é sempre inferior a Cr\$ 10.000,00 "per capita", donde se infere que o pequeno agricultor é o mais beneficiado.

Aumentando, gradativamente, o volume anual dos seus empréstimos para custeio de entre-safras, está o Banco Mineiro da Produção invertendo, nessas operações, atualmente, cerca de Cr\$ 40.000.000,00 distribuídos por mais de 4.000 lavradores mineiros, em cada período de entre-safra, tendo, dessa forma, satisfeito o dispositivo estatutário que determina sejam aplicados nêsses financiamentos 80% do seu capital.

Desde o início de suas operações, até esta data, já o Banco Mineiro da Produção atendeu pedidos de empréstimos de 34.956 lavradores mineiros, em quantia que soma Cr\$ 284.071.653,80. E o mais extraordinário, em tudo isso, é o resultado que o Banco tem apurado nas liquidações dos empréstimos já vencidos, porque a verdade é que a ciência bancária não está somente em emprestar, mas em emprestar bem, para depois receber. E o índice de liquidações dos con-

tratos realizados pelo Banco e já vencidos antes do corrente ano de 1946, atinge a percentagem verdadeiramente notável de 99,6%.

E' um resultado que demonstra, insofismavelmente, o acerto da orientação pelo Banco imprimida aos seus empréstimos para custeio agrícola e, mais que isso, a perfeita exequibilidade do crédito agrícola entre nós, quando praticado em bases aconselháveis.

Quanto aos benefícios que presta o Banco à lavoura do Estado de Minas, onde o seu conceito é sólido, dêles constituem provas as muitas cartas existentes em seus arquivos, nas quais, agricultores mineiros, numa espontânea demonstração de reconhecimento, comunicam que não mais necessitam dos empréstimos que lhes são oferecidos, por se terem emancipado financeiramente, graças ao

auxílio que lhes prestara o Banco, durante anos consecutivos.

Não há dúvida, pois, de que, pelo menos em Minas Gerais, o crédito agrícola é uma instituição vitoriosa, graças aos esforços do Banco Mineiro da Produção. Pode-se, não há dúvida, ampliar o seu alcance, mas o essencial, que é o desbravamento do terreno, já foi conseguido.

E é de justiça que se reconheça ter sido o Banco Mineiro da Produção o pioneiro do crédito rural no Brasil, eis que, antes dêle, nenhum outro estabelecimento se abalancara a tal empresa.

Acima de tudo, o seu esforço constitui um exemplo que deve ser meditado e seguido.

(M. R. 028 - 7)

## MUTUALISMO...



A cooperação para a execução de um empreendimento, e a divisão dos resultados entre os participantes, são a essência do Mutualismo - sistema que tem a sua aplicação ideal no ramo de Seguros de Vida - como o comprovam os 50 anos de existência da "A Equitativa".

## A EQUITATIVA

DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

*Sociedade Mútua*

*de Seguros Sobre a Vida*

MATRIZ: AVENIDA RIO BRANCO, 125 — RIO

# Realizações da Sociedade Nacional de Agricultura

Neste capítulo, não pretendemos referir a totalidade das realizações da Casa de Wenceslão Bello. Como tais, relacionaremos apenas os congressos, as conferências e as exposições, muito embora aqui se enquadrasse tudo o que têm sido feito no domínio da agricultura e da economia, proveniente de seu trabalho, de sua propaganda e de sua perseverança.

É uma resenha sucinta, cronológica e metódica, do que se pôde considerar como dos mais úteis serviços da Sociedade Nacional de Agricultura à causa da economia nacional, pois, fazendo realizar tais certames sempre com objetivo pré-estabelecido, tendo em conta a oportunidade de tais empresas, pode-se dizer, todos eles tiveram notável papel, algumas vezes decisivo, em certos setores da agricultura, da pecuária e da economia nacionais.

Contam-se êles por dezenas, cogitando dos mais diferentes aspectos da nossa vida rural e econômica, abrangendo o setor regional, o nacional e até o internacional. De todos, não ficaram apenas as lembranças, mas resultados palpáveis, concretos, traduzidos logo depois em benefícios ao país, à classe e à agricultura brasileira.

Passemos, pois, a mencioná-los:

1897

## EXPOSIÇÃO DE AGRICULTURA, ZOOTÉCNIA E INDÚSTRIAS RURAIS

Realizada, de 18 a 30 de Setembro, nos terrenos do Turf Clube, no Eng. Velho, ao lado do qual teve lugar o "Primeiro Concurso Regional". Essa exposição era a segunda da série iniciada em 1892, sob o patrocínio dos "Comícios Agrícolas do Distrito Federal", então presididas pelo Professor Henrique de Beaurepaire Rohan. A parte do certame, relativa às máquinas e instrumentos funcionou num grande pavilhão, no Largo da Lapa. Nessa ocasião, presidia os "Comícios" o Dr. Enes de Souza, fundador e primeiro presidente da Sociedade.

1898

## PRIMEIRA EXPOSIÇÃO BRASILEIRA DE UVAS EUROPEIAS

De 3 a 6 de março, realizada no Palácio da Prefeitura do Distrito Federal. Este original certame aproveitando as novas europeias cultivadas na Chácara da Pirituba, do sábio Dr. Luiz Pereira Barreto, em S. Paulo. A comissão encarregada dessa mostra constituía-se aos Drs. Campos da Paz, Honório Ribeiro Barata Ribeiro, J. S. Bastos de Freitas e John Finlay. Tinha a Exposição o empenho de comprovar a possibilidade, já demonstrada ao mundo pelo Dr. Luiz Pereira Barreto, do cultivo da vitis vinifera no Brasil. 159 foram as variedades então expostas e provenientes de 15 diferentes países, e diante das quais desfilarão milhares de visitantes. Ao Dr. Luiz Pereira Barreto, pelo concurso dispensado ao cometimento, "a Sociedade distinguiu com o título de Presidente de todas as exposições da Sociedade", colocando logo depois em seu salão de honra o seu retrato, oferecido pelo Dr. Honório Ribeiro.

1900

## 1º CONGRESSO NACIONAL DE AGRICULTURA

### 1ª EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS (ANEXA)

Realizado de 20 a 30 de novembro. O Congresso, que inicialmente se denominava Congresso de Agricultura e Indústria Rural, era uma participação da Sociedade aos festejos comemorativos do 4.º Centenário do Descobrimento, de cuja Sociedade era membro fundador. A Comissão executiva compunha-se do Dr. Henrique Vaz, Presidente; Dr. Wenceslão Bello, Vice-Presidente; Dr. Sérgio de Carvalho, 1º Secretário; Capitão de Mar e Guerra José Carlos de Carvalho, 2º Secretário e Alberto de Araujo Ferreira Jacobina, Tesoureiro.

A idéia surgira em sessão de 20 de Junho, quando o depois Vice-Presidente da Comissão apresentara um projeto nesse sentido. Uma Comissão composta dos Srs. Fábio Nunes Leal, Aristides Caire e do próprio autor foi então nomeada para o rever.

Foram votadas nesse memorável Congresso 96 conclusões dentre as quais a que aconselhava a criação de um "departamento de Agricultura, anexo ou aparte do atual Ministério da Viação e Indústria". O Presidente Campos Salles presidiu a sessão inaugural. Dado esse primeiro passo para a criação do Ministério, organizou a Sociedade, com os remanescentes da Exposição, o seu Museu Agrícola, que, muito mais tarde, e por falta de local apropriado, seria transferido para o Horto da Penha, em cuja Escola de Horticultura hoje se encontra.

Desse passo inicial no terreno da agricultura racional e científica, ficaram, em 2 grossos volumes, condensados todos os trabalhos e conclusões, os quais ainda hoje se revestem de atualidade sob muitos aspéto.

## 2ª EXPOSIÇÃO DE UVAS NACIONAIS

Realizada no Rio de Janeiro com a produção da chácara do Dr. Aristoteles Gomes Calaça.

1902

## 1ª CONFERÊNCIA AÇUCAREIRA

Dada a crise que assoberbava a indústria do açúcar, é realizada, em 25 de junho, a Conferência Açucareira da Bahia, empreendimento memorável pelos benefícios àquela indústria. Seria o início de uma série de outros certames com o mesmo fim, realizados mais tarde no Recife e em Campos. Por essa ocasião, foram lançadas as bases do Sindicato Açucareiro da Bahia, criado logo após.

1903

## 1ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE APARELHOS A ALCOOL

## CONGRESSO INTERNACIONAL DAS APLICAÇÕES INDUSTRIAIS DO ALCOOL

— Realizados no Frontão Velocipédico Fluminense, à rua do Lavrádio,

como parte da intensa propaganda em tal sentido iniciada, a qual se tem feito sentir até o presente. Datam daí os primeiros impulsos à idéia do aproveitamento do álcool como combustível, idéia hoje plenamente vitoriosa. Nessa mesma ocasião, são expostos ao público do Rio de Janeiro os primeiros automóveis, movidos a motor de explosão, com o álcool como combustível. Conjuntamente realiza-se a Exposição de Flores, em colaboração com a Associação das Crianças Brasileiras, à qual concedeu a Sociedade o auxílio de 10.000 cruzeiros.

A Comissão Organizadora do Congresso e da Exposição constituía-se dos seguintes nomes: Dr. Domingos Sergio de Carvalho, Presidente; Dr. Eduardo Augusto de Caldas Brito, Secretário; Joaquim Ignacio Tosta, Estácio Coimbra, J. J. da Silva Freire, José Agostinho dos Reis, João Baptista de Castro, Wenceslão Bello, Joaquim da Silva Gandra, Augusto Ramos, Castro Barbosa, Eurico Jacy Monteiro, Emanuel Couret, Philippe Aristides Caire e Augusto Bernacchi. A mesa da Conferência compunha-se do Dr. Cornelio da Fonseca Lima, Presidente; Dr. Luiz da Silva Castro, Vice-Presidente; Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, 1.º Secretário e José Manuel Pereira Pacheco, 2.º Secretário.

Terminados o Congresso e a Exposição, criou a Sociedade, como uma das suas mais importantes secções permanentes, a "Seção de Aparelhos a Alcool", a qual, fundindo e propagando o uso do álcool como força e iluminação, encarregava-se de demonstrações em edifícios e até em bairros. Uma antiga fotografia, que ilustra estas páginas, mostra o pessoal técnico da Sociedade ao iniciar os trabalhos de iluminação a álcool em Paquetá, que, por esse tempo (1904) não dispunha ainda de iluminação elétrica.

## EXPOSIÇÃO DE FLORES

Em 1903, ao lado da Exposição de Aparelhos a Alcool, subvencionou a Sociedade a Associação das Crianças Brasileiras para que esta realizasse, como realizou, uma Exposição de Flores. Há uma medalha comemorativa desse certame. Em 1908, instituiu a "Festa das Flores", realizando uma grande Exposição, a que compareceram floricultores do D. F., de Minas, S. Paulo E. do



Uma fotografia histórica: pessoal e material para uma demonstração de iluminação a álcool em Paquetá (1904). Julio Homem Jorge, ao centro; Paulino Garcia, à esquerda, um auxiliar, encarregados da demonstração.

Rio. O Regulamento e os prêmios em vêm publicados na "A" desse ano.

1905

#### EXPOSIÇÃO DE APARELHOS A ÁLCOOL (Pôrto Alegre)

Realizada ao lado da Exposição Agrícola que ali então se realizou.

#### PRIMEIRA REUNIÃO NACIONAL DE AGRICULTORES DE CACÁO

Realizada na séde da Sociedade, sob os seus auspícios e com sua direta participação. "A Lavoura" desse ano consigna os resultados do conclave.

#### 2ª CONFERENCIA AÇUCAREIRA

Realizada de 14 a 24 de Março no Recife, em obediência à conclusão da 1.ª, levada a efeito pela Sociedade na Bahia. Foram representantes da Sociedade os seus diretores J. L. da Costa Leite e Heitor de Sá.

1906

#### EXPOSIÇÃO DE APARELHOS A ÁLCOOL (FLORIANOPOLIS)

Realizada na Capital do Estado de Santa Catarina, nos mesmos moldes da de Pôrto Alegre.

1907

#### EXPOSIÇÃO DE APARELHOS A ALCÓOL (Pelotas)

Certame idêntico ao primeiro e segundo, todos com grande êxito.

1908

#### EXPOSIÇÃO NACIONAL

— Especialmente convidada pelo ministro da Indústria, participou a Sociedade da Exposição Nacional de 1908, construindo bellissimo pavilhão próprio.

Da sua representação nesse certame, falam bem alto os prêmios que ali levantou: uma medalha de ouro e nove grandes prêmios.

O programa da representação da Sociedade nessa grande mostra comemorativa estava assim organizado: 1.º, Serviço de Informações; 2.º, Codificação da Legislação sôbre Agricultura; 3.º, Mapa de distribuição das culturas; 4.º, Coleção de plantas medicinais; 5.º, Coleção de plantas taníferas e oleaginosas; 6.º, coleção de plantas têxteis e matérias corantes; 7.º, Coleção de plantas ornamentais; 8.º, Coleção de plantas de arborização; 9.º, Exposição de trabalhos de propaganda da Sociedade, cooperativas, sindicatos, etc.; 10, Estudos da situação econômica do Brasil, do ponto de vista agrícola; 11, Coleção de animais e insetos úteis e nocivos à agricultura em geral; 12, Coleção de produtos agrícolas do país; 13, Coleção de frutos e tubérculos do país; 14, Jardim do Pavilhão; 15, Aplicações industriais do álcool.

Esse programa era distribuído em seis diferentes secções, da seguinte maneira:

1.<sup>a</sup> — Projeto e construção do pavilhão, projeto e construção dos Jardins, *Dr. Francisco Tito de Souza Reis*;

2.<sup>a</sup> — Coleção de plantas medicinais, taníferas, oleaginosas, têxteis, corantes, ornamentais e de arborização — *Dr. José Monteiro Ribeiro da Silva*;

3.<sup>a</sup> — Coleção de animais úteis e nocivos à agricultura, coleção de produtos agrícolas, frutos e tubérculos do país — *Prof. Benedicto Raymundo da Silva*;

4.<sup>a</sup> — Aplicações industriais do álcool e serviço de informações — *Dr. Sérgio de Carvalho*;

5.<sup>a</sup> — Estudo econômico do Brasil debaixo do ponto de vista agrícola — *Dr. Silvio Ferreira Rangel*, Codificação da legislação sôbre agricultura — *Dr. Francisco Tito de Souza Reis*;

6.<sup>a</sup> — Mapa da distribuição das culturas. Esboço geográfico do Brasil, tendo em vista a agricultura. Exposição por meio de diagramas das cooperativas, sindicatos, créditos, ensino agrícola, associações de propaganda — *Drs. Manoel Paulino Cavalcanti e Souza Reis*.

## 2º CONGRESSO NACIONAL DE AGRICULTURA

Inaugurando a 9 de agosto no Rio de Janeiro, o 2.º Congresso Nacional de Agricultura, vota e aprova 230 conclusões. Os Anais dêsse Congresso encontram-se ainda inéditos.

A comissão organizadora dêsse Congresso estava assim constituída: Silvio Ferreira Rangel, Presidente; W. A. L. de Oliveira Bello, Vice-Presidente; João de Carvalho Borges Jor., Secretário Geral; João Baptista de Castro, Heitor de Sá, Carlos Oscar Lessa, Alfredo Rocha, Antonino Fialho, Alberto Jacobina.

## EXPOSIÇÃO DE FRUTAS, VERDURAS E PASSOS

Realizada de 12 a 15 de novembro, no recinto da Exposição de 1908.

## EXPOSIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL À EXPOSIÇÃO DE BRUXELLAS

Nomeada pelo Governo como membro da Comissão de Participação do Brasil à Exposição de Bruxelas, desempenha-se a Sociedade, cabalmente, da parte que lhe coube na grande feira, e que era a da organização da Seção de Agricultura do Pavilhão do Brasil. Vários prêmios altamente honrosos levantou a sua representação nesse grande certame internacional, tendo-se realizado no Rio uma exibição prévia, a que compareceu o Presidente da República.

1911

## EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA E TRABALHO (TURIM)

— Por incumbência do Governo Federal, realiza a Sociedade a participação do Brasil à Exposição de Turim, tal como sucedeu com a Bruxelas e, comparecendo o Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, à exposição preparatória aqui realizada pela Sociedade, manifestou-se agradavelmente impressionado com a mesma, louvando os beneméritos serviços que a Sociedade Nacional de Agricultura vinha prestando a lavoura. Ai levantou ela 9 grandes prêmios e 2 diplomas de honra”.

## CONVÊNIO AÇUCAREIRO DO BRASIL

De 28 de março a 12 de junho reuniu-se, na sede da Sociedade, o “Convênio Açucareiro do Brasil”. Preside os

trabalhos da primeira sessão, o Dr. Silvío Rangel, no impedimento do Presidente Wenceslão Bello, gravemente enfermo. Historiando os motivos que determinaram a convocação dos interessados na crise açucareira, informa o Dr. Silvío Rangel que a Diretoria fôra procurada pelos Drs. Alfedo Cabuçú e José Bezerra, que pediram à Sociedade o seu concurso no sentido de promover a reunião de representantes dos Estados e associações interessadas para estudo de um projeto de amparo à indústria açucareira. Estiveram presentes a essa primeira reunião, o Senador Araujo Góis, por Alagôas; Alfredo Cesar Cabuçú, pela Bahia e pelo respectivo Sindicato Açucareiro; Deputado Prudêncio Milanez, pela Paraíba do Norte; Senadores Tavares de Lyra e Ferreira Chaves, pelo Rio Grande do Norte; Dr. João A. de Oliveira Guimarães, pelo Rio de Janeiro; Senador Oliveira Valadão, por Sergipe; Dr. Gustavo Lebon Regis, por Santa Catarina e pela Sociedade Catarinense de Agricultura; Hans Meyer, pela Sociedade Alagoana de Agricultura; Dr. ~~Curvelo de Mendonça, pela Sociedade Sergipana de Agricultura;~~ Dr. Curvelo de Mendonça, pela Sociedade Sergipana de Agricultura; Dr. Henrique Santos Dumont, pela Sociedade Paulista de Agricultura; Visconde de Quissamã e Dr. José Ribeiro de Castro, pela Usina Quissamã, de Campos; Drs. Enéias de Castro, Dr. Luiz Tinoco, Isidro Pamplona, Rafael Crisóstomo e Cel. Ernesto Lima, pela Reunião dos Fabricantes de Açúcar.

Por não ter podido comparecer o representante de Pernambuco, foi adiada a sessão preparatória, realizada a 4 de abril. O Visconde de Quissamã foi eleito Presidente e o Dr. José Bezerra expoz o seu plano. Foi designado o Dr. Augusto Ferreira Ramos para relatar a proposta, que é comunicada a todos os Estados interessados. Na última sessão, ficou nomeada uma comissão permanente para a realização das medidas aprovadas, e até a reunião da 4.ª Conferência Açucareira, a reunir-se em Campos, e projetada desde 1909. Era esta a comissão: Augusto Ramos, Cel. Ernesto Lima, Curvelo de Mendonça, Carlos Raulino e Prudêncio Milanez. O penúltimo funcionou até a chegada do Dr. Mendonça Guimarães.

### 3ª CONFERÊNCIA AÇUCAREIRA

— E' realizada, a 29 de setembro, na Cidade de Campos, por iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura, a Conferência Açucareira, ainda em obediência a uma das conclusões aprovadas em idênticos certames ocorridos no Recife e na Bahia.

### 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL ALGODOEIRA

#### 1ª EXPOSIÇÃO NACIONAL ALGODOEIRA

1916

Assoberbada por tremenda crise financeira, teve a Sociedade Nacional de Agricultura quase tolhidas as suas iniciativas em prol da agricultura. Graças, porém à tenacidade e patriótica orientação da sua Diretoria, de que é justo salientar os nomes de Lauro Müller e Miguel Calmon, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, conseguiu a Sociedade, senão dominá-la inteiramente, pelo menos amainá-la, pondo à margem as causas que a faziam aparentemente estacionária em face dos problemas vitais da agricultura nacional, para surgir, a 1.º de junho desse ano, à frente de empreendimentos grandiosos e que marcaram época na história de nossa economia; a 1.ª Conferência Nacional Algodoeira, cujos resultados são sobejamente conhecidos, estando reunidos em três grossos volumes os trabalhos desse memorável certame, e simultaneamente, a Exposição Nacional Algodoeira, que conseguiu êxito surpreendente. Data desse empreendimento, verdadeiramente, o surto da cultura algodoeira como grande elemento econômico.

1917

### 1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE PECUÁRIA

#### 1ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE GADO E INDÚSTRIAS ANÉXAS

Apelando a Europa em guerra para as nossas possibilidades pastoris, julga a Sociedade de suma conveniência a reunião de um Congresso de criadores, a fim de assentar as providências tendentes à obtenção de uma produção

maior e melhor em tal ramo, que se abria num vasto campo às nossas atividades. Vinham de 1916 os trabalhos preparatórios do certame, inaugurado, afinal, em 13 de maio e prolongando-se até o dia 25, sob o título de 1ª Conferência Nacional de Pecuária, que aprovou conclusões da maior importância e oportunidade.

Simultaneamente à Conferência, é realizada nesta Capital a 1ª Exposição de Gado e Indústrias Anexas.

### CONFERÊNCIA NACIONAL DE CEREAIS

A 12 de agosto, na Cidade de Curitiba, sob o alto patrocínio do Governo do Estado, organiza a Conferência Nacional de Cereais e, anexa, a 3ª Exposição de Milho, e de cuja realização surgiu à Sociedade a idéia da Conferência.

Foram delegados a Sociedade a esse certame os Srs. Dr. Luiz Rafael Vieira Souto, Deputado Juvenal Lamartine de Fari ae Hannibal Porto. Como membros da delegação, os Srs. Carlos Lyra, José da Fonseca Ferreira e Brenno Aruda, Secretário. A conferência reuniu-se no edifício do Congresso Estadual, tendo sido a sessão inaugural aberta pelo Presidente do Estado, Dr. Afonso de Camargo. Na sessão da Sociedade de 17 de julho, firmaram-se as teses que deveriam ser debatidas. "A conferência não visa estudar assuntos transcendentais, de utilidade mais ou menos remota, mas três ou quatro pontos essenciais" — acentuou o Sr. Miguel Calmon, que a presidia. "Ela deve trazer-nos soluções para as necessidades presentes da lavoura dos cereais". E dentro desse objetivo foram organizadas as seguintes teses: 1.ª — Estudo dos meios e processos de intensificar a cultura dos produtos alimentares agrícolas; 2.ª — Estudo dos melhores processos de conservação e imunização dos cereais e grãos leguminosos; 3.ª — Estudo das providências que devem ser tomadas pelos governos da Federação, dos Estados e dos Municípios para se promover o melhor abastecimento dos mercados internos e maior desenvolvimento da exportação dos nossos produtos alimentares agrícolas; 4.ª — Estudos sobre as vantagens e modos de organização das exposições municipais ou regionais de

gêneros alimentares agrícolas e sobre a organização de clubes análogos aos do milho.

### 4.ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE MILHO

De 10 a 15 de agosto, nos terrenos do antigo Convento da Ajuda, é inaugurada a 4.ª Exposição Nacional de Milho, com a presença do Sr. Presidente da República, e que logrou a enorme frequência de 54.000 pessoas. Como nos demais certames, teve a Sociedade os seus trabalhos colocados sob o patrocínio do Governo.

1918

### 2.ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE GADO

A 13 de maio, é realizada pela Sociedade Nacional de Agricultura a 2.ª Exposição Nacional de Gado, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, na antiga sede da Escola Superior de Agricultura (atual do Departamento Nacional da Produção Animal), a cujo ato inaugural comparece o Sr. Presidente da República, e com a concorrência de 992 animais de várias espécies.

1920

### 3.ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE GADO

Sob os auspícios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, é inaugurada pela Sociedade, que a organiza, a 3ª Exposição Nacional de Gado no Rio de Janeiro. Para tal fim, é incumbida da adaptação do local, no atual D. N. I. A., inclusive construindo amplos e modernos pavilhões.

As demais exposições nacionais de pecuária, de então para cá realizadas nesta capital, em S. Paulo, Belo Horizonte, seguindo a série iniciada pela Sociedade, passaram a ser organizadas diretamente pelo Ministério de Agricultura.

1922

### CONGRESSOS DO CENTENÁRIO

Tendo sido a Sociedade distinguida com a nomeação, pelo governo, para membro da Comissão do Centenário da



Independência, realiza nesta Capital os seguintes certames:

- 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária;
- 1.ª Conferência Internacional Algodoeira;
- 1.º Congresso Brasileiro de Carvão e outros Combustíveis Nacionais;
- 2.º Congresso Internacional de Febre Aftosa.
- 1.º Congresso Brasileiro de Química.

De todos êsses conressos foram publicados "Anais" ou "Conclusões", sendo que os da Conferência Internacional Algodoeira, em 2 volumes, tiveram, também uma edição em inglês.

#### 1.ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE LEITE E DERIVADOS

##### 1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE LATICÍNIOS

Realizada no Rio de Janeiro, no antigo Pavilhão das Indústrias Portuguesas de 1922. Da Conferência, foram publicados os respectivos *Anais*, com mais de 400 páginas, tendo a Exposição marcado um grande sucesso e constituído, decisivamente, para o progresso da indústria respectiva no país.

1929

#### 2.ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE LEITE E DERIVADOS

Realizada no antigo Pavilhão das Festas da Exposição de 1922. Como a primeira, teve êxito invulgar.

#### 1.ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE HORTICULTURA

Realizada no mesmo recinto, e pela mesma época. Compreendia: frutas, flores, legumes e arquitetura paisagista.

1935

#### 1.ª SEMANA DO LEITE

Realizada no recinto da Feira Internacional de amostras, por intermédio da seguinte comissão: Marcos Migliewich, Julio de Azurem Furtado, Jorge de Sá Earp, Oto Frensel, Luiz Gonçalves Vieira e Euzebio de Queiroz Matoso Câmara.

A respeito, foi publicado um folheto com as palestras e demais ocorrências verificadas nesse original certame.

1936

#### 2.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE PECUÁRIA

Convocada pela Confederação Rural Brasileira, em nome da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, da Sociedade Nacional de Agricultura, do Sindicato dos Xarqueadores do Rio Grande do Sul e do Sindicato dos Criadores e Invernistas de Barretos, no Rio de Janeiro, e realizada de 18 a 25 de julho. Um grosso volume, com os principais discursos e com tôdas as conclusões aprovadas, foi publicado no ano seguinte.

1937

#### 2.ª SEMANA DO LEITE

Realizada, como a primeira, no Recinto da Feira Internacional de Amostras. Os Srs. Luiz Lilico e Otto Frensel foram incumbidos dos respectivos planos e realização, sendo publicados no ano seguinte os respectivos "Anais".

L. M. P.

# ENXERTIA POR BORBULHIA

GERALDO GOULART DA SILVEIRA

ENGENHEIRO AGRÔNOMO  
Prof. da Escola de Horticultura  
Wenceslão Bello

## I) GENERALIDADES

Entre as modalidades de enxertia a borbulhia é, sem dúvida, uma das mais fáceis e simples.

A borbulhia é o processo de enxertia em que o enxerto é uma gema ou borbulha.

Essa borbulha, convenientemente adaptada sobre o porta-enxerto ou cavalo continua o seu desenvolvimento normal e, no fim de algum tempo forma uma planta perfeitamente idêntica àquela de onde ela foi retirada.

No estudo da enxertia por borbulhia devemos considerar as seguintes questões:

- obtenção dos porta-enxertos.
- preparo dos porta-enxertos.
- obtenção das borbulhas.
- enxertia propriamente dita.
- cuidados posteriores à borbulhia.

Vejamos pois, em rápidas linhas, cada uma dessas questões.

## II) OBTENÇÃO DOS PORTA-ENXERTOS

Os porta-enxertos ou cavalos devem ser obtidos da maneira a mais criteriosa possível, pois deles depende, em parte, o sucesso da enxertia.

É preciso não esquecer que o porta-enxerto ou cavalo é o vegetal que vai servir de suporte à borbulha e retirar do solo a água contendo os sais minerais dissolvidos e que, portanto, é ele a base, o alicerce da enxertia.

Si ele não é resistente às doenças e pragas, vigoroso, adaptado ao solo da região, etc., não se pôde esperar e obter os melhores resultados da enxertia.

Podem as borbulhas ser da melhor qualidade, pode o enxertador ser habil e cuidadoso, mas sem um bom

porta-enxerto não se pode obter uma boa planta, sadia, vigorosa e produtiva.

Os porta enxertos são obtidos, via de regra, por meio de sementes, estaquia ou mergulhia.



Obtenção de borbulhas

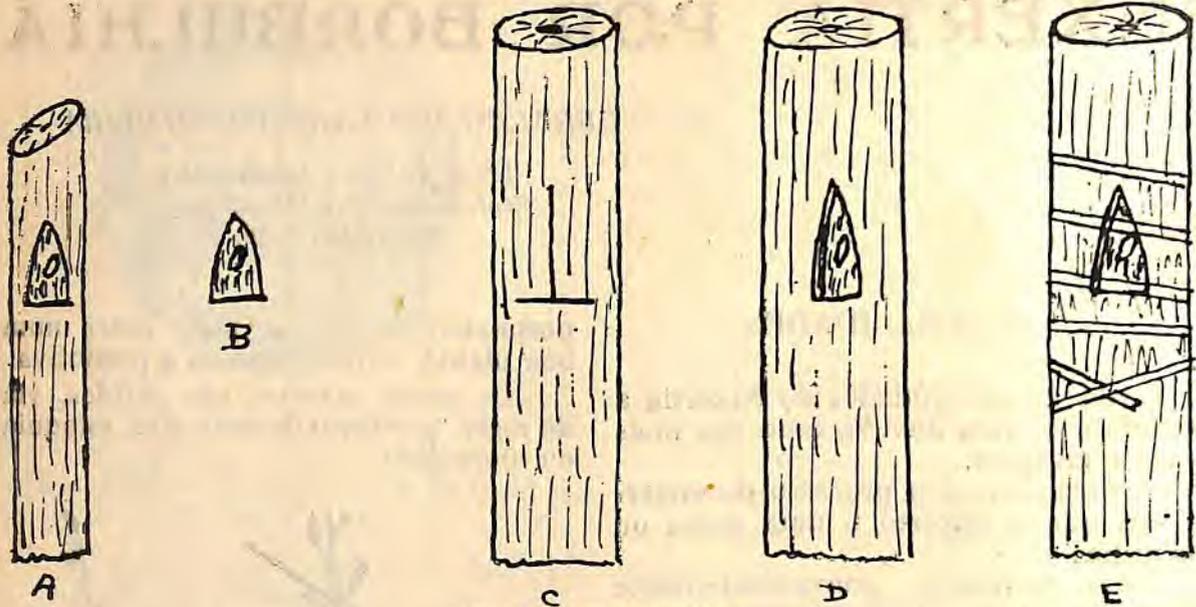
A — Ramo fornecedor de borbulhas, destacado da árvore, mostrando o local do corte das extremidades.

B — O mesmo ramo depois de preparado para fornecer as borbulhas.

Qualquer um desses processos apresenta bons resultados quando convenientemente escolhido.

A escolha do método de multiplicação vegetal para a obtenção dos porta-enxertos varia de acordo com as plantas.

Para a obtenção de porta-enxertos da citrus, por exemplo, recorre-se à multiplicação por sementes por ser a mais indicada e econômica; para a videira a estaquia é o mais viável e aconselhável, e assim sucessivamente emprega-se um ou outro processo, de acordo com a espécie vegetal que se tem em vista pro- pagar.



Borbulhia, T invertido

- A — Corte do escudo ou borbulhia  
 B — Borbulhia destacada  
 C — Incisões no porta-enxerto  
 D — Borbulhia introduzida no porta-enxerto  
 E — Borbulhia pronta e atada.

O que é necessário, e não é demais repetir, é que o porta-enxerto deve ser racionalmente obtido, obedecendo aos preceitos técnicos relativos à cultura, afim de que, sobre bons porta-enxertos possam ser obtidos ótimas plantas.

### III) PREPARO DOS PORTA-ENXERTOS

Um bom trato cultural e uma póda de conformação na época oportuna, póde assegurar a formação de um porta-enxerto bem conformado.

Assim, por exemplo, não deve ser esquecido que:

a) as ramificações atuais muito baixas comprometem o porte do cavalo, dificultam o trabalho de enxertia, e devem, portanto, ser eliminadas afim de que seja favorecido o crescimento da gema terminal.

b) a falta de tratos culturais indispensáveis, os plantios não alinhados, etc., favorecem a formação de mudas tortuosas e, portanto, mal conformadas.

c) a falta de um conveniente tratamento fito-sanitário é responsável pelos viveiros doentes e praguejados, impróprios também para a enxertia.

d) a falta de um tutoramento nas regiões sujeitos à ventos muito fortes, nas mudas de caules pouco consistentes, etc., trás como consequência a formação de mudas mal conformadas.

As plantas raquíticas, mal conformadas, muito doentes ou praguejadas, quando não possam ser convenientemente rejuvenescidas devem ser eliminadas e nunca usadas como porta-enxertos.

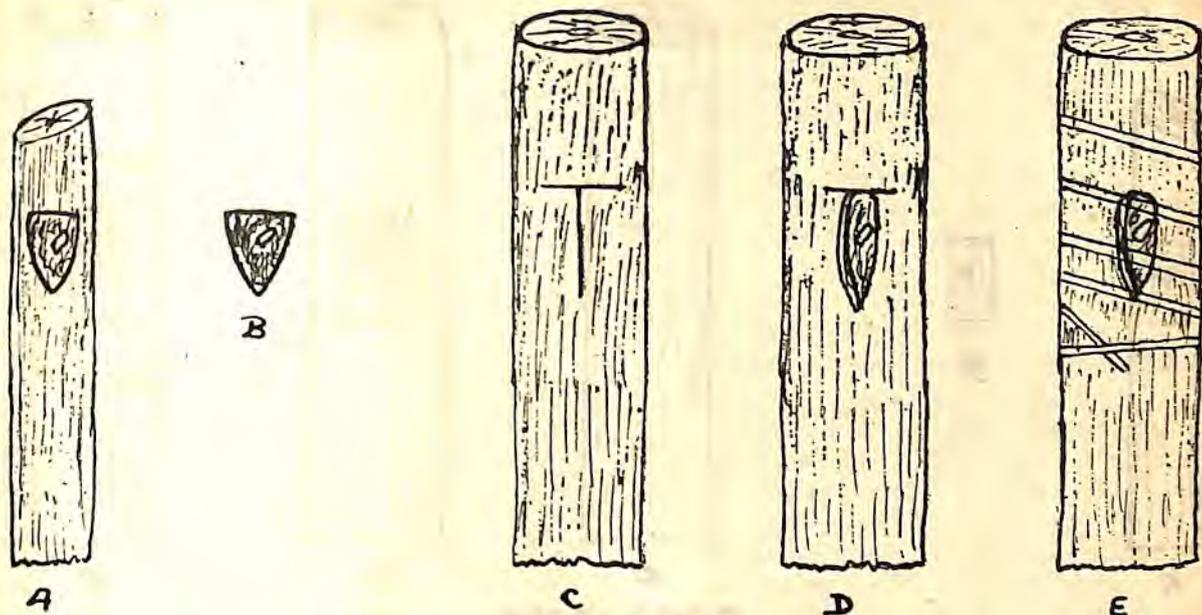
E' preciso pois, desde o princípio, tratar e educar as plantas para o fim a que elas se destinam.

Os porta-enxertos, na ocasião da enxertia devem apresentar um bom porte, isto é, um caule mais ou menos certo, desprovido de ramificações até uns 25 cm. acima do solo e devem estar sadios e vigorosos.

### IV) OBTENÇÃO DAS BORBULHAS

Os ramos destinados à obtenção das borbulhas devem ser retirados de árvores:

- a) perfeitamente sadias.  
 b) bastante vigorosas.



Borbúlia, T direito.

- A — Corte da borbúlia  
 B — Escudo destacado  
 C — Incises no porta-enxerto  
 D — Escudo introduzido no porta-enxerto  
 E — Borbúlia pronta e atada

c) com todos os bons caracteres que se deseja sejam reproduzidas pela enxertia.

Os ramos, depois de destacações da árvore-mãe, devem ter as duas extremidades podadas, pois, tanto as borbúlias da base (mais idosas), como as borbúlias do ápice (mais novas), não são recomendadas para a enxertia.

As melhores borbúlias para enxertia são, justamente as da região mediana.

Essas borbúlias devem ser vigorosas, sadias e bem engorgitadas.

As borbúlias devem ser retiradas de ramos que estejam saltando bem a casca, isto é, nos quais a casca se destaque bem do lenho, o que acontece na época de intensa circulação da seiva.

As borbúlias mal conformadas, não engorgitadas, raquíticas, com sintomas de doenças, etc., devem ser desprezadas, pois, mesmo que a enxertia vingue, nunca darão boas árvores.

## V) ENXERTIA PROPRIAMENTE DITA

A enxertia por borbúlia deve ser feita em época em que o porta-enxerto esteja soltando bem a casca e apresente, pelo menos, um diâmetro de uns 0,15 m.

A borbúlia sob casca, que é a mais usual, pode ser feita:

- em T direito.
- um T invertido.
- em placa.
- inicial.

Vejamos, em rápidas linhas, como se pratica cada um desses tipos de borbúlia.

### BORBULHIA EM T INVERTIDO

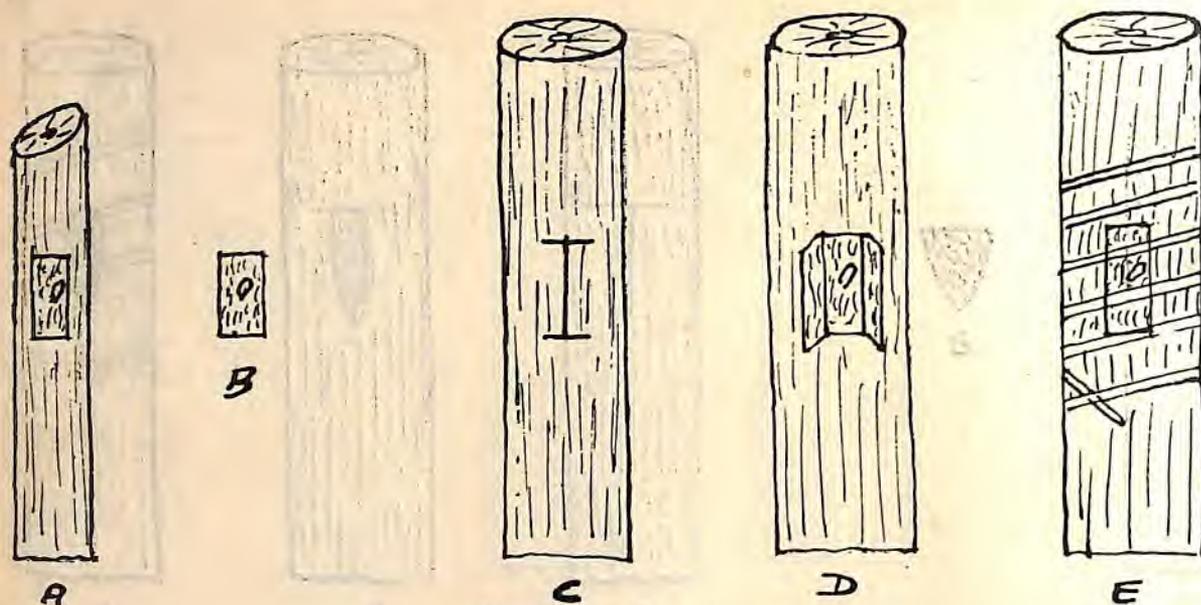
Com o canivete de enxertia pratica-se no porta-enxerto uma incisão transversal e outra longitudinal de modo a formarem um T invertido.

A incisão não deve ser profunda; basta que ela atinja apenas a camada correspondente à casca.

O escudo ou borbúlia é cortado dando-se uma incisão transversal em baixo da gema e duas incisões laterais, curvas, de modo a formarem um triângulo.

Com a espádua do canivete de enxertia destaca-se o escudo que é introduzido no porta-enxerto.

Para isso levanta-se a casca pelos bordos da incisão longitudinal, adaptan-



Borbulhia em placa

- A — Corte da borbulhia  
 B — Borbulhia destacada  
 C — Incisões no porta-enxerto  
 D — Borbulhia introduzida no porta-enxerto  
 E — Borbulhia pronta e atada

do-se, em baixo dela o escudo de maneira a que a gema fique voltada para fora e possa crescer livremente.

Durante a inoculação do escudo êle deve penetrar de baixo para cima, tomando-se o cuidado para não danificar a gema.

Uma vez ajustadas as duas partes prende-se o amarrilho de baixo para cima, distribuindo-se igualmente a pressão em toda a extensão e deixando-se livre a região correspondente à gema.

### BORBULHIA EM T DIREITO

Com o canivete de enxertia pratica-se no porta-enxerto uma incisão transversal e outra longitudinal de modo a formarem um T.

Corta-se o escudo ou borbulhia praticando-se no galho uma incisão transversal acima da gema e duas incisões laterais e curvas para baixo, de modo a formarem um triângulo.

Destaca-se a borbulhia que deve ser introduzida no porta-enxerto e amarrada conforme já foi explicado linhas acima.

Nesse caso, uma vez levantada a casca do porta-enxerto nos bordos da incisão longitudinal, o escudo deve ser

introduzido de cima para baixo e não de baixo para cima como no caso anterior.

### BORBULHIA EM PLACA

Com o canivete de enxertia pratica-se no porta-enxerto duas incisões transversais unidas por incisão longitudinal que atinja so meios das duas.

Corta-se o escudo ou borbulhia praticando-se no galho duas incisões longitudinais mais longas e duas incisões transversais mais curtas, um pouco acima e um pouco abaixo da gema, de modo a formarem um retângulo.

Com a espátula do canivete destaca-se cuidadosamente o escudo que deve ser introduzido no porta-enxerto.

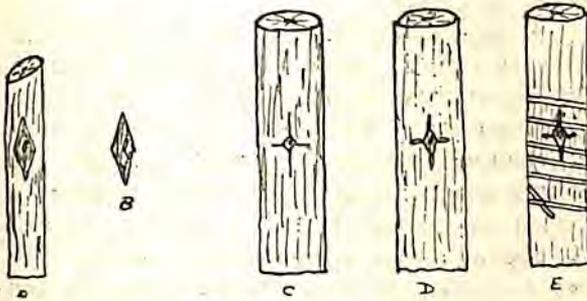
Para isso levantam-se os bordos da incisão longitudinal do porta-enxerto encaixando-se em baixo deles, o escudo que deve permanecer com a gema livre, isto é, não recoberta pela casca do porta-enxerto.

O amarrilho é atado de maneira idêntica a que foi explicada para os outros processos.

## BORBULHIA INICIAL

Com o canivete de enxertia praticam-se no porta-enxerto duas incisões, uma transversal e outra longitudinal, de modo que se cruzem no meio.

O escudo ou borbulha é cortado dando-se quatro incisões no galho de modo à firmarem em lozango.



Borbulha crucial

- D — Borbulha introduzida no porta-enxerto  
 A — Corte da borbulha  
 B — Borbulha destacada  
 C — Incisões no porta-enxerto  
 E — Borbulha pronta e atada

Com a espátula do canivete destaca-se o escudo que deve ser cuidadosamente introduzido sob a casca do porta-enxerto e em seguida amarrado.

## VI CUIDADOS POSTERIORES

Si as condições forem favoráveis e o enxertador habil, no fim de 15 à 20 dias as enxertias já estão vingadas o que se reconhece porque as gemas permanecem engorgitadas e verdes.

Quando o amarrilho não se decompõe sob a ação do tempo convem, uns 30 dias após a enxertia desatá-lo para evitar o estrangulamento do enxerto.

Durante as inspeções que periodicamente devem ser feitas nos viveiros deve-se, sempre que surgirem, serem eliminadas as brotações do porta-enxerto abaixo do ponto de enxertia, isto é, os ramos-ladrões que consomem seiva e retardam o desenvolvimento da borbulha.

Quando a gema já formou um ramo de, pelo menos 15 cms. de altura, pratica-se no porta-enxerto, logo acima do ponto de enxertia, uma incisão em bisel orientada para o lado oposto, de modo a que a parte superior do porta-enxerto fique tombada para o lado.

Passados uns 15 dias completa-se a incisão anteriormente praticada, cortan-

do-se totalmente a parte do porta-enxerto acima do ponto de enxertia.

Afim de que o ramo proveniente do desenvolvimento da borbulha fique em boa posição e origine uma parte aérea bem conformada é de toda conveniência tutorá-lo durante alguns meses.

Dai por diante devem ser mantidos os tratos culturais habituais afim de que as mudas se desenvolvam normalmente, dando árvores sadias e vigorosas.

Entre as frutíferas que podem ser enxertadas por borbulha podemos citar:

- Abieiro — *Lacuna caimito*.  
 Ameixeira — *Prunas doméstica*.  
 Amendoeira — *Prunas amigdalas*.  
 Amoreira — *Morus nigra, M. alba*.  
 Avelã — *Corilus avelana*.  
 Castanheira — *Castanea vesca*.  
 Cerejeira — *Prunus avium*.  
 Cherimolia — *Anona cherimolia*.  
 Condessa — *Anona muricata*.  
 Damasqueiro — *Prunus armaniaca*.  
 Figueira — *Ficus carica*.  
 Groselheira — *Riber*.  
 Laranjeira — *Citrus aurantium*.  
 Macieira — *Pirus malus*.  
 Mangueira — *Mangifera indica*.  
 Marmeleiro — *Cidonia vulgaris*.  
 Pessegueiro — *Prunus persica*.  
 Pereira — *Pirus comunis*.  
 Romanzeira — *Punica granatum*.

## Fazenda do Quilombo

Município de Pedro Leopoldo

Estado de Minas Gerais



Criação de Gado Fino,  
 GYR, INDU - BRASIL

# Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo

Ao Sr. Ministro da Agricultura, em data de 12 de Dezembro do ano passado, aquela prestigiosa instituição enviou o seguinte ofício:

A Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, tomando conhecimento dos termos do relatório do sr. Francisco Malta Cardoso, apresentado na última sessão plenária da Reunião dos Secretários de Agricultura, vem protestar contra a forma capciosa e deselegante pela qual o representante do governo de São Paulo desenvolveu o tópico referente ao "Banco Agrário Nacional".

O Sr. Malta Cardoso, que foi um dos teóricos do direito sindical no Estado Novo, tendo, repetidas vezes, se congratulado com o Sr. Getúlio Vargas pelo sistema corporativista instaurado pela Carta Constitucional de 1937, como se verifica, por exemplo, do seu conhecido livro "Sindicatos Rurais na Federação", tem sido um dos mais ardorosos adversários da organização efetiva e democrática da classe rural.

Essa animadversão o levou a forte campanha contra o decreto-lei número 8.127, de 24 de outubro de 1945, elaborado pelos legítimos representantes da classe rural do país, para estabelecer as bases da organização de nossos lavradores e pecuaristas. A lei não estabelece qualquer privilégio, não fere a liberdade de associação ou de representação e coaduna-se perfeitamente com o regime democrático. Constituiu ela uma reação contra a tendência de certos grupos que procuram manejar a grande massa dos ruralistas em proveito de algumas entidades isoladas, por eles dirigidas e sem contacto orgânico com os que trabalham e produzem no interior.

Tal animadversão acompanhou o sr. Malta Cardoso à Secretaria da Agricultura do Estado, que ele aceitou e desempenha, muito embora saiba que o atual presidente da República e os sucessivos Ministros da Agricultura apoiaram e apoiam a legislação associativista em apreço, tanto que o general Eurico Gaspar Dutra mandou há pouco arquivar uma representação contrária ao decreto-lei 8.127, encaminhada pelo governo de São Paulo, por iniciativa do sr. Malta Cardoso e de amigos seus, que não se con-

formam com a perspectiva da existência, em cada município paulista, de uma associação rural organizada e ciosa da defesa dos interesses da classe.

O espírito apaixonado do Sr. Malta Cardoso revelou-se ainda na aludida Reunião dos Secretários de Agricultura. Na posição de relator geral desvirtuou o pensamento da sub-comissão de crédito rural, quando esta sugeriu que as associações rurais (enquadradas ou não no decreto-lei 8.127, a comissão não cogitou disso) colaborassem com as agências do projetado Banco Rural, afim de realizarem o cadastro de seus associados. Essa colaboração foi interpretada, subrepticamente, pelo sr. Malta Cardoso como "interferência" das associações no mecanismo do Banco Rural, coisa que a sub-comissão, como revelou o seu membro relator em longo artigo estampado no "O Jornal", do Rio, de 1 do corrente, esteve longe de pretender.

A propósito dessa recomendação da sub-comissão, por ele interpretada indevidamente, o sr. Malta Cardoso encaixou referências ofensivas ao decreto-lei 8.127 e às centenas de associações rurais existentes em todo o país, que se adaptaram à nova legislação e procuram de todas as formas cumprir e engrandecer as suas finalidades. Revelou-se, assim, s. excia., mais uma vez, o incontido adversário do associativismo rural, o inimigo da organização de entidades de classe rural no interior, cuja vida, neste Estado, ele tem procurado, por todas as formas, como Secretário da Agricultura, dificultar, muito embora seja um mero sub-delegado do Poder Central, a quem deve lealdade e observância de suas diretrizes.

Esta Federação, organizada nos termos do decreto-lei 8.127, sente-se perfeitamente à vontade para proclamar as excelências do mesmo, nunca tendo sido coartada em sua liberdade e mantendo a sombranceria bastante para divergir energicamente de um homem de governo, como é, no caso, o sr. Malta Cardoso. Tem experiência própria para não considerar fascista o referido decreto-lei, cujas finalidades se enquadram perfeitamente dentro dos princípios de liberdade de associação e de auto-determinação das entidades de classe, que foram enunciadas pela Constituição de 1946.

A convicção generalizada nos círculos da lavoura e da pecuária paulistas, através de suas 52 entidades filiadas a esta Federação, é de que o sr. Malta Cardoso, adepto fervoroso do regime corporativista, não se sente bem com um sistema de organização da classe rural, que permite a entidades de natureza civil colaborarem com o poder público e dele receberem incumbências para o engrandecimento da agricultura. S. Excia. ainda sente-se preso ao famoso prefácio do seu livro "Sindicatos na Federação", onde faz o panegirico do Estado Novo e do ex-presidente Vargas. Assim, refere-se ao "memorável discurso de 1º de maio" do Presidente Vargas, elogia a orientação do Departamento Nacional do Café e do Instituto do Açúcar e do Alcool, organiza o seu trabalho "em obediência à Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937" e termina o prefácio com estas palavras definitivas:

— "O Estado Nacional Brasileiro é sem dúvida uma realidade original entre os Estados modernos, único entre todos com as características grandiosas de República Federativa Corporativa e que necessariamente conservará as tradições visceralmente democráticas do País".

Eis aí, Exmo. Sr. Ministro, a gênese da atual atitude do ilustre atual Secretário da Agricultura deste Estado. Adepto da "democracia corporativa", admirador do Estado Novo, teorista do direito fascista, S. Excia. não se sente bem diante do incentivo à existência de associações rurais numerosas, ativas e livres, formadas dentro do estilo de autonomia e cooperação, que caracteriza as entidades rurais norte-americanas. Utilizando o seu fecundo poder verbal, o Secretário da Agricultura deste Estado tem procurado "despistar" a sua verdadeira posição diante do problema da organização da classe agrícola brasileira e não oculta o seu desaponto diante das declarações de um espírito nitidamente liberal e democrático, como o de V. Excia., quando, no encerramento da Conferência dos Secretários, se manifestou favorável ao associativismo rural, que vem sendo processado no país e que merece todo o apóio e estímulo.

Valemo-nos da oportunidade, excelentíssimo senhor Ministro, para renovar a V. Excia., as expressões de nossa respeitosa admiração.

# A LAVOURA

(ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL  
DE AGRICULTURA)

FUNDADA EM 1897

Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho

Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda Camara

Diretor

Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira

Consultor - Técnico

Luiz Marques Poliano

Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º

Tel. 42 - 2981

C. P. 1245 — Rio de Janeiro



## As Sédés da Sociedade Nacional de Agricultura

A primeira séde da Sociedade Nacional de Agricultura foi a Casa de Moeda do Rio de Janeiro. Após a reunião realizada a 20 de Maio de 1896, na séde da então Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em que se traçaram os rumos para a futura associação, teve lugar, na Casa da Moeda, a 9 de Janeiro do ano seguinte, a sessão preliminar, em que foi fixada a data definitiva de 16 de Janeiro para a instalação. A fundação verificou-se no dia estabelecido, no salão nobre da Casa da Moeda, sendo a sessão solene de instalação e posse da 1.<sup>a</sup> diretoria realizada no salão nobre da Escola Politécnica, ao Largo de S. Francisco.

Verificada a cisão na Diretoria, e, em virtude dela, a existência de duas sociedades, uma, a do Dr. Ennes de Souza, anunciava em seus prospectos a séde na Casa da Moeda, à Praça da República; a do Dr. Moura Brasil, no edifício da Repartição Geral de Estatística, à Praça 15 de Novembro.

Os salões do Lyceu de Artes e Officios e Associação Comrecial do Rio de Janeiro, bem como os do Clube de Engenharia, eram utilizados pela Diretoria encabeçada pelo Dr. Moura Brasil para o local das reuniões maiores e conferências da sua Sociedade.

Tendo tido o Dr. Moura Brasil ganho de causa na questão judicial entre as duas diretorias, regularizou-se a vida da Sociedade e, já em 1902, passa ela a ocupar um grande prédio, com duas frentes, uma para a Rua da Alfândega 108, e a outra, para a Rua General Câmara 127.

Nessa séde, onde a Sociedade teve o período áureo da sua vida, esteve até 1912, de onde se transferiu para o edifício à Rua 1.<sup>o</sup> de Março n.<sup>o</sup> 15.

O prédio, de 4 pavimentos, foi construído pela Sociedade num terreno pertencente à Província Carmelitana Fluminense, em virtude de um contrato então assinado pela Diretoria Lauro Müller.

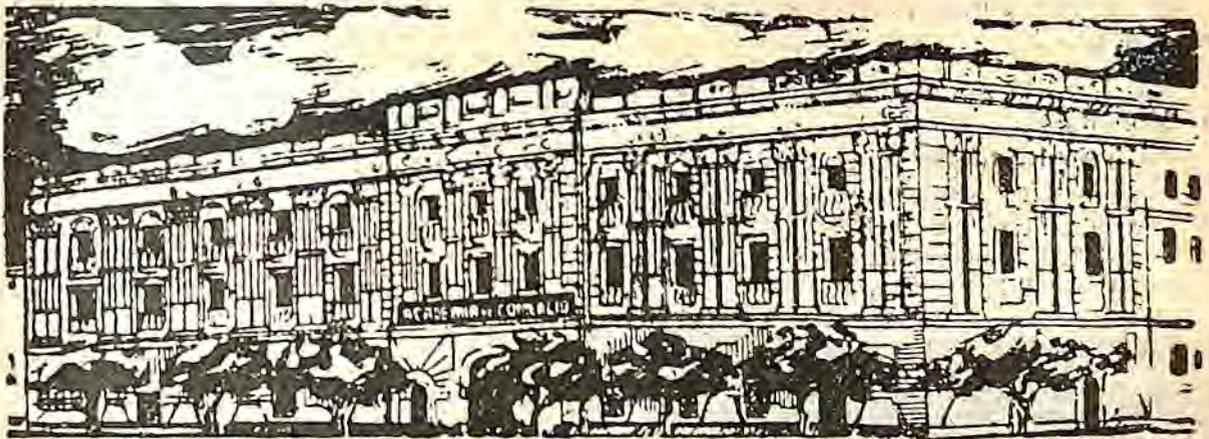
Esse contrato, continha em seu texto um vício de direito, uma subtieza jurídica, ou o que outro nome lhe caiba, que impediu não só as operações previstas nos Estatutos, como, até, a permanência da Sociedade no edifício por ela construído, forçando-a a procurar, às pressas, nova séde. A importância reservada à aquisição do imóvel, que parecia pertencer por opção à Sociedade, estimada em cerca de 90 contos de réis, ficou assim sem aplicação, pois o contrato, pelas razões apontadas, estabelecia que a opção dependeria da vontade

daquela organização religiosa. Em resumo, a Sociedade construiu um edificio, às suas custas, em terreno alheio, pensando que, ao fim de certo tempo, o edificio e o terreno mediante um determinado pagamento, passassem a pertencer-lhe. Mas, ao contrário, tanto o terreno quanto o edificio, por via mesmo dêsse contrato, tiveram de ser devolvidos, ficando a Sociedade sem séde e sem possibilidades de uma aquisição imediata. Foi quanto tratou a Sociedade de obter autorização para vender uma parte dos terrenos da Penha e, com o produto, adquirir ou construir a sua séde e remodelar o Aprendizado Agrícola ali existente, transformando-o numa Escola Prática de Horticultura. O produto dessa venda, cerca de 700 contos, foi totalmente consumido na segunda parte do programa, ocorrendo à



Casa da Moeda do Rio de Janeiro — primeira sede da Sociedade, sob a presidência do dr. Ennes de Souza. No seu salão nobre foi fundada a Sociedade, a 16 de Janeiro

Diretoria a idéia de dispor de um novo trato de terra, para o que obteve do govêrno a respectiva autorização. Essa venda foi feita mediante concorrência ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, pelo preço, em cifras redondas, de 770 contos. Com essa importância, dada a elevação do valor imobiliário, não foi possível à Diretoria obter prédio construído, tendo o assunto sido debatido e resolvido em sucessivas sessões e assembleias, vencendo a preferência pela compra de um terreno, onde, mediante financiamento, se levantasse a nossa séde própria. A compra de um terreno, sobre a Avenida Beira Mar, foi realizada pela Sociedade, dentro da importância apurada. Um imprevisto, porém, haveria de surgir. O Ministério da Aeroná-



Academia de Comércio do Rio de Janeiro (atual), antiga Diretoria Geral de Estatística, onde funcionou a Sociedade desde 1898 até 1901

tica, fixando o gabarito da construção em poucos andares, praticamente impedia o financiamento da construção, pela deficiência de renda provável. Por outro lado, tendo-se oferecido uma oportunidade, realizou a Diretoria, devidamente autorizada em assembléia, a venda desse imóvel, já então gravado por elevado imposto predial, pela quantia de 2 milhões e cem mil cruzeiros. Depositado esse dinheiro, passou a Diretoria a trabalhar pela obtenção de um terreno, mediante doação do governo, a exemplo do que havia acontecido com outras instituições. A doação foi feita e lavrada a escritura respectiva.

Ao atual Senador Sr. Getúlio Vargas, então Presidente da República, deve a Sociedade esse relevante serviço, pois que foi em atenção ao ofício d 25 de Maio de 1944, que abaixo se transcreve, que S. Excia. autorizou em decreto-lei a doação. Nesse caso, foram de muita valia os serviços prestados pelo Dr. Luiz Simões Lopes:

“De há muito vem a Sociedade Nacional de Agricultura cogitando de instalar-se definitivamente, cumprindo, mesmo, um voto da II Conferência Nacional de Pecuária, que recomendava a instalação desta Instituição num edificio condigno, à altura da classe que representa e a exemplo de outras, que funcionam nesta Capital, em edificios próprios, mercê do amparo que V. Excia. lhes tem proporcionado.

A Sociedade, com meio século de existência, não pode ainda satisfazer esse velho desejo da classe e da sua direção, mas não tem poupado esforços para encaminhar o problema da sede a bom termo.

Dada a grande soma de serviços que esta instituição tem prestado ao país, a sua tra-

dição — e a leal colaboração com o governo, anima-nos a pleitear junto a V. Excia. o terreno de acrescidos de marinha, situado na quadra 12, lote n.º 5, pertencente ao Domínio da União, para nele ser construída a futura “Casa da Agricultura”, de que tanto recente a nossa Capital, mesmo em confronto, não dizemos com as outras classes do país, mas com idênticas classes das vizinhas repúblicas do Prata, cujas associações rurais dispõem de sedes que lhes permitem a prestação de numerosos serviços, desde a acolhida do agricultor do interior, até como órgão de ensino e de pesquisas agrícolas, dispondo de mostuários, museus, galeria de máquinas, etc.

Com os recursos de que já dispomos e o terreno, se V. Excia. houvesse por bem brindar com esse benefício, poderíamos, desde logo, iniciar a construção de um grande edificio para sede da Sociedade Nacional de Agricultura, que abrangeria, também a Confederação Rural Brasileira, cuja ação e futura organização, como órgão exponencial da classe rural brasileira, lhe dará ensejo de colaborar com o governo de V. Excia. de forma ainda mais eficiente, no estudo e orientação dos nossos problemas econômicos.

A construção da “Casa da Agricultura”, nesta Capital, seria, por outro lado, a oportunidade que se ofereceria à Sociedade Nacional de Agricultura de homenagear os grandes vultos da agricultura nacional, como sempre foi o desejo do nosso saudoso e benemérito Presidente Dr. Idefonso Simões Lopes.

Certos de que V. Excia. não faltará com o seu apóio a essa aspiração da lavoura brasileira, antecipo, em seu nome, os melhores agradecimentos e aproveito o ensejo para reiterar os protestos da mais elevada consideração.

a) *Arthur Torres Filho*, Vice-Presidente em exercício”.

Em lugar oportuno, tratarmos da “Casa da Agricultura”.

Passemos a relatar o que sucedeu após a caducidade do contrato com a Província Carmelitana Fluminense e a subsequente mudança para a sede provisória ao Largo de S. Francisco n.º 3, 2.º andar.



Edifício da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se realizavam as sessões da Sociedade, sob a presidência do dr. Ennes de Souza.

Ali alugou a Sociedade 3 grandes salas e uma menor, tendo a mudança se realizado em Setembro de 1935. Nessa ocasião, o Museu Agrícola e o Arquivo da Sociedade foram, por deficiência de espaço, transportados para o Horto Frutícola da Penha, onde ainda hoje se encontram.

Em 1943, a 9 de Julho, um rude golpe da fatalidade havia de ferir a instituição: um dos maiores incendios da cidade, reduziu a cinzas o edifício do Parc Royal, em cujos altos nos achávamos instalados, e, com êle, todo o nosso patrimônio material, inclusive a valiosa biblioteca; por uns dias, ficou a Sociedade, ou melhor, os seus funcionários numa sala de sobrado à Rua General Câmara, gentilmente oferecida pelo Sr. Raul Barreto de Sá.

Obtivemos, nessa ocasião, o traspasse do contrato de três salas no Edifício São Borja, no 14.º pavimento, onde começamos a fazer ressurgir a Sociedade.

Ali estivemos cêrca de dois anos, mas a angústia do local, e a perspectiva do aumento dos encargos da Sociedade, com a comissão de organização rural e consequente reinstalação da Confederação Rural Brasileira, levou a Diretoria a pleitear e obter, da sessão de 13 setembro de 1943, autorização especial para

a compra de um pavimento, ou parte de 1 pavimento, em prédio no centro urbano, de boa e moderna construção, no qual se pudesse instalar a Sociedade, e até que se levasse a cabo a construção da Casa da Agricultura.

Foi, assim, adquirido o meio pavimento em que nos encontramos hoje, e a respeito do qual me refiro em outro local.

Vejamos, porém, como se deu essa transação:

A maior dificuldade a vencer, em face dos objetivos imediatos da Sociedade, era a obtenção de um local em condições de imediata ocupação. Tivemos em estudo alguns prédios, talvez melhor situados do que êste, como o edifício Darque de Matos, mas a sua ultimação só se daria em começos do ano seguinte. Teve de ser afastado por isto. Um outro, visitado pela comissão, o Edifício Borba Gato, além de outros inconvenientes, apresentava o do alto preço por metro quadrado; o edifício da “A Nota”, de propriedade do Sr. Milton de Carvalho, só dispunha de uma área nos fundos do 16.º pavimento, e assim outros, construídos ou em construção. Examinadas as condições oferecidas pelo edifício em que nos encontramos agora, verificou a comissão — que



Vista parcial do edifício à Rua 1º de Março n.º 15, onde a Sociedade funcionou de 1912 a 1935. Construído pela Sociedade.



Primeira séde autônoma da S. N. A., à rua da Alfândega.

de tudo deu conhecimento à Diretoria — que duas vantagens, desde logo, deviam ser consideradas: o edificio podia ser logo habitado e entregue à Sociedade; o relativamente baixo preço do metro quadrado. Na qualidade de presidente da Sociedade e da Comissão, procurou o Dr. Torres Filho ouvir pessoas entendidas e, isoladamente, membros da Diretoria, que, todos, se manifestaram favoráveis à aquisição. Foi assim que, a 18 de setembro, encaminhamos à Imobiliária Santa Catarina uma proposta de compra de três grupos de salas que hoje ocupamos pelo preço global de 974.000,00 cruzeiros.

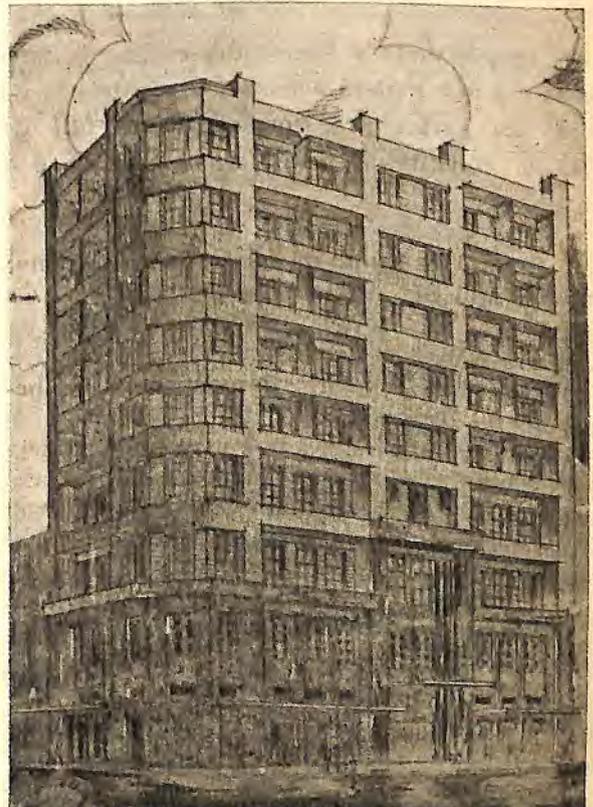
Posteriormente, concordou a Diretoria em algumas modificações nessa proposta, quanto ao modo de realização da transação, mantendo contudo o preço e demais condições gerais.

Em virtude dessa última proposta, foi depositada na Casa Bancária de Batista, Guinle,

Pontual & Cia. Ltda., a quantia de 200.000,00 cruzeiros para garantia do negócio, quantia essa que, na assinatura da escritura de promessas de compra e venda, seria e foi computada.

Entregue o assunto ao tabelião Alvaro Cunha, em cujo cartório, a 16 de outubro corrente, foi lavrada a escritura de promessa de compra e venda, entrando a Sociedade, além daqueles 200 mil cruzeiros, entregues pela Casa Bancária à proprietária D. Luiza Helena Baccayva Catão, com mais 447.050,00 cruzeiros, ficaram restando apenas 326.950,00 para completar a quantia combinada.

Essas duas importâncias, retiradas respectivamente em 21 de setembro e 16 de outubro da nossa conta especial no Banco do Brasil, conforme requisições daquela data, e mais a que falta para liquidação da compra, correm por conta do lucro apurado pela Sociedade na venda do terreno adquirido ao Domínio da União.



Projeto da construção sobre o terreno da Av. Beira Mar



Projeto da "Casa da Agricultura", a ser edificada no terreno à Av. Presidente Justo (Esplanada do Castelo).

Dispõe hoje a Sociedade, assim, de uma sede em que poderá aguardar a construção da Casa da Agricultura, com uma área útil de 243,50, constituída por 8 salas grandes e 3 menores.

Quanto ao grupo de salas que ocupávamos no Edifício São Borja, logo que realizamos a compra e nos foram entregues as salas no Edifício Itanagra, e que sublocávamos ao locatário Sr. José Gobbato, desocupamos em benefício do Engenheiro J. T. Cavalcanti, que ocupava uma das três, e que manifestou desejo de ali continuar, no que acedemos, uma vez que nos indenizou da importância de 8.000,00 cruzeiros que tínhamos em depósito para garantia de aluguéis.

É essa a nossa sede atual.

Obtida concessão do terreno na Esplanada do Castelo, tratou logo a Sociedade de cogitar do financiamento e dos planos da construção, uma vez que a — escritura de doação foi lavrada a 19 de junho de 1945. Deve ser assinalado que, por essa escritura, o

valor do imóvel concedido foi estimado, pelo Domínio da União, em 4 milhões de cruzeiros.

Surgiu, porém, uma dúvida: pelo decreto de concessão, a Caixa Econômica julgou não ser lícito à Sociedade hipotecar o imóvel, o que nos levou a pleitear junto ao Governo um ato especial naquele sentido. Este obstáculo foi vencido graças à boa vontade do nosso velho e prestimoso amigo, Dr. José Pires do Rio, ao tempo ministro da Fazenda do Presidente Linhares, com a promulgação do decreto-lei n.º 8.594, de 8 de janeiro do ano passado.

De posse desse indispensável elemento de trabalho, voltou a Sociedade à Caixa Econômica, agora com dados positivos e firmemente estribada, para pleitear o financiamento. Os projetos e planos para a "Casa da Agricultura" foram entregues ao escritório técnico de Ary Azambuja, o mesmo que realizou o Ministério da Fazenda. Em sucessivas sessões de Diretoria, foi esse assunto estudado e afinal encarregada a referida firma da organização dos projetos e da responsabilidade da obra.

L. M. P.

# CONSULTAS E INFORMAÇÕES

GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Engenheiro Agrônomo

## FLORAÇÃO DE INVERNO

Consulta-nos um consórcio do Distrito Federal sobre plantas ornamentais que florescem no inverno, no Rio de Janeiro. Em relação à consulta supra, temos à informar que, segundo Leonam de Azevedo Penna, baseado em observações fenológicas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, florescem no inverno, entre outras, as seguintes plantas:

Acácia mimosa — *Acácia cultrifomis* A. Cunn.

Agláia — *Agláia odorata* Lour.

Angelim doce — *Andira flaxinifolia* Benth.

Andá-assú — *Joannesia princeps* Vell.

Azaléa — *Rhododendron indicum* Sw.

Babosa — *Aloe vera* L.

Bucaré — *Erithrina glauca* Willd.

Bastão do imperador — *Phaeome-ria magnifica* K. Schun.

Bananeirinha — *Heliconia angustifolia* Hook.

Corticéira — *Erithrina crista-galli* L.

Cipó S. João — *Pirostegia venusta* Miers.

Chichá — *Stereulia foetida* L.

Embiauçú vermelho — *Bombax cyathophorum* Schun.

Escova de macaco — *Combretum Aubletii* D.C.

Estrela do Norte — *Randia Ruizia-na* D.C.

Flôr de viuva — *Petraca volubilis* Jacq.

Geniparana — *Gustavia augusta* Linn.

Gloxínia — *Sinningia speciosa* (Lodd) Benth e Hook.

Guaiapé — *Xilosma Salzmannii* Eichl.

Japacaním — *Parkia oppositifolia* Benth.

Mamorana — *Bombax aquatica* (Aubl) Schl.

Rabo de cotia — *Stiffitia chrysantha* Mikan.

Sumauma — *Ceiaba pentendra* (L) Gaertn.

Sol da Bolívia — *Brownea ariza* Benth.

Toé — *Datura insignis* B. R.

Unha de vaca — *Bauhinia variegata* L.

## UMA PRAGA DO CHUCHÚ

Pela descrição feita pelo Snr. S. M., do Estado do Rio de Janeiro, a praga que está atacando o chuchuzeiro é, provavelmente, o hemiptero *Leptoglossus gonagra* (Fabr) conhecido vulgarmente por percevejo do chuchú.

Como métodos de combate à essa praga podemos indicar:

a) pulverizações com solução de timbó.

b) coleta e destruição de insetos adultos e formas jovens encontradas nas plantações.

A solução de timbó póde ser preparada com a seguinte fórmula:

timbó (pó) .... 30 grs.

sabão ..... 100 grs.

água ..... 10 litros....

A destruição dos inséto e formas jovens coletados, pode ser feita por simples esmagamento.

## MICROORGANISMOS ÚTEIS DO SOLO

Respondendo ao Snr. A. C. B., do Espírito Santo que consulta-nos sobre as condições de solo mais favoráveis ao desenvolvimento da flora bacteriana, temos à informar:

a) o solo deve apresentar uma porosidade conveniente para permitir a circulação do ar atmosférico que fornece o oxigênio indispensável à vida desses microorganismos.

b) o sólo deve possuir uma certa quantidade de matéria orgânica (azotada) que constitue o meio onde se desenvolvem e se multiplicam os microorganismos.

c) o sólo deve apresentar um grau de humidade favorável.

d) o sólo deve conter bases, como a cálc ou a potassa.

e) a temperatura do sólo deve ser favorável.

Dificultam o desenvolvimento e a multiplicação das bactérias, os solos:

- a) impermeáveis, muito compactos.
- b) excessivamente húmidos ou excessivamente secos.
- c) desprovidos de matéria orgânica.
- d) muito frios ou excessivamente quentes (temperatura superior à 50°).
- e) muito ácidos.

### PARECER

Examinando-se o sítio do Snr. Americo de Brito Gomes, em Actura, Estado do Rio de Janeiro, verifica-se que:

- a) o terreno possui uma camada de solo propriamente dito, muito reduzida;
- b) torna-se necessário proteger o terreno contra a erosão;
- c) é preciso combater sistematicamente a formiga saúva;
- d) o pomar de Citrus, em sua maior parte, está em péssimas condições (plantio mal feito, plantas com o coleto muito enterrado, desenvolvimento muito reduzido, doentes etc.)
- e) as toceiras de bananeiras estão com número elevado de rebentos;
- f) todos os plantios estão sendo feitos muito empiricamente;
- g) somente com uma nova orientação, poderá o sítio dar resultados compensadores.

Como medidas visando o melhoramento do referido sítio, aconselho:

1) no caso de não serem substituídos os enxertos de Citrus (laranjeiras, limoeiros, tangerineiras etc.), que estão mal plantadas, doentes, com péssimo sistema radicular etc., pode-se tentar melhorá-las fazendo-se em torno do tronco (a uns 30 centímetros afastado do centro), um sulco com uns 25 centímetros de profundidade e aplicar a seguinte fórmula de adubação:

superfosfato .....	120 grs
cloreto de potássio...	80 grs
nitrate de sódio.....	40 grs

Uma adubação orgânica com esterco bem curtido, na proporção de 6 a 8 quilos por planta, é muito aconselhável.

2) o ideal seria a substituição das mudas de Citrus pouco desenvolvidas por novos enxertos que seriam então racionalmente plantados, isto é, distanciados 7 metros um do outro, com o coleto ao nível do solo e em

covas com, no mínimo, 65 centímetros em todos os sentidos. Na ocasião do plantio as covas receberiam então, uma bôa adubação orgânica e química.

3) os Citrus para a região devem ser enxertados em limão cravo.

4) o combate à erosão deve ser imediato, devendo-se fazer o plantio de culturas intercalares em faixas de nível, e, além disso, o plantio de uma Leguminosa (mucuna, feijão de porco, soja etc.) de maneira que segure mais o terreno na época das chuvas.

5) os Citrus devem ser pulverizados com calda bordalesa à 1% (cal 1 quilo, sulfato de cobre 1 quilo e água 100 litros) podendo-se também usar o "pó bordalez" já preparado, encontrado no comércio (a dosagem é a mesma, isto é, 1%).

6) em alguns Citrus é preciso fazer uma poda visando a formação de uma bôa copa de conformação bastante arejada e iluminada, a eliminação de galhos secos etc.

7) os troncos de Citrus devem ser convenientemente raspados (com material apropriado para não provocar ferimentos) e caídos com pasta bordaleza.

A fórmula da pasta bordaleza é a seguinte:

Sulfato de cobre ..	1/2 quilo
Cal .....	1/2 quilo
Água .....	5 litros

8) as laranjeiras que apresentarem gomo devem sofrer um tratamento cirúrgico (raspagem no local infectado) e proteção com a própria pasta bordaleza.

9) quando aparecerem os afídios (pulgões), deve ser feita uma pulverização com a seguinte fórmula:

Água .....	20 litros
Sulfato de nicotina a 40%	20 cc
Sabão .....	1 quilo

10) nas respectivas regiões indicadas no local devem ser localizados o pomar, o mandioccal, o milharal e o bananal.

11) na zona mais baixa e úmida, pôde ser plantado, com sucesso, o inhame; e na parte mais silicosa, desde que bem drenada, a batata doce plantada em camaleões, dará ótimo resultado.

12) as jaboticabeiras, os caquizeiros e as ameixeiras do Rio Grande, podem ser plantadas próximo da casa do colono.

13) os abieiros, os caimitos etc. podem ser plantados na parte alta do terreno.

14) o combate à saúva não deve sofrer solução de continuidade, podendo ser feito como até agora, isto é, com arsênico e enxofre.

15) o bananal deve ser plantado em covas distanciadas 5 a 6 metros uma da outra, deixando-se em cada touceira 3 a 4 rebentos com diferença de idade de 3 a 4 meses, conforme o caso, afim de que ele produza bem e forneça córtex mensais.

16) nas touceiras de bananeiras já existentes, deve-se fazer um desbaste afim de que fiquem apenas 3 a 4 rebentos em cada uma delas.

17) o terreno onde está situado o bananal deve receber uma adubação orgânica com 5 a 6 quilos de esterco por metro quadrado, podendo-se também reduzir as bananeiras cortadas, que já deram cacho, a fragmentos menores e enterrá-las para aumentar a quantidade de matéria orgânica.

18) deve-se proceder da seguinte maneira para o plantio de novas árvores frutíferas no pomar:

- a) separar a terra do solo, da do sub-solo
- b) colocar no fundo da cova lixo (fô-lhas secas, produtos das capinas etc.)
- c) sobre esse material colocar 5 a 6 quilos de esterco de curral bem curtido
- d) sobre ele colocar a terra do solo
- e) completar com a terra do sub-solo.

As covas devem ser cúbicas, com, no mínimo 60 centímetros em todos os sentidos e as plantas devem ficar exatamente com o coleto ao nível do solo (na ocasião do plantio um pouco mais elevado para compensar o acamamento da terra).

19) nos limites do sítio deve-se fazer uma cêrca viva com eucalipto, paineira etc.

No caso de eucalipto, deve-se escolher o *Eucalyptus tereticornis* para a parte mais elevada e o *E.*, robusta, para a parte mais baixa do terreno.

O eucalipto para cêrca pode ser plantado a 1,50 ou 2,00 metros de distância de pé a pé.

No caso da cêrca ser feita com a paineira deve-se adotar a distância de 2,50 até 3,00 metros de pé a pé.

Obs.) Em tempo, por ter sido omitido pelo datilógrafo.

Ao item 1, deve-se acrescentar: o mais racional seria a retirada das árvores mal plantadas e pouco desenvolvidas que, depois de convenientemente podadas (parte aérea e sistema radicular), seriam então plantadas novamente.

Antes do plantio, após a poda, as raízes seriam mergulhadas em uma pasta constituída de calda bordaleza e argila (barro).

## Caixa de Crédito Cooperativo

(Garantida pelo Governo Federal)

É o banco nacional de fomento ao cooperativismo, visando especialmente a produção de gêneros alimentícios e o consequente aumento do poder aquisitivo dos consumidores.

Realiza descontos, custódia de títulos e valores, cobranças, transferência de fundos. Aceita depósitos para caução e das seguintes modalidades:

C/c de movimento s/limite.....	4% a/a
Depósitos populares até \$50.000,00	5%
A prazo fixo	{ 6 meses ..... 5,5% { 12 meses ..... 6%
Em caução s/contratos .....	4%

MATRIZ:

Rua México 128-b, lojas 1/3. Tels. 22-5907  
e 42-1754

End. tel. "Cooperação"

AGÊNCIAS:

São Paulo, Est. de S. Paulo — Rua 7 de  
Abril n. 173

Porto Alegre, Est. Rio Grande do Sul  
Rua 7 de Setembro 1100

# Ministro Daniel de Carvalho



Ministro Daniel de Carvalho

Por ocasião da posse do novo titular da pasta da Agricultura, a 17 de Outubro último, o Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, leu a seguinte saudação:

“Não poderia a classe agrícola faltar ao dever de estar presente, no momento em que V. Excia. assume a suprema direção dos interesses econômicos do país. Esse dever decorre, em grande parte, do passado de V. Excia. o qual se assinala por uma trajetória longa e eficiente não só de um estudioso de nossas questões econômicas e financeiras, como de um homem público que soube manter-se sempre com seus princípios, na defesa intransigente dos interesses nacionais.

Nas suas cogitações de homem público, quer nos postos da administração, quer nas associações de classe, quer nos congressos de economia, no parlamento como na cátedra, nunca se desviou V. Excia. da segura compreensão dos lineamentos fundamentais da formação da nossa riqueza.

Reconheceu sempre que o problema angustiante do nosso país está em transformar as suas *possibilidades*, isto é, os recursos do solo e do sub-solo, em *riqueza real*.

“Uma das mais funestas ilusões em que se tem embalado o povo brasileiro, em compêndios de geografia e mensagens e outros documentos oficiais, em livros, em discursos e conferências, consiste em alardear a riqueza do Brasil”, afirma, com justeza, V. Excia., em artigo na revista de Produção e Crédito de junho de 1939.

No caso do Brasil, além dessa verdade que precisamos ter sempre presente, devemos compreender bem o sentido de sua civilização, e esse é o de que o enriquecimento dos povos só pode provir do aproveitamento racional da agricultura, da pecuária e da mineração, que formarão as bases firmes sobre que se assentará a industrialização.

Desde que não se verifique o desejado equilíbrio entre as forças criadoras da riqueza, sobrevirá a depressão econômica com suas graves consequências na ordem social. Forçoso será, pois, que fiquemos atentos às transformações profundas que se operam na técnica produtiva, afim de que a produção obedeça a bases orgânicas estáveis e garantidoras das atividades nela empregadas.

Infelizmente, temos assistido às grandes transformações operadas entre todos os povos sem que, apesar de nossos decantados recursos naturais, tenhamos tirado proveito da experiência alheia, e permanecendo sem um aparelhamento técnico, econômico e financeiro capaz de nos por a coberto das crises em que temos vivido.

As irregularidades verificadas a cada passo na produção e distribuição dos produtos alimentares e matérias primas, servem para demonstrar que o Brasil está a exigir planificações que assegurem a formação de uma riqueza consentânea com a civilização dos nossos dias. As nossas questões de economia rural e mineira variam com as possibilidades regionais e precisam ser encaradas sob esse aspecto, de modo a que a organização adotada obedeça a métodos seguros de exploração e resista às eventualidades dos mercados, garantindo, assim, estabilidade às populações e quiçá ao Brasil.

Sem um labor do conjunto, bem ordenado e distribuído, alicerçado nas economias regionais, as quais deveriam ser desde logo con-

venientemente delimitadas, estudadas e organizadas, o país continuará aos azares da sorte, sem dispor de um volume de produção capaz de influir decisivamente na sua economia.

Traçadas que sejam tais planificações, será imprescindível a continuidade, dentro de uma perfeita coordenação de esforços entre os poderes públicos e as classes interessadas.

Dada a enorme diversidade de condições naturais e sócio-econômicas, num país da extensão territorial do Brasil, a política da economia agrária só poderá produzir resultados havendo continuidade.

Não têm sido outra a razão de muitos dos nossos insucessos, conforme reconheceu o 1º Congresso Brasileiro de Economia, ao aprovar a nossa sugestão de criar o governo um "Conselho Nacional de Economia Agrária".

Na base de toda essa estruturação, terá de figurar a organização da classe rural, ponto de apoio que deverá ser da ação governamental.

Neste particular, poderá V. Exa. contar com toda a colaboração da Sociedade Nacional de Agricultura e das demais associações rurais do Brasil, hoje agrupadas em torno da idéia de sua arregimentação, através o Decreto-Lei n.º 8.127, e representada já, em numerosos Estados, por suas respectivas Federações.

Essa classe, a mais numerosa do país, atravessa uma fase grave, em que necessita, mais do que nunca, de uma real assistência técnica, social, econômica e financeira, afim de que, por sua vez, possa dar ao país o bem estar econômico que o momento exige.

Não poderia a Sociedade, neste momento, deixar sem uma referência especial de agradecimento pela ajuda recebida dos Ministros Apolonio Salles e Netto Campelo Júnior, que demonstraram, assim segura compreensão desse problema básico da agricultura brasileira.

Carecemos, acima de tudo, olhar para a terra, explorando-a com a inteligência, fixando nela o homem e promovendo a defesa consciente do seu trabalho.

Temos de nos libertar de tutelas naquilo que a nossa terra pôde produzir, para que a nossa raça se forme sadia e vigorosa e o Brasil ocupe de fato, no concerto das nações, a posição a que lhe dão direito a coragem, a energia e o patriotismo de seus filhos.

A agricultura terá de ser sempre a fonte perene de todos os nossos recursos.

Como economista, V. Exa., que sempre estudou com carinho e segura orientação os nossos problemas, certamente saberá condu-

zi-los pelo bom rumo, dentro das realidades do momento nacional.

Com essa certeza, apraz-me declarar que V. Exa. não é somente um ilustre depositário da confiança do governo, porque o é, também, da classe agrícola nacional".

#### NOTÍCIA BIOGRÁFICA

Daniel Serapião de Carvalho nasceu em Itabira do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais, em 9 de outubro de 1887, filho do juiz de Direito Dr. Antônio Serapião de Carvalho e de D. Anna Utsch de Carvalho. Fez os seus estudos de humanidades no Ginásio Mineiro de Barbacena, onde foi comandante do corpo de alunos, passando mais tarde à Faculdade de Direito de Minas Gerais, em Belo Horizonte, por onde se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1909.

Trabalhando desde cedo na Imprensa e no Magistério ingressou muito moço, ainda estudante de Direito, no serviço público do Estado de Minas Gerais. Ali fez uma rápida carreira, percorrendo todos os postos desde Amanuense a Chefe de Secção da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Recém-formado, foi nomeado Inspetor da Fazenda Federal e ocupou o cargo de Secretário do Ministro da Fazenda, Dr. Francisco Sales. Tornando a Minas Gerais, exerceu o magistério como Professor do Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, e o cargo de Consultor Jurídico da Secretaria da Agricultura, O Dr. Raul Soares, então Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas o convocou logo após Chefe do seu Gabinete. Em 1920, novamente Raul Soares o chamou para seu secretário no Ministério da Marinha, então, pela primeira vez na República, ocupado por um civil. Filiado ao Partido Republicano Mineiro, foi eleito Deputado Estadual, mas interrompeu logo a sua função na Câmara por ter sido convidado pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Raul Soares, para Secretário da Agricultura, Terras, Viação e Obras Públicas do seu governo. Nessas funções serviu de 1922 a 1926 na presidência Raul Soares e, após a sua morte, na do Dr. Mello Viana. Foi depois eleito Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais, para a legislatura de 1927 a 1929, como candidato do Partido Republicano Mineiro. Na Câmara Federal se distinguiu nos debates sobre a política financeira do Governo Federal. Alistado com o seu partido nas fileiras da Aliança Liberal, teve o seu mandato renovado pelo eleitorado do seu distrito em 1930.

Aos relevantes serviços que prestou à Aliança Liberal, destacam-se os que lhe ficou a dever a Revolução de 1930, na Europa, onde se achava quando o movimento irrompeu no país. Eleito pelo P. R. M., em 1933, foi Constituinte pelo Estado de Minas Gerais e, em 1934, deputado federal. Na representação do seu Estado natal na Câmara, veio encontrá-lo o golpe de 10 de novembro de 1937.

Quer na Constituinte de 1933, quer na Câmara Federal dissolvida pelo Estado Novo, foi principalmente “nos trabalhos das Comissões”, na frase de Amoroso Lima, onde mais se destacou. Na última Câmara foi membro da Comissão de Finanças, Relator do Orçamento da Marinha, em 1934, e Relator do Orçamento da Fazenda em 1935, 1936 e 1937.

Consultor Jurídico da Comissão do Plano Siderúrgico Nacional, de que resultou o projeto de Volta Redonda, foi eleito Diretor-Secretário da Companhia Siderúrgica Nacional, constituída para a execução do grandioso projeto. Ao assinar o “Manifesto dos Mineiros”, de outubro de 1943, com o que testemunhou a sua fidelidade aos ideais democráticos, renunciou ao cargo.

Eleito pelo P. R. integrou a representação de Minas Gerais na Constituinte de 1946. No Parlamento de 1946 foi eleito para a Comissão de Finanças.

Entre os serviços prestados ao seu Estado e ao país e as funções desempenhadas destacam-se os seguintes: Membro da Comissão Organizadora da Exposição Agro-Pecuária de Minas Gerais, em 1909; Organização do Ensino Agrícola e do Serviço de Colonização de Minas Gerais, em 1911; a pacificação do território litigioso entre Minas Gerais e o Estado do Espírito Santo, em 1914; a representação do Estado de Minas Gerais na conferência Algodoeira, Rio de Janeiro, 1916; Advogado do Estado de Minas Gerais na questão de limites entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo, em 1916; Organização e representação de Minas Gerais no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Belo Horizonte (1928); a representação do Estado de Minas Gerais nos V, VI e VII Congresso Nacional de Estradas de Rodagem e Congresso Pan-Americano de Rodovias (Rio de Janeiro); Membro das Comissões de Estudos dos Códigos Florestal, de Minas e das Águas e Presidente da Comissão elaboradora do projeto do Departamento Nacional de Estradas (1931 a 1934, sendo Minis-

tro da Viação e Obras Públicas o Dr. José Américo de Almeida e Ministro de Agricultura o coronel Juarez Távora; Chefe da Delegação Brasileira à Conferência Internacional de da Comissão Organizadora e Presidente da Secção de Finanças Públicas do I Congresso Brasileiro de Economia, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, novembro-dezembro de 1943; Membro da Conferência das Classes Produtoras e Relator das Advogados (Rio de Janeiro), 1943; Membro Medidas Acessórias à Carta Econômica de Teresópolis, 1945; Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (I. B. E. C. C.) ramo brasileiro do UNESCO.

Entre outras atividades a que se dedicou o Dr. Daniel de Carvalho se encontram, principalmente, as seguintes: Primeiro Presidente do Automóvel Clube de Minas Gerais (1926); Membro Cooperador da Ordem dos Salesianos; Vice-Presidente da Cruz Vermelha Brasileira (de 1935 até 1945); Membro do Conselho Diretor e Presidente (1943 a 1945) da Sociedade Brasileira de Economia Política; Membro do Instituto e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros; Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (de 1942 até hoje); Presidente do Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro (de 1943 até hoje); Professor Catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Católica e Professor Catedrático de Direito Comercial Internacional da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro.

Dentre as obras que publicou, embora a maioria dos seus trabalhos ainda se encontre esparsa em jornais, revistas, Anais de Congressos, da Câmara Fedearl e da Assembléia Constituinte, destacam-se as seguintes: “Notícia Histórica sobre o algodão em Minas”, Rio, 1916; “O Convênio entre Minas e São Paulo”, Belo Horizonte, 1917; “Pareceres”, Belo Horizonte, 1919; “Relatório da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais”, Belo Horizonte, 1926; “O Imposto sobre a Renda no Brasil”, Rio, 1929; “Teófilo Otoni, Campeão da Liberdade”, Rio, 1934; “Discursos e Conferências”, Rio, 1941; “Estudos de Economia e Finanças”, Rio, 1946.

É casado com D. Alice Mibielli de Carvalho, filha do saudoso ministro Pedro Mibielli e tem quatro filhos.

## Reaparelha-se a Leopoldina

**Chega novo material, para atender à intensidade do tráfego: 259 vagões novos, para carga, locomotivas e trilhos além de novos carros de aço em montagem.**

Apesar de tôdas as dificuldades do momento, quando em todo o mundo se constata verdadeira fome de vagões e locomotivas, estando os próprios países fabricantes e portadores em crise, a Leopoldina Railway procura reaparelhar-se, no sentido de atender às necessidades das regiões econômicas dos Estados de Minas, Rio e Espirito Santo.

Afirma-se que o problema máximo do Brasil, no momento, o de transporte constitue sem dúvida, sedição lugar comum. Essa verdade, aliás resalta cristalina da própria observação dos fatos. Assim, todos os esforços que se envidarem no sentido de atenuá-lo, como vem fazendo a Leopoldina mesmo parcialmente, representam obra meritória, digna de elogios francos.

O programa de melhoramentos que a Leopoldina vem executando, fiel aos seus designios, nunca desmentidos, visa contribuir, na medida das suas possibilidades, para o desfôgo do sistema ferroviário brasileiro, ainda ressentido de numerosas e graves deficiências.

Uma das iniciativas de maior relevância nesse sentido foi, inquestionavelmente, a aquisição mais recente de oito possantes locomotivas "Mikado" para atender às crescentes necessidades de escoamento da rica zona de Manhuassú, que tão destacado lugar ocupa no mapa econômico de Minas Gerais.

Não ficou aí, no entanto, a ação decisiva da Companhia, no tocante ao magno problema dos transportes. Assim é que já conta seu tráfego com 259 novos vagões, sendo que dêste considerável número, 159 são de fabricação nacional, todos de 30 toneladas, fechados e 119 abertos, sendo que 69 também de fabricação nacional e os demais de procedência americana, porém, montados por funcionários especializados, da própria estrada, em Praia Formosa, onde foram instalados barracões e aparelhagem apropriada para tal mister. Além do considerável número de vagões acima aludidos, trabalha febrilmente a Companhia na montagem de mais 200 novos vagões, de aço, capacidade de 30 toneladas que à proporção da mão de obra vão entrando incontinentemente no tráfego.

Outras providências correlatas foram simultaneamente determinadas, tendentes a facilitar, no tempo, a concretização dêsse transcendente desideratum, tal como seja a aquisição de locomotivas que já estão chegando. Agora mesmo recebeu a Leopoldina 3 locomotivas para o tráfego na Serra de Friburgo. Além dessas, espera a Companhia inglesa receber, dentro em breve 4 locomotivas "TANK", para o movimento de subúrbios, mais 5 "PACIFIC", para trens de passageiros, 4 "GARRAT", para trafegarem na linha fluminense, além de grande quantidade de materiais de tração, trilhos e da via permanente, já chegado e em stock do Almoarifado da Estrada.

Mas não se preocupou a Companhia tão somente com a reestruturação de seu parque ferroviário. As suas previsões no interesse de atender às necessidades públicas e aos seus designios como ferrovia foram mais além. Preocupou-se, também, a Leopoldina com o estado e readaptação de sua via permanente, com a reconstrução das pontes, de maneira a permitir que a circulação se processe de modo satisfatório.

Uma das pontes, cuja reconstrução se impunha com maior urgência, era a do Km. 488,005, sôbre o rio Piranga. Construída há mais de cinquenta anos, numa época em que o volume de mercadorias, e, portanto, o tamanho e o pêso das locomotivas e vagões ram incomparavelmente menores que os de hoje; vinha não obstante, atendendo ao constante crescimento do tráfego, graças a excelência do seu material e aos cuidados especiais tomados para não sobrecarregá-la.

Consistiam êsses cuidados, principalmente na proibição de passagem, sôbre ela, de certos tipos de locomotivas mais pesadas, e conseqüentemente, no fracionamento das composições, para poderem ser rebocadas por locomotivas mais leves.

E' desnecessário dizer que todos êsses cuidados acarretavam redução considerável na capacidade de tráfego e grande demora no transporte de mercadorias, que se iam acumulando nos armazens das estações, a partir de Ponte Nova para o interior, causando sérios transtornos à vida econômica das cidades servidas pela Leopoldina, como, entre outras,

Rio Casca, Raul Soares, Caratinga e Dom Silvério.

Era uma ponte metálica de um só vão de 40 metros, do tipo chamado "Phoenix", que se caracteriza por extrema simplicidade de estrutura, tôda articulada, e, portanto sujeita a grandes deformações à passagem das cargas.

A constante necessidade de atender a um volume de tráfego cada vez maior vinha obrigando de há muito, a abusar da excelência do material da ponte, até que, de certo tempo para cá, começaram a aparecer sinais de alongamentos anormais e outros sintomas que tornaram urgente reformá-la ou substituí-la.

Posta de lado a idéia de reforçá-la, após vários estudos que não conduziram a nenhuma solução econômica, ficou decidida a sua substituição.

Vale a pena descrever, em linhas gerais, o tipo de estrutura adotado, de concreto armado.

Trata-se de um estrado de concreto apoiado, nas duas extremidades, sôbre o encontro da antiga ponte, e suportado, aproximadamente nos terços do vão, por mãos francesas escoradas na rocha. O aspecto é de um arco, mas a construção é mais simples e a vasão do rio mais desimpedida nas enchentes.

Facilitou a escolha dessa solução, o leito rochoso do rio, constituído por um canal central, encachoeirado e bastante profundo, e um leito secundário de inundação, formado por lages, aproximadamente horizontais, a cerca de 6 metros abaixo da linha férrea.

Foi feito, anteriormente, outro projeto, por técnico estranho à Companhia, nos moldes clássicos, com encontros pendulares, e vãos desiguais, acompanhando a desigualdade das margens. O custo de sua execução seria, aproximadamente, duplo do que foi adotado, pois, gastaria de concreto e ferro, respectivamente 209 m<sup>3</sup> e 28.000 kg., contra 111 m<sup>3</sup> e 19.760 kg., realmente gastos.

Para a construção foi preciso esperar a estiagem.

Foram construídos ao lado dos encontros antigos, outros encontros de concreto ciclópico, para os quais, por deslizando, se deslocou a ponte antiga, que continuou funcionando nessa posição até a terminação da nova.

Hoje correm até as pontas dos trilhos da Leopoldina (Caratinga e Dom Silvério) as suas mais pesadas locomotivas de cargas, o que está descongestionando rapidamente o tráfego de tôda essa região; e como a nova ponte foi calculada para o trem tipo T. B. 20, (Tipo brasileiro de 20 toneladas por eixo), de acôrdo com as prescrições do Plano Nacional de Viação, e esse peso é muito superior ao das mais pesadas locomotivas atuais, acha-se assegurada, por muitos anos, ampla liberdade de tráfego em ôda a correspondente região.

Fatos como êsses, são merecedores do mais amplo conhecimento público, pois, denunciam altos propósitos construtivos e revelam à sociedade o espírito de permanente renovação que inspira os responsáveis por uma das mais extensas e importantes ferrovias do país.

O empreendimento em causa não se inscreve, porém, no rol dos que configuram um ato ocasional ou esporádico, prendendo-se, como assinalamos inicialmente à corrente de benefícios sistemáticos que a Leopoldina vem proporcionando, através dos seus serviços ao vasto território percorrido por suas paralelas de aço.

Cumpré, pois, não perder de vista êsse aspecto do assunto, tanto mais quanto se accentuam as nossas dificuldades viárias, como resultado inelutável de diversos fatores inexoráveis, entre os quais sobrepõe, em primeiro plano, o baixo índice de produtividade das fontes fornecedoras de material rodante.

Sobrepondo-se às inevitáveis dificuldades da hora presente, no que se refere a obtenção de material ferroviário, a Leopoldina Railway vem, dêsse modo, oferecendo um magnífico exemplo de capacidade realizadora, tanto mais frizante quanto se sabe que a sua ação não se restringe à simples importação, mas abrange, ao mesmo tempo, diversas atividades oficiais, na recuperação rápida e eficiente de carros, máquinas e pontes com os seus próprios recursos técnicos. (M. R. 026-7)

ANUNCIEM  
A LAVOURA

## As Classes Produtoras e o Momento Nacional

Quantos acompanham com interesse a evolução dos acontecimentos nacionais têm reconhecido a dedicação e o patriotismo com que as entidades de classe do comércio, da agricultura e da indústria têm procurado colaborar na solução dos grandes problemas que afligem nossa economia.

Em um dos seus últimos discursos, pronunciado no Teatro Municipal, como parainfo de uma turma de jovens economistas, assim definiu o Dr. João Daudt d'Oliveira, com rara felicidade, o que tem sido essa atuação:

“Coube aos homens de negócios desta geração, uma tarefa de ordem pública jámais sonhada por nossos antepassados.

As novas condições de vida, e diferentes concepções sociais, reclamaram sua intervenção nos assuntos nacionais numa escala sem precedentes.

Adaptando-se com exemplar dignidade, espírito público e dedicação cívica, às novas funções que lhes eram destinadas, souberam os homens do comércio, da indústria e da agricultura do Brasil preencher e exceder suas tarefas. Não se resignaram a serem órgãos estáticos e decorativos de consulta dos poderes públicos. Estruturaram-se em suas associações, reuniram-se em congressos e conferências, organizaram órgãos técnicos, institutos de pesquisas e centros de estudos para o exercício de uma função dinâmica a serviço da pátria.

Na Carta Econômica de Teresópolis, estabeleceram os fundamentos de uma organização econômica; na Carta de Paz Social, ofereceram uma fórmula consentânea com as condições do Brasil para a solução dos desajustamentos entre o capital e o trabalho; com a Fundação Mauá e o Instituto de Economia, aparelharam-se para conduzir os estudos econômicos em nossa terra ao mesmo alto nível de especialização que merece em todos os países civilizados; com organizações de sua exclusiva iniciativa, como o SENAC e o SENAI, o SESC e o SESI, propuzeram-se à elevação do nível cultural e social de suas atividades, proporcionando ao mesmo tempo aos seus auxiliares a assistência social múltipla, de que tanto são merecedores.

Puzemos em prática essa orientação no momento em que, envolvido por um ambiente de mistificação, o ufanismo nacional se exacerbava a extremos de delírio, nesta terra já tão mais garrida, de tantos campos mais lindos, de mais lindas flores e amores.

Tivemos a coragem patriótica de fazer ouvir a voz da verdade, na tribuna livre de nossas associações de classe, para revelar ante a euforia insensata a verdadeira situação de pobreza do Brasil.

Enquanto o Estado produzia a inflação, dispndia sem medida, deixava proliferar as casas de crédito fácil, entorpecia a vida econômica e adormecia a opinião pública com os filtros da propaganda dirigida e com vistosas medidas de fachada, nós outros da Produção nos opunhamos à política de imprudente expansionismo financeiro, combatíamos todos os processos inflacionistas, as obras suntuárias, o desperdício, o descaso pela produção agrícola, não cessávamos de pleitear a organização do crédito, a atração dos capitais estrangeiros, uma política imigratória ampla, a organização do aparelhamento agrícola, industrial e de transportes, o desenvolvimento do ensino profissional e técnico.

Disso se valeram os interessados em desviar as atenções de sobre os verdadeiros culpados pela situação de dificuldades, que começou a afligir o país. E um grande movimento de hostilidade se abateu sobre as classes produtoras, com o objetivo de incompatibilizá-las com a opinião pública.

A tudo resistimos, imperturbáveis, animados pelo nosso espírito público e pelo nosso patriotismo. Nunca aplicámos o tempo em defender pequenos interesses, a pleitear vantagens ou privilégios para classes, grupos ou indivíduos. Tão pouco nos deixámos atrair por objetivos partidários. Nossa voz tinha autoridade, porque era impessoal e apolítica.

Agimos sempre no setor econômico, vigilantes contra os perigos de uma civilização de lantejoulas, orientados por esta consideração liminar — no Brasil, o problema primacial é o econômico. Animados pelo mesmo pensamento de Alberto Torres, com ele entendíamos e entendemos que a política econômica é o próprio fundamento da vida social, jurídica e moral de um povo. Sem valor econômico, o homem não tem personalidade. E' sob êsse aspéto que se mostra a maior fraqueza da sociedade nacional”.

Essas palavras do líder das classes produtoras, que tem a autoridade de partir do homem que vem realizando com êxito, uma larga política de harmonia social em nosso país, constituem na verdade um brilho justo e irrefutável contra aqueles que durante mais de uma década dirigiram os destinos da nação.

# A Sociedade Nacional de Agricultura e o Ensino Agrícola

GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Engenheiro Agrônomo

Em 1899, quando ministro da Viação, Indústria e Obras Públicas o Dr. Severino Vieira, pelo aviso ministerial nº 199 foi a então "Horta Vitícola e Estação Filoxérica da Penha" transferida para a jurisdição da Sociedade Nacional de Agricultura.

Naquela época, sob a gestão o preclaro Dr. José Cardoso de Moua Brasil, a Sociedade Nacional de Agricultura transformou o patrimônio que havia recebido, no Horto Frutícola da Penha e no Aprendizado Agrícola da Penha, de que foi primeiro diretor o Dr. Manoel Paulino Cavalcanti, estabelecimentos que muito contribuíram para o desenvolvimento da agricultura nacional.

O Horto Frutícola da Penha, distribuindo gratuitamente mudas de árvores frutíferas até 1912 e daí por diante, mediante uma módica indenização, muito contribuiu para o desenvolvimento de nossa incipiente fruticultura, principalmente da citricultura que, algum tempo depois, tomaria grande impulso.

O Aprendizado Agrícola da Penha, mais tarde denominado Aprendizado Agrícola Wencesláo Bello, deu ao país um elevado número de profissionais, numa época em que poucos eram os estabelecimentos que ministravam o ensino profissional agrícola.

Em 1917, quando então Presidente da República o Dr. Wenceslau Braz, pelo decreto nº 12.424, de 28 de março, recebeu a Sociedade Nacional de Agricultura a doação definitiva dos terrenos de que estava de posse desde 20 de dezembro de 1899, sob as cláusulas "de inalienabilidade e de não poder a mesma Sociedade destiná-los a outros fins que não sejam os da manutenção, ali, do Horto Frutícola da Penha, os campos de demonstração, de culturas e criação, e do Aprendizado Agrícola Wencesláo Bello".

A Sociedade Nacional de Agricultura, cumprindo os dispositivos da doação, sempre manteve, às vezes com

inauditos esforços tão úteis estabelecimentos, construindo neles numerosas benfeitorias tais como a residência do Diretor, o reservatório de água, a pocilga, a estrumeira, as estradas, as instalações de água, energia e luz elétrica, os depósitos de máquina, as oficinas, etc.

## II — A Escola de Horticultura Wencesláo Bello

Sob a presidência do Dr. Ildefonso Simões Lopes, que sentia a necessidade da remodelação do então Horto Frutícola da Penha e da transformação do Aprendizado Agrícola em uma Escola de Horticultura, que viesse preencher um claro no ensino agrícola do Brasil, grandes modificações aí foram feitas.

Para isso, esse eminente presidente, a quem muito ficou a dever a S. N. A., preparou um "Plano de Remodelação



Parte da turma do Curso de Extensão de Fruticultura, grupo A, ministrado na E. H. W. B., pela Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão do Ministério da Agricultura



Alunos do Curso de Extensão de Fruticultura grupo A, preparando a "calda bordaleza"

do Horto Frutícola da Penha", que depois de detidamente estudado, foi aprovado pelo Conselho Superior da S. N. A.

Em 1931, o Dr. Getulio Vargas, Chefe do Governo Provisório da República, baixou o decreto nº 20.294 de 12 de Agosto que possibilitou a remodelação do Horto Frutícola da Penha e, conseqüentemente, a instalação da Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

Designado pelo Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, foi encarregado de organizar a remodelação do Horto e a criação da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, o Dr. Manoel Paulino Cavalcanti. Esse agrônomo, primeiro Diretor de Aprendizado Agrícola da Penha, se desobrigou, com brilhantismo, da missão que lhe fôra confiada.

Uma vez aprovado o plano pelo Dr. Mario Carneiro, Encarregado do Expediente do Ministério da Agricultura, tiveram início então as obras da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, modelar estabelecimento de ensino que, em nove anos, já conta com relevantes serviços prestados à horticultura brasileira.

Não é possível deixar de assinalar o relevante papel que desempenharam em tão grandioso empreendimento o Dr. Arthur Torres Filho, atual Presidente da S.N.A., que com tanto interesse e dedicação tem trabalhado pelo

engrandecimento da Sociedade, e o Dr. Arruda Camara, que desde 1937, data da fundação da Escola, a vem dirigindo com dedicação, idealismo e grande acerto, conduzindo-a por uma trilha assinalada por grandes empreendimentos e notáveis conquistas.

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello, dirigida desde a sua instalação por um profissional de largo tirocinio e emérito educador, apesar de dificuldades várias, inclusive a falta de recursos materiais, vem cumprindo suas elevadas finalidades, tendo preparado já um elevado número de profissionais especializados nos diferentes ramos da horticultura.

### III — *Necessidade de Ensino de Horticultura*

O ensino profissional agrícola no Brasil, especialmente o ensino da horticultura em todas as suas especialidades, é um problema de relevante importância que precisa e deve ser encarado com a máxima atenção.

Urge que se dissemine o ensino hortícola, ensino bem orientado, ensino eminentemente objetivo, ensino que desperte o interesse por tais questões, ensino que dará ao Brasil as hortas, os pomares e os jardins de que ele necessita.



Aspecto de uma aula prática na E.H.W.B. quando os alunos preparavam "calda bordaleza"



Combate aos "tingitídeos" do gilló, em uma plantação da E. H. W. B., vendo-se parte dos alunos da cadeira de Defesa Sanitária Vegetal

O brasileiro é inteligente, assimila com facilidade tudo quanto se lhe ensina, e, bem orientado, é capaz das mais elevadas realizações.

É preciso aproveitar tais qualidades e mobilizá-las para a expansão da horticultura no Brasil, horticultura atraente e pujante de possibilidades.

Além de escolas especializadas, espalhadas por todos os recantos do país, mantidas pelos governos Federal, Estaduais e Municipais e pelas Associações Rurais, é urgente que sejam mantidos cursos rápidos sobre assuntos relacionados com a horticultura, junto das Escolas de Agronomia, das Escolas Técnicas de Agricultura, das Estações Experimentais, dos Serviços de Fomento Agrícola, das Associações Rurais, etc.

Somente com o concurso de profissionais especializados e auxiliares capazes, será possível elevar a horticultura brasileira ao nível a que ela faz jús.

O ensino profissional hortícola é, portanto, não só uma necessidade, mas, uma condição indispensável para que a horticultura entre nós atinja uma situa-

ção de relevo e decisiva importância na economia nacional.

#### IV — *O Exemplo da Escola de Horticultura Wencesláo Bello*

A Escola de Horticultura Wencesláo Bello, mantida pela Sociedade Nacional ed Agricultura, na Penha, Distrito Federal, é, como vimos o resultado da transformação do antigo Horto Frutícola da Penha e seu Aprendizado Agrícola (decreto nº 20.294, de 12 de Agosto de 1931).

Apezar dos exíguos recursos de que dispõe, vem a Escola de Horticultura Wencesláo Bello prestando uma valiosa contribuição à expansão do ensino da horticultura em todas as suas especializações.

Inicialmente subvencionada com Cr\$ 100.000,00 anuais, e, posteriormente, com Cr\$ 150.000,00 anuais, vem ela, com grandes dificuldades, desde 1937, ministrando sem interrupção, duas séries de cursos:

- 1) cursos permanentes,
- 2) cursos temporários.



Aula prática de Defesa Sanitária Vegetal, vendo-se os alunos abastecendo um pulverizador de pressão prévia

O seu exemplo é eloquente, e mostra o que se pode fazer pela horticultura no Brasil.

É para isso que desejamos chamar a atenção daqueles que se dedicam às questões relacionadas com a agricultura nacional, pois a expansão do ensino profissional agrícola, especialmente do ensino hortícola, é um relevante problema que precisa e deve ser bem estudado e difundido.

Com o auxílio do Governo Federal, vem a Escola de Horticultura Wenceslão Bello realizando, desde 1937, um trabalho intenso de divulgação de conhecimentos científicos, em bases eficientes, objetivas e seguras.

#### V — O Que se Ensina na Escola de Horticultura Wenceslão Bello

Visando o preparo de profissionais especializados, mantem a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, duas séries de cursos:

a) *Cursos Permanentes*, especializados no ensino da horticultura nos seus diferentes graus e especializações.

b) *Cursos Temporários*, visando a mação de profissionais nos diferentes trabalhos relacionados com a horticultura.

Os cursos permanentes, que funcionam sob regime de internato, são inteiramente gratuitos e abrangem:

- a) Curso de Horticultura,
- b) Curso de Hortelão,
- c) Curso de Floricultor,
- d) Curso de Fruticultor,
- e) Curso de Jardinagem,
- f) Curso de Apicultor.

Os Cursos Temporários, também gratuitos, funcionam sob regime de externato, e abrangem:

a) *Cursos Rápidos*, sobre vários assuntos relacionados com os trabalhos hortícolas, como cursos de enxertia, de melhoramento de plantas, de defesa sanitária vegetal, de organização de po-



Prática de combate à "septoriose" do tomateiro, no tomatal da E. H. W. B. Vê-se na fotografia um aluno do Curso Avulso de Horticultura, pulverizando o tomatal

mares, de viveiristas, etc., ministrados desde 1937;

b) *Cursos Avulsos*, em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão do Ministério da Agricultura, como os cursos avulsos de Horticultura, ministrados desde 1944;

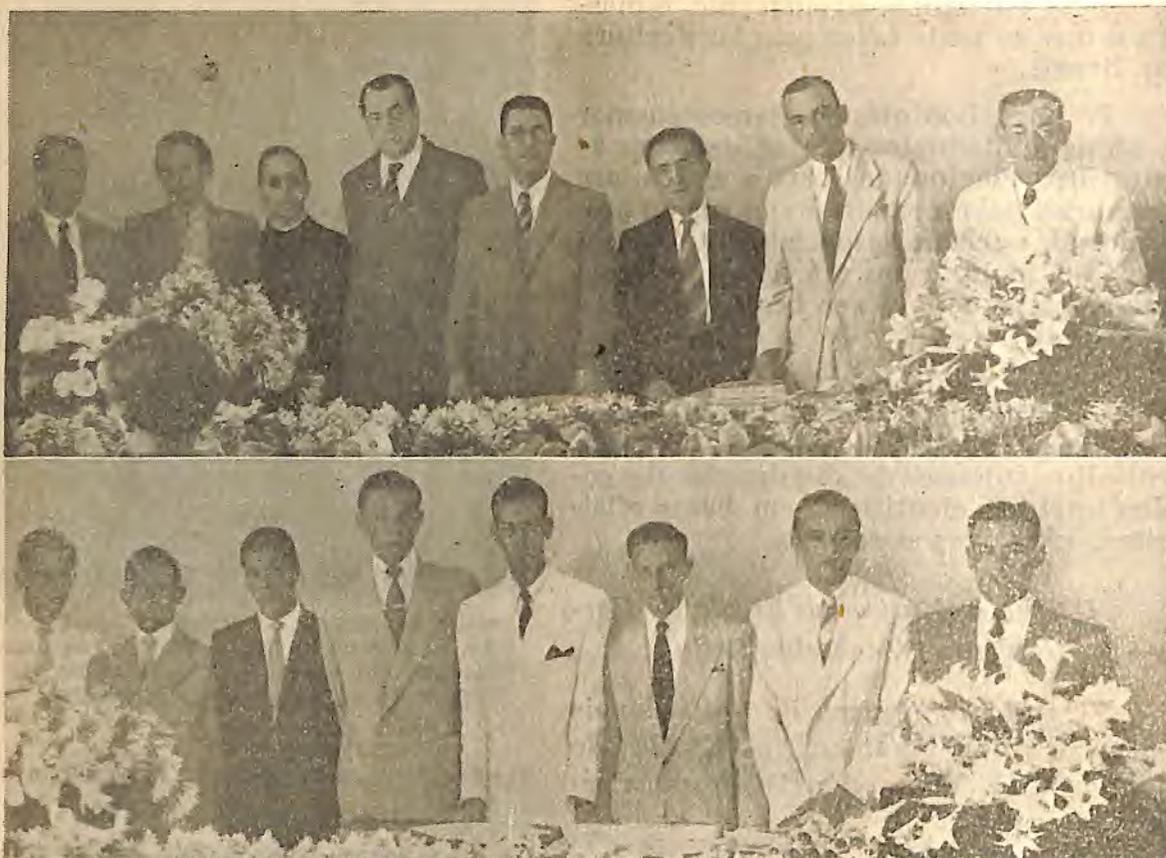
c) *Cursos de Extensão*, em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão do Ministério da Agricultura, como os cursos de extensão de fruticultura, grupos A e B, ministrados desde 1945;

d) *Cursos Práticos*, em colaboração com o Departamento Nacional da Criança, como os cursos de organização de hortas domésticas, ministrados desde 1945;

e) *Cursos de Monitores Agrícolas*, em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência, como os cursos de horticultura, de indústrias rurais, de apicultura, etc., ministrados em 1942 e 1943, durante o período da guerra.

#### VI — Como se Estuda na Escola de Horticultura Wenceslão Bello

O ensino é eminentemente objetivo. Os alunos aprendem trabalhando.



Uma solenidade que se repete todos os anos na Sociedade. — Em cima, a mesa que presidiu à entrega de diplomas à primeira turma de horticultores. Em baixo, os alunos diplomados de 1940.

De outra maneira não se compreende a formação de profissionais especializados e capazes.

Repetem os trabalhos tantas vezes quantas forem necessárias, para que aprendam a executá-los bem, com segurança e desembaraço.

Os alunos estudam observando, verificam experimentando, argumentam com recursos próprios, interpretam raciocinando.

Os professores fogem das divagações livrescas e orientam as aulas para o ensino prático-experimental, o único capaz de despertar o interesse, desenvolver a capacidade de observação, ensinar a interpretar, avivar o raciocínio.

O que é básico, deve ficar bem compreendido: a experiência e a leitura ilustrarão mais tarde os alunos.

Os professores deixam que os próprios alunos procurem os exemplos para aquilo que lhes é ensinado.

Não permitem que os alunos aprendam por simples memorização.

Lançam mão de todos os recursos afim de que os alunos interpretem com idéias próprias, os temas que lhes são apresentados.

Os alunos devem primeiro observar e raciocinar, para depois julgar.

Os próprios alunos devem contornar, sem a ajuda dos professores, as dificuldades que se lhes apresentam, afim de que melhor possam senti-las.

Quando erram, eles próprios devem procurar achar a causa do erro, e repetir, de novo, o trabalho.

Os professores ensinam e orientam.

Cabe aos alunos executar o trabalho, encontrar os recursos para contornar as dificuldades, encarar as questões dentro da realidade brasileira.



Uma aula de laboratório (Pavilhão Miguel Calmon)

Para conseguir tais objetivos, o período de trabalho na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, abrange três fases:

- a) trabalhos práticos,
- b) aulas técnico-práticas,
- c) estudo em conjunto.

Os trabalhos práticos são realizados pelos alunos, orientados pelos professores e fiscalizados por um chefe de trabalhos práticos.

Cada aluno é obrigado a realizar, no mínimo, quatro horas diárias de trabalhos práticos, compreendendo todos os trabalhos de campo, relacionados com a profissão.

As aulas técnico-práticas, ministradas pelos professores, abrangem preleções, trabalhos de laboratório, execução de trabalhos no campo, julgamento e

interpretação de trabalhos experimentais realizados, etc.

O estudo em conjunto, feito à noite, compreende a execução de exercícios dados pelos professores, organização de apostilas das aulas, revisão da matéria dada, etc.

Tudo quanto realizam os alunos tem influência direta na possibilidade, ou não, de poderem prestar exame.

Só podem prestar exame em 1.<sup>a</sup> época, os alunos que:

- a) tenham realizado 4/5 das horas destinadas aos trabalhos práticos,
- b) nas matérias que tenham, pelo menos, 4/5 de frequência às aulas dadas, abrangendo preleções, aulas práticas, trabalhos de laboratório, etc.,

c) nas matérias que tenham alcançado média mínima 40, computando-se as notas dadas nas arguições, provas escritas, exercícios, trabalhos experimentais, etc.

VII — *O que já realizou a Escola de Horticultura Wencesláo Bello*

Desde 1937, data de sua fundação, até 1946, já foram matriculados 2.137 alunos, assim distribuídos:

*Cursos Permanentes*

1938	9	alunos	matriculados
1939	28	"	"
1940	47	"	"
1941	42	"	"
1942	52	"	"
1943	59	"	"
1944	67	"	"
1945	85	"	"
1946	51	"	"
1946	51	"	"
Total	440	alunos	matriculados

E' a seguinte a distribuição dos 440 alunos matriculados, nos diferentes cursos permanentes:

Curso de Horticultura	107	alunos	matriculados
Curso de Hortelão	138	"	"
Curso de Fruticultor	127	"	"
Curso de Floricultor	42	"	"
Curso de Jardinagem	16	"	"
Curso de Apicultor	10	"	"
Total	440	alunos	matriculados

*Cursos Rápidos*

	Alunos matriculados
1º Curso de Enxertia	45
2º " " " "	42
1º " " Defesa Sanitária Vegetal	116
1º " " Herbários e Museus	50
3º " " Enxertia	38
1º " " Sericicultura	43
2º " " " "	65
1º " " Multiplicação Vegetal	69

1º " " Melhoria de Plantas	29
2º " " Herbários e Museus	30
2º " " Melhoria de Plantas	38
1º " " Organização de Pomares	38
1º " " Apicultor	20
2º " " Organização de Pomares	16
1º " " Viveiristas	35
1º " " Botânica Agrícola	33
Total	707

Em resumo, foi o seguinte o número total de matrículas em cada curso:

	matriculados Alunos
Cursos de Enxertia	125
Cursos de Defesa Sanitária Vegetal	116
Cursos de Herbários e Museus	80
Cursos de Sericicultura	108
Cursos de Multiplicação Vegetal	104
Cursos de Melhoria de Plantas	67
Cursos de Organização de Pomares	54
Cursos de Apicultor	20
Cursos de Botânica Agrícola	33
Total	707

*Cursos de Monitores Agrícolas*

Monitores de Horticultura	195
Monitores de Indústrias Rurais	98
Monitores de Apicultura	84
Total	377

245 matriculados em 1942,  
132 " " 1943.

Foram ministrados 12 cursos de monitores agrícolas, assim distribuídos:

6	Cursos de Horticultura
3	" " Indústrias Rurais
3	" " Apicultura.

*Cursos Avulsos*

De 1944 até 1946 foram ministrados 5 cursos avulsos de Horticultura, sendo

1 em 1944  
2 em 1945  
2 em 1946

O movimento de matriculas nesses cursos, foi:

1944	16	alunos matriculados
1945	31	" "
1946	32	" "
Total	79	alunos matriculados

#### Cursos de Extensão

De 1945 a 1946, foram ministrados quatro Cursos de Extensão de Fruticultura, sendo dois do Grupo A e dois do Grupo B, assim distribuídos:

1945 — 1º Curso de Fruticultura	Grupo A
1º Curso de Fruticultura	Grupo B
1946 — 2º Curso de Fruticultura	Grupo A
2º Curso de Fruticultura	Grupo B

O movimento de matriculas nesses cursos foi:

1945	124	alunos matriculados
1946	96	" "
Total	220	alunos matriculados

#### Cursos Práticos

De 1945 a 1946 foram ministrados dois cursos práticos de Organização de Hortas Domésticas, um em cada ano.

Foi o seguinte o movimento de matriculas nesses cursos:

1945	173	alunos matriculados
1946	141	" "
Total	314	alunos matriculados

O movimento geral de matrículas, no período de 1937 a 1946, foi, portanto, o seguinte:

Curso	matriculados
	Alunos
Curso de Horticultura	107
" " Hortelão	138
" " Fruticultor	127
" " Floricultor	42
" " Jardinagem	16
" " Apicultor	10
" " Enxertia	125
" " Defesa Sanitária Vegetal	116
" " Herbários e Museus	80

" " Sericicultura	108
" " Multiplicação Vegetal	104
" " Melhoramento de Plantas	67
" " Organização de Pomares	54
" " Apicultor	20
" " Botânica Agrícola	33
" " Monitores de Horticultura	195
" " Monitores de Indústrias Rurais	98
" " Monitores de Apicultura	84
" " Avulsos de Horticultura de Extensão de Fruticultura	79
" " de Extensão de Fruticultura	220
" " de Organização de Hortas Domésticas	314
Total	2.137

#### VIII — Profissionais preparados pela Escola de Horticultura Wenceslão Bello

Desde a sua fundação, em 1937, até 1946 a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, já preparou:

#### Cursos Permanentes

Horticultores	25
Fruticultores	41
Hortelões	48
Floricultores	19
Jardineiros	5
Apicultores	5
Total	143

#### Cursos Rápidos

Enxertadores	81
Herborizadores	48
Sericicultores	84
Viveiristas	63
Polinizadores	38
Fruticultores práticos	30
Apicultores práticos	15
Botânicos práticos	20
Fitosanitaristas	55
Total	434

#### Cursos de Monitores Agrícolas

Setor de Horticultura	186
Setor de Indústrias Rurais	85
Setor de Apicultura	76
Total	347

*Cursos Avulsos*

Horticultores .....	60
---------------------	----

*Cursos de Extensão*

Curso de Extensão de Fruticultura, Grupo A .....	52
Curso de Extensão de Fruticultura, Grupo B .....	84
<b>Total .....</b>	<b>136</b>

*Cursos Práticos*

Organização de Hortas Domésticas	314
Em resumo, temos:	
Cursos Permanentes .....	143
Cursos Temporários .....	1.291
<b>Total .....</b>	<b>1.434</b>

IX — *O que ainda se pode esperar da Escola de Horticultura Wencesláo Bello*

Muito já realizou a Escola de Horticultura Wencesláo Bello, apesar dos exíguos recursos de que dispõe para uma obra de tão grande vulto.

Em 9 anos de atividades, já se matricularam em seus diferentes cursos 2.137 alunos, e já foram por ela diplomados 1.434 profissionais.

O trabalho desses nove anos de atividades inteiramente devotados ao ensino da horticultura em todas as suas especializações, reflete bem o interesse

e o carinho que a Sociedade Nacional de Agricultura e a administração da Escola, tem dispensado ao problema do ensino profissional hortícola.

Si mais não realizou foi porque mais não foi possível.

Candidatos aos seus diferentes cursos não faltam.

De todos os Estados da Federação chegam, constantemente, pedidos de matrículas que, infelizmente, nem sempre podem ser atendidos.

Tem faltado recursos materiais, mas jámais faltou entre aqueles que trabalham na Escola, o idealismo e a fé, nos gloriosos destinos da Escola de Horticultura Wencesláo Bello, maior entre as maiores realizações da Sociedade Nacional de Agricultura.

Graças ao esforço do Dr. Antonio de Arruda Camara, que com grande idealismo e dedicação dirige esse estabelecimento de ensino, e ao apoio e estímulo do Dr. Arthur Torres Filho, digno Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, a Escola de Horticultura Wencesláo Bello é hoje, sem favor, considerado um modelar educandário, com assinalados serviços prestados à horticultura nacional.

Se muito já realizou, não menos é ainda o que falta realizar, e o conseguirá, se para isso não lhe faltarem recursos.

A obra é vasta e grandiosa e merece todo o apoio daqueles que se interessam pelo ensino agrícola no país.

# Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira

Usinas em Sabará e Monlevade

ESCRITÓRIO CENTRAL DE VENDAS:

**AVENIDA NILO PEÇANHA, 26**

**RIO DE JANEIRO**

# UMA VITÓRIA DA SOCIEDADE

## O Ministério da Agricultura

Pode ser esse departamento da administração pública federal considerado como uma das mais importantes conquistas da Sociedade Nacional de Agricultura.

Ao tempo do Império, dispunha o Brasil de um Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criado pelo decreto legislativo n.º 1.067, de 28 de julho de 1860, posteriormente reorganizado pelas leis de 29 de abril de 1868, 31 de dezembro de 1873 e 22 de novembro de 1892.

As leis imperiais, que reformaram a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, não fizeram alterações no sentido de criar serviços técnicos de agricultura; objetivaram, principalmente, a discriminação burocrática das matérias, sem consideração pela parte técnica e científica, conservando contudo a designação *Agricultura*.

A lei republicana, porém, de 1892, substituiu o antigo Ministério da *Agricultura, Comércio e Obras Públicas* pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

“Entenderam, talvez, os autores da reforma — diz Ignácio Tosta no seu discurso na sessão de 1 de setembro de 1908 na Câmara dos Deputados — que, estabelecida a forma federativa pela Constituição de 24 de fevereiro, transferindo as terras devolutas para os Estados — cabendo a estes, na discriminação das rendas o imposto de exportação sobre os produtos agrícolas e firmada pelo art. 35 a competência cumulativa dos Estados e da União para auxiliarem e promoverem o desenvolvimento da agricultura, muito pouco ou quase nada caberia ao governo federal fazer em prol da agricultura”.

Muito embora no departamento republicano se consagrasse dentro das atribuições da 2.ª seção da 3.ª diretoria os assuntos relativos à agricultura, foram os interesses agrícolas “quase inteiramente esquecidos”, passando para plano inferior.

Foi em face dessa situação que a Sociedade Nacional de Agricultura, ao realizar em 1901 o 1.º Congresso Nacional de Agricultura, considerou o caso da criação de um Ministério ou Departamento de Agricultura como um dos pontos capitais a serem estudados e debatidos, e visando interessar, numa organização administrativa futura, o governo federal no desenvolvimento agrícola nacional.

Com efeito, assim se orientou o Congresso, de molde a, no fim de suas trabalhosas reuniões, firmar o ponto de vista dos produtores e demais interessados no que respeita à criação do Ministério da Agricultura, consubstanciado nas seguintes conclusões:

“1.ª O Congresso Nacional de Agricultura, no intuito de organizar todos os elementos de instrução ou educação agrícola e de difundir a maior soma de meios para substituí-la e praticá-la, combinando e desenvolvendo igualmente tôdas as iniciativas, recursos, atividades e energia do trabalho e da produção, em uma orientação esclarecida, adiantada e segura, pede aos poderes públicos do país que seja criada a seção ou departamento de Agricultura, a parte ou junto ao atual Ministério da Indústria e Viação.

2.ª O Departamento de Agricultura, para cuja organização podem ser habilmente aproveitados o Museu Nacional, o Jardim Botânico, a Repartição de Estatística, com modificações que o novo plano requer, precisa de se compôr de:

Seção de estatística e economia rural — produção agrícola, distribuição e consumo, transporte, salário, custo da produção, preço de consumo, previsões de colheitas, movimento das safras, saldos e stocks ou existência, zonas e áreas de produção, coeficientes por alqueire de terreno ou processo de cultura;

Seção de indústria animal — estatística do gado e zonas em que êle melhor se desenvolve, estudo e registro das raças, variedades, decadência, causas que as determinam, aperfeiçoamento, meios de consegui-lo, estudos dos pastos, agrostologia ou classificação e registro, moléstias do gado, sua profilaxia e análise das gramíneas, marcas e sinais, seu tratamento, medidas higiênicas contra a difusão e propagação das zoonoses epidêmicas, contagiosas ou infecciosas, polícia veterinária, fiscalização do gado introduzido, abatido ou exportado, produtos do gado, seu valor nutritivo ou útil, custo da produção, preços do consumo ou venda;

Noção de botânica — estudo e classificação de tôdas as plantas úteis, conhecidas ou desconhecidas, experiências e observações novas, vantagens, desvantagens ou efeitos em

geral da aclimação, cruzamento, seleção, processos científicos e práticos de cultura;

Seção de química — princípios ativos predominantes dos vegetais, substâncias úteis, substâncias tóxicas, riqueza nutritiva ou industrial das plantas, raízes, hastes, folhas, flores, frutos, sementes, fertilidade ou pobreza dos terrenos, adubos;

Seção de meteorologia agrícola — presidiando à rede geral de estações desta natureza, transmitindo constante e regularmente aos centros telegráficos ou de publicidade o boletim diário e organizando as linhas isotérmicas e isobáricas, prevendo e coordenando os fenômenos periódicos dos temporais, das enchentes e das sêcas;

Seção de microscopia e bacteriologia — estudo dos criptógamos que atacam os produtos agrícolas, microbiologia zootécnica e veterinária, patologia vegetal;

Seção de solos — natureza e composição deles, suas aptidões produtoras, drenagem, irrigação, poços tubulares e artesianos;

Seção florestal — áreas florestais, sua conservação, policia florestal, relações hidrográficas entre as florestas existentes ou extintas e os sistemas de distribuição das chuvas e alimentação dos rios, meios de reconstituição das florestas e matas;

Seção de pomologia ou de frutos — frutos incultos e frutos cultivados, frutos nativos e frutos exóticos, cultura, preparo, acondicionamento dos frutos, produção, consumo e exportação de frutos, viticultura, produtos e reservas de frutos;

Seção de sementes — preparo, renovação, seleção e distribuição das sementes, lavouras novas, instruções e experiências para sua iniciativa e desenvolvimento, campos e estações experimentais;

Seção de fibras têxteis — estudos sobre seu preparo, duração, resistência, aplicações, indústrias têxteis;

Seção de entomologia — insetos úteis, insetos daninhos, sericicultura, pragas da lavoura, meio de combatê-las;

Seção de horticultura — parques, jardins, hortos, processos e artifícios de cultura, flores locais, plantas exóticas, arborizações, mercado de flores, hortaliças, produção e comércio;

Seção de ornitologia e caça — aves domésticas, aves de caça, aves daninhas, seleção, reprodução natural e artificial, produtos das aves, indústria e comércio delas e deles;

Seção de caminhos públicos e de meios de transporte — vias-férreas, estradas de rodagens e vicinais, tração animal, locomóveis,

custo de transporte, acondicionamento, embalagem, seguro, fretes, tarifas;

Seção de mercados internos e estrangeiros — estações, depósitos, portos, entrepostos, concorrências, bolsa, oscilações de produção e venda;

Seção de publicidade, divulgação e propaganda agrícola — em que, por meio de correspondência assídua ou edições diárias ou semanais de um boletim, serão informados os lavradores, em linguagem simples e acessível, que lhe forem ministradas pelas agências e consulados e pelas comunicações que lhe forem enviadas do interior e do estrangeiro.

3.<sup>a</sup> O Departamento deverá ter o seu museu e a sua biblioteca.

Para constitui-los, além das aquisições que por compra ou espontaneamente forem feitas, pede o Congresso que seja promulgada uma lei obrigando todo autor ou editor de qualquer trabalho sobre agricultura ou indústria pecuária e todo inventor ou introdutor em mercados brasileiros de qualquer instrumento, aparelho ou produto agrícola de sua invenção ou comércio a enviar um exemplar ou fac-símile, com as devidas informações e esclarecimentos, para que a qualquer visitante ou agricultor possam ser dados os conhecimentos necessários de suas aplicações, usos, vantagens, custo e instalação. Nesse intuito, a biblioteca e o museu criarão um serviço de registro, onde ficarão igualmente arquivadas as cópias de prêmios e patentes de invenção".

Imediatamente, a Sociedade tratou de realizar essa aspiração, promovendo por todos os meios a divulgação dessas conclusões e procurando interessar a administração, através dos seus membros mais chegados, e, principalmente, dos representantes do povo no Congresso Nacional.

Já em Julho de 1901 o Deputado Serzedelo Correia, no seu parecer ao orçamento da receita, lembrava a necessidade da criação de um Ministério exclusivamente da Agricultura, ou de uma Secção dotada de pessoal técnico-científico no Ministério da Indústria.

No "Histórico" da criação do importante departamento federal, que se encontra na exposição de motivos com que o grande paladino da idéia, o deputado baiano Ignácio Tosta, ofereceu, já em 1906, um substitutivo ao projeto do deputado Cristino Cruz, de 1902, sob o n.º 237, fica evidenciada a grande participação que na criação do importante departamento teve a Sociedade Nacional de Agricultura, ao qual ofereceu interessante parecer.

Eis o parecer da Sociedade Nacional de Agricultura:

"A Câmara dos Deputados, por indicação de sua Comissão de Agricultura e Indústrias Conexas, pediu, por ofício de 21 de outubro de 1902, o parecer desta Sociedade sobre o projeto n.º 237, que propõe a criação de um Ministério de Agricultura.

Satisfazendo a honrosa incumbência, a comissão abaixo assinalada, a quem a diretoria da Sociedade confiou o estudo de tão importante assunto, vem apresentar o seu parecer.

Os mais sinceros e entusiásticos aplausos e a mais completa adesão nos merece a idéia consubstanciada no projeto que se propõe a dar execução às primeiras das proposições com que o Congresso Nacional de Agricultura, reunido nesta Capital em setembro de 1901, formulou sabiamente as aspirações da lavoura nacional e as mais urgentes e eficazes medidas para o engrandecimento do país pela prosperidade de sua agricultura.

Nada acrescentaremos, por desnecessário, às judiciosas e convincentes ponderações com que o ilustrado autor do projeto, o Exmo. Sr. Dr. Cristino Cruz, justificou a necessidade da criação de um serviço federal de agricultura.

Divergimos, no entanto, do autor quanto ao modo de dar execução à idéia.

A magnitude e vastidão dos serviços que a União tem por dever prestar à indústria, de que procede toda a grandeza do país e de que depende a estabilidade de sua situação econômica, reclamam na verdade a criação de um sétimo ministério, como desdobramento do de Indústria, Viação e Obras Públicas, à semelhança do que foi feito na República Argentina e nos Estados Unidos da América do Norte, cujo regime político nós adotamos.

Será, porém, justificável a hesitação dos poderes públicos em encetar desde logo, em tão larga escala, um complexo de serviços inteiramente novos entre nós, e para os quais difícil será encontrar de pronto pessoal habilitado e com a precisa orientação.

Boas razões de prudência aconselhariam talvez a iniciarmos a tarefa mais modestamente, à semelhança ainda do que fizeram os daíses a que já nos referimos, como meio de chegarmos, com passo seguro, àquele desideratum, quando já dispusermos das lições da própria experiência no tirocínio das funções especiais que se vão criar.

Pensa a Comissão que isso poderia ser conseguido organizando-se um "Departamento de Agricultura", com administração própria, especial e técnica, mas dependente do Ministério da Indústria, como o são a Diretoria

Geral dos Telégrafos e a Diretoria Geral dos Correios.

Neste caso, porém, devendo o serviço de agricultura adquirir excepcional importância na administração pública, sendo precisa destacar a agricultura dentre as indústrias, reconhecendo-lhe um valor social não menos do que igual ao de todas demais reunidas, seria necessário, por seu poder sugestivo, modificar-se o nome do atual ministério, que passaria então a ser o Ministério da Agricultura, Indústria e Viação.

Em qualquer dos casos, no entanto, serão suficientes, durante os primeiros tempos, oito seções apenas, no "Departamento" ou Ministério, desde que elas sejam organizadas de modo a atenderem convenientemente as especialidades, sem repetição de trabalhos congêneres em seções diferentes.

Assim é que a horticultura, a fruticultura, a floricultura e a agrostologia, que, no projeto, constituem objeto de duas seções independentes dos campos de experiências e demonstração, podem ficar reunidas aos demais trabalhos destes campos, uma vez que sejam servidas por especialistas, pois que são ramos de uma mesma especialidade mais ampla, isto é, da agricultura prática.

O estudo dos caminhos públicos e meios de transporte e dos mercados internos e externos, que no projeto se reparte em duas seções, pôde ser feito satisfatoriamente junto com todas as outras questões que entendem diretamente com os interesses econômicos da lavoura, constituindo com elas o objeto de uma seção única, pois que são assuntos perfeitamente conexos.

De igual modo a propaganda agrícola, a publicidade e divulgação de tudo que interessa à agricultura e à distribuição de sementes, são tão evidentemente partes do proplema geral da propaganda agrícola, que poderão por muito tempo se achar reunidas na mesma seção de serviço público.

Parece-nos, ainda, ser da maior conveniência reunir o estudo da ornitologia ao da zoologia, ciência de que fazem parte, e separar destas os trabalhos que se referem à zootécnia, veterinária e indústria pecuária em geral, pois que estes trabalhos constituem uma especialidade distinta da do zoólogo.

A microscopia e a bacteriologia, não constituindo objetivos especiais, mas sim meios e processos de investigações patológicas nos dois reinos da biologia, não precisam por enquanto formar seção distinta, porisso que podem, sem prejuízo de seu estudo, ser incorporadas às seções de botânica e de zoologia, nas partes que respectivamente lhes dizem respeito.

Igualmente o museu e a biblioteca podem ser organizados na Escola de Agricultura, que não poderá prescindir desses meios de estudo, até que o desenvolvimento das coleções reclame administração separadas. Do mesmo modo o serviço de contabilidade pôde constituir uma dependência da diretoria geral.

Finalmente, a seção de "Indústria Animal" proposta pelo projeto, devendo ter mais um caráter prático, utilitário, de estudo e vulgarização do que administrativo, será com vantagem, parece-nos, substituída por uma "Estação Zootécnica" subordinada à seção de instrução agrícola.

Para melhor assinalar êsses e outros reparos que nos sugeriu o estudo do projeto apresentado à Câmara dos Deputados, prestando a devida homenagem à ilustração e ao patriótico intuito do seu autor, formulamos sob as referidas bases, um substitutivo no qual se verá que, diminuindo a despesa pedida no projeto e dotando mais largamente algumas das verbas, como se faz mister, o Congresso Nacional poderá, mediante um sacrifício mínimo das rendas públicas, em relação à magnitude do assunto, dotar o país com um mecanismo administrativo que contribuirá, poderosamente para a prosperidade da vida econômica da nação.

#### SUBSTITUTIVO DO PROJETO N. 237, DE 1902, CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º O Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas passa a se denominar "Ministério da Agricultura, Indústria e Viação".

Art. 3.º O Departamento da Agricultura terá as seguintes seções:

- 1.ª Diretoria Geral,
- 2.ª Instrução Agrícola,
- 3.ª Estatística Agrícola e Economia Rural,
- 4.ª Propaganda Agrícola,
- 5.ª Zoologia Agrícola,
- 6.ª Botânica Agrícola e Silvicultura,
- 7.ª Meteorologia.

Art. 4.º — A seção de Instrução Agrícola tratará do ensino profissional ministrado em institutos didáticos, campos de experiências e demonstração e estações agrícolas e zootécnicas, mantidas ou subvencionadas pelo Governo da União.

§ 1.º O Governo criará na Capital Federal uma escola de agronomia, uma estação agrícola com campos de experiências e demonstração e uma estação zootécnica.

§ 2.º As escolas práticas de agricultura ou de veterinária, aos campos de experiências e demonstração, às estações agronomicas, fundadas nos Estados, o Governo prestará um subsídio, anual até a quantia de 60:000\$000, desde que os referidos estabelecimentos se subordinem à organização estabelecida pelo departamento e enquanto preencherem os fins para que forem instituídos.

§ 3.º Nas escolas de agricultura, tanto admitidos gratuitamente até 30 alunos, tendo da União como as subvencionadas, terão preferência para esse fim os filhos de agricultores.

§ 4.º O Governo concederá prêmios anuais de viagem ao estrangeiro aos alunos que, depois de concluírem seu tirocinio escolar, mais se distinguirem em concurso, realizado na Capital, de acôrdo com os programas organizados pelo departamento e julgado por uma comissão por este nomeada, podendo concorrer aos referidos prêmios os alunos de todos os institutos didáticos do país que tiverem recebido nota boa em todos os exames de seus cursos profissionais. Esses prêmios, serão em número de cinco para as provas de agricultura e cinco para as de zootécnia, devendo ser preferidos para as referidas viagens os países de culturas tropicais e os de sistema de criação adaptáveis ao Brasil.

§ 5.º Nas escolas será permitido, a quem solicitar, assistir às aulas, praticar o manejo dos instrumentos que esses institutos possuírem e utilizar-se, para estudo, dos respectivos laboratórios, bibliotecas e museus agrícolas gratuitamente, mas subordinando-se às disposições regulamentares que forem estabelecidas.

§ 5.º Nas escolas será permitido, a quem União disporá de todos os recursos necessários para o estudo superior teórico e prático das matérias seguintes:

Física experimental, química mineral, topografia e arquitetura rural, química orgânica, mecânica e hidráulica agrícolas, botânica, zoologia agrícola, mineralogia e geologia, física e química agrícolas, agricultura geral e silvicultura, culturas especiais, zootécnia e veterinária, economia rural e contabilidade tecnologia rural, desenho topográfico, organográfico de arquitetura e de máquina.

Art. 6.º A Estação Agrícola da União será instalada de modo que, por sua localização e aparelhamento, auxilie e complete o ensino prático da escola de agronomia.

§ 1.º A Estação Agrícola competem as investigações agrícolas e a demonstração das verdades agrônomicas com aplicação ao nosso

país, estudando pelo modo peculiar as instituições congêneres, todas as de grande produção já existentes, como as que puderem e convierem ser iniciadas ou desenvolvidas, compreendendo a grande lavoura, a agrostologia, a fruticultura, a floricultura e a pequena lavoura.

§ 2.º Compete-lhe igualmente obter, por meio de esmerado cultivo, plantas e sementes selecionadas para serem distribuídas e vulgarizadas entre os lavradores.

Art. 7.º A Estação Zootécnica, que será também instalada onde possa servir para o ensino prático da Escola de Agronomia, compreenderá, em duas divisões, a prática zootécnica e a policia e registo dos animais.

§ 1.º A divisão de prática zootécnica compete:

a) o estudo das raças do país e os meios de as aperfeiçoar, mediante cruzamentos, nutrição e seleção adequadas;

b) a criação selecionada de animais das raças aperfeiçoadas, cujos produtos serão destinados à venda, e os reprodutores utilizados para o melhoramento da pecuária particular;

c) o estudo prático das indústrias zootécnicas.

§ 2.º A divisão de policia e registo de animais, localizada no litoral, terá a seu cargo a policia veterinaria dos animais do país importados e o registo de marcas e sinais e dos animais de raça com a organização do "Stud-book" e "Herd-book" nacionais.

Art. 8.º A Seção de Estatística Agrícola e Economia Rural compete organizar a estatística de produção e consumo, no país e no estrangeiro, dos produtos da cultura e da criação nacionais e estudar tudo que puder influir sobre a situação econômica da produção rural, abrangendo a produção e preparo, o acondicionamento, os transportes, seus preços, o modo de venda dos produtos, seus entrepostos, seus mercados, as taxações, a concorrência que deverão vencer, os auxílios de que carecem as questões relativas à imigração, ao trabalho rural e à defesa dos interesses agrícolas do país.

Art. 9.º A seção de propaganda ocuparse-á da vulgarização dos conhecimentos agrícolas por meio de boletins, monografias e os demais meios de publicidade destinados à distribuição gratuita, relatando os trabalhos feitos pelas diversas seções de departamento e contendo os avisos e indicações que convierem à boa marha e ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária e das indústrias rurais.

§ 1.º Compete-lhe ainda:

a) a propaganda dos produtos nacionais, no estrangeiro, no intuito de dilatar os respectivos mercados;

b) organizar as exposições dentro e fóra do país;

c) fazer a distribuição de sementes e plantas vivas, cuja vulgarização convier ao progresso da agricultura.

Art. 10. A seção de zoologia agrícola estudar-á a fauna brasileira, para o fim especial de conhecer os animais úteis indígenas, bem como os nocivos, classificando-os e estudando seus hábitos e os meios de os aproveitar ou combater.

§ 1.º Compete-lhe, outrossim, o estudo das moléstias dos animais, sua profilaxia e tratamento.

Art. 11. A seção de botânica agrícola e silvicultura compete a investigação das plantas úteis da nossa flora, classificando-as, estudando suas propriedades, organizando o hervario e o horto agrícola nacionais e coletando plantas e sementes para cultivo e estudos complementares nas respectivas seções do departamento.

§ 1.º Compete-lhe ainda o estudo das moléstias das plantas cultivadas, sua profilaxia e tratamento, e a policia das plantas importadas.

§ 2.º Deverá igualmente assumir a direção das florestas da União, fazer o estudo metódico da dendrologia e das plantas industriais e de ornamentação do país e o cultivo e propagação das boas espécies florestais indígenas ou aclimadas.

§ 3.º Para o fim do parágrafo anterior, o Governo conservará as atuais florestas da União, as quais ficarão subordinadas ao departamento, amplificando-as e adquirindo outras, tendo sempre em vista, para a escolha, a proteção dos cursos de água e mananciais.

Art. 12. A seção de química compete:

a) a análise das terras, com a determinação de suas propriedades físicas e composição quantitativa;

b) organização de um museu de amostras de terras e da carta dos diversos Estados ficar a percentagem e valor de seus elementos culturais;

c) a análise de adubos e fiscalização de suas marcas comerciais, para o fim de verificar a porcentagem e valor de seus elementos fertilizantes;

d) a análise de plantas, de produtos naturais do país e das substancias alimenticias, com a determinação de sua utilidade e valor;

Art. 13. À seção de meteorologia incumbem o estudo dos fenômenos meteorológicos e a organização dos avisos que, a respeito dos mesmos, interessarem à agricultura.

§ 1.º O Governo providenciará para que sejam fornecidos ao departamento todos os dados meteorológicos colhidos por estabelecimentos da União e dos Estados, bem como os que se referem aos países limitrofes.

§ 2.º O Governo organizará postos meteorológicos ao longo das vias férreas e linhas telegráficas e onde convier, para o perfeito conhecimento do movimento meteorológico em todo o território nacional.

§ 3.º Os avisos meteorológicos terão preferência nas linhas telegráficas.

Art. 14. O Governo ampliará a atual seção de indústria do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, criando uma divisão de minas e geologia, a qual, com uma organização essencialmente técnica, compreenderá tudo que se relacione com o estudo e aproveitamento das riquezas minerais do país.

Art. 15. Para a organização do departamento da agricultura, o Governo deverá aproveitar os serviços já criados nos diversos ministérios que se poderem adaptar aos fins especiais do departamento.

Art. 16. Para os cargos de caráter meramente administrativo, o Governo aproveitará os funcionários aídos e em disponibilidade dos diversos ministérios, atendendo à idoneidade e aptidão de cada um.

Art. 17. Os cargos técnicos serão providos por pessoas de comprovada competência especial para as respectivas funções, tendo preferência as que forem diplomadas por cursos agrícolas, devendo o Governo contratar funcionários no estrangeiro, pelo prazo máximo de cinco anos improrrogáveis, quando não existirem no país, com a competência necessária.

Art. 18. Os vencimentos do pessoal e as despesas do material do departamento regular-se-ão pelos quadros anéxos, enquanto não forem alterados por leis ulteriores.

Art. 19. Fica o Governo autorizado a expedir os necessários regulamentos e a abrir os créditos preciosos para execução da presente lei.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

## QUADRO DO MATERIAL E PESSOAL DO DEPARTAMENTO

### § 1.º

#### DIRETORIA GERAL

1	diretor geral .....	16:000\$000
1	consultor técnico — T* ....	12:000\$000
1	secretário — T .....	7:000\$000
4	escriurários .....	14:000\$000
2	contínuos .....	4:000\$000
1	porteiro .....	3:000\$000
	Material .....	6:000\$000
		<hr/>
		62:000\$000

#### DIVISÃO DA CONTABILIDADE

1	1.º oficial .....	6:000\$000
3	escriurários .....	10:000\$000
1	contínuo .....	2:000\$000
	Material .....	4:000\$000
		<hr/>
		22:000\$000

### § 2.º

#### DIRETORIA

##### *Seção de instrução agrícola*

1	diretor — T .....	10:000\$000
1	1.º oficial — T .....	6:000\$000
2	escriurários .....	7:200\$000
1	contínuo .....	2:000\$000
	Material .....	4:800\$000
		<hr/>
		30:000\$000

1	diretor — T .....	10:000\$000
1	secretário .....	6:000\$000
14	lentes — T, a 9:000\$ .....	126:000\$000
5	substitutos — T, a 4:800\$ .....	24:000\$000
1	bibliotecário — T .....	4:800\$000
3	escriurários .....	10:800\$000
1	bedel .....	3:000\$000
1	porteiro .....	3:600\$000
2	contínuos .....	4:800\$000
4	serventes .....	7:200\$000
	Material .....	40:800\$000
		<hr/>
		271:000\$000

(1) A letra (T) designa cargo técnico.

##### *Escola agrônômica*

##### *Estação agrícola*

1	diretor — T .....	10:000\$000
1	chefe de culturas — T ....	6:000\$000
1	auxiliar ô T .....	3:600\$000
1	fruticultor — T .....	3:600\$000
1	horticultor .....	3:600\$000
1	floricultor .....	3:600\$000

2	escriturários .....	7:200\$000
15	trabalhadores .....	24:200\$000
	Animais .....	8:000\$000
	Material .....	25:200\$000
		<hr/>
		95:000\$000

*Estação zootécnica*

1	diretor — T .....	10:000\$000
1	auxiliar — T .....	7:200\$000
1	regente de indústrias — T .....	7:200\$000
1	ajudante — T .....	6:000\$000
1	veterinário .....	7:200\$000
2	escriturários .....	7:200\$000
2	tratadores de animais ....	6:000\$000
10	trabalhadores .....	15:000\$000
	Animais .....	20:000\$000
	Material .....	14:200\$000
		<hr/>
		100:000\$000

## § 3.º

## SEÇÃO DE ESTATÍSTICA AGRÍCOLA E ECONOMIA RURAL

1	diretor — T .....	10:000\$000
3	auxiliares — T .....	21:600\$000
2	escriturários .....	7:200\$000
1	contínuo .....	2:000\$000
	Material .....	6:200\$000
		<hr/>
		40:000\$000

## § 4.º

## SEÇÃO DE PROPAGANDA

1	diretor — T .....	10:000\$000
2	auxiliares — T .....	14:000\$000
1	ajudante .....	5:000\$000
4	escriturários .....	14:400\$000
2	revisores .....	6:000\$000
1	contínuo .....	2:000\$000
1	correio .....	2:000\$000
3	serventes .....	4:500\$000
	Material, publicações e sementes .....	16:700\$000
		<hr/>
		75:000\$000

## § 5.º

## SEÇÃO DE ZOOLOGIA

1	diretor — T .....	10:000\$000
1	assistente — T .....	7:000\$000
1	naturalista viajante — T ..	6:000\$000
2	preparadores a 4:800\$ ....	9:600\$000
1	conservador .....	3:600\$000
2	serventes .....	3:600\$000
	Material, etc. ....	10:600\$000
		<hr/>
		50:000\$000

## § 6.º

## SEÇÃO DE BOTÂNICA E FLORESTAS

1	diretor — T .....	10:000\$000
1	assistente de botânica — T ..	7:200\$000
1	assistente de floresta — T ..	7:200\$000
1	naturalista viajante — T ..	6:000\$000
1	preparador — T .....	4:800\$000
1	regente de horto .....	3:000\$000
2	inspetores de florestas ....	6:000\$000
2	serventes .....	3:600\$000
6	trabalhadores .....	10:800\$000
	Material, etc. ....	11:400\$000
		<hr/>
		70:000\$000

## § 7.º

## SEÇÃO DE BOTÂNICA

1	diretor — T .....	10:000\$000
2	químicos — T .....	14:400\$000
1	preparador — T .....	4:800\$000
1	escriturário .....	3:600\$000
2	serventes .....	3:600\$000
	Material .....	10:600\$000
		<hr/>
		47:000\$000

## § 8.º

## SEÇÃO DE METEOROLOGIA

1	diretor — T .....	10:000\$000
1	auxiliar — T .....	7:200\$000
1	ajudante — T .....	6:000\$000
3	escriturários .....	10:800\$000
1	contínuo .....	2:000\$000
1	correio .....	2:000\$000
	Material .....	5:000\$000
		<hr/>
		43:000\$000

## SINOPSE

Diretoria Geral .....	63:000\$000
Contabilidade .....	22:000\$000
Diretoria da seção de instrução ..	30:000\$000
Escola de agronomia .....	283:000\$000
Estação agrícola .....	95:000\$000
Estação de zootécnia .....	100:000\$000
Estação de economia rural ....	49:000\$000
Seção de propaganda .....	120:000\$000
Seção de zoologia .....	50:000\$000
Seção de botânica .....	70:000\$000
Seção de química .....	47:000\$000
Seção de meteorologia .....	43:000\$000
Eventuais .....	28:000\$000
	<hr/>
	1.000:000\$000

## JUSTIFICAÇÃO DO PARECER

Encarregados de formular parecer sobre o projeto apresentado à Câmara dos honra-

dos Deputados em 1902, sob o n. 237, fizemo-lo com a maior franqueza e após aturado estudo.

Predicado essencial da lealdade, a franqueza, que se constituira norma de ação desta Sociedade, impunha-se-nos dobradamente, nesse momento, pela sinceridade que ditara a consulta e pela pureza de intuítos que movera o ilustre autor do projeto.

A inexcedível importância e complexidade do assunto e a confiança honrosíssima da patriótica e dedicada Comissão de Agricultura e Indústrias Conexas, que desejara conhecer a opinião desta Sociedade, exigiam uma análise minuciosa e refletida do projeto e a indicação clara e concisa das medidas que melhor completassem o estudo tão brilhantemente iniciado.

Muito mais difícil do que aclimar a mais delicada e exigente planta é transplantar uma idéia, adaptando-a com êxito a novas condições mesológicas, maximé quando essa idéia tem por estrutura um complicado mecanismo administrativo. Não é, pois, de estranhar que a reconhecida proficiência do autor deixasse faltas e desharmonias, mais ou menos importantes, em seu difícil empreendimento de adaptar ao nosso meio os moldes de administração agrônômica adotados em outros países.

Mais fácil, porém, é corrigir, do que fazer. Eis a justificação da temerária tarefa que esforçadamente procuramos desempenhar indicando modificações que tornem o projeto mais exequível e eficaz. E, só por serem múltiplas e por se referirem algumas delas simultaneamente a várias disposições do projeto, é que, para clareza, preferimos reuni-las sob a forma de substitutivo. Este, no entanto, contém todo o projeto n.º 237, atende a todos os serviços que ele propõe, e ainda outros; sómente o faz, parece-nos, de modo mais metódico, mais de acôrdo com a experiência de outros países, de modo mais simples, mais exequível e mais econômico. Algumas considerações são necessárias para facilitar o confronto e assim justificar o parecer.

A primeira divergência a assinalar, essa, porém, mais aparente do que real, está na forma por que deve ser iniciado o serviço, si como um novo Ministério, ou como um departamento do da Indústria.

A primeira das conclusões aprovadas no Congresso Nacional de Agricultura, assim termina... "pede aos poderes públicos do país que seja criada a seção ou departamento de agricultura, à parte ou junto ao atual Ministério da Indústria e Viação. Foi essa aspiração da lavoura, inspirada e redigida

pelo preclaro brasileiro Manoel Victorino, de saudosíssima memória, que o distinto deputado Dr. Christino Cruz levou para o Congresso Nacional e, patrioticamente, procura traduzir em lei.

Ai se vê consignada a alternativa que nos ocupa.

O parecer declara terminantemente que os interesses econômicos do país "reclamam a criação de um sétimo ministério" o da Agricultura.

Convirá, porém, instituí-lo, desde já, ou iniciar os serviços que lhe competem em um departamento do Ministério da Indústria, para transformá-lo em ministério distinto, quando, vencidas as dificuldades de iniciação, aqueles serviços tiverem adquirido o necessário impulso?

E' uma questão evidentemente secundária, desde que esteja resolvida a criação do serviço público de agronomia. Esse é o pensamento contido na citada conclusão do Congresso de Agricultura, e que a Comissão adotou atendendo a que boas razões militam na verdade pró e contra cada um dos alvitres.

Coerente com este pensamento, a Comissão limitou-se a assinalar a forma mais simples e econômica, como sendo aceitável e eficaz, e passou ao ponto capital, que é a organização que convém dar aos serviços, qual quer que seja o alvitre preferido.

A organização oferecida no parecer subordinou-se aos seguintes principais preceitos que nem sempre influíram sobre a que é dada no projeto:

1.º Reunir na mesma seção todos os serviços intimamente conexos, de modo a evitar que estes sejam feitos simultaneamente em várias seções;

2.º Discriminar os serviços de caráter científico, tais como os de investigação biológica e os de análise química, separando-os, em seções distintas, dos de caráter prático, como os que se referem às artes de cultivar e de criar.

Para esse fim reuniu por vezes duas seções do projeto em uma só e modificou a organização de outras. Desse modo evitou, por exemplo, entre outros senões, que o estudo do acondicionamento dos produtos agrícolas seja feito simultaneamente na 3.ª e 8.ª seções da 1.ª diretoria; que a patologia vegetal seja estudada na 2.ª e 4.ª da 2.ª diretoria; e que o estudo das floras estaduais e da geografia botânica seja confiado a fruticultores e horticultores, que, certo, não terão a necessária competência, e quando já havia sido cometida a organização do herbario nacional, como era de direitos, à seção de botânica.

O parecer da Comissão confia as investigações científicas às seções de botânica, de zoologia e de química agrícolas, ao passo que as artes de cultivar e de criar e as indústrias correlatas são praticadas e exploradas respectivamente nas estações agrícolas e zootécnicas e na seção química.

Indica a criação da seção de química agrícola, aparelhada para todas as análises reclamadas pelo serviço agrônômico, evitando, assim, a multiplicidade de pequenos laboratórios anêxos a seções destinadas a outras especialidades, e incumbindo-a do estudo dos solos, que o projeto confia, impropriamente, ao pessoal da seção de agrostologia.

Aconselha ainda a criação do serviço federal de minas e geologia, anêxo ao Ministério da Indústria, para que assim se complete o estudo sistemático e ininterrupto das riquezas naturais do país.

No tocante ao estabelecimento modelo de ensino, são também vários e importantes os pontos de divergência.

Assim entende a Comissão que deve ser uma Escola de Agronomia, e não somente de agricultura, de modo a reunir, com o necessário desenvolvimento, ao estudo agrícola o da zootécnia e veterinária.

Pensa ser inconveniente a forma de internato que lhe é indicada no projeto, pois, tratando-se do ensino superior, seria contrariar fortemente os nossos hábitos, o que prejudicaria a frequência escolar e o intuito da instituição, visto que diante daquela exigência os moços continuariam a preferir as escolas de outra natureza, cujos estudos correspondam a profissões já prestigiadas por longa tradição.

A projeto institui os campos de experiência e demonstração como dependência da escola e sob a mesma direção, o que exigiria a instalação da escola em ponto afastado do centro de atividade da Capital.

A Comissão discorda baseada na experiência de quasi todos os países e que aconselha a localização do instituto no centro da vida intelectual.

E' assim que o Instituto Agrônômico de França, que principiou a funcionar em Versailles, quando restabelecido em 1871, depois de longo e brilhante debate, foi instalado em Paris, onde está hoje na rua Clude Bernard, ao passo que os campos de cultura e criação onde são feitos os seus estudos práticos, estão situados a 20 quilômetros de distância em Noisy le Roi.

Do mesmo modo, na Alemanha as Academias Reais de Agricultura foram sucessi-

vamente transferidas para as Universidades. A Italia tem o seu principal instituto de ensino agrícola na própria cidade de Portici e a Bélgica na de Gembloux.

De acôrdo com tais precedentes, a Comissão propõe que a Escola de Agronomia seja instalada nesta Capital, em lugar em que possa dispor de gabinetes e laboratórios perfeitamente organizados para a prática científica, e indica, para completar o ensino, a criação da Estação Agrícola e da Estação Zootécnica, instaladas onde possam dispor de todos os recursos de uma perfeita instalação para o desempenho de seu especial objetivo, mas subordinadas à condição de poderem servir para completar o estudo prático da escola.

Para satisfazer a tão amplos e fecundos intuits, essas estações serão providas de administração superior, idonea e autonoma, não ficando assim os campos de Experiências e Demonstração reduzido à administração de um simples feitor com o ordenado de 3:600\$, como estabelece o projeto.

Demais, tratando da organização escolar, o parecer propõe a criação de logares de preparadores, o que de fato se torna necessário, desde que se pretenda imprimir ao ensino científico o imprescindível cunha prático.

Esse carater prático e técnico a comissão procurou imprimir o mais acentuadamente possível ao ensino e a todos os serviços da organização que propoz.

Para isso, entre várias disposições, procurou melhorar os vencimentos do pessoal técnico em relação aos de caráter meramente administrativo. E' assim que evitou que um "chefe de cultura" ganhasse apenas 3:600\$ e um chefe de laboratório de fisiologia 4:800\$, em flagrante inferioridade relativa aos escrivães aquinhoados, em média, com o ordenado de 5:000\$, como estabelece o projeto; conservando estas vantagens equitativas, distinguuiu todo o pessoal técnico, acreditando que pelos vencimentos oferecidos é que se pôde aquilatar da competência e do trabalho exigidos dos funcionários.

Esse critério, que é de molde a fazer predominar o caráter técnico dos serviços sobre a feição burocrática peculiar de nossas repartições, ainda se depreende do seguinte quadro, no qual se enumeram, respectivamente, o número de empregados, as despesas com os mesmos e a despesa de material:

Projeto	Parecer	Diferença
293	164	139
1:220:000\$	743:000\$	476:000\$
380:000\$	256:000\$	123:000\$

Dai se infere que a redução na verba do pessoal foi maior, relativamente, do que na de material, que abrange gabinetes, laboratórios, bibliotecas, animais de raça, etc.

Pensa a Comissão, ter assim conseguido metodizar e simplificar os serviços, reduzindo as seções de 18 a 8 e limitando o orçamento geral de 1.600:000\$ a 1.000:000\$, sem atrofiar um único dos que o projeto propõe, antes, aumentando-os, e conservando em todos acentuadamente o caráter técnico e prático peculiar às organizações congêneres que prosperam em outros países.

Eis, a largos traços, o cotejo entre o projeto e o parecer, com que acreditamos justificar a necessidade que havia de reunir as disposições deste último sob a forma de substitutivo.

A comissão: *Dr. Aristides Caire.* — *Dr. Wencesláo Bello*, relator. — *Eurico Jacy Monteiro.* — *Sergio de Carvalho*, vencido”.

Decorridos tantos anos, tem o Ministério que o tem dirigido, alguns dos quais, como da Agricultura, através dos grandes nomes Simões Lopes, Miguel Calmon Lyra Castro, passaram pela presidência da Sociedade, procurando atingir os altos objetivos que determinaram a sua criação. Lutando, quase sempre, com as deficiências orçamentárias, com a complexidade dos nossos problemas agrícolas, agravados pela extensão territorial e pela dispersão do homem do campo, tem, ainda assim, desde a sua instalação, sido a mola real do nosso desenvolvimento agrícola e pastoril.

Fazemos daqui votos para que, melhor avisados os nossos legisladores e serenadas as preocupações políticas que durante tantos anos tem trazido em quase constante instabilidade a pública administração, possa o Ministério melhor aparelhado materialmente, dar à agricultura tudo o que, de seu elemento humano, é lícito esperar, para o bem da agricultura nacional.

## Grupos Motor Geradores “KOHLER”

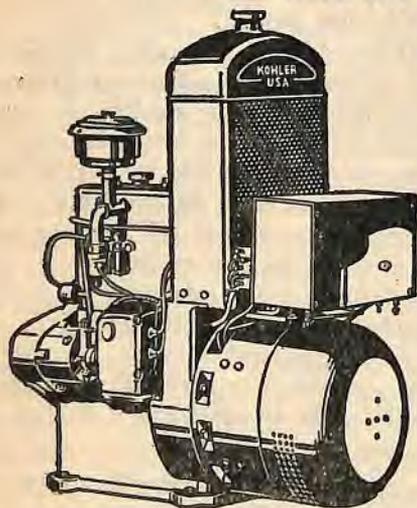
para

ENERGIA DE LUZ E FORÇA INDEPENDENTE

GARANTIA E SEGURANÇA

EM

FAZENDAS — GRANJAS — SÍTIOS —  
 IGREJAS — LOJAS — CINEMAS —  
 CASAS DE CAMPO — FORTALEZAS —  
 FARÓIS — ACAMPAMENTOS — NA-  
 VIOS DE GUERRA E MERCANTES —  
 CAMPOS DE AVIAÇÃO — HOSPITAIS.



Séries de 800 a 10.000 Watts

KOHLER OF KOHLER

REPRESENTANTE EXCLUSIVA PARA O BRASIL

**CASA MAYRINK VEIGA S/A**

Rua Mayrink Veiga, 17/21 — C. P. 309 — Telefone 23 - 1600

RIO DE JANEIRO

# Aparelhamento do Mercado Interno

Na sessão do Conselho Federal de Comércio Exterior, de 24 de fevereiro de 1947, o dr. Arthur Torres Filho, representante ali das classes rurais, apresentou a seguinte indicação:

“De longa data vem se preocupando este Conselho com estudos sobre a organização e desenvolvimento do mercado interno do país, salientando sempre a importância de medidas tendentes a melhorar as condições desse mercado, para podermos aumentar e baratear a produção. No que respeita aos artigos alimentares, tem visado resolver o abastecimento e a distribuição desses produtos, sobretudo dos de caráter perecível, de modo a evitar as graves perdas verificadas com a deterioração, satisfazendo também as condições higiênicas exigidas pela alimentação.

Esse é, sem dúvida, um problema básico para todos os povos e mórmente para o Brasil, país de clima quente, sujeito por conseguinte à mais fácil deterioração dos alimentos.

E' fato encontrarmos-nos atrazadíssimos em matéria de equipamentos para a conservação dos produtos agro-pecuários. Explicasse, portanto, dessa forma, a quase impossibilidade, pelos prejuízos acarretados aos produtores, de desenvolvermos a produção de artigos alimentares. Não dispõem as nossas estradas de ferro de vagões frigoríficos; os navios destinados à cabotagem encontram-se desprovidos de câmaras frias; os portos não contam com silos, câmaras de expurgo e armazens frigoríficos; as cidades, com seus mercados desaparelhados de instalações adequadas para a boa armazenagem e distribuição dos produtos, os quais chegam ao consumidor em lamentáveis condições higiênicas, comprometendo a própria saúde da população.

As perdas nos centros de produção pela demora dos transportes e por outros motivos desestimulam as mais ousadas iniciativas. Os prejuízos, quando não são totais, atingem geralmente proporções elevadas, forçando a alta dos preços, no consumo, por parte do comércio, que, por esse processo, se precavê contra as perdas oriundas dos transportes. Veja-se o que ocorre com os legumes, com as frutas, os cereais e outros produtos agrícolas; com o leite, os ovos, a carne e demais artigos alimentares, até mesmo nas nossas cidades mais populosas, como Rio e São Paulo.

Assistimos à abertura de créditos vultosos para múltiplos fins, como para o aparelhamento de estradas de ferro, portos, programas de aumento da produção com medidas de estímulo, mas não se cogita de uma planificação segura de medidas que permitam o normal desenvolvimento da produção, seu transporte e distribuição nos mercados.

Sem que nos habilitemos a erguer um sistema moderno de defesa da produção perecível, a começar nas próprias zonas econômicas do país, seu transporte e entrega nos mercados consumidores, falhará fatalmente nosso sistema econômico, deixando os produtores desamparados e sem estímulos no seu afan de produzir e os consumidores entregues aos azares de um abastecimento precaríssimo, quantitativa e qualitativamente.

Eis um aspecto da economia brasileira que se me afigura da máxima gravidade, e cuja solução exige um conjunto de medidas em que não só terá de intervir o governo, como a iniciativa particular, da qual muito se poderá esperar: refiro-me especialmente às empresas e associações de interessados.

Deixo este assunto ao exame do Conselho que, com o seu zelo habitual, certamente o receberá com a consideração que julgar conveniente”.

**COMPANHIA AGRICOLA  
E INDUSTRIAL MAGALHÃES**

**USINA BARCELOS**

**Capital Cr\$ 16.000.000,00**

SÉDE NO RIO DE JANEIRO

Rua 1° de Março, 51-3°



FÁBRICA DE AÇÚCAR, ALCOOL  
ANIDRO E POTÁVEL EM

**BARCELOS**

MUNICÍPIO DE S. JOÃO DA BARRA

ESTADO DO RIO

# Curso de Extensão de Fruticultura

## Universidade Rural — C. A. E.

### INSTRUÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO AVULSO DE EXTENSÃO DE FRUTICULTURA A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 67 DE 29 DE JANEIRO DE 1946.

Art. 1º — O Curso Avulso de Extensão de Fruticultura, subordinado à Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, tem por finalidade ministrar conhecimento sobre preparo de viveiros, multiplicação vegetal e organização de pomares em colaboração com a *Sociedade Nacional de Agricultura*.

Art. 2º — O curso, de caráter prático, será ministrado na Escola de Horticultura “Wenceslau Belo” — Caminho Maria Angú, 480 — Penha — de acôrdo com as bases abaixo:

#### GRUPO A — MULTIPLICAÇÃO VEGETAL:

- a) organização de viveiros;
- b) multiplicação vegetal;
- c) defesa sanitária vegetal.

#### GRUPO B — ORGANIZAÇÃO DE POMARES:

- a) fruticultura;
- b) defesa sanitária vegetal.

Art. 3º — Cada uma das duas modalidades terá a duração de vinte domingos (20) sendo ministrados, respectivamente, no período de 17 de Março à 29 de Julho e 4 de Agosto à 15 de Dezembro do corrente ano, de acôrdo com os programas já aprovados.

Art. 4º — Os números mínimo e máximo de alunos admitidos à matrícula serão, respectivamente, de dez (10) e vinte (20) em cada grupo.

Art. 5º — As inscrições estarão abertas até cinco (5) dias antes do início de cada curso, devendo o candidato requerê-la ao Chefe do Serviço Escolar da U.R. juntando:

- a) prova de identidade;
- b) atestado de sanidade física e mental;
- c) prova de conhecimentos de nível secundário;
- d) dois retratos tamanho 3 x 4.

§ único — No requerimento de inscrição o candidato deverá especificar a secção ou secções que desejarem inscrever-se.

Art. 6º — A cada aluno será distribuída tarefa de sua exclusiva responsabilidade no campo prático, à qual será atribuída nota.

Art. 7º — O aproveitamento dos alunos será verificado pelo modo por que se desobriguem das tarefas que lhes forem distribuídas assim como por provas prático-orais, no final do curso.

§ 1º — Considerar-se-á aprovado no curso o aluno que obtiver média igual ou superior a sessenta (60), incluindo-se as notas dos trabalhos práticos.

§ 2º — Não poderá realizar provas o aluno que tiver mais de vinte por cento (20%) de faltas às aulas ou trabalhos escolares.

Art. 8º — Aos alunos que concluírem o curso será concedido certificado de habilitação expedido nos termos do art. 21 do Regulamento baixado pelo Decreto nº 8.741, de 11-2-42.

Art. 9º — O curso será ministrado por dois professores: um (1) para organização de viveiros, multiplicação vegetal e fruticultura e outro para defesa sanitária vegetal.

Art. 10 — Os professores designados na forma do art. 4º § 4º do decreto-lei nº 5.083, de 4-2-42, modificado pelo de nº 5.114, de 18-12-42, terão as atribuições que lhes competirem nos termos do art. 31 do regulamento já citado.

Art. 11 — Os casos omissos serão resolvidos por decisão do Diretor dos C.A.E., ouvido o Diretor da Escola “Wenceslau Belo” e o Conselho Técnico.

## A Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltd. é uma potência em evolução

Durante vários anos inúmeras iniciativas privadas, por força do regime, estiveram sob contróle direto dos poderes públicos, sob regime de interventorias. Essa situação decisiva, se bem que inspirada em imperativos de boa vontade, entravaram durante largo tempo os surtos mais importantes das iniciativas privadas, burocratisandô suas atividades de um lado e manientando a produção do outro, com graves prejuizos para a coletividade. Logo que tais organizações passaram ao regime de direção autônoma, alicerçada em critério democrático de livre escolha dos seus dirigentes, subiram os valores, aumentaram os lucros, extinguiram-se as concessões pessoais e o progresso passou a constituir a sua própria bussola.

Citemos, por exemplo, como simbolo desta afirmativa, a Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltd., organização 100% cooperativista e cuja direção está entregue a um grupo de cidadãos de larga envergadura moral, aliada à reconhecida capacidade de trabalho. Não temos dúvida em afirmar que os drs. Eduardo Duvivier, José Maria de Oliveira Souza e José de Albuquerque Lins, respectivamente, Diretor-Presidente, Diretor-Comercial e Diretor Secretário e Tesoureiro, representam uma segurança para o adiantamento, o progresso e a grandesa econômica e financeira da Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltd. Abrangendo, como abrange, vasta rêde de usinas e cooperativas disseminadas pelos maiores Estados produtores, como sejam Minas Gerais, Estado do Rio e zonas limitrofes do Estado de São Paulo, destacam-se pela sua expressão econômica, as seguintes Usinas e Cooperativas: Laticínios São José de Bicas Ltd., Laticínios Porto Novo Ltd., Ferreira Leal & Cia. Ltd., de Recreio, Laticínios União dos Fazendeiros S/A., de Três Barras, Estado de São Paulo e Joaquim de Souza Luzitano, de Bananal e as Cooperativas: Produtores de Leite Ltd. de Volta Grande, Produtores de Leite de Sossêgo, Produtores de Leite dos Santos Dumont, Produtores de Leite de Leopoldina, Produtores de Leite de São João de Nepomuceno, Produtores de Leite de Mercês, e muitos outros no Estado de Minas e ainda Cooperativa Agro-Pecuária do Rio Preto, de Laticínios de Paraíba do Sul, Agro-Pecuária de Vargem Alegre, Agro-Pecuária de Esteves e outras. A Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltd. vive sob um critério diretivo absolutamente democrático, sendo os seus dirigentes escolhidos livremente por eleição entre as unidades centralizadas.

Com tal cabedal econômico e disposição de trabalho, a Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltd., cuja existência é recentíssima, está predestinada, à frente os drs. Eduardo Duvivier, José Maria de Oliveira Souza e José de Albuquerque Lins, a elevar do mínimo ao máximo o poder da economia leiteira e o índice financeiro da Cooperativa Central, entrando em excelentes relações com o Govêrno, sem os precalços de qualquer intervenção dirêta que entrava e prejudica todas as organizações particulares.

Junto é, portanto, louvar-se a capacidade de organização da sua diretoria, da qual o dr. Eduardo Duvivier, como Presidente, tem-se revelado excelente timoneiro. (M. R. 027 - 7)

# Diretorias da Sociedade Nacional de Agricultura desde sua Fundação

## Primeira Diretoria

1897 (16-1)

Presidente — Dr. Antonio Ennes de Souza.  
 1.º Vice-Presidente — Dr. Antonio Vaz Pinto Coelho.  
 2.º Vice-Presidente — Pedro Caldeira.  
 1.º Tesoureiro — Dr. Joaquim Tavares Guerra.  
 2.º Tesoureiro — (Vago).  
 1.º Secretário — (Vago).  
 2.º Secretário — Dr. Domingos Sergio de Carvalho.

## Segunda Diretoria

1898 (7-2)

Presidente — Dr. José Cardoso de Moura Brasil.  
 1.º Vice-Presidente — Dr. Campos da Paz.  
 2.º Vice-Presidente — Dr. Joaquim Carlos Travassos.  
 Secretário Geral — Dr. Germano Vert.  
 1.º Secretário — Dr. Eurico Jacy Monteiro.  
 2.º Secretário — Dr. Domingos Sergio de Carvalho.  
 1.º Tesoureiro — Dr. Fábio Nunes Leal.  
 2.º Tesoureiro — (Vago).

## Terceira Diretoria

1899 (21-2)

Presidente — Dr. José Cardoso de Moura Brasil.  
 1.º Vice-Presidente — Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz.  
 2.º Vice-Presidente — Dr. Joaquim Carlos Travassos.  
 Secretário Geral — Germano Vert, depois, Dr. Wenceslão Bello.  
 1.º Secretário — Dr. Eurico Jacy Monteiro.  
 2.º Secretário — Dr. Philippe Aristides Caire.  
 1.º Tesoureiro — Dr. Fabio Nunes Leal.  
 2.º Tesoureiro — Barão de Aguas Claras (Dr. Guilherme Augusto de Souza Leite).

## Quarta Diretoria

1900 (25-4)

Presidente — Dr. José Cardoso de Moura Brasil.  
 1.º Vice-Presidente — Dr. Candido Barata Bibeiro.

2.º Vice-Presidente — Dr. Fabio Nunes Leal.

3.º Vice-Presidente — Barão de Aguas Claras.

1.º Secretário — Dr. Eurico Jacy Monteiro.

2.º Secretário — Dr. Domingos Sergio de Carvalho.

3.º Secretário — Dr. Amaro Ferreira das Neves Armond.

Diretor de Culturas — Dr. Philippe Aristides Caire.

Diretor de Propaganda — Dr. Wenceslão Alves Leite de Oliveira Bello.

1.º Tesoureiro — Dr. Alberto Ferreira Jacobina.

2.º Tesoureiro — Dr. Antonio Maximino Pinto e Souza.

Diretor da Fazenda de Santa Mônica — Dr. Philippe Aristides Caire.

Diretor da Fazenda da Penha — Dr. Eurico Jacy Monteiro.

Diretor da revista "A Lavoura" — Dr. Wenceslão Bello.

Secretário da revista "A Lavoura" — Dr. Sergio de Carvalho.

## Quinta Diretoria

1901 (25-1)

Presidente — Dr. Antonino Fialho.

1.º Vice-Presidente — Dr. João Baptista de Castro.

2.º Vice-Presidente — Dr. Luiz Carlos Barbosa de Oliveira.

3.º Vice-Presidente — Dr. Aristoteles Gomes Calça.

Diretor da Propaganda — Comte. José Carlos de Carvalho.

Diretor de Culturas — Dr. Bernardo Dias Ferreira.

1.º Secretário — Dr. José Mattoso Sampaio Correia.

2.º Secretário — Dr. Augusto Bernacchi.

3.º Secretário — Dr. Carlos Moreira.

1.º Tesoureiro — Jens Sand.

2.º Tesoureiro — Sr. João da Silva Gandra.

Diretor da "A Lavoura" — Comte. José Carlos de Carvalho.

Secretário da "A Lavoura" — Dr. Sergio de Carvalho.

**Sexta Diretoria**

1902 (25-1)

Presidente — Dr. Antonino Fialho.

1.º Vice-Presidente — Dr. João Baptista de Castro.

2.º Vice-Presidente — Dr. Wenceslão Alves Leite de Oliveira Bello.

3.º Vice-Presidente — Dr. Aristóteles Gomes Calça.

Diretor de Culturas — Dr. Philippe Aristides Caire.

Secretário Geral — Dr. Domingos Sergio de Carvalho.

1.º Secretário — Dr. Eurico Jacy Monteiro.

2.º Secretário — Dr. Augusto Bernacchi.

3.º Secretário — Dr. Eduardo Augusto de Caldas Brito.

1.º Tesoureiro — Dr. José da Silva Gandra.

2.º Tesoureiro — Sr. Jens Sand.

Diretor da "A Lavoura" — Dr. Domingos Sergio de Carvalho.

**Sétima Diretoria**

1903 (9-5)

Presidente — Dr. Antoino Fialho.

1.º Vice-Presidente — Dr. João Baptista de Castro.

2.º Vice-Presidente — Dr. Wenceslão Alves Leite de Oliveira Bello.

3.º Vice-Presidente — Dr. Aristóteles Gomes Calça.

Diretor de Culturas — Dr. Philippe Aristides Caire.

Secretário Geral — Dr. Domingos Sergio de Carvalho.

1.º Secretário — Dr. Eurico Jacy Monteiro.

2.º Secretário — Dr. Augusto Bernacchi.

3.º Secretário — Dr. Eduardo Augusto de Caldas Britto.

1.º Tesoureiro — Dr. João da Silva Gandra.

2.º Tesoureiro — Sr. Jens Sand.

Diretor do Museu e da Seção de Sementes — Dr. Wenceslão Bello.

Diretor da Biblioteca — Dr. João Baptista de Castro.

**Oitava Diretoria**

1904 (6-9)

Presidente — Dr. José Cardoso de Moura Brasil.

1.º Vice-Presidente — Dr. Wenceslão Alves Leite de Oliveira Bello.

2.º Vice-Presidente — Dr. João Teixeira Soares.

3.º Vice-Presidente — Barão de Aguas Claras.

Secretário Geral — Dr. Domingos Sergio de Carvalho.

1.º Secretário — Dr. Eurico Jacy Monteiro.

2.º Secretário — Dr. Eduardo de Caldas Britto.

3.º Secretário — Dr. Antonio de Padua Rezende.

1.º Tesoureiro — Dr. Leopoldo Cesar Duque Estrada.

2.º Tesoureiro — Dr. Fabio Nunes Leal.

Diretor da Seção de Alcool — Dr. Domingos Sergio de Carvalho.

**Nona Diretoria**

1905-6 (11-4)

Presidente — Dr. Wenceslão Alves Leite de Oliveira Bello.

1.º Vice-Presidente — Dr. João Baptista de Castro.

2.º Vice-Presidente — Dr. Silvio Ferreira Rangel.

3.º Vice-Presidente — Dr. Cornélio de Souza Lima.

Secretário Geral — Dr. Domingos Sergio de Carvalho.

1.º Secretário — Dr. Joaquim Luis Osório.

2.º Secretário — Dr. Heitor de Sá.

3.º Secretário — Dr. Alfredo Dias.

4.º Secretário — Cel. Carlos Raulino.

1.º Tesoureiro — Dr. Alberto Ferreira Jacobina.

2.º Tesoureiro — Dr. Edgardo Ferreira de Carvalho.

Diretor do Horto da Penha e da Seção de Sementes — Dr. Wenceslão Bello.

Diretor da Fazenda de Santa Mônica — Dr. Silvio Rangel.

Diretor do Museu — Dr. Cornélio Lima.

Bibliotecário — Dr. João Baptista de Castro.

Diretor da Seção de Alcool — Dr. Domingos Sergio de Carvalho.

Presidente da Comissão da "A Lavoura" — Dr. Wenceslão Bello.

**Décima Diretoria**

1907-8 — (27-4)

Presidente — Dr. Wenceslão Alves Leite de Oliveira Bello.

1.º Vice-Presidente — Dr. João Baptista de Castro.

2.º Vice-Presidente — Dr. Silvio Ferreira Rangel.

3.º Vice-Presidente — Dr. Domingos Sergio de Carvalho.

Secretário Geral — Dr. Heitor de Sá.

1.º Secretário — Dr. Francisco Tito de Souza Reis.

2.º Secretário — Dr. Benedito Raimundo da Silva.

3.º Secretário — Dr. Alberto Jacobina.

1.º Tesoureiro — Dr. João Pedreira do Couto Ferraz.

2.º Tesoureiro — Dr. Carlos Raulino.

Superintendente do Horto Fruticola da Penha — Prof. Manuel Paulino Cavalcanti.

#### Décima Primeira Diretoria

1908-9

Presidente — Dr. Wenceslão Alves Leite de Oliveira Bello.

1.º Vice-Presidente — Vago.

2.º Vice-Presidente — Dr. Silvio Ferreira Rangel.

3.º Vice-Presidente — Dr. Domingos Sergio de Carvalho.

Secretário Geral — Dr. Heitor de Sá.

1.º Secretário — Dr. Francisco Tito de Souza Reis.

2.º Secretário — Dr. Benedito Raimundo da Silva.

3.º Secretário — Dr. José Monteiro Ribeiro da Silva.

4.º Secretário — Dr. Alberto de Araujo Ferreira Jacobina.

1.º Tesoureiro — Dr. João Pedreira do Couto Ferraz.

2.º Tesoureiro — Cel. Carlos Raulino.

#### Décima Segunda Diretoria

1910-1911

Presidente — Dr. Wenceslão Alves Leite de Oliveira Bello, depois até o fim do mandato, Dr. Silvio Ferreira Rangel.

1.º Vice-Presidente — Dr. José Ribeiro Monteiro da Silva.

2.º Vice-Presidente — Dr. Antonio Pacheco Leão.

3.º Vice-Presidente — Dr. Francisco Tito de Souza Reis.

Secretário Geral — Dr. João Fulgencio de Lima Mindello.

1.º Secretário — Dr. Benedito Raimundo da Silva.

2.º Secretário — Dr. Alberto Ferreira Jacobina.

3.º Secretário — Dr. Victor Leivas.

1.º Tesoureiro — Cel. Carlos Raulino.

2.º Tesoureiro — Dr. João Pedreira do Couto Ferraz.

#### Décima Terceira Diretoria

1912-1913

Presidente — Dr. Lauro Severiano Müller.

1.º Vice-Presidente — Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.

2.º Vice-Presidente — Dr. Eduardo Augusto Torres Cotrim.

3.º Vice-Presidente — Dr. Manoel Maria de Carvalho.

Secretário Geral — Dr. João Fulgencio de Lima Mindello.

1.º Secretário — Dr. Affonso Negreiros Lobato Junior.

2.º Secretário — Dr. Benedicto Raimundo da Silva.

3.º Secretário — Dr. Alberto Jacobina.

4.º Secretário — Dr. Victor Leivas.

1.º Tesoureiro — Cel. Carlos Raulino.

2.º Tesoureiro. — Dr. José Ribeiro Monteiro da Silva.

#### Décima Quarta Diretoria

1914-1915

Presidente — Dr. Lauro Severiano Müller.

1.º Vice-Presidente — Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.

2.º Vice-Presidente — Dr. Eduardo Augusto Torres Cotrim.

3.º Vice-Presidente — Dr. Manoel Maria de Carvalho.

Secretário Geral — Dr. João Fulgencio de Lima Mindello.

1.º Secretário — Dr. Affonso Negreiros Lobato Junior.

2.º Secretário — Dr. Benedicto Raimundo da Silva.

3.º Secretário — Dr. Alberto Ferreira Jacobina.

4.º Secretário — Dr. Victor Leivas.

1.º Tesoureiro — Cel. Carlos Raulino.

2.º Tesoureiro — Dr. José Ribeiro Monteiro da Silva.

#### Décima Quinta Diretoria

1916-1917

Presidente — Dr. Lauro Severiano Müller.

1.º Vice-Presidente — Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.

2.º Vice-Presidente — Marciano de Aguiar Moreira.

3.º Vice-Presidente — Dr. Augusto Ramos.

Secretário Geral — Dr. Hannibal Porto.

1.º Secretário — Dr. Alvaro de Sá Castro Menezes.

2.º Secretário — Dr. Perminio Carneiro Leão.

3.º Secretário — Dr. Manoel Maria de Carvalho.

1.º Tesoureiro — Dr. Gustavo Lebon Regis.

2.º Tesoureiro — Dr. Jeronimo Medeiros da Rocha.

#### Décima Sexta Diretoria

1918-1919

Presidente — Dr. Lauro Severiano Müller.

1.º Vice-Presidente — Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.

2.º Vice-Presidente — Dr. Eduardo Augusto Torres Cotrim.

3.º Vice-Presidente — Augusto Ferreira Ramos.

Secretário Geral — Dr. Hannibal Porto.

1.º Secretário — Dr. Alves de Sá Castro Menezes.

2.º Secretário — Dr. Alberto Ferreira Jacobina.

3.º Secretário — Dr. Manoel Maria de Carvalho.

1.º Tesoureiro — Sr. Affonso Vizeu.

2.º Tesoureiro — Dr. Perminio Carneiro Leão.

#### Décima Sétima Diretoria

1920-1921

Presidente — Dr. Lauro Severiano Müller, assumindo a Presidencia, em 1921, o Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.

1.º Vice-Presidente — Dr. Miguel Calmon de Pin e Almeida.

2.º Vice-Presidente — Dr. Eduardo Augusto Torres Cotrim.

3.º Vice-Presidente — Dr. Augusto Ferreira Ramos.

Secretário Geral — Dr. Hannibal Porto.

1.º Secretário — Dr. Alvaro de Sá Castro Menezes.

2.º Secretário — Dr. Alberto Ferreira Jacobina.

3.º Secretário — Dr. Manoel Maria de Carvalho.

1.º Tesoureiro — Sr. Affonso Vizeu.

2.º Tesoureiro — Dr. Perminio Carneiro Leão.

#### Décima Oitava Diretoria

1922-1923

Presidente — Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.

1.º Vice-Presidente — Dr. Geminiano Lyra Castro.

2.º Vice-Presidente — Dr. Augusto Ferreira Ramos.

3.º Vice-Presidente — Dr. Hannibal Porto.

Secretário Geral — Dr. Bento José de Miranda.

1.º Secretário — Dr. Luiz Guaraná.

2.º Secretário — Dr. Julio Eduardo da Silva Araujo.

3.º Secretário — Dr. Fernando de Barros Franco.

4.º Secretário — Dr. Heitor da Nobrega Beltrão.

1.º Tesoureiro — Dr. Julio Cesar Lutterbach.

2.º Tesoureiro — Dr. Aristoteles S. Barbosa.

#### Décima Nona Diretoria

1923-1924

Presidente — Dr. Geminiano Lyra Castro.

1.º Vice-Presidente — Dr. Ildefonso Simões Lopes.

3.º Vice-Presidente — Dr. Hannibal Porto.

Secretário Geral — Dr. Bento José de Miranda.

1.º Secretário — Dr. Julio Eduardo da Silva Araujo.

2.º Secretário — Dr. Luiz Guaraná.

3.º Secretário — Dr. Crisanto Freire de Brito.

4.º Secretário — Dr. Heitor da Nobrega Beltrão.

1.º Tesoureiro — Dr. Julio Cesar Lutterbach.

2.º Tesoureiro — Dr. Aristoteles S. Barbosa.

#### Vigésima Diretoria

1925-1926

Presidente — Dr. Geminiano Lyra Castro, no fim, assume a Presidencia o Dr. Ildefonso Simões Lopes.

1.º Vice-Presidente — Dr. Ildefonso Simões Lopes.

2.º Vice-Presidente — Dr. Augusto Ferreira Ramos.

3.º Vice-Presidente — Dr. Hannibal Porto.

1.º Secretário — Dr. Bento José de Miranda.

2.º Secretário — Dr. Julio Eduardo da Silva Araujo.

3.º Secretário — Dr. Luiz Guaraná.

1.º Tesoureiro — Dr. Antonio Carlos de Arruda Beltrão.

2.º Tesoureiro — Sr. Othon Leonardos.

**Vigésima Primeira Diretoria****1927-1928**

Presidente — Dr. Ildefonso Simões Lopes.  
1.º Vice-Presidente — Dr. Bento José de Miranda.

2.º Vice-Presidente — Dr. Augusto Ferreira Ramos.

3.º Vice-Presidente — Dr. Antonio Augusto de Azevedo Sodré.

1.º Secretário — Dr. Joaquim Luís Osorio.

2.º Secretário — Dr. Antonio Carlos de Arruda Beltrão.

3.º Secretário — Sr. Othon Leonardos.

4.º Secretário — Dr. Francisco de Assis Iglesias.

1.º Tesoureiro — Dr. Julio Cesar Luterbach.

2.º Tesoureiro — Cel. Carlos Raulino.

**Vigésima Segunda Diretoria****1929-1930**

Presidente — Dr. Ildefonso Simões Lopes, em meados de 1930, assume a Presidencia o Dr. Augusto Ferreira Ramos.

1.º Vice-Presidente — Dr. Joaquim Luís Osorio.

2.º Vice-Presidente — Dr. Augusto Ferreira Ramos.

3.º Vice-Presidente — Dr. Julio Eduardo da Silva Araujo.

1.º Secretário — Dr. Arthur Torres Filho.

2.º Secretário — Dr. Francisco de Assis Iglesias.

3.º Secretário — Sr. Othon Leonardos.

4.º Secretário — Dr. Antonio de Arruda Camara.

1.º Tesoureiro — Cel. Carlos Raulino.

2.º Tesoureiro — Sr. João Daudt Filho.

**Vigésima Terceira Diretoria****1931-1932**

Presidente — Dr. Ildefonso Simões Lopes (licenciado).

1.º Vice-Presidente — Dr. Arthur Torres Filho (em exercício).

2.º Vice-Presidente — Dr. João Fulgencio de Lima Mindello.

3.º Vice-Presidente — Dr. Cacildo Krebs Filho.

1.º Secretário — Dr. Antonio de Arruda Camara.

2.º Secretário — Dr. Ottoni Soares de Freitas.

3.º Secretário — Dr. Luiz Simões Lopes.

4.º Secretário — Dr. Alfeu Domingues.

1.º Tesoureiro — Cel. Carlos Raulino.

2.º Tesoureiro — Dr. José de Sampaio Fernandes.

**Vigésima Quarta Diretoria****1933-1934**

Presidente — Dr. Ildefonso Simões Lopes (licenciado).

1.º Vice-Presidente — Dr. Arthur Torres Filho (em exercício).

2.º Vice-Presidente — (Vago).

3.º Vice-Presidente — Dr. Cacildo Krebs Filho.

1.º Secretário — Dr. Antonio de Arruda Camara.

2.º Secretário — Dr. Ottoni Soares de Freitas.

3.º Secretário — Dr. Luiz Simões Lopes.

4.º Secretário — Dr. Alfeu Domingues.

1.º Tesoureiro — (Vago).

2.º Tesoureiro — Dr. Joaquim de Sampaio Fernandes (em exercício).

**Vigésima Quinta Diretoria****1935-1936**

Presidente — Dr. Ildefonso Simões Lopes (licenciado).

1.º Vice-Presidente — Dr. Arthur Torres Filho (em exercício).

2.º Vice-Presidente — Dr. Edgard Teixeira Leite.

3.º Vice-Presidente — Dr. Fabio de Azevedo Sodré.

1.º Secretário — Dr. Antonio de Arruda Camara.

2.º Secretário — Dr. Luiz Simões Lopes.

3.º Secretário — Dr. Altino de Azevedo Sodré.

4.º Secretário — Dr. Americo de Pinho Leonardo Pereira.

1.º Tesoureiro — Dr. Kurt Repsold.

2.º Tesoureiro — Sr. Domingos de Faria.

**Vigésima Sexta Diretoria****1937-1938**

Presidente — Dr. Ildefonso Simões Lopes (licenciado).

2.º Vice-Presidente — Dr. Arthur Torres Filho (em exercício).

2.º Vice-Presidente — Dr. Edgard Teixeira Leite.

3.º Vice-Presidente — Dr. Fabio de Azevedo Sodré.

1.º Secretário — Dr. Antonio de Arruda Camara.

2.º Secretário — Dr. Luiz Simões Lopes.

3.º Secretário — Dr. Altino de Azevedo Sodré.

4.º Secretário — Dr. Americo de Pinho Leonardo Pereira.

1.º Tesoureiro — Dr. Kurt Repsold.

2.º Tesoureiro — Sr. Domingos de Faria.

#### Vigésima Sétima Diretoria

1939-1940

Presidente — Dr. Ildefonso Simões Lopes (licenciado).

1.º Vice-Presidente — Dr. Arthur Torres Filho (em exercício).

2.º Vice-Presidente — D. Edgard Teixeira Leite.

3.º Vice-Presidente — Dr. Fabio de Azevedo Sodré.

1.º Secretário — Dr. Antonio de Arruda Camara.

2.º Secretário — Dr. Luiz Simões Lopes.

3.º Secretário — Dr. Altino de Azevedo

4.º Secretário — Sr. Eurico Santos.

1.º Tesoureiro — Dr. Kurt Repsold.

2.º Tesoureiro — Sr. Domingos de Faria.

#### Vigésima Oitava Diretoria

1941-1942

Presidente — Dr. Ildefonso Simões Lopes.

1.º Vice-Presidente — Dr. Arthur Torres Filho.

2.º Vice-Presidente — Dr. Edgard Teixeira Leite.

3.º Vice-Presidente — Dr. Mario de Oliveira.

1.º Secretário — Dr. Antonio de Arruda Camara.

2.º Secretário — Dr. Adamastor Lima.

3.º Secretário — Sr. Eurico Santos.

4.º Secretário — Dr. Altino de Azevedo Sodré.

1.º Tesoureiro — Dr. Kurt Repsold.

2.º Tesoureiro — Sr. Domingos de Faria.

#### Vigésima Nona Diretoria

1943-1944

Presidente — Dr. Ildefonso Simões Lopes, tendo assumido a Presidencia, em dezembro de 1943, o Dr. Arthur Torres Filho.

1.º Vice-Presidente — Dr. Arthur Torres Filho (em exercício).

2.º Vice-Presidente — Dr. Edgard Teixeira Leite.

3.º Vice-Presidente — Dr. Mario de Oliveira.

1.º Secretário — Dr. Antonio de Arruda Camara.

2.º Secretário — Dr. Adamastor Lima.

3.º Secretário — Sr. Eurico Santos.

4.º Secretário — Dr. Altino de Azevedo Sodré.

1.º Tesoureiro — Dr. Kurt Repsold.

2.º Tesoureiro — Sr. Domingos de Faria.

#### Trigésima Diretoria

1945-1946

##### Presidente Benemérito

Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes.

##### Presidente de Honra

Dr. Getulio Vargas.

#### Diretoria Geral

Presidente — Dr. Arthur Torres Filho.

1.º Vice-Presidente — Dr. Luiz Simões Lopes.

2.º Vice-Presidente — Dr. Edgard Teixeira Leite.

3.º Vice-Presidente — Dr. Mario de Oliveira.

1.º Secretário — Dr. Antonio de Arruda Camara.

2.º Secretário — Dr. Adamastor Lima.

3.º Secretário — Sr. Eurico Santos.

4.º Secretário — Dr. Cinéas de Lima Guimarães.

1.º Tesoureiro — Dr. Kurt Repsold.

2.º Tesoureiro — Dr. Domingos de Faria.

#### Diretoria Técnica

Dr. Fabio Furtado Luz.

Dr. Franklin de Almeida.

Dr. Frederico Murtinho Braga.

Dr. Hilário Luiz Leitão.

Dr. Joaquim Bertino de Moraes Carvalho.

Dr. José Sampaio Fernandes.

Dr. Luiz de Oliveira Mendes.

Dr. Luiz Gonçalves Vieira.

Sr. Otto Frensel.

Dr. Virgínio Werneck Campello.

#### Conselho Superior

Dr. Alberto Ravache.

Dr. Altino de Azevedo Sodré.

Dr. Alvaro Simões Lopes.

Dr. Antonio Barreto.

Dr. Antonio F. Magarinos Torres.

Dr. Antonio José Alves de Souza.

Dr. Apolonio Salles.

Dr. Ben-Hur Ferreira Raposo.

Dr. Carlos de Souza Duarte.

Dr. Dioclecio Duarte.

Dr. Diogenes Caldas.

# Curso Avulso de Horticultura

**INSTRUÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO AVULSO DE HORTICULTURA A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 66 DE 29 DE JANEIRO DE 1946.**

Art. 1º — O curso avulso de extensão de horticultura, subordinado à Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão tem por finalidade ministrar conhecimentos de horticultura e funcionará em colaboração com a Sociedade Nacional de Agricultura e com a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal.

Art. 2º — O curso que será realizado na Escola de Horticultura “Wenceslau Belo” — Caminho Maria Angú, 480 — Penha — e em dependências da D.D.S.V., versará sobre as matérias constantes das INSTRUÇÕES aprovadas pela portaria ministerial nº 102, de 5-3-45 e será ministrado de acôrdo com o programa já aprovado.

Art. 3º — O curso funcionará em dois períodos: de 1º de Abril à 31 de Julho e de 2 de Agosto à 30 de Novembro, com 12 horas semanais de aulas assim distribuídas:

Horticultura Geral	3 horas
Hortic. Especial	4 ”
Econ. e Administr.	2 ”
Def. Sanit. Veget.	3 ”

§ único — As aulas serão ministradas às segundas, quartas, quintas e sextas-feiras, dentro do horário aprovado pela Diretoria dos C.A.E.

Art. 4º — Os números mínimo e máximo de alunos admitidos à matrícula no curso serão, respectivamente de dez e vinte em cada turma, dos quais até dez poderão ser indicados pela Congregação da Escola “Wenceslau Belo” dentre os atuais e antigos alunos.

Art. 5º — As inscrições estarão abertas até cinco dias antes do início

de cada curso, devendo o candidato requerê-la ao Chefe do Serviço Escolar da U. R. juntando:

- atestado de sanidade física e mental;
- prova de identidade;
- prova de conhecimentos de nível secundário;
- dois retratos tamanho 3 x 4.

Art. 6º — O aproveitamento do aluno será verificado em exame constante de provas escrita e prático-oral, realizadas na última semana do funcionamento do curso.

§ 1º — Considerar-se-á aprovado no curso o aluno que obtiver média igual ou superior a sessenta (60).

§ 2º — Não poderá fazer as provas o aluno que tiver mais de vinte por cento (20%) de faltas às aulas ou trabalhos escolares.

Art. 7º — Aos alunos que concluírem o curso será concedido certificado de habilitação, expedido nos termos do art. 21 do regulamento baixado pelo decreto n. 8.741, de 11-2-42.

Art. 8º — O curso será ministrado por quatro (4) professores: um (1) para horticultura geral, um (1) para horticultura especial, um (1) para economia e administração e um (1) para defesa sanitária vegetal.

Art. 9º — Os professores designados na forma do art. 4º, § 4º, do decreto-lei nº 4.083, de 4-2-42, modificado pelo de nº 5.114, de 18-12-42, terão as atribuições que lhes competirem nos termos do art. 31 do regulamento aprovado pelo decreto n. 8.741 já citado.

Art. 10 — Os casos omissos serão resolvidos por decisão do Diretor dos C.A.E., ouvido o Diretor da Escola “Wenceslau Belo” e o Conselho Técnico.

# Sócios Beneméritos e Honorários da Sociedade Nacional de Agricultura

## BENEMÉRITOS

ESTADO DO AMAZONAS

ESTADO DA BAHIA

ESTADO DO CEARÁ

ESTADO DE MATO GROSSO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTADO DA PARAIBA

ESTADO DO PARANÁ

ESTADO DE PERNAMBUCO

ESTADO DO R. GRANDE DO NORTE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SERGIPE

Dr. Wencesláu Braz Pereira Gomes

Dr. Getulio Dorneles Vargas

## HONORÁRIOS

Dr. Antonio Carlos Simoens da Silva

Sociedade Brasileira para Animação da  
Agricultura — Paris

Dr. Getulio Dorneles Vargas

Or. Israel da Silva Pinheiro

Dr. Francisco Quartim Barbosa

Dr. Mauricio Gracho Cardoso

Prefeito da Cidade de Antuerpia  
BÉLGICA

Dr. Juvenal Lamartine de Faria

Dr. Benjamin H. Hunnicutt

Dr. Carlos Palacio Lapata  
Chile

Dr. Miran Latif

Dr. Francisco da Rocha Lima

Dr. Euvaldo Lodi.

Dr. Eduardo Duvivir.

Dr. F. Saturnino de Brito Filho.

Dr. Gastão de Faria.

Dr. Guilherme Weinschenck.

Dr. Honorio da Costa Monteiro Filho.

Dr. Humberto Bruno.

Dr. Itagiba Barçante.

Sr. Ismael Cordovil.

Dr. Jeronimo Antonio Coimbra.

Dr. João Mauricio de Medeiros.

Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros.

Dr. José Manteiro Ribeiro Junqueira.

Dr. José Solano Carneiro da Cunha.

Sr. João Tjader.

Dr. Julio Vieira de Almeida.

Dr. Landulpho Alves de Almeida.

Dr. Mario Augusto Teixeira de Freitas.

Dr. Mario Vilhena.

Cel. Napoleão de Alencastro Guimarães.

Dr. Newton de Castro Beleza.

Dr. Paulo Parreiras Horta.

Dr. Pedro Calmon Muniz de Bittencourt.

Dr. Rubens Farrula.

Dr. Ruy Carneiro.

Dr. Raimundo Fernandes e Silva.

Dr. Sebastião Herculano de Freitas.

# Companhia de Expansão Econômica

## Fluminense

**CAPITAL Cr\$ 10.000.000,00**

Sucursais em CAMPOS, SÃO FIDÉLIS, ITAPERUNA e ÁGUAS CLARAS.

A rede de Sucursais será aumentada este ano, com oito filiais nos Municípios mais importantes do Estado do Rio de Janeiro. Representantes nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

### Máquinas e Equipamentos Agrícolas em Geral

**ADUBOS** — Superfosfato de cálcio, cloreto de potássio, sulfato de potássio, cinzas vegetais, salitre, farinha de ossos, farelo de mamona, etc.

**APLIQUE SUPERFOSFATO (P 205) NA DUBAÇÃO DE SUAS TERRAS** — APLICAÇÃO FÁCIL E BARATA.

**ATUALIZE MECANIZANDO** — Grades de discos, Máquinas Marden para formar invernadas e limpar pastos. Motores, Moinhos Case (os mais reputados) e outros equipamentos e máquinas.

**MAQUINAS E EQUIPAMENTOS** — Tratores, arados nacionais e estrangeiros, inclusive o americano Lynchburg.

Arame farpado, Chapas, Enxadas, Pás, Picaretas, Machados, Facões, Pregos, Cravos de ferrar, Máquinas de cortar grama, Máquinas de picar carne, Lanternas, Cadeados, Limas, Grozas e outras ferragens e ferramentas nacionais e estrangeiras.

**LATICÍNIOS** — Desnatadeiras, espremedeiras e batedeiras suécas "Domo", fabricação de grande fama internacional.

**INSETICIDAS E FORMICIDAS** — Arseniato de chumbo, formicida "Fluminense", sulfato de cobre, etc.

**VETERINÁRIA** — Vacinas: anticarbunculosa, contra a peste da manqueira, contra diarréia, etc.

**SEMENTES E MUDAS** — Capins: gordura, cabêlo de negro, colônião, sempre-verde e sementes de couve-flôr, feijão, tomate, cenoura, repólho, etc.

### IMPORTAÇÃO DIRETA

Avenida Rio Branco, 128 — 4.º andar

Telefone: 42-8020 (rede interna)

Endereço telegráfico da Sede e Sucursais: FLUMEN

**RIO DE JANEIRO**

# Medalhas Cunhadas pela Sociedade Nacional de Agricultura

Desde a sua fundação, a Sociedade Nacional de Agricultura tem contribuído para a medalhística nacional com duas categorias de medalhas: comemorativas e premiaias. À primeira, se filiam as que foram batidas em 1903 e 1947, respectivamente para assinalar a realização do Congresso e Exposição Internacionais das Aplicações Industriais do Alcool e do Cincoentenário da instituição. Da primeira, foram feitos dois tipos, em dois metais, conforme descrição no lugar próprio; da segunda, um só tipo, em três metais.

À segunda categoria, se filiam as medalhas cunhadas para prêmios aos expositores de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Exposições Nacionais de Gado e aos da 1.<sup>a</sup> Exposição Nacional de Leite e Laticínios.

Da 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Exposições de Gado, infelizmente, não dispõe o medalheiro da Sociedade de nenhum exemplar, razão por que, aproveitando o ensejo, daqui solicitamos aos que as possuem a cessão de um espécime, mesmo em bronze, afim de completar a respectiva série.

Passemos, pois, à relação, por ordem cronológica das medalhas mencionadas.

## 1.<sup>a</sup> Exposição Internacional de Aparelhos a Alcool:

Anv. — Cabeça de Ceres à esquerda, orlada de 21 estrelas de cinco pontas;

Rev. — Lâmpada a álcool, radiante. Em orla, SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA; no exergo, Exposição/Internacional/ de Aparelhos/ a Alcool./ Rio de Janeiro, MCMIII.

Ar., 13 m/m. (Fig. 1)

Ae., mesmo tipo (Fig. 2)

Gravador — Girardet, Casa da Moeda, Rio de Janeiro.

Anv. — Figura de mulher, tendo à dextra uma lâmpada a álcool e à sinestra, uma tocha flamejante; sobrepondo-

se a uma roda dentada, e sentada sobre uma faixa, com a legenda: RIO DE JAN... MCMIII; em orla, na parte superior, três lâmpadas incandescentes; em baixo, EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE APARELHOS A ALCOOL;



Figura 1



Figura 2

Rev. — O emblema da Sociedade: Uma colméia rústica de cujo lado esquerdo, em movimento ascendente, sai uma faixa com a legenda VIRIBUS UNITIS; na frente, um cultivador de cinco dentes e, ao fundo, o Pão de Açúcar e o sol nascente; em orla, na parte superior, SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA; na inferior, separada por duas estrelas de cinco pontas, RIO DE JANEIRO — XVI — 1 — MDCCCXCVII.

Ac., 45 m/m (Figs. 3-4).

Grav. GIRARDET. Casa da Moeda do Rio de Janeiro.

Estas medalhas foram distribuídas como prêmio aos expositores e aos participantes do Congresso.



Figura 3

### CINCOENTENARIO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA;

Anv. — Bustos conjugados dos presidentes (fundador e atual presidente, respectivamente) da Sociedade, sendo no primeiro plano o do Dr. Antônio Enes de Souza; no segundo, o do dr. Arthur Torres Filho. Circundados pelas legendas com os nomes citados, separados por pontos.

Rev. — O mesmo, já descrito na medalha anterior, de 1903.

Av., Ar., e Ac. — 45 m/m. (Figs. 5/6)

Gravador, Virgílio Francisco da Silva Filho, Casa da Moeda do Rio de Janeiro.



Figura 4

O exemplar em ouro, único, foi oferecido a S. Exa. o Sr. Presidente da República.

O Dr. Arthur Torres Filho, à frente da Diretoria, incorporada, recebida a 16 de Janeiro no Palácio do Catete, pronunciou então as seguintes palavras:

“Senhor Presidente. E’ pela segunda vez que a Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura comparece perante V. Exa., para testemunhar o grande apreço e reconhecimento pela atenção com que o Govêrno de V. Exa. acolhe e ampara os interesses da agricultura nacional.

Da primeira, foi para colocá-lo ao par de nossa atuação em favor da organização da classe rural em base associa-



Figura 5



Figura 6

tiva, de acôrdo com o que preceitua o decreto n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945 — a qual mereceu de V. Excia. o mais franco apôio.

Agora, na data justa em que a Sociedade Nacional de Agricultura comemora o cincoentenário da sua fundação, imaginamos que a efeméride não estaria condignamente assinalada se a ela não associássemos a pessoa do Chefe do Estado, tão honrosamente representado por V. Exa.

Dai, a razão de ser desta oferta. Ela marca uma grande etapa vencida num longo caminho eivado de vicissitudes. O meio século de vida da Sociedade Nacional de Agricultura representa uma página de sacrifícios, de devotamento e de patriotismo dos ilustres brasileiros que nos antecederam, e, também, de justo orgulho para nós, que no momento dirigimos os seus destinos, dispostos, como até aqui, a continuar a obra, de tal forma importante, que não se poderia separá-la da história da nossa agricultura na República.

Nesta oportunidade, é-nos grato reiterar ao governo toda a nossa colaboração e solidariedade ao programa do governo visando a defesa da nossa economia e o amparo ao nosso homem do campo”.

Os exemplares em prata e em bronze, totalizando 350 exemplares, dos quais 100 do primeiro metal, foram, até agora, distribuídos:

#### DE PRATA:

Dr. Francisco Eduardo de Paula Machado, Antonio Ribeiro da Fonseca, Carlos Chaves Braga, Alfredo L. Ferreira Chaves, Oscar Berbert Tavares, Iris Meinberg, Alves Magalhães & Cia., Arnaldo Guinle, Luis Simões Lopes, Sebastião Lutterbach Sobrinho, Arthur Vianna Filho, João Casimiro dos Reis Costa, Altino de Azevedo Sodré, Saturnino de Brito Filho, Silvio de Souza Prates, Dr. Aleixo de Vasconcelos, Aníbal Antonio da Costa, Mario de Almeida Franco, Marcial G. Terra, Usina Cansanção de Sinimbu S.A., João Napoleão de Andrade, Joaquim Alves de Oliveira, Cleómenes da Silva Borges, Valentim Bouças, Otto Frensel, Américo de Brito Gomes, Francisco Maria da Rocha Werneck, Victor Leivas, Associação Commercial da Bahia, José de

Castro Rangel, H. Romel, Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, João Tjader, Companhia Rádio-Telegráfica Brasileira, Eduardo Bastos Jorge, João Pinto da Costa Sobrinho, Heitor Grillo, Davidson Pullen & Cia., Societé Sucrière de Rio Branco S.A., Edgar Teixeira Leite, Vicente Gonçalves Dias, Nicomedes Alves dos Santos, Orlando Carvalho Guilhon d'Oliveira, Euvaldo Lodi, Hilmar Bernhard Werner, Antonio Francisco Magarinos Torres, Overbeck & Cia., Associação dos Agricultores de Ilhéos, Murillo da Cruz Peixoto, Manoel R. Athayde, Sociedade de Agricultura da Paraíba, Carlos Del Negro, Cooperativa Agricola de Cotia, Associação Commercial do Amazonas, João Mauricio de Medeiros, Guilherme Renaux, Luiz Bueno de Miranda, Joaquim Candido de Carvalho, Manoel Mendes da Fonseca.

#### DE BRONZE:

Mario Vilhena, Francisco Ferreira Lima, Paulo Américo de Argolo Silvano, Micael Perelinter, Horacio Barbosa de Castro e Silva, Luiz Montera, Fernando Dias Paes Leme, Diogo Dias Paes Leme, Thomaz Cavalcanti de Gusmão, Francisco Leão Viana, José Anastácio Vieira, Flavio Lyra da Silva, Alcides Parisio de Souza, Josafá Macedo, Sociedade de Agricultura da Paraíba, Antonio Povoá, Sebastião Herculano de Mattos, José Lobão Guimarães, Mauricio Graccho Cardoso, Fausto Norfini, Leandro Tocantins Pena.

Receberam também medalhas de prata o Dr. Daniel de Carvalho, ilustre ministro da Agricultura e o Senador Getulio Dornelles Vargas, Presidente de Honra da Sociedade Nacional de Agricultura.

#### 2.ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE GADO

Anv. — Uma cabeça de touro premiada, ladeada por uma figura feminina, representando a agricultura; na parte superior, 2.ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE GADO; no exergo, RIO DE JANEIRO/1918. Ao fundo, o sol nascente e pelos lados, ornatos alusivos à agricultura;

Rev. — No campo, em cima, uma junta de bois puxando um arado, conduzido por um lavrador; em baixo, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/ SEGUNDA EXPOSIÇÃO NACIONAL/ DE GADO/ XIII-DE-MAIO-MCMXVIII/ PROMOVIDA PELA/ SOCIEDADE NACIONAL DE/ AGRICULTURA; pelos lados, os mesmos ornatos do anverso.

Av., Ar., e Ae. 35 m/m. (Figs. 7-8)

Da 1.<sup>a</sup> e da 3.<sup>a</sup> exposições, também batidas n<sup>os</sup> mesmos metais, não possui o medalheiro da Sociedade exemplares.



Figura 7



Figura 8

### 1.<sup>a</sup> EXPOSIÇÃO NACIONAL DE LEITE E DERIVADOS.

Plaqueta.

Anv. — Figura feminina, de corpo inteiro, à esquerda, tendo na mão esquerda um balde de madeira, apoiando o direito sobre uma vaca, na mesma posição. No campo inferior, SOCIEDADE NACIONAL/ DE AGRICULTURA/ 1.<sup>a</sup> EXPOSIÇÃO NACIONAL/ DE LEITE/ E DERIVADOS. Sendo as palavras separadas por pontos.

Rev. Sôbre um fundo radiante, uma bateadeira enlaçada por um ramo

de louro. Na base desse aparelho, aos lados, duas desnatadeiras. No exergo, de onde parte um ramo idêntico, as palavras, RIO DE JANEIRO MCMXXV, separadas por pontos. Em ambos os lados, a assinatura A. Mattos. Cunhada em Buenos Aires.



Figura 9



Figura 10

Ae. 55x38 m/m. (Figs. 9-10)

Aos prêmios em ouro e em prata correspondiam medalhas douradas e prateadas.

L. M. P.

# Agricultura com FARMALL



Entre os tratores agrícolas modernos, os FARMALL salientam-se pela sua versatilidade. Trabalhando em conjunto com máquinas especialmente construídas para culturas em fileiras, aumentam a produção e diminuem o seu custo.

A International Harvester oferece uma série completa de tratores FARMALL com suas máquinas, para fazendas de todos os tamanhos. Solicite folhetos descritivos aos nossos distribuidores e concessionários.

## INTERNATIONAL HARVESTER

INTERNATIONAL HARVESTER EXPORT COMPANY

RIO DE JANEIRO  
Av. Oswaldo Cruz, 87

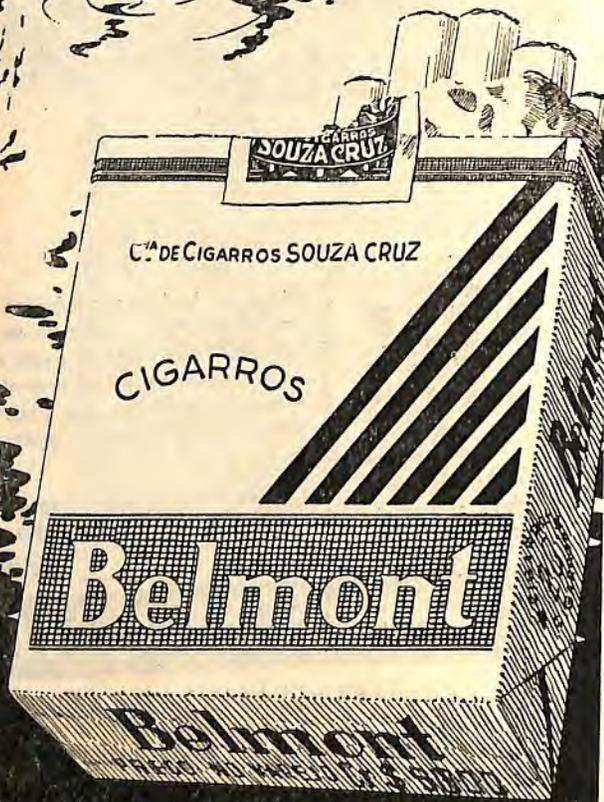
SÃO PAULO  
Rua Oriente, 57

PORTO ALEGRE  
Rua Gaspar Martins, 203



CIGARROS  
**Belmont**

CIA. DE CIGARROS  
*Souza Cruz*



# Os Presidentes da Sociedade

L. MARQUES POLIANO

*Homenagem especialíssima aos ilustres brasileiros que através dos anos, dedicaram o melhor dos seus esforços à direção da Sociedade Nacional de Agricultura, é esta, da publicação das suas notas biográficas.*

*Em outra publicação, recentemente, havia já a Sociedade divulgado as virtudes e os serviços prestados ao país por tão conspícuos e prestantes cidadãos, impondo-se, porém, agora, ao comemorar-se o cincoentenário da Instituição, fazê-la constar deste número, para que a posteridade, guarde com reconhecimento, nomes tão ilustres e tão dignos da gratidão coletiva, em especial da classe agrícola do Brasil.*

DR. ANTÔNIO ENNES DE SOUZA (\*)

(1897)

O fundador da Sociedade Nacional de Agricultura, antigo diretor da Casa da Moeda e Catedrático da Escola Politécnica, merece uma referência especial, ao se reiniciarem as atividades da S. N. A., após o incêndio de 9 de Julho. Aproveitamos o ensejo para essa justa homenagem, na qual procuraremos, embora ligeiramente, realçar algumas de suas qualidades, porque se trata de um brasileiro digno, por todos os títulos, do respeito e da gratidão de seus patrícios.

Republicano extremado, chegou ao ponto de mandar arrancar do gradil e dos portões de ferro do Campo de Santana os escudos imperiais que os decoravam, substituindo-os pelas armas republicanas, como ainda hoje lá estão, a gerar dúvidas no espírito de muita gente, sobretudo dos colegiais, quando depararam com a estrela radiante do regime de 89 encimando a data de 1873 — ano em que o arquiteto inglês Glaziou levou a efeito o plano do formoso parque.

Na Casa da Moeda, onde existiam, como testemunho de um passado que já ia longe, relativo à atividade de cunhagem das várias oficinas monetárias espalhadas pelo Brasil colonial, prensas de diversos tipos e tamanhos, determinou que nelas fossem amassados e grosados os símbolos heráldicos da antiga Metrópole, para que — justificava — nada sobreexistisse desse passado negro, que lembrava o jugo odioso de que a Monarquia se



Dr. Antonio Ennes de Souza

fizera seguidora natural... E para que a obra fosse completa, os escudos do Império, onde quer que se encontrassem, aí os ia buscar a fobia monarquista do Dr. Ennes, e tiveram a mesma sorte.

Também as chapas ou matrizes dos *olhos de boi*, cujo centenário se comemorou há pouco, foram mandadas fundir, aproveitando-se o material em obras de maior valor prático.

(1) L. M. Poliano, "A Lavoura", ns. Julho-Setembro de 1943.

Por isso, queixam-se muitos do antigo diretor da Casa da Moeda. De um numismatógrafo, ouvi acerbas referências ao Dr. Ennes de Souza. Lamentamos, é certo, não se tenha podido impedir a violência, mas, convenhamos, para a maioria dos brasileiros, e também para o autor destas linhas, tais atos estão suficientemente justificados e até excedidos pelo muito que fez de bom. A sinceridade com que abraçou a causa republicana, e a sua consequente aversão às formas políticas passadas, foram, sem dúvida, as causadoras e responsáveis por tais "atentados".

Abolicionista sincero, ao Dr. Ennes de Souza não passaram despercebidos os efeitos do ato de 13 de maio de 88, que, sendo um grande e necessário bem, do ponto de vista político e humanitário, trouxe em si, no campo econômico e social, males não menores. A libertação do braço escravo, sustentáculo de nossa incipiente agricultura, relegou a um perigoso abandono os campos e fazendas, e não demorou o caos econômico, como consequência inevitável. A atividade rural, que em tempos idos enobrecera senhores de engenho e fazendeiros de café, aviltara-se na prática, mercê do trabalho escravo, que era em última análise a própria cultura dos campos, a parte executiva da lavoura, as suas fainas mais duras.

Como que desejoso de compensar esse desajustamento, lançou-se o Dr. Ennes de Souza à propaganda agrícola. Urgia reerguer a profissão, elevar-lhe o nível, interessar enfim o brasileiro livre no trabalho rural. E à frente de um grupo escolhido, após a preparação dos "Comícios Agrícolas", fundou, em 16 de Janeiro de 1897, a Sociedade Nacional de Agricultura, destinada a congregar coletivos e individuais esforços para reintegrar o Brasil no conceito de *país essencialmente agrícola*, com que, até pouco tempo, justificávamos o nosso comodismo e o nosso desinteresse pela atividade industrial.

E levou por diante o empreendimento, muito embora descontentamentos e cisões no seio da jovem agremiação o afastassem, um ano mais tarde, não só da presidência como até do convívio associativo. A semente, porém, fôra bem lançada e a obra prosseguiu e perdura, como legítimo padrão de glória do seu iniciador.

"Não é o aluno das Universidades de Zurique e de Freyberg; — escreve um de seus raros biógrafos — não é o lente cate-drático de Metalurgia da Escola Politécnica, cujo brilhante concurso está ainda em tôdas as memórias; não é o diretor da Casa da Moeda, cuja competência não carece confir-

mações, que apresentamos aqui, nessa obra comum; é o educador dedicado da infância desvalida, graças ao qual quinhentos órfãos aprendem, nas oficinas da Casa da Moeda, como ganhar o pão cotidiano e o descanso da velhice, e trezentas, na Casa de São José, como arrancar ao sólo fértil da nossa Pátria as suas riquezas vegetais; é o criador dos Comícios Rurais, que formaram a semente do futuro, o primeiro elemento do movimento agrícola atual, a primeira dessas forças, que a nossa Sociedade Nacional veio reunir, enfeixar para as tornar mais poderosas; é o promotor das exposições, como aquela que ainda hoje reúne, nos terrenos cedidos pelo Turfe Clube, a *élite* dos nossos lavradores; é o orador e conferencista, sempre pronto para advogar as causas justas e úteis; enfim, e isso resumirá, em uma palavra, para aquêles que o conhecem, tudo o que disse e poderia dizer ainda é o Dr. Antônio Ennes de Souza, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira". (2)

Da sua bagagem literária, constam trabalhos técnicos de grande valor, além de numerosos artigos em jornais e revistas, principalmente sobre assuntos agrícolas. Entre êsses, são dignos de menção: *Conferências Públicas na Província do Maranhão, 1871; Relatório acerca da Exposição Maranhense de 1871-1872, 1872 e 1873, 2 vols.; Dissertação sobre as amálgamas, tese inaugural, 1876; Dissertação sobre a mineração e metalurgia do ouro, tese apresentada à Academia de Minas de Freyberg, com a qual obteve o grau de engenheiro de minas; Estudo completo sobre o trabalho de Desmonti, tese de concurso a uma cadeira do curso de minas da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, 1881; O trabalho e a vida subterrânea, 1880; Natureza, poema; Os Metais, Reforma Monetária, 1892, e outros.*

Como Jorge Tibiriçá, Presidente de São Paulo e fundador da Escola Agrícola de Piracicaba, era doutor em Ciências Físicas e Naturais pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Zurique. Não conseguiu, no Rio de Janeiro, realizar obra igual à daquêle saudoso estadista. Não foi tão bem compreendido aqui, como no Estado Bandeirante o seu colega de Universidade.

Mas, ainda assim, fêz muito, o bastante para, sem favor, ser considerado um dos pioneiros da ciência agrônômica no Brasil.

Sofreu, como todo homem de idéias novas, as injustiças de seus contemporâneos. Um fato bastará para mostrá-lo.

(2) Dr. Germano Vert. (A Lavoura", Ano I, n.º 3, Set. 1897.

Em começos de 1900, desapareceram das oficinas da Casa da Moeda selos adesivos e de consumo, logo lançados clandestinamente no mercado. Convencionou a comissão de sindicância que apurou a irregularidade, chamar a êsse furto de material das oficinas de impressão (não havia ainda sido arrolado na Tesouraria da Repartição) de *desfalque*. Lendo-se o Relatório apresentado ao Ministro da Fazenda, nota-se uma indisfarçável prevenção de seus componentes contra o Dr. Ennes de Souza.

Contudo, apenas conseguiram responsabilizá-lo *moralmente* pelo desvio do material, com a identificação dos autores, funcionários e operários da Repartição.

Curioso é que, estendendo as suas observações à administração geral do estabelecimento, formulou a Comissão alguns itens encerrando acusações ao diretor, acusações essas que, hoje, constituem a nosso ver elogios, e muito enaltecem a personalidade que estamos ligeiramente analisando.

Dentre tais itens, dois merecem destaque, porque, o que então se arguia contra o Dr. Ennes de Souza, é hoje matéria de lei e programa de governo. Ei-los:

"5.º, mantinha-se, no estabelecimento, uma escola de instrução primária, frequentada pelos aprendizes operários em horas de trabalho, correndo a despesa do pessoal e material por conta dos cofres da União, como mostram os documentos 11 e 12, aqui juntos;

"6.º, finalmente, verificou a Comissão a existência de uma farmácia, onde, segundo o livro de registro, aviavam-se desde 1893 centenas de receitas, sem que os empregados, operários e até o próprio médico do estabelecimento, indenizassem os cofres públicos do valor dos medicamentos, adquiridos no mercado".

E terminava aconselhando a responsabilização do diretor, afim de ser a Fazenda Pública indenizada de tal "prejuízo"...

Nesse tempo, era crime alfabetizar e proporcionar assistência médica.

O Dr. Ennes de Souza mostrava-se, assim, adiantado de seus contemporâneos em quasi meio século!

Nasceu êsse ilustre brasileiro a 6 de maio de 1848, na capital da então Província do Maranhão; filho de Sebastião José de Souza e de D. Maria A. Ennes de Souza. Órfão aos 5 anos de idade, foi criado por sua avó materna, que lhe deu instrução primária e algumas matérias da secundária. Começou trabalhando numa loja de ferragens de sua mãe de criação, dos 14 aos 18 anos, depois do que, seguiu à Europa, para realizar os

estudos de sua vocação. Faleceu, sem geração, no Rio de Janeiro, a 2 de março de 1920. Foi sepultado no Cemitério de São Francisco Xavier. Deixou viuva a Senhora D. Eugênia Rodrigues Ennes de Souza, já falecida também.

Contou-nos o Dr. Bricio Filho, que falou à beira da sua sepultura, o seguinte episódio: chovia torrencialmente no dia do enterro e o carneiro que devia receber o corpo, achava-se completamente alagado. Foi, então, solicitada a direção da necrópole a designar outra sepultura, o que foi atendido. E o velho republicano histórico, iniciando a sua oração, justificou a sua atitude — perguntando: "Seria possível, Senhores, consentirmos fosse agora, depois de morto, mergulhado na lama quem, em vida, foi um puro?"

Nesse túmulo, composto por D. Celina de Canindé Jobin, acha-se insculpido o seguinte epitáfio:

PRO PATRIA ET FOCIS

Pela Pátria e pelo Lar.

Assim se resume a firmesa inabalável do grande patriota e varão justo que foi o Professor Ennes de Souza.

REQUIESCAT IN PACE (1)

DR. JOSE' CARDOSO DE MOURA BRASIL  
(1898-1901 e 1904)

Filho do Tenente Coronel José Cardoso de Moura Brasil e de D. Tereza de Moura Brasil, nasceu a 10 de fevereiro de 1846 na povoação de Caixa-Só, depois vila de Iracema, Província do Ceará.

Em 1865 matriculou-se no Liceu de Fortaleza, tendo iniciado os seus estudos com Vicentes Borges Gurjão, onde concluiu os estudos preparatórios. Matriculado na Faculdade de Medicina daquela cidade a 15 de março de 1867, doutorou-se a 30 de novembro de 1872. Embarcando-se para a Europa no ano seguinte, acompanhou os principais cursos da especialidade a que se dedicára desde a vida acadêmica, tendo então ocasião de conviver com grandes notabilidades, e alcançando o posto de chefe de clínica de L. Wecker, em Paris.

De volta ao Ceará, onde os dias de sua estada contaram-se por outros tantos triunfos, celebrados pelo entusiasmo e pela grati-

(1) Gabriel de Queiroz Vieira, Dr. Ennes de Souza. Resumo Biográfico, Rio, 1939.



Dr. José Cardoso de Moura Brasil

dão de seus patricios que o veneravam como um símbolo de caridade, o Dr. Moura Brasil transportou-se para esta Capital, e desde então atingiu as culminâncias do renome no campo científico e na filantropia, dedicando-se ainda a outras atividades úteis.

Foi fundador e Presidente da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, e seu diretor até a morte. E' essa uma das instituições de assistência pública que mais elevam a capital do país, abençoada e admirada por todos.

Pertencia o Dr. Moura Brasil a numerosa associações científicas nacionais e estrangeiras, dentre as quais a Academia Nacional de Medicina, de que foi membro titular e Presidente, e à Comissão de Patrimônio do Instituto dos Cegos.

Na Galeria dos Homens Eminentés, com que se ornamenta o salão nobre da Câmara Municipal de Fortaleza, ostenta-se o retrato dêsse cearense ilustre e benemérito.

Era comendador da Ordem de Cristo, tendo recusado no Ministério João Alfredo o título de barão. Igualmente, recusou a co-

menda da Ordem portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Vila-Viçosa, (1)

Escreveu numerosos trabalhos relativos à sua especialidade, e também outros de natureza agrícola e econômica.

A profissão e a filantropia, contudo, não o absorviam completamente e ainda encontrava tempo para se dedicar aos assuntos rurais, ora como lavrador praticante, ora militando no seio de associações agrícolas e econômicas, como o Centro da Lavoura do Café do Brasil e a Sociedade Nacional de Agricultura, desta última no pósito principal, desde fins de 1897 até 11 de abril de 1901. Nesta data, renunciou com tóda a Diretoria, tendo escrito um discurso-relatório, publicado na Tipografia Bernard Frères, naquêlo ano. Em 1904 foi novamente eleito Presidente da Sociedade, aí permanecendo menos de um ano.

Foi também 1.º Vice-Presidente e Presidente do Liceu de Artes e Ofícios, tendo durante a sua gestão, sido obtido o terreno em que se levanta, hoje o edificio da séde dessa associação.

A sua gestão na Sociedade foi marcada no início pela luta que manteve com a primeira diretoria da instituição, tendo à frente o Dr. Antonio Ennes de Souza. Dela resultou o pronunciamento de uma assembléia geral extraordinária em novembro de 1897, elevando-o à presidência. Foi então que se iniciou na Sociedade o serviço de distribuição de plantas e sementes, e a organização dos campos de experiência em Santa Mônica e na Fazenda Grande da Penha. Foi um período intenso, de organização e expansão da Sociedade, fundada em Janeiro daquêlo ano. Auxiliada pelo govêrno nesses serviços, sofreu críticas no Parlamento tendo certa vez um deputado taxado o Dr. Moura Brasil de "agricultor teórico".

Mas o Dr. Moura Brasil, muito ao contrário, era agricultor, e dos mais práticos. Aproveitemos aqui, da oração de Augusto Linhares na Academia Nacional de Medicina, por ocasião do seu jubileu em 1942 (2), um trecho relativo à atividade agrária do segundo presidente da Sociedade Nacional de Agricultura:

"Dir-se-ia que, habituado a lidar com enfermos, pretendeu estender por vêzes a sua terapêutica à saúde econômica, ao combalido organismo da Nação. Nuno de Andrade escreveu magistralmente de finanças.

(1) Dados coligidos do "Dicionário Bibliográfico Brasileiro" de Sacramento Blake, e do "Dicionário bio-bibliográfico Cearense", do Barão de Studart.

(2) In-Jubileu profissional de um Mestre. Moura Brasil. Rio, 1926.

“A Moura Brasil tem preocupado sobretudo os problemas, quiçá, indecifrados, de nossa principal fonte de riqueza — a lavoura. E' a sua segunda grande paixão, e nela surpreendo um como culto vigilante das grandezas da Pátria. Cincinnatus abandonava os esplendores da Côrte Romana pela poesia bucólica da charrúa; êle deixa os triunfos da medicina para ir semear e fecundar a terra, nutriz de todos os homens.

“Somos ainda na estafada e sedição frase *um país essencialmente agrícola*, mas contrastando com a pujante iberdade virginal da terra, vive o homem marasmado nos primitivos recursos rotineiros que lhe herdaram os primeiros colonizadores. Pouco temos avançado nas idéias do tempo de D. João VI.

Dizem que êste bom rei, impellido ao Brasil pelos granadeiros de Junot, ao avistar pela primeira vez um monjolo, monôtonamente martelando, exclamara, maravilhado: “*Vejam só até onde vai a força do engenho humano!*”

“Ao envez de sermos o celeiro do mundo, como a visão precípua de Humboldt anteviu há um século; e Moura Brasil tem pregado pela imprensa, e apostolado com o seu fecundo exemplo, lavrando a terra com as mesmas mãos afeitas a semear, noutro campo, a saúde e o bem; ao contrário, vivemos das sobras das lavouras estrangeiras, e dos empréstimos estrangeiros; do trigo estrangeiro, e da batata estrangeira; do bacalhão estrangeiro e dos tecidos estrangeiros; do ferro estrangeiro e do carvão estrangeiro; das frutas estrangeiras e das idéias estrangeiras; e não tardará da borracha estrangeira, e da carne estrangeira; porque a Índia já nos arrebatou a primeira, e nos impinge a segunda, o monstro indiano, o zebú, que está invadindo os nossos campos e desvalorizando os nossos rebanhos.

E quando a missão estrangeira, a do *Stephanoderes Coffae* ou praga do café, tiver ultimado dentro em alguns anos a sua obra voraz de desnacionalização de São Paulo, teremos de recorrer ao chá estrangeiro, à fina e delicada, à elegante bebida dos povos mais civilizados e cultos. E para trabalhar nessa cultura exótica virá, conforme o sonho de Miguel Couto (que em tudo não foi sonho) um exótico braço estrangeiro, empunhando quiçá uma bandeira, na qual o próprio sol será para nós estrangeiro também.

“Que importa a profecia de Humboldt, o sábio de quem Latino Coelho disse: “E' este nome um século”, mas contra quem um nosso zeloso e supicaz governador lançou um decreto de expulsão, a expulsão de um tal barão

de Humboldt, individuo suspeito e vagabundo, que andava pelos extremos setentrionais do Amazonas”?... (Euclides da Cunha, *A' Margem da Historia*).

“De que nos vale a opinião valiosissima do Prof. Albrecht Penk, outro sábio alemão, notável geógrafo e historiador, Diretor da Sociedade de Geografia de Berlim, que analisando a potencialidade da terra para o sustento da população sobreexcelente do mundo, concluiu que só o Brasil que oferece as maiores possibilidades, pois que o nosso país poderá finalmente conter 1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de habitantes). Acrescenta Penk que “sómente duas potências anglo-americanas juntas poderão suportar igual população que os Estados Unidos hispano-americanos”.

“De tal sorte que os povos de língua portuguesa e espanhola estão diante da favorável perspectiva de eventualmente desbancar o elemento anglo-americano de sua atual preponderância etnológica.

“Mas até lá, quando estivermos cumprindo o duro fadário de ser em proporções assombrosas o que hoje ainda somos — o colono dos nossos colonos e colonizadores estrangeiros — enquanto lá não chegarmos, vivemos a repetir, num coaxar de rãs inconscientes e insatisfeitas, o estribilho, antipático e antipatriótico: — “Não temos braços para a lavoura”.

“E' ainda e sempre a lavoura braçal, coeva do monjolo realengo.

“*Não precisamos de braços, assevera-nos Moura Brasil na sua frase lapidar, não precisamos de braços para a nossa lavoura; o que nos falta é cabeça.*

“E acrescenta:

“*Só pela mecânica chegaremos a produzir muito, muito bom e muito barato! Só assim, armados dos elementos de há muito empregados pelos países adiantados, poderemos com eles competir*”.

“Na sua “fazenda” e na Sociedade procurou sempre aplicar êsse conceito. Em 1899 obtem do govêrno a antiga Fazenda Grande da Penha e a da Santa Mônica. Na primeira, organiza uma escola prática de agricultura, na segunda, lança os fundamentos de um pôsto zootécnico e inicia um curso de instrumentos e máquinas agrícolas. Descobre em Vargem Alegre, no antigo Centro Agrícola, máquinas abandonadas que consegue do govêrno fluminense faz transportar para êsses campos, adapta-as, concerta-as, e em Santa Mônica instala um curso de aprendizagem de mecânica rural.

Faleceu o Dr. Moura Brasil no último dia do ano de 1928, e foi sepultado no Cemitério de São João Baptista.

### BARÃO DE CAPANEMA

O Dr. Guilherme Schüch de Capanema era filho de Roque Schüch e de sua mulher D. Cecília Bors, naturais da Austria; nasceu em Minas Gerais a 27 de Janeiro de 1824 e faleceu no Rio de Janeiro a 28 de Julho de 1908.

Era doutor em matemáticas e ciências físicas pela Escola Militar do Rio de Janeiro, engenheiro pela Escola Politécnica de Viena. Major honorário do Exército, lente jubilado da Escola Politécnica, Diretor e fundador da então Repartição Geral dos Telégrafos, e Chefe da Comissão de Limites entre o Brasil e Argentina, além de outros importantes cargos exercidos com zelo e patriotismo.

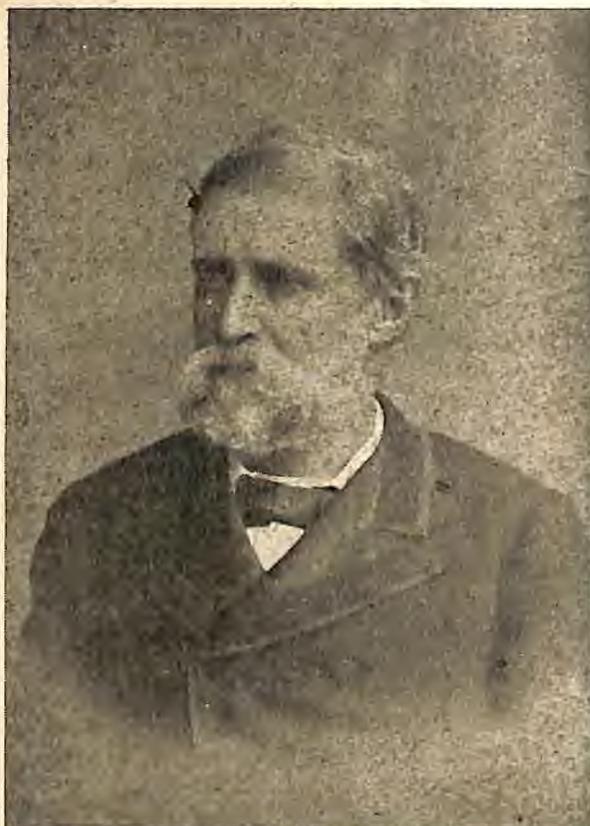
Pertenceu ao Conselho do Imperador e foi membro do Instituto Histórico e Geográfico, do Imperial Instituto de Agricultura, fundador da Sociedade de Estatística do Brasil, sendo comendador da Ordem Imperial da Rosa e da de Cristo. Foi barão por decreto de 26 de fevereiro de 1881. Fez parte da comissão científica que pelo governo imperial foi incumbida de explorações nas províncias do Norte, como diretor da Seção Geológica e Mineralógica.

Era um nome conhecido e respeitado no Brasil e fora d'ele. Toda a sua vida foi inteiramente consagrada ao serviço da Pátria, destacando-se por uma série ininterrupta de trabalhos que perduram na memória de todos os brasileiros.

Os cargos elevados que lhe couberam, as comissões científicas que lhe foram confiadas, a sua colaboração eficaz em todas as questões agitadas no seio das várias associações científicas a que pertencia, no Brasil e no estrangeiro, grangearam-lhe um destaque especial, um prestígio incomum, como era de esperar da sua vasta cultura e dos seus múltiplos conhecimentos nos diversos ramos da ciência.

Foi presidente da Sociedade Nacional de Agricultura sómente poucos dias. Sócio honorário, dos mais destacados colaboradores da revista "A Lavoura", ilustrando as sessões da instituição com palestras as mais úteis e interessantes, presidiu, de 19 de março a 25 de abril de 1901, a junta governativa que deu continuidade à administração entre as presenças Moura Brasil e Antonino Fialho.

E' grande a sua bibliografia. Nela, merecem destaque:



Dr. Guilherme Schüch de Capanema  
(Barão de Capanema)

*Dissertação sobre o método de divisão de Homer e sua aplicação à algebra*, Rio, 1848;

*Quais as tradições ou estágios geológicos que nos levam à certeza de ter havido terremotos no Brasil*. Memória lida na sessão do Instituto Histórico, de 24 de novembro de 1854. Vem publicado na revista trimestral, tomo 22, pgs. 135-139.

*Algumas observações acerca da influência exercida pelos progressos do homem sobre a vegetação e o aspecto fisionômico dos países que elle habita*. Memória oferecida ao Instituto Histórico, a 21 de setembro de 1848.

*Trabalhos da comissão científica de exploração*. Relatório da Comissão Geológica. Rio de Janeiro, in 4.º. Foi esse relatório publicado com o da Comissão Geológica.

*Relatório sobre a fábrica de ferro do Ipanema*. Rio de Janeiro, 1864, 37 pgs., in-fol. Fora o autor encarregado pelo governo de um exame da dita fábrica, exame com que se procurava restaurar esse estabelecimento, abandonado.

*Exame do mapa do Amazonas, levantado pela comissão de demarcação de limites com o Pará*. Pará, 1865, in-fol. Assinaram tam-

bém esse trabalho H. L. dos Santos Werneck e M. A. Vital de Oliveira.

*Decomposição dos penedos no Brasil.* Lição popular, proferida em 25 de junho. Rio de Janeiro, 1866, 32 pgs., in 8.º. Esta lição foi feita por ocasião de achar-se no Brasil o célebre Agassiz.

*Apontamentos geológicos (Ao correr da pena).* Rio de Janeiro, 1868, 90 pgs., in-8.º.

*Cana de açúcar* — Memória lida na sessão do Imperial Instituto de Agricultura, na noite de 30 de julho de 1867, etc., Rio de Janeiro, 1867, 7 pgs. in-8.º.

*Relatórios da Inspeção Geral dos Telégrafos*, ano de 1869, apresentado ao Sr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Ministro, etc., Rio de Janeiro, 1870, 54 pgs. in-fol. Como este, há vários relatórios, correspondentes aos outros anos, publicados nos relatórios do Ministério da Agricultura.

*Algumas palavras* sobre os telégrafos e Ministério das Obras Públicas no Brasil. Rio de Janeiro, 1869, 42 pgs. in-fol. de três colunas. É uma reimpressão de artigos já publicados no Jornal do Comércio.

*Apontamentos* sobre as secas do Ceará. Rio de Janeiro, 1878, in-4.º.

*Ensaio de Ciência* por diversos amadores. Rio de Janeiro, 1876 a 1889, três volumes, in-4.º, com este. É uma publicação periódica, redigida com João Barbosa Rodrigues e B. C. de Almeida Nogueira. O primeiro número é de março de 1876 e contém, de Capanema, o artigo "Os sambaquis" de pgs. 78 a 89. Em outros números acham-se seus "Estudos botânicos". "Observações sobre a origem do barro vermelho na Província do Rio de Janeiro", etc.

Quando se discutia o tratado das missões, celebrado por Quintino Bocayuva, escreveu o Barão de Capanema vários artigos no Jornal do Comércio, que foram reproduzidos com o título *A questão de limites*".

Em verdade, porém, os serviços que mais o celebrizaram e o tornaram conhecido, foi a organização, instalação e inauguração do telégrafo no Brasil, há quase um século.

Por tal maneira ficou o seu nome vinculado à Repartição que superintende os serviços telegráficos que, em 1904, foi ali inaugurado o seu busto em bronze, solenidade a que assistiu.

A agricultura foi êle também deveras prestadio, como o demonstram a sua memória sobre a Cana do Açúcar, lida no Instituto Imperial de Agricultura, e outros trabalhos mais, alguns inéditos.

Efetou na Sociedade numerosas conferências, tôdas elas revelando do seu autor um vasto conhecimento e um profundo amor às coisas rurais.

DR. ANTONINO FIALHO

(1901-1904)

Nasceu o Dr. Antonino Fialho em 10 de maio de 1857 e era filho de Francisco José Fialho e de D. Maria Emilia Fialho. Proprietário rural no município de Petrópolis, entusiasta da viticultura, que praticava em sua fazenda "Santo Antônio", filiou-se, nos primeiros dias de sua fundação, à Sociedade Nacional de Agricultura, da qual foi presidente, de 1901, a 15 de setembro de 1904.

Poucas referências encontramos a respeito de seu nome fóra da Sociedade. Nesta, a sua gestão foi muito produtiva, assinalando uma das fases de mais intenso trabalho da instituição, com a realização do 1.º Congresso Nacional de Agricultura (1901), a Conferência Açucareira da Bahia (1902), e o Congresso e a Exposição Internacionais de Aparentes a Alcool (1903). Também por essa época, foram atendidos os grandes encargos decorrentes da organização e aparelhamento da Fazenda de Santa Mônica e da Fazenda Grande da Penha, além do serviço de distribuição de Plantas e sementes, de tão grandes efeitos no impulsionamento da nossa agricultura.

Nos "Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis", acha-se a seguinte referência ao Dr. Antônio Fialho, entre os "Nomes que merecem ser lembrados":

"Antônio Antonino Fialho, formado em engenharia, proprietário na zona rural, espírito dotado de invulgar cultura; tendo desempenhado dentre outras funções, as de deputado federal pelo nosso distrito". (Vol. I, pág. 313).

Eleito em 31 de dezembro de 1899 deputado federal pelo distrito de Petrópolis, prestou compromisso a 18 de junho de 1900. Na sessão de 22 de novembro do ano seguinte, vêmo-lo defendendo uma emenda ao orçamento da Viação, destinada à manutenção de campos de demonstração e do ensino técnico da agricultura, começando a sua oração com uma censura ao descaso da Câmara pelos problemas rurais: "Senhores — dizia — até agora, depois de proclamada a República, nunca se tratou aqui de agricultura e muito menos se tem tratado do ensino técnico..."

No pleito de 8 de julho de 1900, figurou ao lado de Francisco Rangel Pestana e Antônio Augusto Pereira Lima como Vice-Presidente do Estado do Rio de Janeiro, na chapa governista e vitoriosa encabeçada por Quintino Bocayuva. Foi então o seu nome sufragado por 11.310 votos.

Em 1897 é eleito vereador à Câmara Municipal de Petrópolis, ocupando a respectiva presidência.

Em 1912, encontramos-lo representando o Brasil no Instituto Internacional de Agricultura de Roma, ao tempo do ministro Pedro de Toledo, e de lá remetendo estudos e observações, alguns dos quais debatidos na Sociedade, a pedido do governo.

Os seus pendores pelas coisas agrícolas, e o seu conhecimento dos problemas rurais e econômicos, são facilmente observados nos conceitos e idéias a respeito expendidos não só nos congressos rurais, de que participou, como também nas sessões ordinárias da Diretoria, de cujos debates ativamente participava e cuja opinião era sempre acatada e muitas vezes decisiva.

Durante muitos anos viveu na sua magnífica propriedade agrícola em Itaipava, a *Fazenda da Soledade de Santo Antonio*, hoje pertencente ao dr. Argemiro Machado. A casa existente nessa propriedade data do século dezoito e, segundo sabemos, está sob a orientação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e talvez venha ainda, dada a sua importância como tipo de construção rural colonial, a ser tombada naquele departamento.

A fazenda é uma das mais antigas propriedades rurais da região e, antes de pertencer ao dr. Antonino Fialho, foi do então comendador Irineo Evangelista de Souza, depois barão e visconde de Mauá, que a adquiriu em 1854 (escritura de 14 de fevereiro, 1.º 212, fls. 79 e 80, do tabelião Penafiel, antigo Fialho) a Gregorio José Teixeira, que por sua vez a recebera por compra, no valor de trinta contos, em 11 de agosto de 1851, de Manoel da Cunha Barbosa e sua mulher, e de outros herdeiros do dr. Agostinho Correia da Silva Goulão.

Faleceu o dr. Antonino Fialho de uma síncope cardíaca a 16 de agosto de 1934, na Cidade de Petrópolis, onde então residia. Foi inhumado no dia seguinte na sepultura n. 3854 do cemitério local, de onde seus restos foram trasladados, 5 anos depois, para o jazigo per-



Dr. Antonio Fialho

pétuo n. 10.115, onde se acha sepultada sua filha Evangelina. Não existe nenhuma inscrição nesse túmulo, embora seja grandioso.

A "Tribuna", de Petrópolis, no dia seguinte ao de sua morte, lhe dedicou um extenso e merecido necrológio.

#### DR. WENCESLÃO BELLO (1)

(1905 - 1911)

O Dr. Wenceslão Alves Leite de Oliveira Beloi nasceu em Pôrto Aegre a 20 de novembro de 1857.

Diplomado pela Escola Politécnica onde logo revelou a sua lúcida inteligência e muito amor ao trabalho, teve como primeiro cargo o de engenheiro da Estrada de Ferro Piraiense, no trecho que demora entre Sant'Ana e Passa Três.

Exerceu o lugar de substituto interino do antigo "Colégio Pedro II", sendo, mais tarde, provido, por concurso, na cadeira de história natural do mesmo estabelecimento de ensino secundário.

(1) Adaptação de "A Lavoura", n.º de Abril de 1911.



Dr. Wenceslão Alves Leite de Oliveira Bello (1894)

Foi também substituído interino e efetivo, por concurso, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, passando a catedrático pela jubilação do Dr. José de Saldanha da Gama.

Desempenhou os lugares de diretor e professor da Escola Normal Livre, de diretor da Companhia Promotora de Indústrias e Melhoramentos, de presidente da comissão julgadora da Exposição de Belo Horizonte (1909), do 1.º Congresso da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1910), sócio honorário da Sociedade Brasileira Protetora dos Animais, presidente da Cooperativa Central dos Agricultores do Brasil, da Cooperativa de Consumo Italo-Brasileira e da Sociedade Nacional de Agricultura, de que era também sócio benemérito.

Dentre inúmeros trabalhos esparsos na imprensa, assinalam-se os seguintes: *Ação dos agentes físicos sobre os órgãos vegetais* (tese de concurso), *O café*, *A borracha*, *O preparo do café*, *Relações comerciais do Brasil com Portugal*, *a Previdência e o Crédito Agrícola*, *Relatório sobre o Congresso Agrícola de São Paulo*, (1903) *Valorização do Café*, *Exploração de madeiras*, (de colaboração com o Dr. J. R.

Monteiro da Silva), *Manifesto à Lavoura — Sindicatos Agrícolas* (de colaboração com o Dr. Antonino Fialho), *Histórico dos Trabalhos da Sociedade Nacional de Agricultura durante o ano de 1899* (1900) e vários relatórios da mesma Sociedade.

Além de tudo isso, há ainda digno de alta menção o seu trabalho inédito sob título *Curso de Botânica Sistemática* especialmente do Brasil, por onde se pode aquilatar do seu grande preparo naquele ramo da história natural. Os primeiros capítulos consagrados à filosofia da biologia e à crítica das diferentes classificações são de uma beleza incomparável e de uma profundidade pouco comum.

Alheio por completo, às lides tentadoras da política, a que nunca quisera incorporar-se e com um pendor natural para as coisas agrícolas, deixou-se absorver por elas de tal modo que o mais aprimorado de suas cogitações, o melhor de suas energias, o máximo de suas atividades, tudo era consagrado com uma prodigalidade inaudita ao revivescimento daquela que tem sido em todos os tempos e para todos os povos a base fundamental de adiantamento, bem estar e riqueza.

Esse acendrado amor, êsse acume de dedicação pela causa mais nobre, transcendente e útil que ainda se agitou no novo regime político-social inaugurado a 15 de novembro de 1889, deram-lhe um alto e merecido destaque, uma auréola de benemerência dentro do Brasil e mesmo fora d'êle, como o provam eloquentemente as expressões de profundíssimo pesar, de diversas origens, por ocasião do seu precoce passamento.

Não lhe parecendo muito possível ou fácil ao seu sempre ponderado raciocínio, o que é natural, a cristalização rápida de seus ideais respeito dos magnos problemas que gravitavam e ainda gravitam em tórno da agricultura nacional, desde que se mantivesse em unidade isoladamente, mal iniciava os seus primeiros passos a Sociedade Nacional de Agricultura, fundada a 16 de janeiro de 1897 por um pequeno grupo de brasileiros incontestavelmente patriotas, êle logo a ela se filiara convicto de que a célebre divisa "viribus unitis" que a mesma associação acabava de insculpir no pavilhão por ela desfraldado, havia, e muito, de facilitar a consecução dos planos arrojados que lhe borbutavam na mente, de estimular perenemente o encorajamento de suas crenças e o avigorar de sua fé nos grandes destinos a que está de certo fadado, mercê do amanhã inteligente e científico da gleba, êste belo e rico país onde primeiro e por último

vira a luz do dia, e de que se orgulhava de ser filho.

Aí, então, entre companheiros cujos corações batiam em perfeita isocronia de sentimentos e de entusiasmo, que tinham um só programa, perfeitamente irmanados, identificados com os fins a que todos se impuseram, começou êle de pôr em evidência os finos labores de sua inteligência ricamente cultivada, por uma longa série de valiosíssimos trabalhos vindos a lume, na "A Lavoura", em folhetos avulsos, em jornais do país e do estrangeiro, ferindo e desenvolvendo sempre assuntos do mais oportuno interesse agrícola puramente, ou econômico, sendo que alguns dêles, senão a sua maioria, constituem as mais escorreitas monografias que a respeito se conhecem.

Dispondo de uma capacidade de trabalho verdadeiramente assombrosa, possuidor de uma fôrça de vontade inquebrantável, de um caráter de têmpera damasquina, de modos simples, lhanos, delicados, atraentes, e, tudo isso de envolta com uma bondade cativante, mas natural, sincera, espontânea, estava de molde, de feição para as múltiplas e árduas funções determinadas pelos cargos que na Sociedade Nacional de Agricultura fôra ocupando a partir de 1898.

De simples sócio passou a Secretário geral (1899-1900), diretor de propaganda (1901), 2.º Vice-presidente (1902-1904), Presidente de 1905 até a sua morte.

Na função de Presidente da Sociedade durante um largo estádio de quase sete anos, em virtude de reeleições sucessivas, as suas iniciativas sempre luminosas e felizes, visavam sistematicamente o engrandecimento real da agricultura brasileira e os meios de tornar a Sociedade, direta ou indiretamente prestadia e, sobretudo, de exuberante utilidade ao lavrador, ao criador e a quantos se interessam por assuntos de tal quilate.

Foi um período de incontestável prestígio da Sociedade Nacional de Agricultura, que definitivamente se impôs no conceito público, chamando sôbre si a benemerência da Nação.

A viagem que o Dr. Wenceslão Bello fêz aos grandes centros do velho e do novo continente em 1907, outro fim não teve senão o de observar, estudar e colhêr quanto neles houvesse de melhor e de mais útil para, após uma remodelação racional e conveniente, poder adaptar vantajosamente ao nosso meio.

A êsse respeito fala mui alto o seu bem elaborado plano de ensino agrícola, entregue aos poderes constituídos da Nação.

Sob a sua sábia e criteriosa direção a Sociedade Nacional de Agricultura tomou um incremento jamais visto desde a sua fundação; e os seus ingentes esforços nessa diretoria tiveram de fato transcendente e auspiciosa recompensa.

Essa compensação, que muito lhe dulcificava o espírito dos travos próprios do aprimorado desempenho de quaisquer funções de alta valia traduzia-se ora pela subida confiança com que honravam à Sociedade os nossos poderes públicos encarregando-a de missões delicadíssimas e de sumo valor; ora pela espontaneidade com que corporações respeitáveis procuravam haurir no seio da Sociedade a orientação mais conveniente a um dado e determinado assunto, à solução de um embaraçoso problema e se valiam da sua influência para alhanar empeços, óbices que se punham de diante de coletividades ou particulares trilhando a mesma senda que ela; outras vezes, pelas maneiras dignas e elogiosas por que aqui, como ali e acolá, em todo o Brasil, os jornais se referiam aos resultados sensíveis que da mesma iam dimanando; outras vezes, pela justiça que o país inteiro lhe fazia como um dedicado insuperável, um lutador possante e infatigável dentro das balisas que limitam o departamento onde estanca e age fecundamente a Sociedade Nacional de Agricultura.

Ainda pouco antes de morrer, quando membro da Comissão de Revisão de Tarifas, a sua ação foi das mais eficazes e produtivas que já se fizeram sentir, atento o grande cabedal de que se achava apercebido mercê de longos e porfiados estudos que lhe aclararam o rumo a tomar em tal conjuntura, onde tudo devia ser resolvido de acôrdo com os interesses reais do país.

Os fatos a que ainda vamos aludir confirmam à evidência quanto mais acima deixamos como grande verdade.

Foi sob a sua sábia presidência que a Sociedade tomou parte no grande certame de 1908 — a Exposição Nacional — apresentando-se condignamente com uma exposição de produtos agrícolas, frutos, flores, pássaros, horticultura, avicultura e produtos extrativos, alcançando uma medalha de ouro e nove grandes prêmios outorgados pelo Juri; que tiveram lugar o 2.º Congresso Nacional de Agricultura e a 3.ª Conferência Açucareira realizados em agôsto do mesmo ano de 1908 no Palácio Monroe, Congresso êsse inaugurado e encerrado com a honrosa presença do Exmo. Chefe da Nação e a do Sr. Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas; que se fizeram as

exposições de aparelhos a álcool em Florianópolis, Pôrto Alegre e Pelotas nos anos de 1905, 1906 e 1907; que se aumentou notavelmente a distribuição de plantas e sementes, entre os agricultores, que se enriqueceu à biblioteca da mesma Sociedade com mais 1.770 volumes; que se efetuou a transformação radical de "A Lavoura", dando-lhe uma feição mais moderna, útil e bela; que se introduziram os grandes melhoramentos no Museu Agrícola; que se aumentaram e multiplicaram as publicações de propaganda agrícola e se deu à lume a Legislação Agrícola do Brasil desde 1808 a 1898; que foi editada a Geografia Agrícola do Brasil, grande e bem feita coleção de mapas onde se acham assinalados, até então os mais completos subsídios geológicos, físicos, climatológicos e demográficos, e, mais ainda, sôbre tôdas as culturas do país e suas respectivas zonas, etc.; que se deu a metamorfose admirável da antiga Fazenda da Penha, transformando-a no Hôrto da Penha, magnífico estabelecimento de ensino agrícola sob o ponto de vista prático, com todos os requisitos que a ciência determina; que se iniciaram e desenvolveram os fornecimentos, em condições vantajosas, de objetos próprios para a lavoura aos sócios da Sociedade, que os favoreceu de 1906 a 1910 com uma economia de 440:225\$010 sôbre os preços correntes da praça, além de outros serviços de real merecimento, como a organização da grande Cooperativa Central dos Agricultores do Brasil, que, deixamos aqui de referir porque em tempo oportuno e lugar de feição, todos êles foram devidamente demonstrados e equilatados.

O enterramento do Dr. Wencesláo Bello teve lugar no Cemitério de São João Batista, às 5 e meia horas da tarde do dia 12, tendo a Sociedade mandado construir o seu jazigo (N.º 2.033), no qual, em bronze, se acha apôsto o emblema da instituição.

#### DR. SYLVIO FERREIRA RANGEL

(1907 e 1911-1912)

Filho do casal Justo de Azambúja Rangel e Ana Ferreira Rangel — ambos brasileiros — do Estado do Rio Grande do Sul — o Dr. Sylvio Ferreira Rangel nasceu na cidade de Pôrto Alegre, capital daquele Estado, a 17 de outubro de 1859.

Fez em Pôrto Alegre o seu curso de humanidades, matriculando-se, a seguir, na Escola Militar do Rio de Janeiro, donde saiu, como alferes-aluno, com o curso de engenharia militar.



Dr. Sylvio Ferreira Rangel

Sua carreira militar não foi longa, pois pediu demissão do Exército, ainda no pôsto de primeiro tenente, tendo ingressado na vida civil, onde exerceu a profissão de engenheiro.

No govêrno Prudente de Moraes, foi nomeado fiscal de estradas de ferro, atingindo o pôsto de Chefe de Distrito da Inspetoria Federal de Estradas de Ferro, com séde no Rio de Janeiro. Nesse pôsto e após 35 anos de serviço público, foi aposentado, por decreto de 3 de março de 1920.

Como exerceu, por muitos anos, a fiscalização da estrada de ferro de Valença, município próximo ao de Vassouras, passou a residir neste último, na sua fazenda denominada "Cachoeira", onde se dedicou à atividade, agro-pecuária, tendo deixado vários estudos, que tiveram larga divulgação, na época.

Homem de sólida cultura, apaixonado pelos estudos econômicos, fez parte de diversos congressos onde êsses assuntos eram versados, relatando, com proficiência as teses que lhe foram ditribuidas, sendo de salientar a monografia intitulada "Fatores Econômicos da Produção", a que deu raro brilho no 2.º Congresso Nacional de Agricultura, reunido pela Sociedade Nacional de Agricultura nesta Capital, no ano de 1908.

Cedendo à sua vocação política, foi deputado à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (1904) e exerceu, por vários anos, o lugar de Prefeito de Vassouras, em cujo município já antes exercera as funções de vereador e presidente da respectiva Câmara Municipal.

Fez parte de diversas diretorias da Sociedade, e como Vice-Presidente durante alguns biênios na presidência Wencesláo Bello. Em 1907, exerceu interinamente a presidência na ausência do Dr. Wencesláo Bello, em viagem de estudos ao estrangeiro. Ocorrendo em 1911 (abril) o falecimento daquele saudoso brasileiro, ocupou novamente a presidência, até entregá-la no ano seguinte ao Dr. Lauro Müller. Foi um colaborador dos mais assíduos e dedicados da Sociedade, participando sempre, até à sua morte, do corpo diretor da instituição, como membro do seu Conselho Superior.

Era um grande conhecedor da cultura do Café, que também praticou em sua fazenda. Aos seus estudos nesse sentido, referiu-se em várias oportunidades o Sr. Affonso de E. Taunay na sua "História do Café no Brasil" (Vol. X), citando a sua conhecida monografia sobre o assunto publicado em 1908 pelo Centro Industrial do Brasil e reproduzido em folheto pela Sociedade Nacional de Agricultura.

O Dr. Silvio Ferreira Rangel faleceu aos 26 de abril de 1939, poucos meses antes de completar 80 anos de idade, deixando entre outros filhos o Coronel Heitor da Fontoura Rangel, os advogados Silvio da Fontoura Rangel e Ernesto da Fontoura Rangel.

#### GENERAL LAURO SEVERIANO MÜLLER

(1912 - 1921)

O Dr. Lauro Müller nasceu em Itajaí, Santa Catarina, em 8 de novembro de 1863, e era filho do Sr. Pedro Müller, comerciante alemão aí domiciliado.

Seus pais destinavam-no à vida comercial e, de fato, vindo para o Rio de Janeiro aos 14 anos incompletos, aqui iniciou essa carreira. Mas o interesse com que se entregava aos livros nas horas vagas, inspiraram ao seu tio, o abastado negociante Leopoldo Riegel, a idéia de matriculá-lo no Liceu de Humanidades, em Niterói.

Feitos os primeiros estudos nesse estabelecimento, matriculou-se na antiga Escola Militar da Praia Vermelha, conquistando depois de um brilhante tirocinio acadêmico, os galões de alferes aluno a 21 de março de 1885, apenas três meses depois de matriculado; a êsse tem-



Dr. Lauro Severiano Müller

po o prêmio de alferes aluno só era concedido a quem lograsse notas plenas ou distintas em tôdas as cadeiras dêsses primeiros anos e só era dado proseguir o curso de engenharia militar a quem os obtivesse nos anos subsequentes.

Segundo-tenente a 27 de janeiro de 1889; primeiro-tenente a 7 de janeiro de 1890, por merecimento, capitão a 18 de março dêsse mesmo ano; major a 14 de dezembro de 1900, por merecimento; tenente-coronel, também por merecimento, a 14 de novembro de 1906; coronel graduado a 3 de janeiro e efetivo a 13 de março, tudo de 1912 e finalmente general de brigada, em 1914.

Fêz tôda a campanha de 1893-1894, sendo incumbido pelo Marechal Floriano de organizar a defesa de Itararé.

Era bacharel em matemática e ciências físicas e naturais.

Na ordem civil também o seu nome gozava de um grande destaque.

Foi abolicionista fervoroso e propagandista da República.

Naturalmente indicado para governador do seu Estado natal, logo após a transformação política de 15 de novembro de 1889, foi o Dr. Lauro Müller escolhido pelo Marechal Deodoro para organizar a então província de Santa Catarina, de acôrdo com o novo regime republicano.

A sua administração foi fecunda, sendo o Estado beneficiado de grandes reformas ali implantadas durante o seu governo, que não foi ao seu termo constitucional, em consequências das deposições dos governos estaduais, que se seguiram ao golpe de Estado de 3 de novembro e à ascensão, ao poder, do Vice-Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, pela renúncia do Marechal Deodoro. Deputado à Constituinte, foi um dos 21 membros da comissão encarregada de dar parecer sobre o projeto da Constituição de 24 de fevereiro.

Lauro Müller pertenceu, então, às fileiras oposicionistas do Marechal Floriano, pugnando, quando se deram os acontecimentos a 10 de abril de 1892, pela anistia dos presos políticos. Era então deputado.

Reeleito para a legislatura de 1897-1899, foi eleito senador em 1900, ocupando a cadeira que vagara com o termo do mandato de seu conterrâneo, o Sr. Raulino Horn. Naquela cadeira foi o Presidente Rodrigues Alves buscá-lo para Ministro da Viação, cargo que desempenhou até o fim do mandato, a 15 de novembro de 1906.

Lançou os fundamentos para a localização dos trabalhadores estrangeiros e nacionais; organizou a lei da construção e funcionamento dos portos do Brasil, em virtude da qual foram construídos os do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, Barra do Rio Grande e de outros Estados.

O do Rio de Janeiro recebeu o seu nome como uma consagração dos seus esforços por dotar o Brasil dêsse grande melhoramento.

Ampliou o traçado das estradas de ferro do Brasil, promoveu o plano da ligação dos mesmos, de Sul a Norte, o que, acima de tudo, visava a defesa e a unidade nacionais; organizou o trabalho de previsão contra as secas nos Estados do Norte, e a construção das estradas de penetração de Iguassú e a Noroeste do Brasil.

Deu impulso à exploração do carvão, e procurou organizar a cabotagem nacional, desenvolvendo o Lóide Brasileiro e aumentando-lhe a respectiva frota.

Para coroamento dessas providências traçou a então Avenida Central, que, por um decreto do destino veiu a tomar o nome do imortal Rio Branco.

Em 1907 voltou ao Senado, na vaga do Sr. Gustavo Rechard, que fôra eleito Governador de Santa Catarina. Reeleito em 1912, foi entretanto, convidado pelo Presidente Hermes da Fonseca para ocupar a pasta das Relações Exteriores, que vagara com a morte de Rio Branco.

Os três anos de sua administração nessa pasta, foram felizmente assinalados.

A política de aproximação continental ficou claramente definida com a nomeação de Campos Sales para o elevado cargo que exerceu em Buenos Aires, de que resultou a retribuição do Governo Argentino na missão Júlio Roca; pela sua viagem aos Estados Unidos da América do Norte e pela intervenção airosa da diplomacia brasileira no conflito mexicano.

O Dr. Lauro Müller deixou de sua administração na Pasta do Exterior a assinatura de vários tratados e convenções de arbitramento, higiene internacional, marcas de fábricas, Correios, a execução da reforma do Ministério das Relações Exteriores, apenas esboçada pelo Barão do Rio Branco, a sua influência para a reunião de vários congressos internacionais, destacando-se entre êstes trabalhos os da Comissão de Jurisconsultos, encarregada de codificar na América o direito americano.

Entre outros serviços prestados à Nação é de justiça destacar a consolidação das Leis do Corpo Diplomático e Consular, reunidas nos decretos ns. 10.383 e 10.384, de 6 de agosto de 1913.

No conflito que se desenrolou na Europa foi notável o zelo com que se interessou pela sorte dos brasileiros então naquele continente e pela manutenção da nossa neutralidade.

Já então era Ministro das Relações Exteriores do gabinete constituído pelo Sr. Dr. Wenceslão Braz, Presidente da República, que assumiu o Governo em 14 de dezembro de 1914.

Os acontecimentos da guerra européia, com o afundamento de navios nacionais por submarinos alemães, criaram para a chancelaria brasileira uma situação especial, acentuada em a abertura do Congresso. Sentindo isso, Lauro Müller, em 2 de maio de 1917, apresentou ao Presidente da República o seu pedido de demissão numa carta em que, referindo-se à perfeita harmonia de vistas do ministro com o chefe do executivo, declarava que não pudera, conquanto o houvesse firmemente desejado, exonerar-se do cargo de ministro. Aberto, porém, o Congresso, a êste cabia decidir da atitude do Brasil no conflito europeu.

São da carta do ministro demissionário as seguintes palavras:

“Se alguma fala pudesse fazer um ministro — e certamente não seria êsse o meu caso — ela desapareceria diante da autoridade constitucional, do alto patriotismo e da comprovada capacidade dos representantes autorizados da vontade nacional. Para nor-

teá-la no que depender do conhecimento íntimo dos negócios públicos, a perpétua ciência que deles tem V. Excia. e subsidiariamente a Secretaria do Estado, melhor do que eu poderia fazê-lo”.

Foi substituído pelo Dr. Nilo Peçanha.

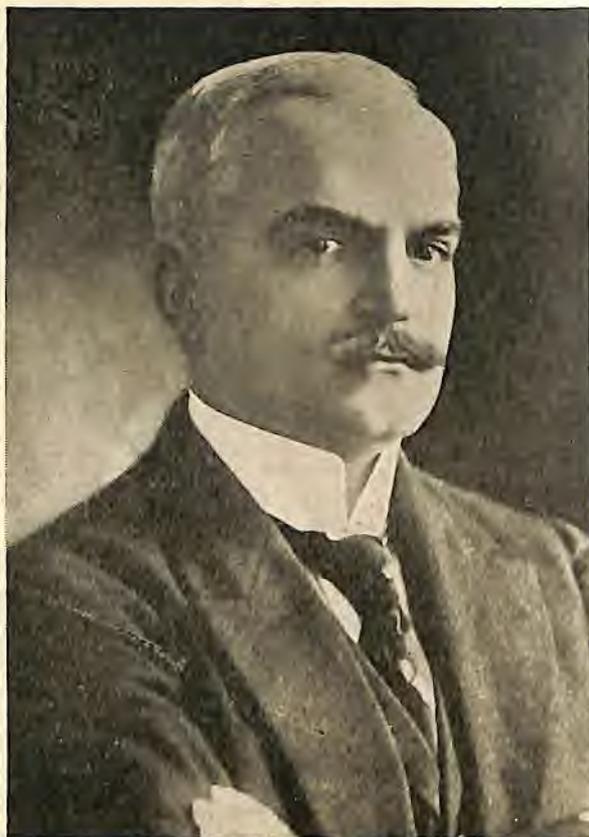
Em 1917 voltou a representar o seu Estado no Senado Federal, na vaga do Dr. Abdon Batista, e aí fez parte da comissão de finanças, tendo-lhe cumprido relatar o orçamento da receita, de vários exercícios.

Em 1925, foi nomeado embaixador extraordinário e plenipotenciário em missão especial, para representar o Brasil na comemoração do centenário da independência do Uruguai, daqui partindo em 8 de agosto no transporte de guerra *Pará*. Regressou em 2 de setembro.

O Dr. Lauro Müller era membro da Academia de Letras onde ocupava a cadeira n.º 24.

Foi presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, de 1912 a 1921.

Faleceu às 17 horas do dia 30 de julho de 1926, e se acha sepultado no Cemitério de São João Batista. Deixou viúva, D. Luisa de Andrade Müller, e numerosa e ilustre descendência.



Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

DR. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA<sup>1</sup>  
(1921 - 1923)

Nasceu o Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida aos 18 de setembro de 1879, na Capital da Bahia, Distrito de Nazaré, sendo seu pai o contra-almirante Antonio Calmon du Pin e Almeida, e Exma. Sra. D. Maria dos Prazeres de Góes Calmon.

A instrução primária e secundária lhe foram ministradas pelo educador baiano Professor Luiz da França Pinto de Carvalho, diretor do colégio “Sete de Setembro”, onde, desde logo, deu provas exuberantes da sua inteligência e aplicação, obtendo sucessivas vitórias nas lides colegiais.

Concluídos os seus estudos preparatórios, veio para o Rio de Janeiro onde, em 1895 se matriculou na Escola Politécnica, com 15 anos de idade, e cujos estudos iniciou, obedecendo à sua própria inclinação pela nobre carreira da engenharia civil.

De volta à Bahia, em março de 1900, ganhado com o título de engenheiro civil e laureado com a medalha de ouro “Gomes Jardim”, dedicou-se à vida prática desenvolvendo a Empresa de Lenha Econômica, que herdara de seu pai, de modo a satisfazer as necessidades do público, até que a Escola

Politécnica o designou para ocupar e lecionar a cadeira de geometria analítica e cálculo diferencial e integral. Na cátedra de mestre revelou sólidos conhecimentos desses ramos da matemática, graças aos quais, apesar de sua pouca idade, soube impor-se à admiração de seus co-estaduanos. Cada lição do jovem professor era uma verdadeira revelação e um atestado de sua alta competência, corroborando plenamente as palavras do Prof. Arlindo: “ali nenhum o excederá em conhecimentos”.

Foi nomeado em seguida examinador de matemática no Ginásio do Estado, e desempenhou importantes comissões técnicas, como o exame do serviço de abastecimento de águas e a reconstrução do Elevador Lacerda, a respeito dos quais escreveu dois substanciais e extensos relatórios.

Em dois anos depois de diplomado, já se mostrava o Dr. Miguel Calmon um técnico preocupado com estudar e resolver questões científicas e problemas práticos de interesse geral, que era ouvido e acatado pelos seus colegas de classe e até pela administração pú-

(1) Adaptação de uma publicação no “O Paiz”, de 15 de novembro de 1922.

blica. Publicou por esse tempo mais duas eruditas monografias — *Aplicações Industriais do Alcool* (contribuição ao estudo do problema, por ocasião da Primeira Conferência Açucareira do Brasil, realizada em Junho de 1902), que teve um grande sucesso, sendo encomiasticamente elogiada no país e no estrangeiro, merecedora de tiragem especial por determinação do governo, e — *A Mica sob o ponto de vista industrial*, com que enriqueceu as páginas da "Revista da Bahia".

Por essa ocasião, em 26 de setembro de 1902, foi que o Dr. Severino Vieira, então governador, surpreendeu o infatigável engenheiro com a sua nomeação para o cargo de *Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas da Bahia*.

Empossado no alto posto da administração do Estado, traçou o seu programa de governo, que inseriu em notável relatório, apresentado ao governador, e procurou executá-lo, não se afastando uma linha do que considerava interesses da Bahia. Iniciou o serviço de propaganda agrícola; publicou o "Boletim de Agricultura", que teve grande aceitação; remodelou e completou o "Campo de Viticultura", com o serviço de irrigação mediante bombas a vapor; instalou o serviço meteorológico do Estado. Sobre a mineração elaborou um projeto de lei que teve por parte de notável especialista estrangeiro a referência de ser o "mais valioso monumento de legislação mineira que até hoje foi iniciada no Brasil". Propôs o estabelecimento de usinas modelo para o beneficiamento e valorização do fumo, cacau e café, mediante a concessão de favores especiais, entre os quais a redução do imposto de exportação para os produtos devidamente beneficiados, ficando dependentes de aprovação da Assembléa o respectivo projeto.

Em outubro do mesmo ano representou a Bahia no Congresso de Aplicações Industriais do Alcool, impondo-se à ciência nacional como um dos seus mais completos representantes, e se constituindo, na opinião de eminente congressista, "no guia seguro de tôdas as conclusões, cativando o antagonista mesmo quando lhe derrocava os argumentos e lhe desartiqueturava as edificações". Apresentou ao Congresso três trabalhos de grande valor — *o Açúcar e o Alcool na Bahia — A Desnaturação do Alcool* — e — *O processo a seguir na hipótese da desnaturação*.

No Rio de Janeiro, não se limitou a representar o seu Estado no Congresso do Alcool: entendeu-se em repetidas conferências com o então Ministro da Indústria, Dr. Lauro Müller, no sentido da realização das obras do

porto da Bahia, levando formal promessa de sua próxima efetivação, e, desinteressadamente, conseguiu que a Casa Guinle & Cia. entrasse em negociação com a Linha Circular para a substituição, na Cidade da Bahia, do serviço de tração animal pelo de electricidade.

Novamente ali, encetou a campanha contra o flagelo das sêcas, dotando a cidade de Serrinha com o açude que recebeu o seu nome por deliberação do Governo, e promovendo obras idênticas por vários pontos do Estado. Criou um museu comercial na Capital; obteve leis considerando de utilidade pública o aproveitamento das quedas d'água, concedendo favores e prêmios aos plantadores de henequem e para o desenvolvimnto das nossas fibras e óleos vegetais, e reduzindo os impostos de exportação sobre a borracha. Deu comêço ao estudo dos mançobais descobertos em Jequié e na zona do São Francisco; criou o serviço de estatística agrícola; procurou animar as pesquisas mineralógicas no Estado; iniciou os estudos de várias estradas de rodagem e do prolongamento da Estrada de Ferro Central da Bahia. Graças aos seus esforços a Bahia representou-se honrosamente na Exposição de São Luiz, e é do punho do jovem secretário o folheto em francês — *Briève notice sur l'Etat de Bahia* —, que tão apreciado foi no estrangeiro.

Ascendendo ao Governo do Estado o Dr. José Marcelino de Souza, lograram as suas insistências continuadas, que até se valeram da intervenção de pessoas da amizade de Miguel Calmon, que êste continuasse na gestão da Secretaria da Agricultura, apesar dos seus desejos em contrário, porque as condições pecuniárias do Estado não tinham dado margem a realizar quanto idealizara, embora conseguindo despertar um movimento de animação geral nas classes produtoras.

Conseguiu o Dr. Miguel Calmon que o eminente Dr. White, contratado pelo Governo Federal para estudar as minas de carvão do sul do país, fôsse à Bahia estudar os depósitos de turfa e petróleo de Maraú e Ilhéos; estendeu a sua atividade à propulsão ferroviária, contratando a construção da Estrada de Ferro Ilhéos a Conquista, fazendo acordos para a conclusão da Estrada de Ferro Centro Oeste, para a transformação da Estrada de Ferro de Santo Amaro, que foi dotada de novos ramais e para o prolongamento da Estrada de Ferro de Nazaré.

Em Março de 1905, comissionado pelo Governo, foi a Recife tomar parte na Segunda Conferência Açucareira, onde a sua influência não foi menos proficua e brilhante do que no Congresso do Alcool. Teve ali a consagração

dos lavradores nacionais, vendo as suas idéias sôbre a Convenção de Bruxelas adotadas e com a sua designação para presidente da comissão que devia estudar em Java, no Egito, em Cuba e em outras regiões produtoras da cana de açúcar os melhores processos de sua cultura e modificações a serem introduzidas no nosso meio agrícola.

Antes de encetar a longa viagem, ainda prestou à Bahia os serviços relevantes do Regulamento para as florestas do Estado, incentivo das obras públicas, paralisadas pela falta de dinheiro, instalação da Colônia Agrícola Educadora em substituição da Colônia Correccional, conclusão de novas pontes e estradas de rodagem, os estudos geológicos confiados à grande competência do Dr. Orville Derby e a Exposição Agrícola e Industrial. A 3 de junho partiu para o Oriente, de onde regressou oito meses após, com exuberante material de observação, que, divulgado em parte nas colunas do "Jornal do Comércio" e outros órgãos da imprensa, atraíram para o jovem baiano a admiração e as simpatias de todo o país. — Foram então introduzidos no Estado o cacauero *Criolo*, a seringueira, o *kolateiro*, o caféiro *Robusta* e outras plantas preciosas.

Tanto serviços ao seu Estado estavam a reclamar a inclusão do seu nome na lista dos candidatos a deputados federais, conseguindo no primeiro distrito assinalado triunfo eleitoral que o acompanhou à Câmara com um prestígio como poucos tinham alcançado ainda.

Curto, porém, foi seu estágio aí, mas ficando pelas luzes que trouxe a questões de inestimável importância econômica, como as da valorização do café e crise da borracha, em discursos e pareceres que revelaram o orador e refletiam o seu robusto saber e vasto descortínio. Ainda mais, teve parte ativa nos principais debates, mormente nos referentes a matérias econômicas e, como membro da comissão de agricultura, colaborou em notáveis projetos, entre os quais o da criação do *Ministério da Agricultura*.

A êsse tempo, as suas notas de viagem lhe firmavam o renome, além de fino observador e grande erudito, de escritor abalizado, cuja linguagem castiça, impecável, teve elogiosas referências de mestres do idioma.

O nome, a consideração de que gosava entre os seus colegas era de tal ordem que, a despeito da sua atitude contrária à valorização do café, medida apoiada pela maioria da Câmara, foi convidado pelo Presidente Afonso Penna, para Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, contando apenas vinte e sete anos de idade. Deu-se, nessa ocasião, um in-

cidente político que ainda mais prestigiou o Dr. Miguel Calmon, tal a correção com que se houve. Como tivesse provocado certa surpresa e mesmo oposição da parte de alguns colegas de bancada a escolha do seu nome para Ministro, escreveu êle ao Presidente Penna, renunciando à honra de colaborar na sua administração. Nese interim, resolveram os políticos da Bahia unanimemente apoiar a iniciativa do Presidente, comprometendo-se a prestar todo o concurso para o bom êxito do seu govêrno, depois do que aceitou então definitivamente o jovem deputado o convite que lhe era reiterado.

Não será uma simples enumeração que dê a idéia do muito que fez, em dois anos e meio de administração, o Dr. Miguel Calmon. Basta dizer-se que a opinião do país foi a externada pelo "Jornal do Comércio", quando dizia que o Govêrno Penna "viveria pelo que se fez na pasta da Viação", concluindo: "O país que possui um estadista de menos de trinta anos capaz de conceber e realizar as grandes obras que o Dr. Calmon ideou e levou a cabo, é, na verdade, um país que pode confiar no seu futuro e dormir tranquilo dos seus destinos". Não foram menos lisonjeiros os conceitos emitidos a seu respeito pelo "Correio da Manhã", "O Paiz", "Gazeta de Noticias", "Jornal do Brasil", "Tribuna", ao deixar aquela pasta.

Para dar execução ao programa administrativo do grande Presidente, sob cujas ordens serviu sempre com lealdade e dedicação, procurou cercar-se de colaboradores do valor de Francisco Bicalho, Vieira Souto, Lassance Cunha, Orville Derby, Cesar de Campos, Paulo de Frontin, Sampaio Corrêa, Otto Alencar, Antonio Olyntho, Aarão Reis, Bulhões de Carvalho, Gonçalves Junior, Paula Ramos, Clodomiro Pereira da Silva, Chagas Dorea, Paula Queiroz e Augusto Menezes.

Completo o saneamento da Capital, realizando as obras do novo abastecimento de água do Rio de Janeiro, que dobraram o volume do precioso líquido distribuído à população desta Capital. No tocante à colonização estrangeira foi infatigável, organizando todos os serviços a ela atinentes, remodelando a Hospedaria da Ilha das Flores e fundando vinte e cinco núcleos coloniais com as respectivas estradas de rodagem. Aumentou consideravelmente a entrada de imigrantes, cujo êxodo era notório quando assumiu o govêrno. Criou o Serviço Geológico Federal; animou a propaganda dos nossos produtos no exterior e expediu vários regulamentos, entre os quais os relativos à importação de animais reprodutores, aos salários dos trabalhadores agrico-

las, às cooperativas e a prêmios de animação aos agricultores. Promoveu a confecção de um Código de Águas da República; unificou os serviços de obras contra as sêcas; criou o Pôsto Zootécnico Federal em Pinheiro; finalmente, levou a efeito a Exposição Nacional de 1908, que teve tão grande brilho, revelando o extraordinário progresso realizado pelo Brail desde a abertura dos nossos portos ao comércio internacional até aquêlo ano. Dedicou especial atenção às obras dos nossos principais portos, como as do pôrto da Bahia, que tiveram definitiva solução; do pôrto de Recife, que contratou, mediante concorrência pública; modificou os contratos dos portos do Rio Grande do Sul e Vitória, promovendo trabalhos em quase todos os portos de algum movimento comercial, e ativou o prosseguimento das obras do pôrto do Rio de Janeiro. Criou a Caixa Geral de Portos e muitos mais faria a êsse respeito, se não fôsse o inesperado falecimento do Presidente Penna, que o levou a deixar o Ministério.

No domínio da viação culminou a ação do Governô Penna, sendo até então o seu período administrativo neste particular o mais fecundo da República. Fiel ao plano de dotar o país com as grandes linhas nacionais de viação de norte a sul e de leste a oeste, foram contratados o prolongamento da rêde da "Cie Auxiliaire de Passo Fundo a Uruguay", os trechos da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande necessários para completar a ligação com o sul do Brasil, os ramais da Estrada de Ferro Sorocabana, de Itapetinga a Itararé e do Paranapanema, a Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá, o trecho da Estrada de Ferro Leopoldina para completar a ligação do Rio a Vitória, as linhas e ramais da Oeste de Minas, o prolongamento da Central do Brasil, que atingiu a Pirapora, o ramal de Sabará a Santana dos Ferros, e o alargamento da bitola até São Paulo, a Estrada de Ferro do Timbó a Propriá, a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, a Estrada de Ferro São Luís a Caxias e os prolongamentos da Estrada de Ferro Sobral e da Baturité. Foram estudados e aprovados os projetos de ligação da rêde da Bahia com a Vitória a Minas e da Great Western com a Timbó-Propriá, para se fechar o circuito ferroviário do litoral. Tomaram-se providências para a organização da rêde Sul-Mineira. Reorganizaram-se os serviços de construção e fiscalização das estradas de ferro em todo o país e reduziram-se as tarifas de transporte, atendendo-se às necessidades das zonas produtoras e aos interêses das populações locais.

Paralelamente ao desenvolvimento da viação, a nossa rêde telegráfica recebia um extraordinário impulo, sendo inaugurados mais de 3.000 quilômetros de linhas. O serviço postal teve grandes melhoramentos. A navegação de cabotagem foi tratada com carinho, adquirindo-se novos navios para o Lóide Brasileiro. Os interêses nacionais zelados por todos os meios, desde o direto, pela ação própria do governô, até ao indireto, por auxílios concedidos a sociedades de agricultura, municipalidades, cooperativas, liceus, para exposições, catequese de índios, crédito agrícola, etc., assuntos êsses que mereceram todos desvelada atenção do Dr. Miguel Calmon, e que se vêm tratados, como os demais, nos três substanciais relatórios que apresentou ao Presidente da República.

Ocorrido o infausto passamento do Presidente Affonso Penna, não quiz o Dr. Miguel Calmon continuar no Ministério, apesar da insistência do novo Presidente e solicitação de amigos políticos, tanto por se julgar incompatível com a situação política do momento, como pela fadiga de um esforço ininterrupto e intensíssimo no trato dos problemas mais complexos e difíceis da vida nacional.

Deixando o poder, quase tôda a imprensa não poupou elogios à brilhante administração que animara de novas energias o país, destacando-se entre os jornais estrangeiros, o "Times", que dizia que Miguel Calmon "era um nome a reter, pois ainda se ouviria muito falar dêle no futuro".

Deixando o Ministério, continuou na atividade política, dando todo o apóio à causa civilista. Foi então insistentemente solicitado pelo Estado da Bahia a prestar o seu concurso a uma operação de crédito no estrangeiro, missão que desempenhou com pleno êxito e raro desinterêse, como bem salientou o governador Dr. Araujo Pinho na sua mensagem. De volta da Europa, recebido com uma das maiores manifestações que tinha visto a Bahia, foi apresentado candidato a deputado pelo primeiro distrito, pouco tempo depois, por mais de 2.000 eleitores, entre os quais se contavam os nomes mais representativos do Estado, que fizeram questão de assinar o manifesto em que foi lançada a sua candidatura. Apoiado por tôdas as correntes políticas, foi novamente o primeiro votado no pleito.

Na Câmara, estréia com um discurso que produziu grande sensação em todo o país, sôbre o problema do ensino, acompanhado de projeto também de sua lavra e que recebeu aplausos gerais no país e no estrangeiro. Ocupa-se do Código das Águas e da Lei de Minas, sendo eleito presidente das duas comis-

sões especialmente incumbidas de estudar êsses importantes assuntos.

Foi então escolhido para Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, onde se acentuou o seu apostolado em favor da lavoura. Designado representante nesta Capital da Associação Comercial da Bahia, grandes serviços prestou ao comércio do Estado e colaborou na fundação da Federação das Associações Comerciais do Brasil, onde, em 1913, pronunciou dois vibrantes discursos, um descrevendo a situação da política européia, que, pelos índices econômicos já se desenhava alarmante, outro contra as emissões do Tesouro destinadas a custear os gastos do governo, lançando em ambos o alarme das dificuldades que teríamos de arrostar. Declarada a Grande Guerra, escusou-se de continuar como representante do 1.º Distrito do seu Estado, sendo substituído pelo seu irmão Dr. Antonio Calmon, então prestigioso chefe político ali.

O que foi a sua ação durante a Guerra, assim o decreveu, em 1917 um dos nossos mais acatados publicistas:

“Miguel Calmon, antigo ministro, antigo parlamentar e senhor de uma mocidade ardente e vitoriosa, é um dos maiores professores de energia individual e de fé permanente nos destinos da Pátria.

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura — que é a maior expressão nacional das nossas possibilidades como orientação econômica e organização de trabalho — mentor de todos os grandes cometimentos patrióticos destes últimos anos: Liga de Defesa Nacional, Exposição Algodoeira e Conferência de Pecúria; político, no sentido mais intelectual e mais ático do termo, ainda acha tempo para dirigir sociedades de beneficência, aparecer, efetivamente, com o seu óbulo e o seu trabalho em santuários, como a Casa dos Expositos, onde cêrca de quinhentas crianças recebem, cõ mo seu sorriso paternal, a ação positiva da sua bondade. E é êsse fundo real de bondade, êsse interesse pelas cousas alheias, que se reflete em todos os atos de Miguel Calmon, que, derivados no escritor para a preocupação da pátria, nos dá um dos traços mais típicos de sua obra.

Não sei de outro pensador ou de outro político cuja vida seja uma ação mais harmoniosa e mais contínua em interesse do Brasil. As suas próprias conferências sôbre a Guerra Européia, e, dentre elas, e sôbre tôdas, cada página magistral de poder de evocação e de força descritiva, que é a sua palestra sôbre a Batalha do Marne (que fêz dêsse espírito um dos maiores aliados que o nosso país já conseguiu e encantava a alma

boa de José Verissimo) não são mais do que a apoteose do espírito latino e um esforço a mais para a nossa identificação com a causa tão ardentemente defendida pelo povo francês”.

Seria difícil citar por menor as iniciativas que teve em favor da produção e o seu concurso em defesa dos interesses econômicos do país nessa fase tão erçada de dificuldades. A sua ação — contra o monopólio do fumo, contra as restrições à liberdade do comércio de exportação, em relação aos transportes marítimos, contra o impôsto sôbre o açúcar, em favor da cultura do algodão, do milho e de outros cereais, do desenvolvimento da indústria pastoril, promovendo congressos e exposições, que alcançaram tão grande êxito — está na memória de todos.

Propugnando ardentemente pelo levantamento do nosso civismo, ao lado de Olavo Bilac e Pedro Lessa, fundou a Liga de Defesa Nacional, da qual até a sua morte foi Vice-Presidente.

Na Cruz Vermelha Brasileira, na Liga Pro-Saneamento e em instituições congêneres nunca regateou os seus préstimos.

De vários pontos do país a mocidade aclamava o Dr. Miguel Calmon seu paraninfo, o que lhe dava ensêjo de pronunciar discursos magistrals, como os de Ouro Preto e de São Salvador, que são programas de uma geração que se propõe realizar os grandes destinos do Brasil.

Duas de suas conferências, *As Lições da Guerra* e *As Promessas e os Resultados da Pedagogia Moderna* — pronunciadas em 1915, ecoaram profundamente em todo o país.

Terminada a Guerra, voltou à atividade política, sendo um dos chefes do movimento nacional em favor da candidatura Rui Barbosa à presidência da República. Foi uma campanha memorável, em que arriscou a própria vida, só por milagre escapando o Dr. Miguel Calmon de ser assassinado num dos *meetings* da Bahia.

Representou em 1919 a Cruz Vermelha Brasileira no importante congresso da Liga das Sociedades de Cruz Vermelha em Genebra, no qual foi eleito um dos dez governadores da Liga. Designado, por indicação da Academia de Letras, para reger a cadeira de estudos brasileiros em Lisboa, deixou de fazê-lo por motivo de grave enfermidade de que foi acometido na Europa.

Em 1921, novamente candidato a Deputado pelo primeiro Distrito da Bahia, em oposição ao Governo do Estado e ao Governo Federal, e solidário com o Conselheiro Rui Barbosa, conforme declarou em manifesto publicado

antes da eleição, foi eleito por mais de 12.000 votos, muito acima de todos os outros candidatos. Estreou na Câmara, nesse ano, censurando o Governo pela falta de providências em favor da produção nacional, sobretudo em relação ao cacau, e sugerindo várias medidas.

Eleito naquele ano Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, dedicou-se, com todo o ardor, na grave crise que sobreveiu à Guerra, à defesa dos interesses da produção e do comércio.

Apresentou o projeto de defesa do açúcar, depois convertido em lei, e colaborou em numerosos assuntos de ordem econômica e financeira.

Diante das ocorrências políticas que se sucederam e da atitude do governo que se tornou francamente favorável aos interesses da produção nacional, começou o Dr. Miguel Calmon a apoiá-lo, guardando, porém, a sua liberdade de ação.

Antes de se realizarem as eleições de 1.º de março, tendo recebido telegrama do então governador da Bahia, Cel. Frederico Costa, em que solicitava o seu apoio e o dos seus amigos em favor da candidatura do Dr. Nilo Peçanha, respondeu comunicando que, de acordo com a orientação do Conselheiro Rui Barbosa, os seus amigos sufragariam o nome de J. J. Seabra para Vice-Presidente, e de Artur da Silva Bernardes para Presidente, visto ter este aberto a questão da revisão constitucional.

Neste governo foi distinguido para ocupar a pasta da Agricultura. A sua ação nesse importante setor da alta administração foi das mais proveitosas.

Dai em diante a sua atitude política foi se firmando cada vez mais ao lado do governo, em defesa da ordem e das instituições.

O que foi a sua atuação nessa ocasião, quer na Câmara, como membro da comissão de finanças, quer na Sociedade Nacional de Agricultura, quer na organização dos Congressos Econômicos do Centenário e em vários assuntos de interesse para a vida agrícola e comercial, é escusado lembrar aqui.

Basta assinalar as homenagens que recebeu de todos os membros, estrangeiros e nacionais, da Conferência Internacional Algodoeira, de cujo grande êxito nos ficaram os melhores resultados práticos.

No Instituto Histórico, de que foi membro efetivo, realizou uma conferência sobre a Independência na Bahia, ao comemorar-se o centenário da Batalha de Pirajá.

As principais publicações do Dr. Miguel Calmon, foram as seguintes: "*Parecer sobre o Serviço de Águas*" (de colaboração) — Bahia, 1901; *Relatório sobre o Elevador Hydraulic*

*Lacerda*, Bahia, 1902; *Aplicações Industriais do Alcool*, Bahia, 1902; *A Mica sob o ponto de vista industrial*, Bahia, 1902; *Aproveitamento da energia solar*, Bahia, 1902; *Ensaio sobre a fadiga dos metais*, Bahia, 1903; *Relatório da Secretaria da Agricultura*, 2 vols., Bahia, 1903; *O Açúcar e o Alcool na Bahia*, Rio de Janeiro, 1903; *O Cacau* (estudos diversos), Bahia, 1903-1904; *Código Florestal*, Bahia, 1904; *L'Etat de Bahia*, Bahia, 1904; *O Ensino Agrícola na Bahia*, Recife, 1909; *Missão ao Oriente*, Rio de Janeiro, 1905-1906; *A Valorização do café*, Rio de Janeiro, 1906; *A produção e o comércio da borracha*, Rio de Janeiro, 1906; *Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1907; *Relatório do Ministério da Indústria Viação e Obras Públicas*, 3 vols., Rio de Janeiro, 1908; *Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas*, 4 vols., Rio de Janeiro, 1909; *Instrução Pública*, Rio de Janeiro, 1912; *Factos Econômicos*, (Livraria Francisco Alves), Rio de Janeiro, 1913; *Discurso em homenagem ao Dr. Lauro Müller*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913; *As lições da Grande Guerra* (Edição do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia), 1915; *As Promessas e os resultados da pedagogia moderna*, (Edição do Grêmio do Professorado da Bahia), 1915, 2.ª edição, Rio de Janeiro, 1916; *A Batalha do Marne*, Rio de Janeiro, 1915; *Discurso de recepção no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1916; *Relatório da Casa dos Expostos*, Rio de Janeiro, 1917; *Notas acerca da produção e do comércio do cacau*, Rio de Janeiro, 1917; *Discurso na colação de grau aos alunos da Escola de Minas de Ouro Preto*, Rio de Janeiro, 1918; *O Direito e a Política Nacional* (Discurso no Centro Operário da Bahia), 1919; *Ruy Barbosa e a Política Nacional* (Discurso na Associação dos Empregados no Comércio da Bahia), Bahia, 1919; *Ruy Barbosa e as classes conservadoras* (Discurso na Associação Comercial da Bahia), Bahia, 1920; *Tendências Nacionais e Influências Estrangeiras*, Bahia, 1922; *As cooperativas de crédito*, Rio, 1929; *O algodão e a solidariedade internacional*, Rio, 1935.

Em 1927 o Dr. Miguel Calmon foi eleito Senador federal pela Bahia, com extraordinária votação. Ocupou esse posto até a revolução de 30. O ano seguinte passou-o na Europa, de onde regressou em novembro. Prejudicava-se o seu estado de saúde, agravado com a morte, a curto intervalo, dos seus irmãos os Drs. Antonio Calmon e Francisco Marques de Góes Calmon.

Vítima da hipertensão arterial, faleceu a 25 de fevereiro de 1935, em sua residência à

Rua de São Clemente 284, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista.

“A Lavoura” órgão da Sociedade Nacional de Agricultura, dedicou um número especial (o de fevereiro de 1935) ao grande brasileiro que desde 1903 lhe emprestava, com dedicação e patriotismo inexcusáveis uma desvelada colaboração. A um dos pavilhões da Escola de Horticultura Wenceslão Belo foi dado o seu nome, fazendo-se também erguer, na praça fronteiriça à Escola, o busto em bronze do insigne baiano.

Até hoje, mantém a Sociedade, nas chapas de sua Diretoria, como homenagem excepcional, o nome do Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida como seu Presidente Perpétuo — título que lhe foi concedido em assembléa geral realizada em 1926.

#### DR. GEMINIANO LYRA CASTRO

(1923 - 1926)

O Dr. Geminiano Lyra Castro era filho legítimo do Capitão João Felipe Pereira de Castro e de D. Quiteria Carolina de Lyra Castro; nasceu a 8 de maio de 1863, na Fazenda Carmo, município e comarca de Igarapé-mirim. Fêz seu curso de humanidades em Belém, de onde seguiu para a capital da Bahia, matriculando-se na Escola de Medicina em março de 1883. Em 1886 veio para o Rio de Janeiro, onde completou o seu curso médico em 25 de dezembro de 1888. Em janeiro de 1889, chegou formado em Belém, onde iniciou sua clínica, entrando nesse mesmo ano para o corpo clínico do Hospital de Caridade. Em agosto de 1891, foi nomeado ajudante da Inspeção de Higiene do Estado, sendo em 18 de setembro de 1899 nomeado Inspetor da mesma repartição, cargo que exerceu até março de 1907, quando passou a dirigir o Hospício de Alienados, do qual pediu exoneração em 1908. Em 1894 foi eleito vogal do Conselho Municipal de Belém, mandato que ocupou até novembro de 1900, quando foi eleito Vice-Governador do Estado do Pará, sendo empossado em 1 de fevereiro de 1901. Foi Vice-Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belém, e depois, seu Provedor, durante três anos. Em 1 de dezembro de 1902 foi empossado no cargo de membro do Conselho Administrativo da Faculdade Livre de Direito do Pará, sendo nomeado lente substituto da cadeira de Medicina Legal em 1903. Em 1905 foi eleito senador estadual, e Presidente do Senado, em 11 de dezembro. Nesse cargo, foi reeleito nas legislaturas de 1906 e 1907. Em 30 de janeiro de 1909, foi eleito Deputado Federal pelo seu Estado. Empossado, em

maio, foi feito *leader* da bancada, membro da Comissão de Finanças em 10 de maio de 1910. Em março de 1912 retirou-se da política, voltando a ela em 1920, quando foi de novo eleito Deputado pelo Pará a 5 de novembro, reelegendo-se sucessivamente em 1921 e em 1924. Membro da Comissão de Agricultura, da qual foi vice-presidente, da Comissão de Finanças, cargo que deixou por ter sido eleito 2.º Vice-Presidente da Câmara Federal.

No Governo de Washington Luís, exerceu o cargo de Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio.

Como Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, que assumiu interinamente ao sair o Dr. Miguel Calmon para Ministro da Agricultura do Governo Bernardes em fins de 1922, e depois efetivamente em dois biênios (1923-1924 e 1925-1926, até 14 de outubro), teve destacada atuação em benefício da lavoura do país, continuando-a depois como ministro da Agricultura.

Ingressou no corpo social em 1916 e, em 1921, na presidência Calmon, foi eleito para o cargo de 1.º Vice-Presidente, justamente numa das fases de maior relêvo da vida da instituição.

Havia a Sociedade, a partir de 1916, saído de uma série de realizações decisivas para a nossa agricultura, dentre a quais a Primeira Conferência Nacional Algodoeira, com a primeira Exposição, anexa; a Primeira Exposição Nacional de Gado, a Primeira Conferência Nacional de Pecuária, a Segunda e Terceira Exposições Nacionais de Gado.

Nesses certames, a colaboração competente e dedicada do novo consócio, e o seu conhecimento dos nossos problemas rurais e econômicos, foram as credenciais que leveram Miguel Calmon a colocá-lo tão perto de si na administração da Sociedade. Esse conceito seria, pouco depois, confirmado na grande obra representada pelos congressos econômicos realizados pela Sociedade em comemoração ao Primeiro Centenário da Independência: a Primeira Conferência Internacional Algodoeira, o 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, o Primeiro Congresso Brasileiro de Química, o Primeiro Congresso Brasileiro de Carvão e outros Combustíveis Nacionais, e o Primeiro Congresso Nacional de Febre Aftosa.

Ainda não se haviam ultimado de todo os trabalhos de tão vastos empreendimentos e Miguel Calmon, chamado pelo Presidente Bernardes para a pasta da Produção, é substituído na presidência por Lyra Castro, que duas assembléas sucessivas confirmam na presidência por mais dois biênios.



**Dr. Geminiano Lyra Castro**

Sem se afastar das normas da mais rigorosa economia, sem prejudicar, antes acrescentando o patrimônio material da Sociedade, realizou o Dr. Lyra Castro obras de vulto, criou serviços e levou avante empreendimentos grandiosos.

O Hórto da Penha mereceu-lhe especial atenção, e nessa dependência, que ãle tinha na mais alta conta, introduziu uma série de melhoramentos, desde um perfeito abastecimento de água, à reforma dos edificios em que funcionavam as aulas do Aprendizado Agrícola; a construção de pavilhões novos, da seraria e respectivas instalações com maquinaria moderna, cocheiras, pocilga, alojamento de operários, galinheiros modelo, apiário, serviços de águas pluviais, de iluminação de cercas em tôda a área do Hórto.

Os serviços administrativos da Sociedade foram completamente remodelados e criados novos, como o fichário de Informações Econômicas; "A Lavoura" teve a sua feição material sensivelmente melhorada pelo aumento da renda da publicidade remunerada; o Museu Agrícola, a Biblioteca, o Serviço de Fornecimentos, a Secção de Consultas e Informações, culminando tôda essa renovação com a refor-

ma do Estatutos, ampliados em muitos pontos para melhor atender às novas exigências da administração.

Desenvolveu grande atividade na antiga campanha da Sociedade em prol do álcool-motor, tendo, afinal, como resultado dos inquéritos e experiências realizados, apresentado um substitutivo ao projeto do Deputado Joaquim Bandeira, autorizando o govêrno a emprestar aos produtores de açúcar e álcool até 70% dos capitais necessários à montagem do aparelhamento das fábricas. No seu substitutivo, contrariava êsse ponto de vista, oferecendo solução mais consentânea com a situação do país e com os interêsses da indústria.

Iniciou os preparativos para a organização da Quinta Exposição Nacional de Gado: comissão organizadora, regulamentos, programa, etc.. Uma agitação armada impediu o empreendimento.

Como consequência dessa agitação, manifestou-se, principalmente nos centros populosos, uma assustadora carência de produtos de alimentação. Reunindo produtores e consumidores, pelas suas diversas associações representativas, submeteu ao govêrno um plano para minorar a situação, e atender, de futuro, a situações semelhantes.

Enviou delegados a percorrer o Brasil, de norte a sul, em serviço de propaganda do espírito associativo e do crédito agrícola em base cooperativa. Ativou, por todos os meios, a idéia da criação da Confederação Rural Brasileira, reunindo delegações dos Estados, estabelecendo contacto permanente com as associações regionais e organizando modelos de estatutos, e sobretudo mantendo acêsa a idéia, pouco mais tarde realizada por Simões Lopes.

Debatendo-se no Congresso a questão da imigração, resolveu o Dr. Lyra Castro lançar, por todo o país, um grande inquérito, que, ultimado, viria a constituir a base de seu parecer a respeito do assunto, na Câmara. Êsse inquérito foi condensado num volume de mais de 400 páginas.

Levantou, no país, a questão da impropriedade do impôsto de renda na agricultura e nas indústrias extrativas, tendo reunido delegações de tôdas as associações, para estudo conjunto da matéria, do que resultou um longo e fundamental memorial ao Congresso.

Levou a efeito a Primeira Exposição Nacional de Leite e Derivados e a Primeira Conferência Nacional de Laticínios. Foram publicados os "Anais" desta.

Lançou a campanha pela regulamentação da profissão agrônômica, com o apôio de figuras representativas da classe. Uma comissão de que faziam parte os Srs. Victor Leivas,

Thomaz Coelho Filho e Arthur Torres Filho, emitiu um parecer, encaminhado ao Deputado Fidelis Reis, como parte da reforma do ensino agrônomo. Manifestou-se sobre os *Warrants* agrícolas, que mais tarde seriam regulados em decreto oriundo de projeto do antigo Presidente da Sociedade e então senador pela Bahia Miguel Calmon.

No Ministério da Agricultura, a sua gestão notabilizou-se por um grande número de realizações, que começaram pelo ajustamento da máquina administrativa, à qual deu o máximo de eficiência, escolhendo para tema de sua administração as questões que melhor atendiam às exigências da expansão da nossa economia no exterior.

“Deus nos deu — dizia êle — o destino de um patrimônio territorial tão vasto que, dentro dêle, há lugar para tudo. Quando se olha para o futuro, é isso um bem inestimável, porque nos autoriza a esperar que venhamos a produzir tôdas as variedades de riquezas; quando, porém, se encare o presente é preciso reconhecer que se não pode fazer tudo de uma vez e mal avisado andaria o administrador que se não mostrasse cauteloso na escolha dos caminhos mais oportunos”.

Esse conceito retrata bem a personalidade do saudoso homem público, o seu espírito equilibrado, atento e justo.

A pomicultura, principalmente a exportação de laranjas, merecia-lhe todos os cuidados, e pelo assunto demonstrou sempre um grande entusiasmo. Deve-se a êle a montagem, no país, das duas primeiras *packing-house*, ponto de partida para a nossa em tempo notável expansão na indústria citrícola.

“Tenho a convicção — afirmava — que a fruticultura dentro de poucos anos, entretará a coluna de nossos principais produtos. As condições favoráveis em que se apresenta são de tal natureza fortes, que ela se alastra de norte a sul numa verdadeira caudal de força irresistível, e dentro de duas décadas, no máximo, as frutas brasileiras ocuparão, na balança comercial do país, o lugar do mesmo destaque que hoje ocupa o café”.

A sericicultura, o algodão, as carnes e os óleos vegetais foram outras faces da nossa economia rural que tiveram do Ministro Lyra Castro os maiores cuidados.

O Dr. Lyra Castro, como se pode observar em seus relatórios, sempre deixou grandes saldos nos orçamentos da sua pasta. Deu-se no Ministério o que antes se dera na Sociedade. Esse traço do eminente e saudoso paulista, serve para caracterizar um administrador e merecer, por vêzes, o reparo daqueles que julgam dever-se consumir, sistematicamen-

te, as verbas orçamentárias. E' que o Dr. Lyra Castro administrava os dinheiros públicos com absoluta severidade, tendo, na sua aplicação, o mesmo escrúpulo que teria como se fôsem seus próprios. Não era um retrógrado. Media rigorosamente as despesas, cujas dotações somente seriam empregadas à medida dos resultados conseguidos.

O Dr. Geminiano Lyra Castro, que faleceu aos 10 de agosto de 1936, foi sepultado no Cemitério de São João Batista.

Depois de ter deixado o cargo de Presidente efetivo, a Sociedade Nacional de Agricultura distinguiu-o com o título de Presidente Honorário.

#### DR. AUGUSTO FERREIRA RAMOS

(1930 - 1931)

O Dr. Augusto Ferreira Ramos nasceu no Estado do Rio, município de Cantagalo, em 22 de agosto de 1860. Era filho do sr. Antônio Ferreira Ramos e de dona Emília Ferreira Ramos. Fêz os seus estudos secundários no antigo Colégio Iguaçu, e os superiores, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, recebendo o diploma de engenheiro civil, em 17 de março de 1882. Drigiu diversas fábricas no Rio, indo depois para São Paulo, como engenheiro-chefe e mais tarde diretor da Companhia Melhoramentos de São Paulo. Em 1894 foi nomeado professor da Escola Politécnica de São Paulo. Foi o inspirador do Convênio de Taubaté, de que resultou a concretização do seu plano para a primeira valorização do café, cuja situação de cultivo observou demoradamente em cada um dos países da América espanhola, produtores do café, por incumbência do então Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo — o dr. Carlos Botelho. Também, em estudo dos mercados cafeeiros e para obter, como obteve, o primeiro grande empréstimo contraído pelo Brasil, para a primeira valorização do café, esteve na Europa em comissão do govêrno do Estado de São Paulo.

Em 1903 no Congresso de Fazendeiros, de sua inspiração, propôs, para estabilizar o câmbio no Brasil, a criação da Caixa de Conversão, defendendo na imprensa esta idéia, que em 1906 foi finalmente adotada. Representando o Estado de São Paulo na Conferência Açucareira da Bahia e do Espírito Santo, e na de indústrias paulistas, de Campos, em 1911, em tôdas elas desempenhou papel de grande relêvo.

Como engenheiro, planejou e dirigiu várias obras de saneamento em diversos Estados, notadamente nas capitais do Paraná e do



Dr. Augusto Ferreira Ramos

Espírito Santo. Logo depois de formado trabalhou nas obras de retificação de trechos no Vale do Rio Paraíba, na Bahia. No Vale do Rio Itapemerim construiu, por conta do governo do Espírito Santo grandes instalações de uma usina hidro-elétrica e fábricas de cimento, papel e açúcar. Na mesma região construiu a primeira estrada de ferro elétrica do Brasil. Projetou e realizou a construção da linha aérea do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro. Remodelou a usina Cambaíba, de sua propriedade, em Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Como publicista, a sua obra foi copiosa e está representada em estudos originais sobre a produção brasileira e as mais importantes questões financeiras, especialmente as monetárias, estampados na imprensa diária do Rio e São Paulo. Escreveu o "*Café no Brasil e no Estrangeiro*", em 1923; "*Ensino Agrícola*", "*Indústria Cafeeira*" e "*A Questão Monetária*". Colaborou em vários jornais e revistas e dirigiu (1908) o "*Fazendeiro*".

Várias vezes foi vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Sociedade Nacional de Agricultura; presiden-

te da Câmara de Comércio Internacional do Brasil, fundada pelo sr. José Carlos Rodrigues, antigo diretor do "Jornal do Comércio"; membro da Comissão Executiva da Exposição do Primeiro Centenário da Independência do Brasil; presidente de várias comissões dos Congressos projetados e realizados para comemorar esse centenário; secretário geral e presidente interino da Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e Indústria; membro da Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura em Paris e da Sociedade de Engenheiros Civis da França.

Foi um homem de grande espírito público e notável dedicação aos interesses primordiais do Brasil. Muitos de seus estudos serviram de base à adoção de medidas governamentais posteriores, entre elas, a defesa da produção açucareira. Teve grande prestígio pessoal e manteve relações de amizade estreita com os destacados homens públicos de sua época, escusando-se, por vezes, de aceitar os mais elevados cargos políticos, inclusive os de deputado pelo Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, neste, por iniciativa dos usineiros campistas.

Por incumbência do Estado de São Paulo, acompanhou Clemenceau, quando de sua visita ao Brasil. O famoso estadista francês, no livro que publicou sobre essa visita, faz encomiásticas referências a Augusto Ramos.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1939. Pouco antes do seu falecimento, em sua homenagem, os funcionários e operários da Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar fizeram colocar o seu busto na praça existente no alto do Morro da Urca, no Rio de Janeiro.

Com o licenciamento do Presidente Ildefonso Simões Lopes, em fins de 1930, na qualidade de 1.º Vice-Presidente, assumiu a presidência da Sociedade Nacional de Agricultura, na qual ficou até 12 de Março de 1931.

#### DR. ILDEFONSO SIMÕES LOPES (1926-1944)

Nasceu o Dr. Ildefonso Simões Lopes em 19 de novembro de 1866 na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. Era filho do visconde da Graça, João Simões Lopes e de D. Zeferina da Luz Lopes.

Em 1891 casou com D. Clara Sampaio Simões Lopes, nascendo desse matrimônio os seguintes filhos: Alvaro, Nair, Ildefonso, Clara, Maritania, Moêma e Luiz.

Casou em segundas núpcias com D. Serafina Vieira de Castro Simões Lopes, no ano de 1915.

Foi educado no Colégio Abílio, no Rio de Janeiro, ao tempo do Barão de Macaúbas, tendo tirado os preparatórios de 1879-1884.

Matriculou-se no ano seguinte na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, concluindo o curso de engenharia civil em 1890.

Figurava entre os fundadores do Clube Abolicionista Sul Riograndense e, em 13 de maio de 1888, organizou, a pedido do Dr. André Rebouças, a vanguarda de cavalarianos do grande préstito cívico comemorativo dessa data nacional. Foi, com outros, fundador do Clube Republicano Riograndense e, ainda, do Centro Republicano da Escola Politécnica, achando-se na presidência de ambos, a 15 de novembro de 1889.

Seu ardor cívico e entusiasmo patriótico se fizeram sentir no seio da mocidade de sua época, pela imprensa e pela tribuna em tôdas as oportunidades.

Tomou parte no movimento revolucionário para a proclamação da República, passando tôda a noite da véspera do movimento aliciando os colegas das diversas Escolas Superiores e fazendo a ligação com a Escola Militar, em perfeito entendimento com os chefes da Revolução.

Esteve no Campo de Santana, destacado por Lauro Müller para uma comissão no Largo da Lapa.

Voltando ao Campo de Santana formou ao lado de alunos da Escola Superior de Guerra até o momento em que foi proclamada a República.

Foi um dos fundadores do Batalhão Acadêmico, organizado logo a seguir. Tomou armas no Arsenal de Guerra com os seus companheiros, seguindo para o Quartel General e fazendo parte da Guarnição de Metralhadoras.

A 18 de dezembro foi destacado com outros acadêmicos para retomarem o 2.º Regimento em S. Cristóvão, revoltado.

Aí permaneceu mais de 8 dias em serviço ativo dia e noite.

Depois de diplomado, tendo recusado cargos públicos que lhe foram, espontaneamente oferecidos pelo Marechal Deodoro da Fonseca, seu grande amigo e, mais tarde, padrinho de casamento, foi exercer a sua profissão nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, na construção da Estrada de Ferro Sorocabana, Muzambinho em Minas e Mogiana em São Paulo, linha da Ressaca a Santos.

Como empreiteiro da Mogiana, instituiu o sistema de pagamento às suas turmas, na medida do esforço pessoal do trabalhador. Avaliada a natureza do terreno, nos cortes, estabeleceu uma média de produção diária. O



Dr. Hldefonso Simões Lopes

trabalho produzido além dessa média, era pago às turmas em importâncias correspondentes à metade do excesso, método que deu os melhores resultados.

Trabalhou, depois, como engenheiro nas Obras Públicas do Estado do Rio, na presidência do Dr. José Thomaz de Porciúncula, como seu auxiliar de confiança. Regressando ao seu Estado natal, logo depois, foi o diretor do Abastecimento de Águas de Pelotas, membro de diretorias de diversas associações locais, entre elas, mordomo e provedor da Santa Casa de Misericórdia e do Tiro de Guerra 31, cujo polígono foi projeto e execução suas, e, ao mesmo tempo deputado à Assembléia Estadual durante 8 anos.

Como Diretor da Companhia Hidráulica Pelotense fez grandes reformas nos serviços e executou pela primeira vez, no Brasil, a desobstrução dos condutos d'água por um processo novo usado na Inglaterra.

Sobre este assunto realizou uma conferência no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, propondo novo coeficiente prático de sua própria sugestão para o cálculo da descarga dos encanamentos raspados pelo processo que empregou.

Filiado ao Partido Republicano Riograndense, chefiado pelo Dr. Julio de Castilhos, foi eleito, em 1906, deputado federal pelo Rio Grande do Sul.

Pertenceu, na Câmara, às Comissões de Agricultura, Viação e Obras Públicas, sendo relator de várias comissões mixtas especiais, como as de carvão, petróleo, etc. Apresentou na respectiva comissão, um projeto sobre carvão pulverizado, indicando ao Governo o seu uso, tendo sido o assunto mandado estudar na presidência do Dr. Wenceslão Braz pelo engenheiro Assis Ribeiro.

E' de sua autoria o primeiro projeto sobre a importação de adubos minerais para o país.

Entre outros muitos projetos que apresentou, na Câmara Federal, destacam-se os: sobre siderurgia, legislação sobre minas, demarcação das fronteiras terrestres e marítimas por processos expeditos e comissões mixtas de Militares e Cíveis, especialistas em mineralogia, botânica, etc.

A convite, em 1908, foi especialmente ao Rio Grande do Sul presidir o primeiro Congresso de Agricultura que se realizou na cidade de Pelotas.

Desejando dedicar-se à indústria, resignou, em 1908, o mandato de Deputado Federal para ir dirigir, em Pelotas, com dois de seus irmãos, a cultura do arroz, em larga escala, por processo mecânico-científico. Nessa ocasião foi fabricante de adubos fosfatados de farinha de ossos, com resíduos das xarqueadas circunvizinhas, indústria que fomentou com certa energia, indo duas vezes ao interior de São Paulo para incrementar o emprêgo desse produto, que teve naquele Estado grande aplicação.

Obsequiosamente, a pedido da União dos Criadores do Rio Grande do Sul, fez estudos e ante-projeto para o desaguadouro do excesso de águas da Lagôa Mirim para o Oceano, águas cujo nível prejudica a baixada riograndense em cerca de cem léguas de sesmaria.

Em 1913 foi novamente eleito pelo Rio Grande do Sul para a Câmara Federal.

Convidado pelo Presidente Dr. Epitácio Pessoa, ocupou a pasta da Agricultura, na organização do Ministério do Governo desse eminente brasileiro.

Na sua passagem pelo Ministério da Agricultura, as realizações mais importantes podem ser resumidas assim:

*Produção Mineral* — Visando o aproveitamento racional dos nossos minérios de ferro de manganês, de cobre e das cachoeiras para a produção de energia e o combustível neces-

sário às operações de siderurgia, etc., tudo fêz no sentido de ser encontrada solução eficiente e rápida. Em relação à exploração dos carbonatos, pedras coradas, etc., que representam avultadas somas para a economia do país, lembrou o fabrico do cimento com o aproveitamento das abundantes jazidas de matéria prima nacional; estudou o problema do carvão nacional, sob todos os seus aspectos, mostrando as providências que deviam constituir objeto de todos os governos bem orientados. Em relação aos depósitos de carvão existentes em vários pontos do País, sugeriu a sua exploração e aproveitamento sob várias formas, na indústria.

A questão do petróleo constituiu objeto de estudo e interesse da sua administração, autorizando se fizessem sondagens no território nacional. Lembrou a conveniência da destilação dos schistos oleíferos, com o intuito de obter combustível de valor para a indústria nacional. Visando a realização de estudos mais minuciosos sobre o carvão e chistos, etc., criou uma estação experimental de combustíveis e minérios. Daí lhe surgiu a idéia do aproveitamento do gazogênio nos veiculos, tendo sido realizadas várias experiências, nesse sentido. (1)

No estudo das forças hidráulicas, o seu plano de trabalho tinha em vista investigações econômicas de utilização da energia hidro-elétrica.

Outras questões relacionadas com a produção mineral foram examinadas, e sugeridas as providências que no momento se tornavam precisas para soluções futuras.

*Produção Vegetal.* No campo da produção vegetal, a sua atuação foi das mais proveitosas à economia brasileira. O ensino da agricultura prática e das indústrias rurais, ministradas por técnicos e especialistas, de fazenda em fazenda, muito contribuiu para melhoria dos processos empíricos até então dominantes.

O Serviço de Fomento Agrícola, organizado sob moldes os mais modernos, com sede em todos os Estados e circunscrições em todos os recantos do País, vinha contribuindo poderosamente para o fomento, defesa e reforma da agricultura, e seria hoje um departamento dos mais eficientes se reformas posteriores não houvessem restringido seu raio de ação ao envés de lhe proporcionar os recursos necessários para a sua expansão.

(1) Em 1936 pronunciou na Sociedade uma Conferência sobre o petróleo, recentemente publicada pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, por sugestão da comissão de homenagens à sua memória.

O fomento da fruticultura e sua racionalização por meio da distribuição de sementes puras e adaptáveis às várias regiões do país, a cooperação entre os agricultores, o serviço de Defesa Sanitária Vegetal, etc. contribuíram juntamente com outros elementos para melhorar as condições da agricultura.

A *experimentação agrícola*, por meio de Departamentos especializados, na sua administração muito fez para a obtenção de novos espécimes mais valiosos pelo seu maior rendimento cultural, riqueza, resistência às pragas, etc..

O *trigo* mereceu do ex-Ministro Simões Lopes estudos e cuidados especiais e, em mensagens ao Presidente da República mostrou a situação precária em que nos encontrávamos como produtores deste cereal e a necessidade urgente de se intensificar sob bases nacionais a sua cultura por toda parte onde se oferecessem condições favoráveis. Disse, então, que se não tratava de um privilégio dos climas frios e que o seu sucesso no país dependia, sobretudo, da seleção e adaptação das sementes e organização de Estações Experimentais e Campos de Multiplicação nas regiões mais adequadas.

Sobre o *café* apresentou uma soma elevada e valiosa de observações entre as quais a criação de uma Estação Experimental na sua maior região produtora.

Conhecendo de perto a importância do *algodão* na economia do país e o muito com que poderia concorrer para as vendas nacionais o fomento e o melhoramento do produto, colocou sua exploração sob a inspeção direta de uma Superintendência, onde com o concurso de técnicos e especialistas se estudavam e solucionavam todos os problemas relacionados com a sua cultura, resultando destas providências o aumento da produção e a melhoria dos tipos.

Fomentou a cultura e o aproveitamento de várias *fibras* nativas mandando proceder estudos especiais na Europa sobre *caroá* e outras, visando o seu aproveitamento na confecção de sacos e outros artigos de grande consumo no país e que eram importados em grande parte do estrangeiro.

O Serviço de *Estatística Agrícola e Avaliação de Safras* criado e organizado na sua administração, embora com pequenos recursos e pessoal deficiente, realizou trabalhos interessantes e, ainda hoje, constituem elementos valiosos para consulta dos estudiosos dos nossos problemas econômicos.

Como auxílio às *classes produtoras* fez intensa distribuição de sementes e mudas selecionadas aos interessados, instalou nas cir-



Os pulverizadores VERMOREL constituem o mais poderoso inimigo dos insetos daninhos e o mais prático meio de combatê-los. Seu uso fácil e econômico recomenda-o como o melhor.



AFAMADA MARCA  
FRANCESA-A VENDA  
EM TODO O BRASIL

PULVERIZADORES VERMOREL  
VERMOREL & CIA. LTDA.

Av. Nilo Peçanha, 151, s. 704 - Tel. 42-6495 - Rio de Janeiro

SINO

cunseriões agrícolas depósitos de máquinas e aparelhos para os trabalhos do campo, de adubos, inseticidas, etc., para venda pelo preço do custo.

No importante setor da *produção animal* sua atuação foi das mais benéficas.

Sabendo da existência no país de um rebanho dos mais numerosos do mundo mas dos menos aperfeiçoados, procurou, logo ao assumir a pasta da Agricultura, proporcionar à pecuária nacional os recursos de que carecia para a realização das reformas que se tornavam urgentes.

Restabeleceu a *Secção de Zootecnia* do Serviço de Indústria Pastoral, proporcionando-lhe os recursos materiais que lhe permitia o orçamento vigente afim de poder realizar com mais eficiência os trabalhos a seu cargo.

Assim, iniciou vários estudos visando a defesa e melhor aproveitamento dos nossos *recursos forrageiros*. Adquiriu grande número de reprodutores puro sangue das raças européias e asiáticas para distribuir entre os Postos Zootécnicos e Estações de Monta, para o melhoramento do gado bovino por cruzamento e hibridação.

Reprodutores de outras espécies foram importados e distribuídos entre os departamentos pastoris então existentes.

Reorganizou o Serviço de *Defesa Sanitária Animal* de modo a poder atender às exigências sempre crescentes dos criadores nacionais.

A defesa e seleção dos nossos espécimes crioulos, principalmente equinos, foi objeto de recomendações especiais junto à Diretoria do Serviço de Indústria Animal.

Instituiu o *Registo Genealógico* para inscrição gratuita dos animais e procedeu nos Postos Zootécnicos às reformas que se faziam necessárias.

A reforma das *xarqueadas* e a organização de frigoríficos modelos foram objeto de cuidadosos estudos na sua administração e medidas visando dotar a indústria das carnes destes elementos foram então sugeridas.

Conseguiu verbas especiais para importação de reprodutores puro sangue de várias espécies, cedendo-os aos criadores pelo preço de custo.

Finalmente, no setor da produção animal realizou tôdas as reformas possíveis e criou os serviços que lhe permitam as dotações orçamentárias.

Organizou o Serviço de *Crédito Rural* e do *Cooperativismo*, por meio de instituições idôneas distribuídas por todos os recantos do território brasileiro.

O *ensino agro-pecuário* em tôdas as suas modalidades, foi também estudado com cari-

nho durante sua administração. Assim, reformou e deu melhor aparelhamento à Escola Superior de Agricultura, criou os cursos práticos de Agricultura, aparelhou os Patronatos e Aprendizados então existentes.

E, em relatório ao Presidente da República, dizia — “Temos para nós que a organização do *Serviço de Pesca* e a localização dos Núcleos Agrícolas nas fraldas das montanhas circunvizinhas virão debelar o grande mal presente antes que a baixada fluminense uma vez saneada, possa fartamente alimentar a vida urbana da nossa capital”.

O problema do aproveitamento das *águas do São Francisco* para irrigações das zonas semi-áridas do Nordeste e o da cultura sêca, onde não fôsse possível aquela providência foi estudado com interesse na sua administração e para iniciarem trabalhos experimentais neste sentido foram contratados especialistas estrangeiros de reconhecida competência.

Homem do partido, desde a crise política de 1922, retirou-se do Ministério para ficar com os seus correligionários.

A convite do Presidente Epitácio Pessoa de quem ficou grande amigo, fêz parte da comissão de obras do Nordeste, na companhia do General Cândido Rondon e do Dr. Paulo de Moraes Barros, apresentando sôbre o trabalho desta comissão dois volumosos relatórios com importantes indicações sôbre as obras ciclópicas de portos, grande, média e pequena açudagem; estradas de rodagem e de ferro, após viagem e inspeção, por mais de quarenta dias, percorrendo cêrca de seis mil quilômetros, a expensas próprias.

Voltando à Câmara Federal tornou a ocupar lugares em várias comissões, apresentando por essa época longo parecer sôbre exploração do petróleo no Brasil.

Presidente da comissão mixta eleita para tratar desse assunto, na Câmara, compareceu com seus colegas perante o Presidente Sr. Dr. Washington Luis para pedir-lhe o apôio para o projeto de que fôra relator e referente às jazidas de petróleo, disputando a verba de dez mil contos de réis para aquisição de sondas e custeio dos serviços relativos à prospeção dessa riqueza nacional.

Fêz parte da Comissão Diretora da Aliança Liberal, como seu vice-presidente em exercício até as portas da Revolução de 1930, chefiada pelo Sr. Dr. Getúlio Vargas, a cujo Estado Maior pertenceu, na vinda de Pôrto Alegre até o Rio.

Após a vitória da Revolução foi eleito diretor do Banco do Brasil, onde permaneceu até a sua morte.

Continuando sempre preocupado com a causa pública manifestou, em meticoloso trabalho escrito, suas idéias contrárias à queima do café, após estudos de laboratório realizados pelo professor Sr. Antônio Barreto.

Demonstrou, nas cidades de Niterói e Santos a possibilidade da iluminação pública por gás extraído do café, além do aproveitamento dos sub-produtos, inclusive combustível pela confecção de briquetes, para mistura com o carvão nacional.

A cidade de Niterói esteve 60 dias iluminada por êsse processo, com ótimo resultado.

Ainda fêz duas conferências sôbre petróleo, uma na sua cidade natal e outra nesta Capital, ambas amplamente divulgadas.

Com o espírito sempre voltado para os problemas administrativos, apresentou ao Sr. Presidente Getúlio Vargas interessante estudo, preconizando o aproveitamento do rio Paraíba para o abastecimento d'agua ao Rio de Janeiro. Nesse plano visava-se, ainda, a utilização da energia elétrica disponível (especialmente para atender as necessidades da E. F. Central do Brasil), a irrigação e a drenagem de uma vasta área em tórno da Capital Federal.

Ultimamente, manteve com o Govêrno de Minas Gerais curiosa correspondência, a propósito da localização de um hotel que o Estado estava construindo em Araxá, que considerava inconveniente, em face de estudos modernos, referentes às possíveis influências malélicas das correntes subterrâneas em determinadas condições. Seu ponto de vista teve o apóio integral de uma grande autoridade na matéria, o prof. Henry Majer, presidente da Sociedade Radio-física de França.

Faleceu o dr. Simões Lopes a 4 de dezembro de 1944, realizando-se o seu enterro no Cemitério de São João Batista.

Contava 77 anos de idade. Deixou viuva a sra. Serafina Vieira de Castro Simões Lopes e filhos os srs. Alvaro Simões, diretor do Serviço de Farinhas, do Ministério da Agricultura, Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; as Sras. Clara Simões Lopes Sampaio e Senhorinha Noêmia Simões Lopes.

Entre outras muitas associações a que pertencia, contam-se o Clube de Engenharia e a Sociedade Nacional de Agricultura, para a qual foi eleito Presidente em 1926, e na qual permaneceu até a sua morte. A partir de 1930, licenciou-se, passando a presidência ao Dr. Arthur Torres Filho, dados os seus absorventes afazeres como diretor do Banco do Brasil. Durante esses longos anos, porém, nunca deixou de assistir com seu apóio e desvelada co-operação, a velha Sociedade, a que muito pre-

zava e à qual deu, sobretudo nos dois primeiros biênios, uma colaboração efetiva das mais proveitosas. Foi por essa ocasião que conseguiu fundar a Confederação Rural Brasileira.

Aprendizado da Penha na atual Escola de Horticultura Wencesláo Bello.

#### DR. ARTHUR EUGENIO MAGARINOS TORRES FILHO

(1931-1944, e 1945-6)

Agrônomo, diplomado pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba; ex-inspetor agrícola federal nos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro; organizador e diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura, cargo que exerceu durante doze anos; ex-diretor da Diretoria de Organização e Defesa da Produção; organizador e ex-diretor do Serviço de Economia Rural; professor catedrático da Escola Nacional de Agronomia; atualmente Reitor da Universidade Rural; além desses cargos, tem exercido várias comissões no país e no estrangeiro, destacando-se, dentre elas: examinador em concurso, da maioria do corpo técnico do Ministério; em diversas administrações e, ultimamente, no Departamento Administrativo do Serviço Público, representante do Brasil no Instituto Internacional de Agricultura de Roma, tendo sido escolhido para membro do Conselho Internacional Científico daquele Instituto; delegado do Brasil à Conferência Econômica de Montevideo (1931); assessor técnico da Delegação do Brasil, presidido pelo Ministro Melo Franco, à VII Conferência Internacional Americana reunida em Montevideo (1933); membro da Comitativa Presidencial na visita oficial à República Argentina, em 1935 e Delegado Plenipotenciário do Brasil à V Conferência Comercial de Buenos Aires; Delegado Técnico do Brasil, a pedido do Govêrno do Paraguai, para estabelecer o programa de reconstrução econômica daquele país em seguida à Guerra do Chaco; Presidente em exercício da presidência da Sociedade Nacional de Agricultura há longos anos; presidente da Comissão inter-ministerial que estabeleceu o plano de colonização do Nordeste (1932); presidente da comissão inter-ministerial que elaborou o projeto de decreto-lei sôbre o aproveitamento sistemático das terras irrigáveis do Nordeste (1940); presidente da Comissão interministerial para o estudo de sindicalização rural; membro do Conselho Federal de Comércio Exterior desde a sua fundação, como representante das classes rurais; membro da Co-

missão de Estudos da Segurança Nacional; membro da Comissão Constitucional de Estudos para a Mudança da Capital; foi distinguido pelo Governo com a medalha comemorativa do cincoentenário da fundação da República.

Em 1941 foi presidente da Comissão interministerial de sindicalização rural, cujos trabalhos se acham publicados no número especial de "A Lavoura", de abril-junho de 1943, presidindo no momento a Comissão de Organização Rural (D. L. n.º 2.127, de 24/10/1945).

Foi até há pouco diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização do Ministério da Agricultura.

É autor dos seguintes estudos principais relacionados com a profissão e cargos exercidos:

*O Estado do Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico* (obra completa sobre o Estado, com 493 páginas, publicada em 1913); *Ensinamentos de Agricultura Prática* (obra de acôrdo com os processos de agronomia e o programa de ensino das escolas, com 301 páginas de texto, publicada em 1919); *A cultura da cana e a indústria açucareira de Campos* (conferência pronunciada na Sociedade Nacional de Agricultura em 1919, com 154 páginas, contendo estudos experimentais e dados sobre a cultura da cana e a indústria açucareira no Estado do Rio); *Aspectos da economia rural brasileira* (obra de 988 páginas organizada pelo Fomento Agrícola Nacional sob sua direção e contendo uma introdução de sua lavra, 1922), *Circulação dos produtos agrícolas e custo de vida no Brasil* (trabalho com 520 páginas, organizado pelo Fomento Agrícola sob sua direção); *El desarrollo de la agricultura en el Brasil* (obra saída do suplemento de "Lá Nación", dedicada ao Primeiro Centenário da Independência do Brasil — Buenos Aires, 1922); (com 182 páginas, estudando a organização do ensino agrícola nos principais países e no Brasil, propondo sua reforma e reorganização entre nós, 1926); *Consideration sur la fertilité des terres brésiliennes* (tese apresentada e aprovada pelo Instituto Internacional de Agricultura de Roma, 1927); *Bosquejos da História Econômica do Brasil* (tese apresentada ao II Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1931, e aprovada pelo mesmo); *O Ministério da Agricultura e o Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas*, relatórios como Diretor do Fomento Agrícola Federal (de 1921 a 1930, compreendendo estudos próprios e traduzindo a sua orientação profissional em questões de economia agrícola brasileira); *Expansão Econômica Brasileira (Organização Interna — Si-*



Dr. Arthur Eugênio Magarinos Torres Filho

*tuação Internacional*), obra de 489 páginas, versando temas de atualidade econômica, financeira, social e agrícola, em relação à economia brasileira e à atual crise mundial.

É o dr. Arthur Torres Filho natural de Campos, onde nasceu a 16 de Janeiro de 1889, filho do agricultor Arthur Eugênio Magarinos Torres e de sua mulher D. Mariana Eugênia de Mello Torres.

Desde 1931, tendo sido eleito 1.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, exerceu o presidência da instituição, assumindo efetivamente esse cargo a partir de 4 de dezembro de 1944. Em 25 de Janeiro do ano seguinte foi eleito Presidente efetivo, para o biênio 1945-46.

Sob a sua direção tem a Sociedade passado por duros golpes, como o incêndio de 1943, mas, por outro lado, obtido largos triunfos, como a criação da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, a organização de várias "Semanas do Leite", da II Conferência Nacional de Pecuária e, ainda recentemente, a obtenção do terreno e dos meios financeiros necessários à construção da "Casa da Agricultura".

## O RELATORIO DA FARESP

A FARESP — Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo — entidade central que congrega associações regionais de agricultores, acaba de distribuir o relatório anual de 1946, trazendo um resumo de suas atividades no primeiro ano de vida.

A sua leitura revela que nenhum acontecimento ligado aos interesses da lavoura e da pecuária escapou à participação dessa entidade, quer através de sugestões para regulamentações oficiais — como no caso de fornecimento de leite, preços de novilhos e outros mais — quer defendendo os direitos dos associados — como ocorreu na extinção do D. N. C., na reversão dos lucros da venda de algodão do Governo e interpretação do Plano de Emergência. A FARESP atuou ainda na solução de graves problemas de suprimentos de produtos para os agricultores, promovendo a importação e venda de arame farpado, grampos para cercas, sal, enxadas, farelos, tecidos populares, etc.; organizou uma dezena de comissões técnicas, nas quais os assuntos rurais eram debatidos, permitindo-lhe assentar seus pontos de vista nos resultados de estudos feitos por elementos da lavoura, seus verdadeiros interessados; instituiu bolsa de estudos para estudantes de agronomia (ao que nos consta a primeira no gênero oferecida por associação rural) e muita coisa mais executou, todas relatadas e comentadas com uma franqueza que nem sempre se encontra em tais prestações de contas.

Esse relatório nos oferece oportunidade para uma apreciação que não só colhido diretamente em suas páginas, mas através ainda da atuação que vem tendo como órgão central associativo. Podemos considerar o associativismo que a FARESP promove e estimula como uma verdadeira etapa no desenvolvimento da agricultura paulista. Os agricultores não mais se deixam dirigir por entidades já envelhecidas na prática de uma política agrícola que não dá resultados, preferindo participar diretamente na solução dos problemas que lhes dizem respeito, agregando-se em associações regionais, representadas pela federação. Isso constitui um novo estágio da agri-

cultura paulista que será precursor de muitas conquistas. Nas associações rurais, por exemplo, poderão surgir grandes cooperativas, formadas por elementos já disciplinados no associativismo, ao invés de agirem como agora, quando são elas organizadas sem o indispensável preparo. Num futuro que não deve estar distante, das associações municipais poderão sair os novos líderes da lavoura, que virão defender com conhecimento da causa seus muitos direitos, mais do que aqueles, até então defendidos por uma aristocracia rural que quase só cuida de interesses próprios.

A FARESP está abrindo uma grande picada, desbravando um emaranhado de intermediários que tem impedido ao agricultor chegar, êle mesmo, até onde possa sua própria voz ser ouvida e impostos os seus direitos — S. G. E.

(Transcrito do "Diário de São Paulo", de 9-2-947). (M. R., 024-7).

# HIME

Comercio e Industria S. A.

**Rua Teófilo Otoni, 52**  
**Rio de Janeiro**

(ESQUINA DA RUA DA QUITANDA)



CAIXA POSTAL, 593 — End. Telegráfico:

FERRO — Fone: 23-1741

FABRICANTES — IMPORTADORES —  
EXPORTADORES

DEPÓSITO DE FERRO, AÇO E  
METAIS

RUA SACADURA CABRAL, 108 A 112

Telefones: 43-6282 e 43-0396

# O Papel da Água na Produção Agrícola

O. MENDES

A água é o supremo elemento que rege a vida, em todas as suas manifestações, considerando que, desde o homem ao humilde verme e a imperceptível bactéria, da árvore gigantesca que impressiona com a magestade do seu porte aos likens que na superfície das rochas insoladas espalham a sua organização rudimentar, sem a água não existiriam.

Onde falta a água no solo e na atmosfera, falta a vida, impera o deserto, a desolação e a miséria, da mesma sorte que a sua escassez origina os seres raquíticos e desmembrados que caracterizam as zonas áridas.

Com recolhimento e o respeito mais profundo contemplamos a vastidão dos oceanos, a grandeza dos rios, a imponência das cataratas, o fragor das chuvas, a divagação das enchentes na sua magestade destruidora.

A água cobre 2/3 da superfície do globo terrestre, com um volume incalculável, uma vez que as sondagens até agora efetuadas atingiram a uma profundidade de 8.513 m., no oceano Pacífico, nas proximidades do arquipélago das carolinas.

Os mares, pelo efeito da evaporação, lançam na atmosfera um grande volume de vapor d'água, que em pequeníssimas vesículas, forma as nuvens, e por condensação volta à terra sob a forma de chuvas, que é sempre mais abundante nas regiões costeiras. Essas nuvens são trazidas pelos ventos e a abundância das chuvas, é tanto maior quanto mais vasta é a superfície líquida por elles percorrida.

Teoricamente, o volume de um aguaceiro é dividido em quatro partes, uma que é logo devolvida à atmosfera por evaporação, outra que é retida pelas partes aéreas dos vegetais e pela manta-coberta morta que cobre o solo, a terceira que se infiltra, geralmente a mais aproveitada, e a quarta que se escoia pelos declives, para os pontos mais baixos. A água circulante nas camadas do solo, satura-se do ácido carbonico proveniente de fermentações que aí se operam, e age como dissolvente das substâncias minerais e orgânicas, das quais impregna-se, constituindo assim a *setva*

*bruta* que, através dos pelos radiculares, penetra no organismo vegetal, subindo até às folhas, onde por clorovaporização. A água encontra-se em todos os tecidos vegetais, atingindo em muitos casos a 90 e 95% do seu peso, e desde o fenómeno da germinação, rege todos os atos da vida vegetal; favorece o trabalho e a proliferação das bactérias nitrificadoras do sólo, promovendo todas as ações e reações, donde resultam desdobramentos que tornam solúveis os elementos indispensáveis à nutrição vegetal. Tais elementos ligados por electrolise aos compostos do silício, originam os *ions*, que veiculados pela água, passam do solo para a economia vegetal, onde formam as substâncias proteicas e albuminoides. A fertilidade do solo está talvez mais ligada ao seu provimento em água, do que em adubos, porquanto sem a presença daquela, estes teriam ação nula, como observa-se na produção das terras áridas.

Pelo emprego da adubação química e orgânica animal e vegetal, das lavras profundas, superficiais, crêspas ou pulverizadas, do alqueire, etc., as terras podem ser afeiçoadas às exigências culturais, condicionados porém todos os sistemas de cultivo, às ações e reações físico-mecânicas, físico-químicas e químico-biológicas, promovidas pela água, cujo volume é estimado na razão de 300 a 400 quilos para a formação de cada quilo de matéria seca.

Risler, concluiu dos seus estudos e observações, que o consumo de água, por hectare de terra cultivada varia segundo o ciclo vegetativo e a espécie da folha explorada, avaliando: em 3042 quilos para o trigo; 1595 quilos para o centeio; 3384 quilos para a aveia; 2145 quilos para as favas e 1695 quilos para as ervilhas. Haberlandt, calculou para a formação de cada quilo de matéria seca a seguinte quantidade de água: trigo 234 quilos; centeio 455 quilos; cevada 247 quilos; fava 283 quilos; ervilha 273 quilos. Podendo-se destarte apreciar a variação de intensidade do consumo por espécie. Quanto à relação é constante em determinadas plantas, toma a designação de *consumo aquoso unitário*.

A afluência da água no solo procede das chuvas, da irrigação, e do lençol aquífero subterrâneo; a sua afluência, está ligada à capacidade de evaporação das plantas, ao clima, à constituição agrológica, à permeabilidade, exposição e altitude do terreno. A unidade da camada ativa do solo, é equilibrada e regulada fisicamente pela *capilaridade* e pela *tensão superficial*, sob cuja ação a água envolve as partículas terrosas de uma tunica finíssima ou lamina, que tem o nome de *veu d'água* e se comunica de partícula em partícula, à medida que as reservas superficiais se esgotam mantendo assim um grau uniforme de uni-

dade. Segundo Barola, a *tensão superficial* sofre a influência de certos adubos, sendo estimulada pelos de composição química e moderada pelos orgânicos, de origem animal.

Apreciando assim, embora em ligeiros reparos a importância da água na agricultura, infere-se que todas as práticas deverão ser adotadas para que o solo agrícola receba o maior volume possível de tão precioso elemento e o armazene do melhor modo para garantir o êxito da exploração, retribuindo com colheitas abundantes e produtos de primeira qualidade os esforços do agricultor.



Falta a  
"OUTRA PARTE"

...quando **MALZBIER da BRAHMA**  
falta às suas refeições!



Não há dúvida! Malzbier da Brahma é sempre a indispensável e saborosa "outra parte" das refeições. E que grande falta ela faz quando a mesa carece de algum alimento básico!... Porque Malzbier da Brahma completa e equilibra qualquer refeição. Rica em malte e levemente doce, Malzbier da Brahma é a cerveja que aumenta o poder nutritivo do seu lanche, almoço ou jantar. Não deixe, pois, faltar em sua mesa a deliciosa e energética "outra parte" da sua refeição... a Malzbier da Brahma.



**COMPLETA E  
EQUILIBRA  
suas refeições**

EM-1

Record

PRODUTO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA SOCIEDADE ANÔNIMA BRASILEIRA - RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - CURITIBA - PORTO ALEGRE

# Desorganização do Comércio Para o Aproveitamento da Esquerda

O ABATEDOURO MODELO S. A. (BRASILAVES) DEFENDE-SE E ACUSA

— QUEIXA CRIME APRESENTADA À JUSTIÇA PELO DIRETOR-  
TESOUREIRO DAQUELA EMPRESA

Acaba de dar entrada em Julzo a seguinte queixa-crime, assinada pelo advogado Dalmo Esteves de Almeida, como patrono do comerciante e industrial João Francisco Gomes Puga, diretor-tesoureiro do Abatedouro Modelo Brasil S. A. (Brasilaves):

"Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Criminal. João Francisco Gomes Puga, português, casado, comerciante, diretor-tesoureiro do Abatedouro Modelo Brasil S. A. (BRASILAVES), residente à rua Barata Ribeiro n.º 402, apartamento 202, por seu advogado infra-assinado, vem apresentar queixa-crime contra OSWALDO COSTA e REYNALDO REIS, diretor e gerente, responsáveis pelo jornal "Diretrizes", com fundamento no artigo 14 do decreto 24.776, de 14 de julho de 1934 (Lei de Imprensa) e pelos fatos e razões que se seguem:

1) Sem motivo justificado, pois o querelante nenhuma relação comercial mantém ou manteve com o jornal "Diretrizes", ou particular, com pessoa que nele trabalhe, no dia 1.º de março corrente, foi objeto de violenta e pessoal campanha, onde lhe é atribuído dirigir um "trust", no qual é o testa de ferro de certos hoteleiros multimilionários, que pratica irregularidades em detrimento do povo, entre as quais aponta de forma incisiva:

a) provocar a elevação do preço dos ovos, aves e animais de pequeno porte;

b) ter conseguido dos Ministros Teodureto de Camargo e Filadelfo de Azevedo, a extinção da "fiscalização" dos ovos;

c) vender ovos com dois terços de podres a vinte cruzados a dúzia;

d) comprar os Matadouros Mar e Terra, outro em Olaria, e três ou quatro em Niterói, com o intuito único de fechá-los, conforme denúncia de funcionários da Prefeitura do Distrito Federal;

e) adquirir no interior, ovos à razão de Cr\$ 6,50 a dúzia e galinhas a Cr\$ 7,00, para serem vendidos a Cr\$ 24,00 e Cr\$ 18,00 o quillo, respectivamente.

2) Atendendo se tratar de acusações infamantes, rápida foi a repulsa do querelante, preferindo, porém, não dar outra importância à publicidade a fim de evitar questões. Eis, que, no dia 7 voltou o matutino ao ataque, estribado nos mesmos argumentos e reafirmando a aquisição de vários negócios de aves e ovos, entre eles o Matadouro Nazaré, de propriedade do Comandante Lucena, visando o imediato fechamento dos postos de Niterói e Rio.

E mais, sem qualquer parcela de escrúpulo, não trepida em declarar "corre a notícia", de que, um dos Diretores da Brasilaves, desconfiado de uma apresentação a ser entregue ao Presidente da República, que provocará grande escândalo público e a imediata prisão dos audaciosos transgressores da lei de repressão aos "trusts" resolveu desligar-se do negócio, tendo exigido seus capitais. Ficando em campo apenas o estrangeiro Puga, que manobra com certos donos de hotéis que compõem a comandita contra o povo.

3) Providenciava então o querelante as medidas necessárias ao acautelamento do patrimônio econômi-

co do Abatedouro e do seu patrimônio moral, quando no dia 12 do corrente, nova investida sob o título "Greve dos donos do Mercado", o acusa de mandar ordens às agências do interior para protestar contra o congelamento dos preços.

4) Precipualemente, merece ser esclarecido a V. Excia. que o Abatedouro Modelo Brasil S. A. não constitui um "trust". Não pode existir monopólio onde não existe privilégio, onde é livre o exercício da profissão na qual trabalham mais de 200 comerciantes (doc.).

5) Por outro lado, o Abatedouro é constituído por mais de 600 acionistas e dele fazem parte, sem distinção, produtores e consumidores. Os lucros são divididos proporcionalmente ao capital e ao trabalho, em um regime eminentemente coletivo (doc.).

6) Não se trata, tão pouco, de uma sociedade com apurações fabulosas de lucro. Com um movimento, no exercício de 1946 de Cr\$ 93.129.161,60 houve líquido Cr\$ 3.289.879,16. E, desse lucro Cr\$ 430.380,70 serão distribuídos aos empregados e ao capital o juro de 6% acrescido de mais 20% do montante do líquido. Aos produtores como retorno Cr\$ 215.190,40 na base dos fornecimentos e aos consumidores Cr\$ 430.380,70 (doc.).

7) Quanto à alegada compra dos matadouros Nazaré, é sem dúvida uma das muitas inverdades assacadas. Esses Matadouros continuam na propriedade plena do Comandante Lucena e demais sócios da Sociedade, e seus postos estão em normal funcionamento. Aos demais, não existe qualquer ligação entre esses Abatedouros, seus dirigentes e acionistas, e não ser aquelas comerciais e inerentes ao negócio.

8) Desde que iniciou o seu funcionamento, o Abatedouro Modelo Brasil S. A., não fechou estabelecimentos, muito pelo contrário, tem ampliado os existentes. E ainda agora, apressa a instalação de mais dois no Mercado Municipal.

9) Com referência a extinção, fiscalização, ou corretamente dizendo, da classificação, oficial dos ovos, nenhuma interferência podia ter o Abatedouro, e muito menos o querelante, na questão. A medida foi tomada depois de debates e estudos técnicos, em inquérito regular, pelo então Ministro da Agricultura, Dr. Teodureto Camargo, cuja autoridade e conhecimentos especializados o elevaram a Diretor do Instituto de Campinas, cabendo ao comércio o acatamento de tal decisão, como lhe competia.

10) A questão dos preços dos ovos, é matéria de sobejo conhecida. A época é de escassez e só em julho, ao se iniciar a postura, teremos princípio de abundância e consequente baixa. Nos anos anteriores observou-se o mesmo fenômeno e ele se repetirá até que tenhamos produção farta e frigoríficos capazes de armazenar quantidade suficiente para o equilíbrio da distribuição. O preço máximo de venda nos varejos do Abatedouro foi de Cr\$ 14,00 e nos postos dos Mercadinhos Municipais Cr\$ 12,00. Isto e embora, as aves e os ovos venham suprimindo a falta de quase todos os demais gêneros alimentícios, elevando o consumo do Distrito Federal para 50.000

dúzias de ovos e 30.000 quilos de carne de aves, diariamente. Ainda assim, foram esses os produtos que melhor atenderam o mercado e computando-se os preços atuais com os dos anos anteriores, verificaremos que não houve excesso ou absurdo de preços. Cumpre ainda assinalar a V. Excia. que, há seis meses passados, sem tabelamento ou imposição oficial, a Brasilaves vendeu ovos a Cr\$ 7,40 a dúzia.

11) Quanto à propalada retirada do Diretor-Presidente Antonio Gerk Sobrinho, a carta inclusa é desmentido suficiente. Esse administrador acha-se no momento em Itaperuna — Estado do Rio, onde foi instalada mais uma agência. A repercussão dessa tendenciosa notícia já alcançou em parte o objetivo esperado (doc.).

12) Mediante a alegação de escassez de farelo e farelinho, além do custo do milho e das utilidades, que também é adquirida pelo agricultor, o preço do ovo, nesta época, alcança em média Cr\$ 10,00 a dúzia. Acrescenta-se a percentagem obrigatória de 10% ao agente; as avarias e as quebras mais 10%; o frete, o imposto e o retorno do vasilhame 15% e teremos um total de Cr\$ 13,50 o custo de uma dúzia de ovos. E não se trata de simples argumento, pois as notas inclusas oferecem prova suficiente, além das verificações que V. Excia. poderá mandar proceder.

13) De qualquer forma, é de causar espécie a campanha graciosa e extemporânea encetada pelo matutino "Diretrizes", e o querelante só pode atribuí-la, tendo em vista 2 objetivos:

a) desorganização do comércio para o aproveitamento da esquerda;

b) matéria paga, orientada por indivíduos invejosos e sem coragem moral para enfrentar e assumir responsabilidades.

14) O que é indiscutível porerá, é a responsabilidade penal dos querelados, ex-vi do disposto no

artigo 27 da Lei de Imprensa. Responsabilidade tanto maior quanto tem sido uma campanha sistemática contra o comércio, talvez o menos culpado pela situação econômica atual. Nenhum auxílio financeiro ou técnico é prestado ao agricultor; raro e péssimo o transporte; os gêneros perecíveis vendidos a preços disparatados, elevados ao excesso em certas épocas e baixos por demais em outras. No entretanto, sem o menor escrúpulo, é desviada a atenção do povo para o comércio sem um estudo honesto dos verdadeiros fatores do encarecimento da vida e onde sejam abordados os preços e condições do interior.

15) Por tôdas essas razões e provas, atacado injustamente, podendo refletir essa atitude na economia de mais de 600 associados, 500 empregados e na própria população que tem no Abatedouro o seu principal abastecedor de aves e ovos, requer o querelante a presente queixa-crime, nos termos do art. 43 da Lei de Imprensa, a fim de que os querelados cu se retraem, reconhecendo em Juízo e publicamente a falsidade da imputação, ou provem o alegado, inclusive trazendo o nome dos funcionários da Prefeitura a que se referem; provas que desde já lhes é facultado pelo querelante de conformidade com o parágrafo 1.º do art. 20 da citada lei.

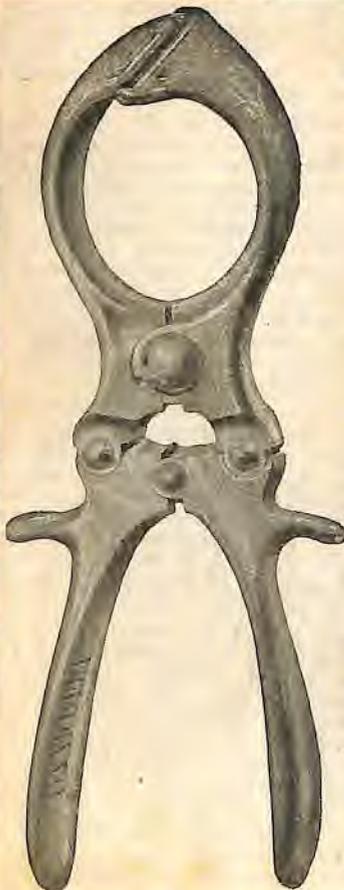
Como preceitua o art. 50 da Lei de Imprensa, requer o querelante o exame da escrita do Abastecimento odêlo Brasil S. A. (BRASILAVIS), seus documentos e a própria parte técnica, comercial da Sociedade para apuração dos factos imputados, facultando ao Juízo tôda a espécie de exame por mais especial que seja, para se prosseguir depois até final julgamento.

Rio de Janeiro, 24 de Março de 1947.

(a.) Dalmo Esteves de Almeida — advogado inscrito.

(M.R. 025-7)

## CHEGARAM as afamadas torquezes BURDIZZO



PARA CASTRAÇÃO DE TOUROS,  
CAVALOS, BURROS, BEZERROS, BO-  
DES, CARNEIROS, ETC. NUMA OPE-  
RAÇÃO SIMPLES, RÁPIDA E SEGURA



**AGORA** mais aperfeiçoadas e em  
dois tamanhos adequados a ani-  
mais de grande e a animais de  
pequeno porte.

IMPORTADORES

**Companhia Fabio Bastos**

RIO — Rua Teófilo Otoni, 81

SÃO PAULO — Rua Flor. de Abreu, 367

BELO HORIZONTE

Rua Rio de Janeiro, 368

PORTO ALEGRE

Avenida Julio de Castilhos, 30

# BANCO DO BRASIL S. A.

SEDE — RIO DE JANEIRO

O MAIOR ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO DO PAÍS

Capital: Cr\$ 100.000.000,00 — Reservas: Cr\$ 2.485.393.117,10

## AGÊNCIAS

ACRE — Cruzeiro do Sul, Branco.

ALAGOAS — Assemblêia (ex-Viçosa), Maceió, Palmeira dos Índios, Penedo, União dos Palmares (ex-União).

AMAPÁ — Macapá.

AMAZONAS — Manaus.

BAHIA — Alagoinhas, Amar-gosa, Barra, Barreiras, Caiteté, Canavieiras, Feira de Sant'Ana, Ilhéus, Itabuna, Jacobina, Jiquié, Juazeiro, Lençóis, Mundo Novo, Nazaré, Salvador, Santo Amaro, São Félix, Senhor do Bonfim (ex-Bonfim), Serrinha, Ubaitaba, (ex-Itapira), Vitória da Conquista (ex-Conquista).

CEARÁ — Aracati, Camocim, Cratêus, Crato, Fortaleza, Igua-tã, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral.

ESPÍRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim, Colatina, Mimoso do Sul (ex-João Pessoa), Santa Teresa, São Mateus, Vitória.

GOIÁS — Buriti Alegre, Goiânia, Goiás, Ipameri, Rio Verde.

GUAPORÉ — Pôrto Velho.

MARANHÃO — Caxias, Codó, Pedreiras, São Luís.

MATO GROSSO — Aquidauana, Bela Vista, Cáceres, Campo Grande, Corumbá, Cuiabá, Cui-ratinga (ex-Lajeado), Maracaju, Ponta Porã, Três Lagôas.

MINAS GERAIS — Aimorês, Alfenas, Araguari, Arassuaí, Araxá, Barbacena, Belo Horizonte, Bicas, Boa Esperança, Campo Belo, Carangola, Caratinga, Carlos Chagas, Cataguanas, Curvelo, Dolores do Indaia, Formiga, Governador Valada-

res, Guaxupé, Ituiutaba, Juiz de Fora, Montes Claros, Ouro Fino, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Pedra Azul (ex-Fortaleza), Pirapora, Ponte Nova, São João del Rei, Teófilo Ottoni, Três Corações, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Varginha.

PARÁ — Belém, Bragança, Igarapé Açú, Óbidos, Santarém.

PARAÍBA — Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira, João Pessoa, Monteiro, Patos, Taboiana (ex-Itabaiana).

PARANÁ — Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Jacarézinho, Londrina, Paranaguá, Ponta Grossa, União da Vitória.

PERNAMBUCO — Arcoverde (ex-Rio Branco), Caruarú, Garanhuns, Goiana, Limoeiro, Palmares, Recife, Serra Talhada, Vitória de Santo Antão (ex-Vitória).

PIAUI — Campo Maior, Floriano, Luzilândia (ex-Pôrto Alegre), Parnaíba, Pico, Piracuruca, Piri-piri, Teresina, União.

RIO BRANCO — Boa Vista.

RIO DE JANEIRO — Barra do Pirai, Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Campos, Cantagalo, Itaperuna, Macaé, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, Volta Redonda.

RIO GRANDE DO NORTE — Açú, Caicó, Mossoró, Natal.

RIO GRANDE DO SUL — Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul (ex-Cachoeira), Camaquã, Caxias do Sul (ex-Caxias), Cruz Alta, Dom Pedrito, Erechim, (ex-José Bonifácio), Itaqui, Jaguarão, La-

jeado, Livramento, Passo Fundo, Pelotas, Pôrto Alegre, Quaraí, Rio Grande, Santa Cruz do Sul (ex-Santa Cruz), Santa Maria, Santa Vitória do Palmar, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, São Leopoldo, Tapes, Uruguiana, Vacaria.

SANTA CATARINA — Blumenau, Florianópolis, Joaçaba (ex-Cruzeiro), Joinville, Mafra, Rio do Sul, Tubarão.

SÃO PAULO — Andradina, Araçatuba, Araguaçu (ex-Paraguçu), Araraquara, Assis, Avaré, Bariri, Barretos, Baurú, Bebedouro, Botucatu, Bragança Paulista (ex-Bragança), Cafelândia, Campinas, Catanduva, Chavantes, Duartina, Franca, Itapetininga, Itapira, Ituverava, Jaboticabal, Jaú, Limeira, Lins, Marília, Matão, Mirassol, Mogi das Cruzes, Monte Aprazível, Nova Granada, Novo Horizonte, Olímpia, Orândia, Pederneiras, Piracicaba, Pirajú, Pirajuí, Pirassununga, Presidente Prudente, Promissão, Rancheira, Ribeirão Bonito, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo Anastácio, Santo André, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Taquaritinga, Taubaté, Tupã, Valparaíso, Votuporanga.

SERGIPE — Aracaju, Estância, Propriá, Simão Dias (ex-Anápolis).

NO EXTERIOR — PARAGUAI — Assunção. — URUGUAI — Montevideú.

Mantém correspondentes nas principais praças do mundo

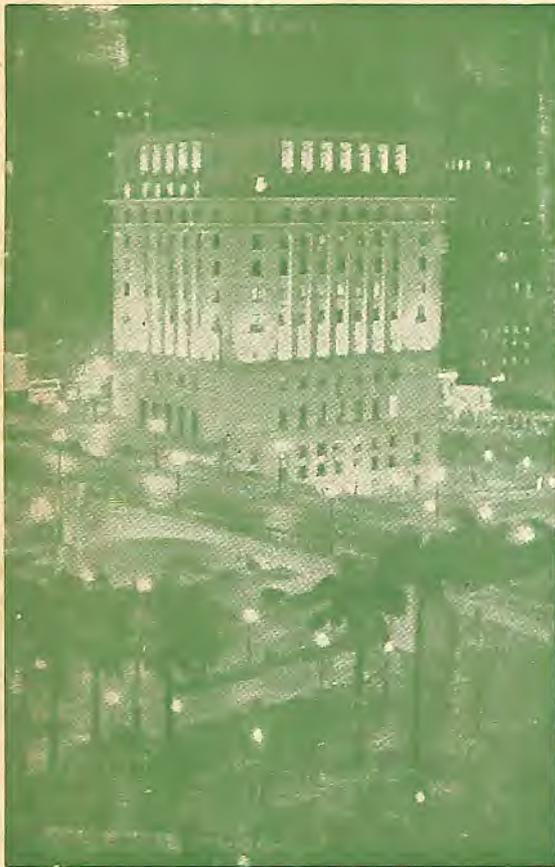
## TAXAS DE DEPÓSITOS

DEPÓSITOS SEM LIMITE .....	2% a/a
DEPÓSITOS POPULARES	
Limite de Cr\$ 10.000,00 .....	4 1/2% "
DEPÓSITOS LIMITADOS	
Limite de Cr\$ 50.000,00 .....	4% "
Limite de Cr\$ 100.000,00 .....	3% "
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO	
Por 6 meses .....	4% "
Por 12 .....	5% "
COM RETIRADA MENSAL DE JUROS	
Por 6 meses .....	3 1/2% "
Por 12 .....	4 1/2% "
DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO	
30 dias .....	3 1/2% "
60 dias .....	4% "
30 dias .....	4 1/2% "
LETRAS A PRÊMIO (sêlo proporcional)	
Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.	

O Banco faz tôdas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc. e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, à rua 1.ª de Março, n.º 66, mais as seguintes: BANDEIRA, rua do Matoso, n.º 12 — CAMPO GRANDE, rua Campo Grande, n.º 100 — COPACABANA (em instalação), Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n.º 1.292 — GLÓRIA, Praça Duque de Caxias, n.º 23 — MADUREIRA, rua Carvalho de Souza, n.º 299 — MEIER, avenida Amaro Cavalcanti, n.º 95 — RAMOS, rua Leopoldina Rego, n.º 78 — SAÚDE, rua do Livramento, n.º 63 — TIRADENTES, rua Visconde do Rio Branco, n.º 52 — SÃO CRISTÓVÃO, rua Figueira de Melo, n.º 360 (esquina da rua São Cristóvão) e VILA IZABEL, avenida 28 de Setembro n.º 412.

# A MAIOR ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL DA AMERICA LATINA

FUNDADA EM 1881



Moinhos de Trigo — Fábrica de Massas alimentícias "Petybon" — Moinho de fubá — Fiação, tecelagem, tinturaria e cascamifício "Mariangela" — Fiação, tecelagem e estamparia "Belemzinho" — Fiação de sêda natural — Tecelagem, tinturaria e estamparia de sêdas — Manufatura de fios de sêda crêpe e fantasia — Fábrica de fios "Rayon" — Fábrica de esponjas artificiais "Espuma" — Fábrica de celulose — Fábrica de papel e papelão — Fábrica de papel transparente "Celosul" — Fábrica de sulfureto de carbono — Fábrica de ácidos — Fábrica de desinfetantes — Moinho de sôda cáustica — Descarçadores de algodão — Reprensagem e armazenamento de algodão — Fábricas de óleo de caroço de algodão "Sol Levante" — Refinação e hidrogenação de óleos vegetais — Fábricas de sabões e saponáceos — Fábrica de vélas — Fábrica de sabonetes, perfumes e artigos para toucador — Frigoríficos — Refinação de banha — Refinações de açúcar — Distilaria de álcool — Engenhos de arroz — Fecularia e fábrica de amido — Moinhos e refinação de sal — Extração de cafeína — Extração de mentol — Extração de essências — Extração de caolin — Extração de quartzo — Fábricas de Louças, azulejos e artigos sanitários — Fábrica de cal — Fábrica de prégos — Fábrica de giz — Serraria e caixotaria — Oficina mecânica e fundição.

## POTENCIALIDADE:

Área ocupada pelas fábricas	2.000.000 mts <sup>2</sup>	Força motriz	51.500 H.P.
Operários	25.000	Consumo mensal de energia	10.000.000 Kw. H.
Funcionários	2.200	Superfície das caldeiras instaladas	18.000 mts <sup>2</sup>
Técnicos	600	Matérias primas e mercadorias transportadas anualmente em caminhões próprios	350.000.000 Kgs.
Material Ferroviário	10 locomotivas e 228 vagões		

### FILIAIS ou AGÊNCIAS:

No Brasil: em todas as principais cidades. — No estrangeiro: em New York, nas Capitais sul americanas e nas principais cidades da Europa.

### AGENTE GERAL DE:

S/A Indústrias Matarazzo do Paraná \* Sociedade Paujista de Navegação Matarazzo Ltda. \* Fazenda Amalia — Conde Francisco Matarazzo \* Armazens Gerais Matarazzo \* S/A Indústria de Sêda Nacional \* S/A Tecelagem Brasileira de Sêda \* S/A Fiação e Tecelagem Santa Celina \* Indústrias Matarazzo de Energia S/A (IME) \* Salina São Paulo S/A



Prédio Conde Matarazzo — Praça do Patriarcha — Caixa Postal, 86 — Fone, 3-5151 — São Paulo — Brasil

Composto e impresso na GRÁFICA ECONÔMICA LTDA. — R. Luiz de Camões, 74 — Rio